



**Agnes Alencar de Castro Araujo Pastor**

**Tamoios contra tupiniquins:**  
Guerras americanas, medos europeus

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação História Social da Cultura do Departamento de História da PUC-Rio.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Eunícia Barros Barcelos Fernandes

Rio de Janeiro  
Setembro de 2015



**Agnes Alencar de Castro Araujo Pastor**

**Tamoios contra tupiniquins:**  
guerras americanas, medos europeus

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Profª Eunícia Barros Barcelos Fernandes**  
Orientadora  
Departamento de História - PUC-Rio

**Prof. João Pacheco de Oliveira Filho**  
Departamento de Antropologia - Museu Nacional - UFRJ

**Prof. Ilmar Rohloff de Mattos**  
Departamento de História - PUC-Rio

**Profª Mônica Herz**  
Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais  
PUC-Rio

Rio de Janeiro, 04 de setembro de 2015

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

### **Agnes Alencar de Castro Araujo Pastor**

Graduou-se em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em 2012. Trabalhou como pesquisadora iconográfica na Revista de História da Biblioteca Nacional. Atuou como pesquisadora junto a um dos núcleos da Comissão Nacional da Verdade. Trabalha como pesquisadora de texto na Revista de História da Biblioteca Nacional, e atua como professora na Gastromotiva.

#### Ficha Catalográfica

Pastor, Agnes Alencar de Castro Araujo

Tamoios contra tupiniquins: guerras americanas, medos europeus / Agnes Alencar de Castro Araujo Pastor ; orientadora: Eunícia Barros Barcelos Fernandes. – 2015.

209 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2015.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História social da cultura. 3. Tamoios. 4. França Antártica. 5. Alteridade. 6. Guerra indígena. 7. Antropologia histórica. I. Fernandes, Eunícia Barros Barcelos. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD: 900

Para Rachel,  
por uma amizade que nem  
mesmo a consanguinidade pode explicar

## Agradecimentos

Confesso, nunca matei sentimentos, nem mesmo em legítima defesa. Vivo tudo internamente, de maneira intensa, até se esgotar. E mergulho, às vezes sem medo do abismo para o qual me lanço. Nem sempre sou feliz na escolha. Mas, o amor – que nunca, nunca rejeito – tem esse olhar sereno para mim, gentilmente me convida para a vida. Todos os dias eu cedo ao seu encanto. E é neste encanto que sempre sou feliz, mesmo quando não o sou. Sou grata por esse encanto.

Este é um mundo muito amplo, um território vasto e estrangeiro no qual somos andarilhos, com mais ou menos rumo. Sentir-se em casa, seja em um lugar ou em um abraço, é um presente. Ao longo de um percurso de dois anos, ou sete anos – tudo depende do referencial – a lista de braços pelos quais sou grata aumentou exponencialmente. Sei o nome de cada par de braços que me acolheu, e neste espaço pretendo reconhecer parte deles. Não há como retornar ao início e lembrar de todos os nomes, mas, registrarei aqueles que mantiveram-se firmes comigo nesta fase final. Este é o espaço de direcionar minha imensa gratidão. Gratidão esta que começa apontada para um Deus e um universo gracioso que conjugaram e teceram tantos fios e tantos amores para uma vida, a minha.

Dentro deste reconhecimento, começo por destacar a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, da qual recebi uma bolsa para continuar meus estudos e a CAPES que viabilizou a pesquisa financeiramente.

A Eunícia Fernandes, a orientadora, devo a indicação do tema e a alegria dos primeiros passos. Foi através dela que comecei essa trajetória ainda na graduação. Registro publicamente meu agradecimento por ter aceitado continuar me orientando; e por tê-lo feito sem desistir diante de minhas fraquezas, sem perder a ternura diante das minhas crises, sem intimidar-se em face as minhas muitas limitações. Quando me sentei em frente a ela pela primeira vez não imaginava o tamanho da estrada que trilharia ao seu lado, e nem mensurava a beleza de partilhar com ela a jornada. Ao longo desses anos ela tornou-se uma amiga preciosa, daquele tipo raro que encontramos poucas vezes na vida e que guardamos com determinação para sempre, obrigada.

O projeto foi lido e criticado pelos professores João Pacheco de Oliveira e Heloisa Meirelles Gesteira, foram essas críticas que me moveram da melhor

maneira possível. Por essa leitura cuidadosa e generosa, pelos gentis conselhos que recebi, agradeço. Ao professor João Pacheco de Oliveira cabe agradecer ainda por aceitar o convite para retornar a banca de defesa da dissertação. Para a professora Heloisa um segundo agradecimento, pelo interesse no corredor, pelos abraços dos encontros e pela torcida animada.

O Departamento de História em sua inteireza precisa ser mencionado. A generosidade começa no café disponibilizado a quem quiser se achegar e continua portas adentro, para Anair, Cláudio, Cleusa, Moisés e Edna deixo um abraço saudoso e meu reconhecimento de todas as gentilezas - pequenas e grandes - que fizeram por mim ao longo destes sete anos. Essa generosidade se estende em todo o corpo docente que se fez presente em várias etapas da minha pesquisa. Agradeço em especial aos professores Henrique Estrada, Ricardo Benzaquen e Regiane Mattos, que ministraram os cursos que assisti, cujas discussões em sala me permitiram enxergar novos ângulos para os meus objetos. Para Regiane cabe ainda um agradecimento ao tempo extra que conversamos, todas as tardes regadas com suco 3 em 1 que passamos conversando sobre a dissertação e sobre a vida estão guardadas comigo. Nossa convivência me transformou, preencheu-me de sentimentos esperançosos e alegres. Abençoados sejam esses encontros conectados, risinhos e cheios de enzimas.

Ao professor Ilmar Mattos deverei sempre o encantamento primeiro por essa imensidão que é a América lusa, e pelo Século XVI - que ele me apresentou em sala. Agradeço ainda por ter aceitado ser parte da banca de defesa do mestrado. Agradeço ainda a Jussara Barbosa, Marcelo Jasmin, Flávia Eyler, Isabela Fernandes, Margarida de Souza Neves.

Parte da pesquisa desta dissertação foi feita do outro lado do oceano. Em Paris fui recebida gentilmente pela professora Charlotte Castelnau-L'Estoile que forneceu-me diretrizes preciosas para a pesquisa, apontou caminhos possíveis, indicou bibliografia, bibliotecas, documentos e se fez presente através de conversas virtuais além das presenciais. Muito obrigada.

Agradeço ainda a Aline Dell'Orto que tomou-me pela mão para mostrar livrarias, bibliotecas, filmes, pesquisas, sorvetes e crepes franceses. Sua presença e afetuosidade adocicaram a solidão que a pesquisa impôs, sua amizade foi um dos melhores presentes que o mestrado me trouxe. Em Lisboa tive a graça de encontrar Ivana Stolze Lima que, para além da companhia, ofereceu-me insights

preciosos de pesquisa. Cafés e almoços ao longo dos dias de pesquisa garantiam-me o reconforto depois de estar longe dos meus há tanto tempo. Ivana, obrigada.

Agradeço a professora Eliane Fleck, que gentilmente indicou e enviou textos correlatos ao meu tema, sua generosidade é uma marca indelével para mim. A Silvia Patuzzi agradeço pelo seu trato gentil e alegre, por celebrar comigo cada pequeno passo da minha jornada. A saudade que sinto sempre é apenas um dos indícios da importância e do impacto de sua presença na minha história.

Na Revista de História da Biblioteca Nacional, para onde retornei, todos os dias foram dias de crescimento. Ao Rodrigo Elias sou grata pela precisão dos comentários e pelo humor inteligente. A Nashla Dahás sou grata pela ternura de seu trato e pelo abraço, me garantiram conforto mesmo nos dias mais tristes. Ao Marcello Scarronne tenho a agradecer pela serenidade. Angélica, eu agradeço por sua alegria constante, pela festa cotidiana. A Carolina Ferro agradeço por sua delicadeza e pelo apoio, por ter sido compreensiva com meu tempo, garantindo-me por vezes folgas extras em função da escrita da dissertação. A todos sou grata pela oportunidade de trabalhar e crescer com eles a cada dia.

Bruno Garcia esteve presente em muitas das minhas etapas, cabe agradecer-lhe pelos almoços de Quinta-Feira, pelas águas de coco de Quartas-Feiras, pelos chás, bolos, brigadeiros, Lattes, pela amizade, e por esta saudade que ficou no lugar dele quando embarcou para Viena. Abençoado seja o Skype amigo Bruno.

Para Cristiane Nascimento não há palavras. Sua amizade é como uma lanterna que segue apontando-me caminhos e afetos mesmo quando eu me perco na escuridão. As conversas de todos os dias mantinham-me certa da presença de sua estima mesmo durante o tempo que estive em Moçambique. Cris, abençoada seja a internet e sua maneira linda de encurtar distâncias e fusos-horários.

Agradeço também a Alessandra Seixlack - pelo exemplo e pela doçura-, Rafael Gota - pela generosidade e amizade -, Mariana Barbosa e Luana Mayer - pelo trio-, Débora Meira - pela excelência que sempre me ensina-, Rômulo Paura e Caroline Bárbara - pelas risadas-, Bianca Miki – pela suavidade-, Maria Beatriz - pela cumplicidade-, Ragda Al Assar - pela ternura. Agradeço ao Hélio Canone e a Ana Carolina Medeiros, pelas conversas inspirativas. Às meninas do PIBIC eu agradeço também por tudo que compartilhamos, Heloisa Paura, Ana Paula Rodrigues, Jéssica Correia, Aline Souza, obrigadíssimo pelo crescimento que experimentamos juntas.

Agradeço aos amigos, todos.

Aos Akerman-Pereira digo sempre que eu não seria sem eles. Aldina, Antônio, André, Jamille, Helena, Rodrigo e João Pedro definem para mim amigos-família da melhor maneira. Para o João um beijo especial, ele não sabe ainda, mas um dia saberá que na minha história tem um montão dele no meu coração. E outro para o Matheus, ainda não chegou, mas já acaricia minha alma.

Para a Família doce de leite todos os meus beijos e abraços amorosos, obrigada por me fazerem tão mais feliz.

Agradeço a Manuela, Manu, que com a sua alegria me torna mais feliz, com seus fortes abraços me sinto sempre mais amada. Que presente foram todos os jogos de wii, os piques, os lanches da tarde, as risadas de noite. Manu, obrigada sempre, por essa cumplicidade e pela sua doçura. E cabe ainda um muito obrigada ao Luís Alberto, por toda a comida e mate com que me recebia sempre. (E com a qual eu sempre acabava...) Estou em dívida eterna, pagarei com brownie.

Nayara querida, devo-lhe os encontros fabricados no meio da semana, os jantares e almoços para falar da vida, o encorajamento quando estava desanimada, o incentivo quando estava cansada, o sorriso - sempre tão doce e efusivo - em cada chegada e os abraços apertados da despedida. Obrigada.

Para Clarissa Mattos, uma das mais chegadas amigas, que me acompanha há muitos anos, agradeço o lembrete constante de que não estou só, nem na árida trajetória acadêmica e nem na vida. Um beijo, Cla. Abençoados sejam os encontros na biblioteca e cafés no meio do dia (agendados ou não).

Agradeço ainda ao David Amorim - o melhor amigo -, a Hannah, Anielle, Thábata, Helena, Jéssica – por perdoarem minha ausências, por aceitarem minhas desculpas. Abençoadas sejam as risadas e os abraços.

Agradeço a amiga Rita Pimenta, que cuida de mim mesmo distante. Agradeço a Maria Cristina Neves, por tudo que sempre faz por mim.

Para Aninha Cristina, todo meu agradecimento por não me abandonar, por ter lido todos os capítulos e por se despencar até o Centro só para almoçar comigo; o que dizer? Amo-te muito.

Carlos e Vânia, não existem palavras para descrever quem vocês são para mim. Deus derrama graça na minha vida através de vocês diariamente. Abençoadas sejam as noites de terça com comida e seriados.



Agradeço ainda a toda família. Aos avós que aceitaram minha ausência em compromissos inadiáveis, aos primos que torcem de longe pelo sucesso, aos tios que sorriram com cada vitória. E a extensão da família, Esther, Ernestina, Léa e Kamilla, as mulheres da vida do Felipe que se tornaram mulheres da minha vida também, pelas quais nutro sempre afeto e gratidão. Ao Lucas Ribeiro, meu cunhadinho, obrigada por tudo sempre, sobretudo por essa cumplicidade.

Agradeço ainda aos meus amados pais, Jorge e Valeria, que construíram para mim uma fortaleza com seu amor onde sempre me refugio em dias de tempestade ou de calmaria. São os co-protagonistas de minha trajetória, são meu lar. Obrigada por todo esse amor e cuidado.

Tenho ainda cinco irmãs, uma de sangue e de coração, outras quatro que são do coração. Elas são minha constante ligação com uma parte de mim - mais feliz, mais amada - que jamais poderia acessar sem esses amores. Para Rachel, Helena, Haydée, Suzana e Joice eu escrevi esta dissertação também, para que sorrissem comigo, para compartilharmos o trajeto. Quel, *you are the apple of my eye*. Helena, você é a irmã mais velha que eu sempre desejei ter. Haydezinha, obrigada pela conexão de alma. Joy, todos os abraços ainda serão insuficientes, resumo meu amor em uma nomenclatura: Isabel. Amo muito a cada uma de vocês, obrigada por dividirem o caminho comigo. Abençoadas sejam todas as noites de conversê até mais tarde.

Para Felipe Botelho, Beren, eu reservei algumas poucas palavras. Ele é meu *safe haven*, é uma das casas onde habita minha alma, para onde desejo sempre retornar. Nas palavras de Borges “estar contigo ou não estar contigo é a medida do meu tempo. (...) É o amor com suas mitologias, com suas pequenas magias inúteis”. Abençoado seja o primeiro encontro de olhares, na F512, em uma aula de História Medieval. Abençoadas sejam as magias, nada inúteis, deste amor.

Abençoada eu sou por todos esses afetos, pelos abraços apertados, pelos olhares de cumplicidade, pela compreensão da minha ausência. Abençoada eu sou pelas presenças mesmo ausentes de tantos amores meus. Abençoada pelas *árvores vermelhas* que alegram meu dia, que renovam esperanças, que demonstram constantemente o quanto sou amada. Por eles e para eles toda a gratidão será sempre escassa e eu serei – sempre - imensamente iluminada por eles. Todos esse sentimentos eu conjugo em um simplório, mas sincero, muito obrigada.

## Resumo

Pastor, Agnes Alencar de Castro Araujo; Fernandes, Eunícia Barros Barcelos. **Tamoios contra tupiniquins: guerras americanas, medos europeus**. Rio de Janeiro, 2015. 209p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Em 1555 Nicolas D. Villegagnon chegou a América lusa trazendo consigo uma esquadra com o objetivo de sedimentar sua ocupação no continente. Sua estadia na Guanabara foi viabilizada pelas alianças travadas com grupos indígenas tupinambás conhecidos e apresentados como tamoios em vários corpos documentais. Os portugueses por sua vez encontravam-se ainda muito concentrados ao norte do continente, na Bahia, e ao longo de toda costa fizeram amizades com os grupos indígenas tupis inimigos dos tupinambás. Assim delineia-se o conflito que tomou conta da costa do Rio de Janeiro a partir de 1560 quando Mem de Sá é enviado para expulsar os franceses e dar conta dos indígenas, que ao aliar-se aos francos, frustravam espiritualmente e de maneira prática os planos catequéticos da Companhia de Jesus. Este trabalho analisa a documentação seiscentista produzida sobre os conflitos e com o objetivo de averiguar como a experiência americana desencadeou um medo europeu da guerra indígena – e tudo que ela envolvia, como a antropofagia – e como este temor norteou ações de extermínio de certos grupos indígenas inimigos dos colonos portugueses. A guerra que é comumente atrelada às políticas europeias de expansão e colonização, neste trabalho é analisada de maneira diferenciada, como resposta a situações singulares e novas que as alianças e guerras indígenas apresentaram para os colonos europeus e para a coroa portuguesa.

## Palavras-chave

Tamoios; França Antártica; Alteridade; Guerra Indígena; Antropologia Histórica

## Abstract

Pastor, Agnes Alencar de Castro Araujo; Fernandes, Eunícia Barros Barcelos. (Advisor) ***Tamoios against tupiniquins: Tamoio's war and the european consternation in face of the indians war***. Rio de Janeiro, 2015. 209p. MSc dissertation – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

When in 1555 the French captain Nicolas D. Villegagnon arrived to the Portuguese part of America, he had the clear intention to establish a fortress and to occupy the territory. His actions at the Guanabara – also known as Rio de Janeiro – were feasible thanks to the alliances made between Indians, known as the tupinambás and tamoios, and the French. The Portuguese at that moment were concentrated in the northeast of the continent, in Bahia, and they had also made alliances with other Indian groups throughout the coast, which groups were enemies of the tupinambás. This is how the conflict known as Tamoios War begins. In 1560 Mem de Sá was sent by the Portuguese Crown to expel the French and to take actions regarding the Indians that were allied with them, and by doing that the tamoios frustrated at once the catechetical plans of the Jesuits and jeopardizing the success of the mission. This thesis intends to ascertain how the American experience has unfold a fear in the Europeans settlers connected most of all to the Indian experience of war, and everything it involved, such as the anthropophagical practices. The work also investigates how this fear was the motor that guided extreme actions of extirpation of certain groups of Indians, enemies of the Portuguese. This war is currently associated with the European plan of expansion, however this work reads this event by its singularities and sees it as a response to certain experiences that the alliances and wars between tribes have presented to the settlers and to the Portuguese monarchy.

## Keywords

Tamoios; French Antartic; Otherness; Indians War; Anthropological History

## Résumé

Pastor, Agnes Alencar de Castro Araujo; Fernandes, Eunícia Barros Barcelos. (directrice de thèse) ***Tamoios contre tupiniquins : guerres américaines, peurs européennes***. Rio de Janeiro, 2015. 209p. thèse de máster – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

C'était l'année 1555 quand Nicolas D. Villegagnon est arrivé en Amérique avec ses escouades pour mettre en place l'occupation du continent. La permanence à Guanabara est devenue possible grâce aux alliances avec les Indiens *Tupinambas*, connus et présentés comme *Tamoios* dans divers documents de cette période. Les Portugais, à ce moment-là, étaient concentrés au nord-est du continent, entourant Bahia de Todos os Santos, et ils avaient noué des liens d'amitié avec les Indiens Tupi, qui étaient des ennemis de longue date des *Tamoios*, groupes indigènes proches des Français depuis des générations. Cinq ans après l'arrivée de Villegagnon, le portugais Mem de Sá est envoyé par la monarchie portugaise au Brésil pour y occuper le poste de gouverneur général dans l'intention d'expulser les Français et de trouver une solution pour le problème des Indiens qui, en s'alliant à ceux-ci, frustraient de façon à la fois spirituelle et pratique les plans de catéchèse que les Jésuites essayaient d'installer. Ainsi se dessine un conflit qui, plus tard, s'appellera la Guerre des *Tamoios*. Ce mémoire propose une analyse de documents du XVI<sup>e</sup> siècle autour de ce conflit ; l'objectif étant d'investiguer comment l'expérience américaine a produit une crainte parmi les colons européens en fonction de la guerre indienne, et aussi de tout ce qu'elle déclenche, notamment l'anthropophagie. Cette peur a guidé les actions d'extermination de certains groupes autochtones ennemis des Portugais. La guerre, souvent liée aux politiques d'expansion et de colonisation européenne, est analysée différemment au sein de ce travail, c'est-à-dire, comme une réponse aux nouvelles situations que les alliances et les guerres indiennes ont présenté aux colons européens et à la couronne portugaise.

## Mots Clés

Tamoios ; France Antartique ; Alterité ; Guerre indienne ; anthropologie historique

## Sumário

1. Introdução	16
1.1 O que significa estudar história indígena no Brasil hoje?	19
1.2 Um percurso de pesquisa: a Guerra dos Tamoios	40
2. A silenciosa construção de uma guerra	55
3. Conflitos americanos, medos europeus	106
4. Conclusão	171
4.1 Guerra fabricada, guerra real	175
4.2 Sobre misturas, combinações, negociações e a colonialidade	184
5. Referências Bibliográficas	191

## Lista de figuras

Figura 1 – Mapa de etnias indígenas da costa	41
Figura 2 – Mapa de etnias indígenas da costa com os locais nos quais se desenrolou a Guerra dos Tamoios.	53
Figura 3 – O Ultimo Tamoio, Rodolfo de Amoedo.	63
Figura 4 – Carte du Brésil, Jacques Vaux de Clay	111
Figura 5 – Detalhe da Carte du Brésil, Jacques Vaux de Clay	112
Figura 6 – Detalhe da Carte du Brésil, Jacques Vaux de Clay	112
Figura 7 – Detalhe da Carte du Brésil, Jacques Vaux de Clay	113
Figura 8 – Detalhe da Carte du Brésil, Jacques Vaux de Clay	114
Figura 9 – Litogravura de Théodore de Bry	139
Figura 10 – Litogravura de Théodore de Bry de uma batalha	141
Figura 11 – Detalhe da litogravura de Théodore de Bry	142
Figura 12 – Litogravura de Théodore de Bry, sobre contatos e trocas no Novo Mundo.	143
Figura 13 – Mapa do Rio de Janeiro de Luiz Texeira de Albernaz	162
Figura 14 – Mapa do Brasil com os locais envolvidos na guerra	163

*"Até que os leões inventem as suas próprias histórias,  
os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça".*

(Provérbio africano)

*"Mas nós, que somos fortes, não tememos.  
Por isso continuamos matando e comendo inimigos.  
Enquanto a onça não comer a lua".*

(Mito Tupinambá recontado por Alberto Mussa)

## Introdução

*“A linguagem não é um meio neutro que se torne fácil e livremente a propriedade intencional do falante, ela está povoada ou superpovoada de intenções de outrem”*

Mikhail Bakhtin

Todas as narrativas são construções. Esta generalização, como qualquer uma que se proponha a sintetizar uma premissa verdadeira, é também uma construção. A ciência histórica hoje trabalha com essa diretriz, de que as narrativas são construções, mas este nem sempre foi o ponto norteador do historiador. Em outros momentos – como ao longo do século XIX - uma questão crucial para o investigador era encontrar a verdade histórica dos fatos, hoje, na contramão desse constructo de uma verdade singular, os historiadores procuram fendas e frestas que permitam-lhes desconstruir discursos que, se em outro momento foram recebidos como sendo ‘a’ verdade, hoje são alocados em um campo de narrativas possíveis. Graciliano Ramos comparou o seu ofício de escritor com o da lavadeira, que bate, espreme, esfrega a roupa até que esteja completamente limpa, retirando ao mesmo tempo todo excesso de sabão, anil, água, até que não sobre nada, somente a roupa branca. Para Ramos, a palavra foi feita para dizer, não para enfeitar<sup>1</sup>. Como historiadores, distanciamo-nos da ideia de que a palavra diz por si só, como se seu significado lhe fosse intrínseco. A epígrafe do linguista Bakhtin é aqui meu alerta, a linguagem não é nunca um meio neutro. A linguagem é uma forma de exercer poder, de ratificar ou minimizar preconceitos históricos, de construir ou silenciar a trajetória de um povo.

Para dizer do ofício do historiador, a metáfora de Graciliano Ramos me é insuficiente, por isso recorro a outra, de Durval Muniz de Albuquerque<sup>2</sup>, o

<sup>1</sup> Cf. RAMOS, Graciliano. *Linhas Tortas*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015. [1962]

<sup>2</sup> Cf. ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. *História: a Arte de inventar o passado*. São Paulo: EDUSC, 2007.



historiador trabalha como uma rendeira, que tece seus fios cautelosamente desenhando formas e traços a partir dos fios fragmentados enquanto une as pontas de suas agulhas. Como em todo trabalho manual, o elemento humano que intermedia a relação com o produto final é o que faz com que cada trabalho – ainda que parecido – seja singular. Jeane Marie Gagnebin nos oferece em seu ensaio, *Memória, História, Testemunho*<sup>3</sup>, uma outra imagem do historiador da qual desejo me aproximar, representação na qual o historiador seria um narrador sucateiro, que cata humildemente os restos de discurso que a história oficial deixou sobrar por não saber como incorporar a sua narrativa. Não são os grandes feitos que recolhe, mas aquilo que ainda não tem nome, não foi lembrado. A autora escreve que “o narrador e o historiador deveriam transmitir o que a tradição, oficial ou dominante, justamente não recorda”<sup>4</sup>. Unindo as duas imagens penso que nos aproximamos daquilo que penso ser o ofício do historiador, que tece sua narrativa a partir de retalhos que recolhe ao longo de seu processo.

Estas são algumas das premissas que o historiador da atualidade carrega consigo, em primeiro lugar, aquilo que construímos narrativamente sobre um determinado evento histórico também não é neutro. Portanto, explicitar trajetórias, inquietações e pessoalizar o relato também permite que o leitor perceba os pontos de partida, as hipóteses, o lugar de fala do historiador, de modo que ele acompanhe também o processo de construção da investigação sobre o tema e leia o trabalho como sendo também fruto do momento histórico no qual está inserido. Em segundo lugar, pensando na imagem de Gagnebin, é permitido ao historiador moderno revisitar o discurso oficial e duvidar dele, impor-lhe questionamentos que ainda não estavam presentes quando foi erigido, coloca-lo por fim em face destes resíduos que recolheu e que em outro momento pareciam não ter tanta importância.

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo revisitar historicamente o evento da Guerra dos Tamoios. Entre os anos de 1555 e 1567 um grupo de indígenas tupis aliou-se aos franceses que buscavam na Guanabara refúgio para as guerras religiosas que assolavam a França e a Europa de maneira geral. Estes indígenas chamados tamoios, ajudados pelos franceses com armamentos e

---

<sup>3</sup> GAGNEBIN, Jeane Marie. “Memória, História, Testemunho” In: *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

<sup>4</sup> Idem, P. 54.

peçoal, tornaram-se um problema para a colonização portuguesa, que se viu obrigada a lutar para expulsar os franceses e controlar o problema indígena. Esta é uma memória comum referente ao evento histórico que me proponho revisitar, a narrativa didática com a qual travei contato na escola.

Uma de minhas premissas quando comecei a investigar o tema era a de que essa narrativa era insuficiente para dizer da complexidade deste evento. Não foram muitos os trabalhos que se debruçaram sobre esta guerra, tida como marco fundador da cidade do Rio de Janeiro, e, até este momento, grande parte deles continua operando com esta memória que sintetizei. Neste sentido, no processo de pesquisa bibliográfica e documental, aos poucos a relevância deste trabalho foi se tornando cada vez mais clara para mim. Não podendo fugir do momento histórico no qual me encontro, cabe fazer uma digressão sobre a importância dessa discussão e sobre como essa construção da Guerra dos Tamoios faz parte de um processo de silenciamento da presença e atuação indígena na história do Brasil, processo contra o qual diversos historiadores e antropólogos ao longo dos últimos anos tem se posicionado com suas reflexões acadêmicas, sublinhando que tanto a voz quanto a presença indígena na história sempre estiveram lá.

Neste trabalho estou partindo de uma cronologia clássica para os eventos seiscentistas – que os aloca entre 1560-1567 -, mas há um segundo movimento, pois aos poucos distancio-me desta narrativa tradicional sobre essa história e busco problematizar esses discursos e cronologias. A Guerra dos Tamoios opôs, de um lado, indígenas tamoios unidos aos franceses e, de outro, indígenas tupiniquins – membros do mesmo tronco linguístico tupi do qual os tamoios faziam parte – e portugueses, que já estavam em fase de acomodação no território americano há mais de uma década. 1555 portanto torna-se uma data significativa uma vez que é o ano da chegada de Nicolas Villegagnon, comandante da esquadra francesa que se instalou na Guanabara, mas é preciso indicar que a presença francesa no território se tornou viável graças a alianças com os grupos indígenas que antecederam este momento dito ‘primeiro’ de delineamento da Guerra dos Tamoios. 1560 é outra data importante, comumente referida como sendo o início bélico do conflito, já que foi em março deste ano que Mem de Sá, juntamente com indígenas aliados, liderou o assalto ao Forte de Coligny que Villegagnon erigira

ao longo do primeiro ano de sua ocupação em uma ilha na boca da Guanabara onde hoje se encontra a Escola Naval.

O ataque luso ao forte não foi o marco final da guerra, mas de certa maneira transformou o caráter do conflito. O que estou chamando aqui de primeiro momento do conflito, até 1560, misturava a presença francesa e a ameaça indígena de maneira mais explícita. A derrota sofrida pelos francos no forte desarticulou aqueles que ainda se encontravam na América, espalhando-os pelo continente juntamente com os indígenas aliados. A partir do ataque, o conflito se expande, comportando outras localidades que não apenas a Guanabara – como Piratininga por exemplo – e se estende até cerca de 1567 quando novas investidas portuguesas derrotam de maneira mais definitiva o restante de tamoios e franceses que ainda se encontravam no território. Estou portanto circunscrevendo temporalmente o alcance deste trabalho que se estende até 1567.

Nesta introdução, desejo apresentar ao leitor os pressupostos dos quais parto, e meus objetivos ao escrever esta dissertação. Para fazê-lo de maneira mais completa, penso ser necessário explicitar o que acredito ser a relevância de temas como este em momentos históricos e políticos como o que experimentamos hoje no Brasil de 2015. Este será, portanto, o primeiro movimento desta introdução, defender a importância do trabalho para depois prosseguir na apresentação desta dissertação argumentando a relevância política de um trabalho que se debruça sob a experiência americana seiscentista.

## 1.1

### ***O que significa estudar história indígena no Brasil hoje?***

Eu estava em uma aula de um curso livre quando o professor, um estrangeiro, indagou a turma sobre a influência das línguas indígenas na formação do idioma português brasileiro. Sua pergunta era parte do tema da aula, mas também derivava de sua curiosidade, ele estava no Brasil há algum tempo, mas ainda em vias de aprender o português. Um senhor na ponta da sala respondeu que não havia influência, pois, não havia línguas indígenas, os indígenas estavam

quase todos mortos há muito tempo e os que ainda viviam estavam tão distantes de nossa realidade cultural que nem poderiam influenciar de algum modo nossa cultura brasileira. Este senhor, como parte dos brasileiros, não reconhece os indígenas como parte da diversidade nacional, nem reconhece a eles seu lugar na sociedade brasileira. Ele desconhece o crescente número de indígenas e de etnias que são redescobertas e criadas - sim, os índios têm história. Ele ignora a multiplicidade de línguas indígenas vivas e faladas cotidianamente em diversas zonas geográficas do Brasil. Este senhor, apesar de ser um indivíduo real e não inventado, congrega em sua fala o pensamento de milhares de brasileiros que transformaram o indígena um estrangeiro dentro de sua própria terra, para usar as palavras da jornalista Eliane Brum<sup>5</sup>.

Comecei a escrever essa introdução em meio a um burburinho devido a uma das votações no congresso da proposta de emenda constitucional 215<sup>6</sup>, que altera os procedimentos de demarcação de terras indígenas<sup>7</sup>. A questão do acesso à terra é um assunto – talvez um dos únicos – que mobiliza os brasileiros a pensar sobre seus indígenas. As informações dispersas e equivocadas que recebem fazem com que grande parte da população apenas se posicione contra a demarcação das terras ancestrais, sem compreender e sem desejar compreender o que isso significa para esses povos de maneira particular e também para o Brasil em um âmbito mais geral.

Em um texto publicado em abril de 2015, a colunista Eliane Brum, ao posicionar-se contra a PEC 215, escreveu que há um desinteresse geral do brasileiro quando diante da questão indígena. Segundo ela, há uma rejeição tão grande, ela relata que "ao escrever a palavra “índio”, perco uma parte dos meus leitores. É uma associação imediata: “Índio? Não me interessa. Índio é longe,

---

<sup>5</sup> BRUM, Eliane. "Os índios e o golpe da constituição" In: Opinião. El País, 13/04/2015. Disponível em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/13/opinion/1428933225\\_013931.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/13/opinion/1428933225_013931.html) (último acesso em 12/07/2015)

<sup>6</sup> Projeto de emenda constitucional que transfere o poder de demarcação de terra indígena do Executivo para o legislativo.

<sup>7</sup> O texto, na íntegra da proposta, bem como o andamento da mesma, pode ser consultado online. Cf. Diário da Câmara dos Deputados, Abril de 2000. Pag. 16399 Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD19ABR2000.pdf#page=69>

índio é chato, índio não me diz respeito”. E, pronto, clique fatal, página seguinte.”<sup>8</sup>.

O indígena é estrangeiro no espaço geográfico, por vezes, é retratado como um alienígena, mas não apenas, ele o é também na dimensão temporal. Convenceram-nos, ou pelo menos a boa parte dos não indígenas, de que ele não cabe no presente, que se opõe ao progresso, e que, como um resquício protegido pelo estado, se torna um vagabundo, que não serve para ser escravo, que é preguiçoso, que é ingênuo, que está morto. Enfim, o senso comum convenceu-se de que se o indígena ainda não foi extinto, seria melhor que fosse finalmente assimilado, exterminado ou pelo menos silenciado.

Nesta introdução há mais do que o que tradicionalmente acontece em introduções, pois além de apresentar ao leitor qual é o meu argumento, me impus o trabalho de seduzi-lo, convencê-lo de não deixar de lado esta dissertação como os leitores da jornalista fazem quando sabem ser um assunto de índios. Mas não é uma sedução qualquer, pois persuadi-lo da relevância desta questão é o motor primeiro da construção narrativa deste trabalho. Os que como eu perseguem o valor da questão indígena serão contemplados, mas escrevo também para aquele que, como o citado senhor da aula do curso livre, desconhece-lhes a realidade. Espero que ao final da leitura fique claro o quão imperativo e inadiável é pensar hoje sobre os indígenas brasileiros e como eventos que podem ser tidos como distantes – como a Guerra dos Tamoios - se inserem em pautas contemporâneas, inscrevendo-se na longa discussão sobre o papel dos indígenas na colonização lusa da América.

Para começar a apresentar a questão que enunciei no subtítulo desta introdução - O que significa estudar história indígena no Brasil hoje? -, é necessário que eu enumere problemas com os quais este estudo se depara. O texto da jornalista Eliane Brum trata de uma discussão antiga, sobre qual deve ser o acesso dos indígenas à terra e analisa a acusação de proteção exagerada conferida pela Constituição de 1988. Quanto à acusação, o antropólogo João Pacheco de

---

<sup>8</sup> BRUM, Eliane. "Os índios e o golpe da constituição" In: Opinião. El País, 13/04/2015. Disponível em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/13/opinion/1428933225\\_013931.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/13/opinion/1428933225_013931.html) (último acesso em 12/07/2015)

Oliveira, em texto de 1995<sup>9</sup>, defendeu que um dos mais perniciosos discursos deslegitimadores das lutas e reivindicações indígenas não é necessariamente o de que eles estão presos ao passado, mas o de que são protegidos em demasia pelo estado. A acuidade de seu pensamento se reflete no fato de que, vinte anos depois, tais argumentos ressurgem na imprensa, no congresso, entrecruzados a projetos de emendas constitucionais como a PEC 215. Porém, mais do que a precisão reflexiva de João Pacheco, esse retorno à cena expõe a fragilidade ou incipiência com que o tema é tratado, parecendo que, com todas as mudanças possíveis, a sociedade não sai do lugar: está parada, com um pensamento cristalizado que não dialoga com a história.

Acredito que, em muitos sentidos, a sociedade brasileira falhou no processo escolar, pois, a despeito dos indígenas serem homens do presente que, inclusive, muitas vezes vivem em centros urbanos, são transformados em seres distantes, em nada conectados ao presente e ao cotidiano. Índice cruel verificável de modo simples, afinal quais de nós, mesmo entre professores, conhecem ao menos os nomes de grupos ou de línguas? De uma maneira bastante pragmática, foi construído um desconhecimento sobre os indígenas.

E este é um problema antigo e histórico. Mesmo antes do Brasil se tornar um estado-nação, foram construídas diferentes imagens incompletas ou deslocadas dos indígenas, imagens que criaram estereótipos e equívocos no desenvolvimento da nação brasileira. Um desses estereótipos é o da generalidade. O termo índios abraça a todos indistintamente e oculta a multiplicidade étnica, linguística, cultural dos povos: cria-se uma invisibilidade que se desdobra na impossibilidade de ouvi-los. A contemporaneidade trouxe novas condições, seja numa maior mobilização desses grupos indígenas ou na ampliação das possibilidades de fala, como a internet, com a veiculação de vídeos ou pautas reivindicativas, eventos no Facebook e abaixo-assinados online. Mas, séculos de preconceitos ainda ecoam no senso-comum brasileiro e é trivial ignorar indígenas de hoje no Brasil, tanto quanto no passado, desconhecendo suas realidades muito diversas, tanto pela origem do povo como pelas formas de interação que

---

<sup>9</sup> OLIVEIRA, João Pacheco de. “Muita terra para pouco índio? Uma introdução (crítica) ao indigenismo e à atualização do preconceito” In: SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donizete. (org.) *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/UNESCO, 1995.

estabelecem com outros povos. Não se vê ou se compreende que grupos indígenas possam ser encontrados em universidades tanto quanto nas matas, que podem usar celular e computador nas aldeias e nas cidades, sem que isso implique em deixarem de ser índios. Como todos os brasileiros, não estão restritos nem a um espaço, nem a um tempo e ou a uma identidade<sup>10</sup>.

A imagem hermética e estereotipada do indígena não é o único problema que enfrenta hoje o pesquisador de história sobre indígenas, mas é certamente um dos mais evidentes. Fomos convencidos – diz Manuela Carneiro da Cunha<sup>11</sup> – que nossa história ocidental é um ápice de um progresso evolutivo e que de alguma maneira todos devem tornar-se semelhantes a nós, ocidentais. Em situações extremadas ou não, há pouco espaço para o diferente.

É verdade que alguns critérios foram alterados, permitindo uma maior visibilidade atual, tal como a valorização da sociodiversidade e sua transformação em pauta inadiável da humanidade, ao custo de sua sobrevivência. Uma brecha para pensar/ aceitar as diferenças se colocou especialmente no pós Segunda Guerra Mundial, trazendo pleitos de liberdade e de tolerância quando o horror do holocausto se tornou público. Mas, setenta anos depois, os conflitos internacionais com massacres étnicos e fundamentalismos religiosos exibem que a discussão se torna cada vez mais presente e necessária. Vale voltar ao texto escrito por Lévi-Strauss em 1952, por encomenda da UNESCO, pois, como um elogio reflexivo à diferença, é uma boa inspiração para esta introdução e para este trabalho.

“A necessidade de preservar a diversidade das culturas, num mundo ameaçado pela monotonia e uniformidade, não escapou certamente às instituições internacionais. Elas devem compreender também que não bastará, para atingir esta finalidade, acalantar tradições locais e conceder trégua aos tempos passados. É o fato da diversidade que deve ser salvo, não o conteúdo histórico que em cada época lhe deu, e nenhuma saberia perpetuar para além de si mesma”<sup>12</sup>.

Tratar a diversidade como um valor é um dos discursos mais em voga hoje, mesmo assim, ainda está longe de abarcar completamente os indígenas tanto

<sup>10</sup> Para um resumo sobre as diferentes imagens construídas para o indígena brasileiro conferir o verbete CUNHA, Manuela Carneiro da. “Índios como tema no pensamento social brasileiro” In: BOTELHO, André; SCHWARTZ, Lilia Moritz (org.) *Agenda Brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

<sup>11</sup> Cf. CUNHA, Manuela Carneiro da. “O Futuro da Questão indígena” In: *Cultura com Aspas*. São Paulo: Cosac-Naify, 2009.

<sup>12</sup> LEVI-STRAUSS, Claude. “Raça História” In: *Antropologia Estrutural Dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. P. 366.

no discurso quanto na prática. Reconhecimento é outro valor que está em várias pautas reivindicativas de minorias, e ainda assim, distante para muitos dos povos indígenas. Perfilho que o problema seja mais grave. O senhor ao qual me referi no início desta introdução desconhece a extensão de sua ignorância, não podendo, portanto, perceber as dimensões de seu preconceito e seu autocentramento. Ele não reconhece o outro, mas muito além, não vê nisso um problema. Quando o respondi em sala, demonstrando seu equívoco, ele pareceu surpreso. Nunca tinha ouvido falar de indígenas que moravam em cidades, universitários, cineastas, educadores. Assim como aquele senhor, esta é a realidade de grande parte da população brasileira: não apenas não sabe quem são os indígenas brasileiros como não deseja conhecê-los, estão distantes de sua realidade e não há nenhum movimento interno interessado em trazê-los para perto, sendo este um de meus desafios como historiadora na escolha deste tema.

Há algum tempo atrás, eu mesma não pensaria de modo muito distinto daquele senhor. A graduação em História me apresentou o sujeito indígena como eu nunca antes conhecera. Seis meses após entrar na faculdade a notícia de que havia sido aprovada uma lei que tornava obrigatório o ensino de história indígena e afro-brasileira foi motivadora de muitos debates e burburinhos no corredor da universidade, pois, de algum modo, nem eu e nem meus colegas estávamos confortáveis com a grade que nos era apresentada quando a comparávamos com o que era exigido da lei. Havia pouca substância para defesas, mas o horizonte de nos tornarmos professores exigia que nos preparássemos para lidar com esses dois tópicos, esses dois sujeitos. Tudo parecia uma enorme novidade.

No ano seguinte, em uma disciplina cujo objetivo era também municiar os alunos para lidar com o sujeito indígena em sala de aula, os textos e as discussões demonstraram que o que era uma "enorme novidade" para nós, era uma discussão mais antiga, pois havia já uma tradição historiográfica buscando dar voz aos indígenas e vê-los como sujeitos de suas histórias<sup>13</sup>. Todavia, essa tradição não alcançava a formação mínima do brasileiro. Havia mais de 30 anos da publicação da *Visão de Vencidos: os índios do Peru diante da conquista espanhola* de Nathan

---

<sup>13</sup> Refiro-me aqui à disciplina "Os índios e a história: o Brasil" ministrada em 2009 pela professora Eunícia B. B. Fernandes na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.



Wachtel<sup>14</sup> – um emblemático livro neste processo de mudança de perspectivas -, e ainda que outras publicações, depois dele, tenham seguido essa linha alimentando referências sobre os nativos como sujeitos de suas histórias, elas não apareceram em toda minha formação escolar: os indígenas eram apresentados como inferiores e preguiçosos ou eram as vítimas inocentes, pueris, mudas, como cordeiros sacrificados em nome da civilização europeia. No meu olhar infantil, eu via aqueles que conhecia como remanescentes, como seres a beira de uma extinção. Eu aguardava com tristeza o momento em que os indígenas deixariam de existir, eles já usavam shorts, e dirigiam carros, não faltaria muito para deixarem de "ser índios", pensava eu quando criança. Ironicamente, na universidade, este foi o tema da primeira aula do curso que mencionei: uma crônica de Daniel Munduruku<sup>15</sup> nos embalou e colocou-me em contato com o indígena hoje, iniciando a construção de respostas às minhas questões antigas sobre o que faz ser índio um índio.

A primeira resposta veio onde eu não havia colocado pergunta: índios, no plural. Não apenas naquele curso, mas em várias situações fui compreendendo o processo de generalização e estereotipia fundado na nomeação de Colombo aos habitantes da América, processo atualizado de diferentes modos por também diferentes sociedades, pois, por exemplo, a consagração do indianismo no movimento romântico no Império do Brasil não fazia algo muito distinto da fala fundadora do navegador. A imagem única do indígena brasileiro é perigosa, pois esse índio brasileiro não existe. É uma imagem, uma representação que faz parte da memória colonizadora, construída por outrem para dar sentido à experiência europeia de conquista.

Este discurso genérico e estereotipado é um dos responsáveis por deslegitimar a trajetória dos povos indígenas, colocando sua identidade sempre em discussão, em dúvida. Estamos diante de uma esquizofrenia, pois o conquistador cria uma imagem que não é auto percebida ou aceita pelos povos conquistados e mantém a exigência de que o povo assim representado continue restrito ao seu enquadramento, desconhecendo as identidades autoproclamadas e

---

<sup>14</sup> WACHTEL, Nathan. *La vision des vaincus: les indies du Pérou devant la conquête espagnole*. Paris : Editions Gallimard, 1971.

<sup>15</sup> MUNDURUKU, Daniel. "É ou não é" In: *Histórias de Índios*. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 1998.

as transformações vivenciadas. No propósito de legitimar trajetórias indígenas, ou seja, de contrapor essa imagem, este trabalho percebe a relação entre identidade e alteridade como algo fluído, em constante reconstrução, não apenas nas relações do hoje, mas também no contato do XVI<sup>16</sup>.

Quando li pela primeira vez *O combate dos soldados de Cristo na terra dos Papagaios*, de Luiz Felipe Baeta Neves, fiquei especialmente impactada por uma citação do autor na qual ele colocava que o silêncio envolvendo os indígenas brasileiros não estava relacionado a uma ausência, uma falta, mas sim a uma repetição constante de uma mesma fala, no caso, a dos inacianos.

“A posição jesuíta se beneficiou de um silêncio espantoso que se impôs a dezenas de gerações... e de posições teóricas. (...) Mas tal silêncio é absolutamente enganoso; na verdade não há silêncio – que há é a repetição da fala (e da ação) dos religiosos. Não há silêncio porque o tema não foi esquecido nem pela sociedade nem por seus teóricos; apenas o tema foi erigido como tal – e assim analisado – por uma única posição, que conseguiu estabelecer seu império sobre as demais – e onde menos se espera. Este ‘silêncio’ – que é um imenso ruído – se solidifica e se reproduz não somente na pura teoria. É retransmitido a cada instante pelas instituições pedagógicas, pelos livros didáticos, pelos órgãos de difusão.”<sup>17</sup>

Ainda hoje essa citação se faz presente nas minhas reflexões, trazendo a clareza de uma invisibilidade construída. Eu a persegui ao longo da minha monografia e é ainda parte desta mesma argumentação que me fez escolher o provérbio africano – apresentando em um livro de Mia Couto - como epígrafe para este trabalho. De certa maneira essa dissertação se construiu nos meandros de silêncios múltiplos envolvendo a experiência da Guerra dos Tamoios. Silêncios que são ruídos construídos, e se são constructos, também podem ser decompostos.

### 1.1.2

#### Como se constrói um preconceito?

<sup>16</sup> Sobre o tema cf. HALL, Stuart. *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003. HALL, Stuart. “A Identidade em questão” In: *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. ZIEGLER, Erica Deuber et PERRET, Geneviève. “L’autre, une construction permanente”, In: *Nous autres*. Genève: MEG, 2005.

<sup>17</sup> NEVES, Luiz Felipe Baeta. *O combate dos soldados de Cristo na terra dos Papagaios: colonialismo e repressão cultural*. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1978. P. 17

Compreender a formação de preconceitos é também um caminho para perceber a afirmação da colunista Eliane Brum sobre o desinteresse geral no que diz respeito à população indígena. Não é minha intenção desfiar aqui todo esse emaranhado de questões que envolvem a figura do indígena hoje e as políticas indigenistas<sup>18</sup>. Ainda assim, acioná-las, trazê-las a luz e discutir essas narrativas referentes ao indígena se tornou imperativo. Não há como ignorá-las no processo de desconstrução de verdades há tanto cristalizadas pela ignorância do senso comum.

Os hiatos e silêncios que envolvem a experiência histórica indígena são alguns dos potentes agentes de construção de preconceitos e estereótipos. São hiatos que, ao se reproduzirem hoje, estão inseridos também nas disputas que o tempo presente trava na apropriação do passado. Neste sentido, é preciso enfrentar a memória comum que paira hoje sobre a experiência histórica indígena.

Este é um terreno conflituoso, o passado, para relembrar as afirmações da crítica literária Beatriz Sarlo que também seguem comigo como inspiração para pensar a temática<sup>19</sup>. Em seu livro *Tempo Passado*, a autora apresenta a ideia de que o passado é um terreno extremamente conflituoso e que toda apropriação dele tem potencialidade política<sup>20</sup>. Exemplo de quão pernicioso pode ser uma ausência de fala na construção de uma memória quando referida a esta potencialidade política está presente na crônica de Daniel Munduruku.

<sup>18</sup> Várias referências bibliográficas podem ser indicadas para um leitor que deseje aprofundar-se nesta temática. Para uma visão mais geral da América Latina como um todo DANDLER, Jorge. "Povos indígenas e estados de direito na América Latina: Eles tem alguma chance?" In: MÉNDEZ, Juan E.; O'DONNELL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Democracia, Violência e Injustiça: O não-estado de Direito na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. Para uma compreensão da questão indígena de um modo geral os textos já citados de Manuela Carneiro da Cunha podem facilmente ser encontrados. Pensando sobre as políticas indigenistas há ainda outro texto da autora, "Por uma história indígena e do indigenismo" In: *Cultura com Aspas*. São Paulo: Cosac-Naify, 2009. Pensando as particularidades das políticas indigenistas seja tematicamente ou territorialmente é necessário mencionar GARFIELD, Seth. *A luta indígena no coração do Brasil: política indigenista, a Marcha para o Oeste e os índios Xavante (1937-1988)*. São Paulo: Editora UNESP, 2011. WRIGHT, Robin. *História indígena e do indigenismo no Alto Rio Negro*. São Paulo: Mercado de Letras, 2009. OLIVEIRA, João Pacheco (org.). *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999. OLIVEIRA, João Pacheco de. "Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais" In: *Mana*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, Apr. 1998. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131998000100003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131998000100003&script=sci_arttext) (Último Acesso em 17/04/2015)

<sup>19</sup> SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>20</sup> Cf. sobretudo os três primeiros capítulos de SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

"Desde algum tempo se diz que no Rio Grande do Norte não há mais indígenas. E também já faz tempo que disseminava esta informação durante minhas palestras para professores porque confiava nos dados fornecidos pelo órgão oficial e outros institutos. (...) Estou dizendo isso porque há alguns dias atrás, enquanto participava do Encontro da Diversidade, um mega evento organizado pela Secretaria da Identidade e Diversidade (SID) do Ministério da Cultura[i], conheci Maria Ivoneide. Quem é ela? É uma indígena do Rio Grande do Norte. Ali estava a prova da existência de um povo antes negado. Ivoneide chegou-se a mim, apresentou-se. Disse que me conhecia. Fiquei lisonjeado. Argui algumas questões e fiquei sabendo que há mais de 10 anos estão pleiteando o reconhecimento de seu povo junto aos órgãos competentes. Alguns avanços já aconteceram. Nada vultoso. Um começo. Descobri, então, que o nome de seu povo é Amarelão. Fiquei curioso. Por que este nome? A mim parecia uma invencionice. Não disse isso a ela. Apenas especulei. Ela explicou-me que o nome é oriundo de uma antiga tradição que lhes foi contada por seus velhos avós. Ela contou, então, uma história."<sup>21</sup>

Estes trechos selecionados da crônica de Munduruku demonstram brevemente a luta de um povo específico pelo reconhecimento nacional, exemplificam como a reflexão crítica e o aprofundamento de uma história indígena tem implicações políticas relevantes para o cotidiano não só de grupos indígenas, mas de todos os brasileiros. Apresentam aquele conflito que existe no processo de construção de um presente a partir das apropriações possíveis do passado. Existem ainda muitos grupos em luta, seja pelo reconhecimento legal de sua existência, seja pelo direito à terra. A memória e o passado são um ambiente repleto de disputas políticas do presente.

Gosto especialmente da reflexão de Beatriz Sarlo, pois, ao falar sobre memória, demonstra que ela é composta de lembrança e esquecimento, o que implica no fato da memorização precisar operar também com certo grau de olvido. É o esquecimento que permite que sejam edificados parâmetros críticos, pois a lembrança por si só é inócua: é a seleção, o jogo entre lembrar e esquecer que garante relevância à memória. Entretanto, essa perspectiva da importância do esquecimento para a realização da memória, tradicionalmente é oculta e ignorada, fazendo com que a memória dominante – que é uma seleção – se passe por única e, por isso, tida como verdadeira lembrança. É preciso, portanto, enfrentar o caráter dogmático da memória dominante.

“Entendendo as noções de Ricoeur, pode-se dizer que a hegemonia do presente sobre o passado no discurso é da ordem da experiência e se apóia, no caso do

<sup>21</sup> MUNDURUKU, Daniel. "Lá Vem o amarelão" In: Mundurukando. Disponível em: <http://danielmunduruku.blogspot.com.br/2010/09/la-vem-o-amarelao.html> (Último Acesso em 23/04/2015)

testemunho, na memória e na subjetividade. A rememoração do passado (que Benjamin propunha como a única perspectiva de uma história que não reificasse seu objeto) não é uma escolha, mas uma condição para o discurso, que não escapa da memória nem pode livrar-se das premissas impostas pela atualidade à enunciação. E, mais que uma libertação dos ‘fatos’ coisificados, como Benjamin desejava, é uma ligação, provavelmente inevitável, do passado com a subjetividade que rememora no presente”<sup>22</sup>.

Retorno à ideia de que existe uma memória sobre os indígenas e, mesmo sendo ela avessa ao que acredito sobre indígenas, defendo que cabe acioná-la e trabalhar com ela. Considero necessário trabalhar com a imagem genérica e estereotipada do indígena, sua história no singular e por vezes vitimizadora que os planifica e os reduz a um denominador comum - o termo *índios* - , ignorando suas particularidades históricas, culturais e étnicas. Considero necessário, pois descartar sem problematizar essa memória comum é igualmente nocivo, pois o simples descarte pode transformar-se em outra maneira de legitimar os estereótipos, adensando silêncios e ruídos. Por isso, é precioso este procedimento de retomar essas imagens e demonstrar como são construídas historicamente, compará-las com documentos, com as falas dos indígenas hoje, com os estudos recentes da história do Brasil que buscam ouvir a voz indígena, em muitos momentos e deliberadamente ignorada. Em outras palavras é preciso enfrentar esta memória corriqueira ao senso comum que reduziu indígenas do ontem e do hoje a estereótipos e incompletudes e avaliar também os esquecimentos intrínsecos a esta narrativa. Ou seja, pensar a memória requer também refletir sobre os esquecimentos.

Ponderando sobre a memória e detendo-se na relação que ela estabelece com o conhecimento adquirido sobre história indígena, Eunícia Fernandes investigou – através de questionários – o que alguns alunos e ex-alunos da graduação em História conheciam sobre o tema, levando em consideração o que haviam aprendido na escola. A autora enfrenta, portanto, as memórias comuns que foram construídas para tratar dos indígenas, e analisa quão eficaz a escola e a graduação foram em fazer/ desfazer os estereótipos e os equívocos. A lei 11.648/2008, que integrou o ensino de história indígena como obrigatório, é um dos motes iniciais do texto que busca analisar também os ecos dessa legislação.

---

<sup>22</sup> SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. P. 49

Neste processo, a autora considera também as ligações – por vezes para nós invisíveis – entre o conhecimento escolar e os preconceitos explicitados em espaços de fórum livre.

“O que sabemos e pensamos acerca dos indígenas não deriva dos conhecimentos escolares nem se esgota neles, porém, acredito que ainda seja a escola o referencial fundamental dos conhecimentos tidos como verdadeiros para a maior parte da população. Lembremos que, por vezes, o livro didático é o único que existe em muitas residências e ele, tanto quanto os projetos e ações escolares, não tem garantido informações mínimas para que a população em geral – os cidadãos – conheça as histórias e experiências indígenas, garantindo não apenas a lei 11.645/2008, mas a própria Constituição. Desse modo é que estabeleço a associação entre questão indígena e lembrança da escola, apontando tanto os silêncios de conteúdo – que não permitem, por exemplo, que os alunos conheçam a multietnicidade indígena – como as estereotipias que constroem uma visão desqualificadora, na qual os indígenas são apresentados como preguiçosos, incapazes, inferiores, despreparados etc. E não sejamos ingênuos: se a questão da terra é axial nas disputas políticas em nossa sociedade, a compreensão de seu valor para os indígenas depende justamente de um saber qualificado que não se encontra na escola, o que se ratifica nas pesquisas sobre conteúdos indígenas nos livros didáticos utilizados no século XX”<sup>23</sup>

O trecho selecionado de Fernandes indica a articulação que vejo entre as imagens veiculadas sobre os indígenas, os saberes aprendidos na escola, e os posicionamentos políticos em face aos dilemas territoriais. Um trabalho de história que se proponha a pensar história sobre indígenas, portanto, se vê forçado a levar em consideração o que é acionado quando do uso da palavra índio, de modo que possa compreender o enfado que os leitores de Eliane Brum apresentam quando estão diante do tema.

Um problema está expresso – como escrevi anteriormente – no uso do singular quando da referência aos indígenas: não existe um indígena brasileiro, mas indígenas, grupos diferentes, plurais. Os problemas que enfrentam, deste modo, não são unívocos ou universais, mas múltiplos e diversos, onde o emaranhado de fios têm nascedouros diferenciados assim como desembocaduras distintas, articulando temporalidades - enquanto algumas pontas destes fios podem ser encontradas no primeiro momento do descobrimento, outras são derivadas de teorias do século XVII, ou ainda do racismo e de eugenismo do

---

<sup>23</sup> FERNANDES, Eunícia B. B. “Lembranças da escola: sentidos históricos e questão indígena” In: *Revista História Hoje*. V. 3, nº 6. 2014. P. 195-221. P. 198.

século XX – e espacialidades em nada iguais – as condições de vida e de luta pela terra, por exemplo, dos Xocós no Nordeste são distintas dos Guarani do Sul, sendo ainda distintas das dos povos do Xingu, sem falar nos representantes de diferentes grupos que se misturam nas cidades. Perceber essa complexidade é o primeiro passo para decomposição do preconceito hermético com que os indígenas brasileiros lidam hoje.

Construiu-se uma narrativa única para pensar os indígenas. E histórias únicas, lembra Chimamanda Adichie, são problemáticas não por serem mentiras, mas por serem incompletas<sup>24</sup> e, penso eu, como decorrência, por abrirem pouco espaço para uma complexificação do pensamento, afinal quanto mais fios de lembrança, mais horizontes são dados a ver. Entre os caminhos para desfazer os fios que construíram o silêncio, há que se enfrentar essa memória genérica e generalizante erigida em espaços escolares e fora deles. Pensar os indígenas, retomar as narrativas que lhe envolvem, e a partir disso evocar o outro, não para repetir e reforçar equívocos, mas ao contrário, para decompô-los.

### 1.1.3.

#### **Sobre memórias**

Uma primeira memória importante que precisamos confrontar neste processo de decomposição, sobretudo como historiadores do Brasil colonial, é a do descobrimento e da conquista das terras americanas. Este encontro inaugura as relações europeias com a alteridade indígena e as narrativas múltiplas e diversas sobre ele estão presentes em filmes, livros didáticos e desenhos animados. Repensar aqui a maneira como a narrativa do encontro se constrói é importante em duas dimensões, uma primeira, que diz respeito à maneira como essas memórias aparecem em narrativas atuais e em pautas políticas, e uma segunda, que se conecta com a proximidade temporal entre os eventos do descobrimento e os eventos bélicos da Guerra dos Tamoios. Explico: a maneira como os portugueses e franceses se chocaram com as alteridades indígenas faz parte de uma realidade mais ampla. Como mencionei ao início, 1555 é uma data

---

<sup>24</sup> ADICHIE, Chimamanda N. “The danger of a single story”. Conferência TED disponível em: [http://www.ted.com/talks/chimamanda\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story?language=pt-br](http://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br) (acessado em 10/07/2015)

importante por ser o marco da chegada de Villegagnon mas a as alianças entre francos e tamoios era mais antiga do que isso, de modo similar, os portugueses foram travando diferentes relações com as tribos indígenas americanas a partir do momento do descobrimento.

O filósofo Gerd Bornheim<sup>25</sup> acredita que ao falar de descobrimento, estamos diante de algo mais do que um evento com início e fim no calendário. Mais do que uma nau que repentinamente se dá conta de terra em seu horizonte; mais do que saber traçar o caminho de ida e volta para uma ilha distante. Estamos diante de um movimento alargado no tempo, no qual o evento do descobrimento é apenas um ponto de uma longa trajetória. O deslocamento europeu no mundo colocou-os diante de uma alteridade radical – a ideia expressa na expressão mesma de novo mundo – e de alteridades radicais – os homens e suas humanidades múltiplas que habitavam nos novos mundos.

“O total desconhecimento sobre o *ser humano*, ou seja, sobre os habitantes nativos dessas terras, sua natureza e sua origem é um dos fatores de maior impacto nessa sucessão de eventos que consiste na descoberta do Novo Mundo e na formação progressiva e contraditória das “primeiras imagens” das Américas, enfatizo o plural porque de fato não foi uma imagem que se produziu, mesmo quando se considera um único autor, mas um conjunto de imagens, por vezes complementares, por vezes dissonantes, frequentemente cambiáveis, o que revela a dificuldade de se ver algo nunca antes visto, de se confrontar com o novo.”<sup>26</sup>

A fala de Danilo Marcondes nos coloca diante do dilema primeiro do descobrimento, este encontro inicial entre indígenas e europeus colocou de imediato a pergunta sobre os povos nativos: “seriam estes novos indivíduos humanos”?<sup>27</sup> Diante da alteridade, a busca por parâmetros em comum parece ser o que está em pauta aqui, mas vai além. A questão parece simples, mas não é, pois tem fundamentos cujas implicações direcionam as ações colonizadoras: de modo bastante pragmático, uma vez que humanos e com alma, os nativos terão acesso a um conjunto de direitos, mas se não forem humanos não teriam alma nem acesso algum. As imagens construídas para os indígenas tem implicações políticas claras.

<sup>25</sup> BORNHEIM, Gerd. “A descoberta do homem e do mundo” In: NOVAES, Adauto. (org.) *A Descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>26</sup> MARCONDES, Danilo. “Ceticismo e o novo mundo”. comunicação apresentada na VI Filos em 27 de outubro de 2010.

<sup>27</sup> Cf. PAGDEN, Anthony. *The Fall of Natural Man: The American Indian and the origins of comparative ethnology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.



É o Papa Paulo III quem promulga uma Bula<sup>28</sup> atestando a humanidade indígena, tornando-os, portanto, cristãos em potencial. A humanidade dá-lhes acesso ao céu, direito este que se mostrou em muitos momentos mais próximo ao sentido de maldição do que de benção. Sobre o tema a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha escreveu:

“Procuram-se, de um lado, semelhanças, continuidades. Os índios são humanos, ninguém que os tenha visto o põe em dúvida no século XVI: a Bula de Paulo III 1534 que o afirma serve menos provavelmente para dissipar dúvidas a respeito do tema do que para reivindicar a jurisdição da Igreja sobre suas almas e uma parcela do globo. Com o Novo Mundo descobre-se também uma Nova Humanidade. Resta o problema crucial de inseri-la na economia divina, o que implica inseri-la na genealogia dos povos”<sup>29</sup>.

Há ainda que contabilizar que as diferentes experiências com os indígenas geraram relatos diversificados sobre os mesmos. Alguns destes testemunhos serão trabalhados nesta dissertação, como cartas trocadas entre missionários jesuítas e alguns relatos de viagem franceses. Cada um dos narradores moldou um indígena à imagem e semelhança de sua experiência com eles. Enquanto, por exemplo, algumas missivas jesuíticas focam as dificuldades da catequese e a barbárie indígena, outras missivas demonstram sua docilidade e inocência<sup>30</sup>; já os relatos franceses, por vezes parecem preocupados em descrever costumes, apresentar esta nova humanidade indígena como válida e por vezes mais civilizada que a violência europeia, fazendo com isso não um elogio ao indígena mas sobretudo como uma crítica a sua própria sociedade, como é o caso de alguns trechos de Jean de Léry<sup>31</sup>. Retorno a Manuela Carneiro da Cunha:

“Em 1500, Caminha viu “gente” em Vera Cruz. Falava-se então de homens e mulheres. O escambo povoou a terra de “brasis” e “brasileiros”. Os engenhos distinguiram o “gentio” insubmisso do “índio” e do “negro da terra” que trabalhavam. Os franceses que não conseguiram se firmar na terra, viram “selvagens”. Pelo fim do século, estão consolidadas, na realidade, duas imagens de índios que só muito tenuamente se recobrem: a francesa que o exalta e a ibérica,

<sup>28</sup>Bula Sublimus Dei, 1537. Disponível em: [www.newadvent.org/library/docs\\_pa03sd.htm](http://www.newadvent.org/library/docs_pa03sd.htm) (último acesso em: 24 de Maio de 2012)

<sup>29</sup>CUNHA, Manuela Carneiro da. “Imagens dos índios do Brasil no século XVI” In: *Cultura com Aspas*. São Paulo: Cosac Naify, 2009. P. 191

<sup>30</sup>Um trabalho interessante sobre isso é FLORÊNCIO, Thiago de Abreu e Lima. *A busca da salvação entre a escrita e o corpo: Nóbrega, Léry e os Tupinambá*. Dissertação de mestrado, PUC-Rio, Departamento de História, 2007.

<sup>31</sup>LÉRY, Jean de. *Histoire d’un Voyage fait en la terre du Brésil*. Paris: Librairie Generale Française, 1994. [1578]

que o deprecia. Uma imagem de viajante e outra de colono”<sup>32</sup>

Uma questão para este trabalho é que estas imagens do XVI se desprendem de uma cronologia linear e retornam ou se transformam em outras imagens ao longo do tempo. Todavia, cabe ressaltar que quero ir além de identidades herméticas, o texto de Manuela Carneiro da Cunha aponta exemplos, mas os cristaliza e por vezes fecha estas identidades em coletivos, franceses, colonos, viajantes. Se essas imagens se transformam, e exemplo disto é a ideia que predominou por muito tempo - e comum ainda hoje - de que os indígenas seriam menos aptos para o trabalho e por isso seriam preguiçosos, ou a ideia de que são pouco confiáveis, pois são instáveis e inconstantes, complexificar estas imagens é um dos caminhos necessários para esse trabalho. Um primeiro ponto é o de que as imagens construídas sobre os indígenas são parciais, imagens mediadas pelas experiências e situações das pessoas, no caso, de não indígenas. Exatamente por isso, são imagens presas a valores e necessidades particulares, distintas entre os vários colonizadores e distintas daquelas que os indígenas possuem sobre si mesmos. Entretanto, apesar de referirem percepções particulares, muitas entre essas imagens coloniais arrastaram-se século após século – entre rupturas e continuidades – e surgiram transformadas em livros didáticos, revistas em quadrinhos, matérias de jornal.

As narrativas estereotipadas sobre os indígenas às quais me refiro têm ainda hoje uma pujança espetacular, pois uma vez que se aprenda ou ouça na escola ou em outro lugar que os indígenas do XVI eram preguiçosos e não haja oportunidade de desconstrução, com facilidade aceitaremos o discurso deslocado e colonial de que são desocupados sustentados pelo estado, que possuem mais direitos do que deveres. Nos debrucemos portanto neste exercício de conectar a narrativa do quinhentos com as imagens construídas para os indígenas na atualidade.

Em 2013, o jornalista Rodrigo Constantino, colunista da *Revista Veja*, publicou em seu blog um texto antigo que a jornalista Sandra Cavalcanti teria escrito em 2008. O texto, claramente anti-indígena, sintetiza alguns dos problemas e preconceitos recorrentes no trato com os indígenas brasileiros e é exemplar de

---

<sup>32</sup> Idem, P. 200

uma maneira – a meu ver, equívoca tanto histórica quanto politicamente – atual de acionar a memória construída para o evento do descobrimento.

“Para começo de conversa, o mundo, naquela manhã de 22 de abril de 1500, era completamente outro. Quando a poderosa esquadra do almirante português ancorou naquele imenso território, encontrou silvícolas em plena idade da pedra lascada. Nenhum deles tinha noção de nação ou país. Não existia o Brasil. Os atuais compêndios de história do Brasil informam, sem muita base, que a população indígena andava por volta de cinco milhões. No correr dos anos seguintes, segundo os documentos que foram conservados, foram identificadas mais de duzentos e cinquenta tribos diferentes. Falando mais de 190 línguas diferentes. Não eram dialetos de uma mesma língua. Eram idiomas próprios, que impediam as tribos de se entenderem entre si. Portanto, Cabral não conquistou um país. Cabral não invadiu uma nação. Cabral apenas descobriu um pedaço novo do planeta Terra e, em nome do rei, dele tomou posse.”<sup>33</sup>.

A narrativa de Sandra Cavalcanti foi construída para dar materialidade ao seu argumento expresso no título de que “o Brasil nunca foi dos índios”, isentando desta forma o estado de cumprir qualquer tipo de política reparatória para com os povos indígenas, para tanto ela escolheu justamente o evento do descobrimento. Menciona a data comum de celebração da chegada das naus portuguesas a América, 22 de abril de 1500, e afirma que este mundo que os portugueses conquistaram era outro – diferente do atual. Para construir o sentido de seu texto, opõe imagens de progresso, enquanto descreve a esquadra portuguesa como sendo ‘poderosa’, já os indígenas e sua diversidade étnica e cultural apresenta como silvícolas em ‘plena idade da pedra lascada’, descartando com isso as diferentes e possíveis perspectivas para progresso, ignorando por exemplo a força guerreira destes indígenas que também eram, em seus termos – e muitas vezes nos termos europeus também -, poderosos. Para deslegitimar a ideia de que houve uma invasão de um território por parte de Cabral – em quem ela congrega todas as ações da coroa lusa – ela cuidadosamente mencionou a diversidade que no primeiro momento do texto ignorara, não para com isso valorizar as diferentes maneiras de existir no século XVI, mas para enfatizar a desunião indígena, e a ausência de uma nação no sentido contemporâneo. Ao mundo que ela defende como sendo outro, ela imputa seus critérios modernos de nação e união. Se não havia nação, a autora defende, não houve invasão, o Brasil

<sup>33</sup>CAVALCANTI, Sandra. “O Brasil nunca foi dos índios” In: Rodrigo Constantino Blog. 07/06/2013. Disponível em: <http://rodrigoconstantino.blogspot.com.br/2013/06/o-brasil-nunca-pertenceu-aos-indios.html> (Ultimo acesso em 11/07/2015)

nunca foi dos índios, pois o que Cabral conquistou não era o Brasil de hoje. Eis sua conclusão, se o Brasil nunca foi dos índios, não haveria sentido em lhes conceder todos os direitos que a constituição de 1988 defende. A maneira cuidadosa como a autora evoca a memória comum sobre os eventos do descobrimento demonstra como as narrativas sobre o passado são politizadas.

No início do ano seguinte, 2014, outro exemplo deste tipo de construção pode ser encontrado no texto do mesmo jornalista que compartilhou o texto de Sandra Cavalcanti. Constantino publicou em sua coluna online texto em resposta a uma manchete que falava sobre um assassinato no qual os suspeitos eram indígenas. O título do texto – “Índios assassinos?!!!! Não creio, chamem Rousseau!!!” – faz referência ao filósofo Jacques Rousseau e à ideia sintetizada por ele a partir de escritos como os de Montaigne sobre o ‘bom selvagem’.

“Pois é. Os índios da realidade são bem diferentes dos idealizados. No mundo real, algumas tribos praticam infanticídio até hoje, para se ter ideia da barbárie. Nasceu com “defeito”, é enterrado vivo. Outras tribos participam em esquemas enormes de corrupção envolvendo a própria Funai, como escândalos já trouxeram à tona. No campo, vários índios, muitas vezes financiados por ONGs internacionais, têm causado transtorno para o agronegócio, principal locomotiva do crescimento econômico brasileiro nos últimos anos. Se antes eram os invasores do MST a prejudicar o setor, hoje os indígenas já se transformaram na maior ameaça. Até quando vamos nutrir essa imagem romântica e boba dos índios? Até quando vamos tratá-los como inimputáveis? Até quando vamos, por sentimento obtuso de culpa coletiva, ajudar a criar uma segunda nação, a nação indígena, dentro do próprio território nacional? Por mim, já passou da hora de tratar “índios” (muitos totalmente aculturados, com calças jeans e celular) como brasileiros, e todos sob os mesmos critérios legais, sob o império das leis isonômicas”<sup>34</sup>.

Rodrigo Constantino começa por opor duas figuras indígena – um que seria real e outro idealizado. Ao evocar o índio real o autor escolhe demonstrar a barbárie de certas tribos que praticam o infanticídio, e enfatizar que algumas tribos fazem parte de esquemas de corrupção dentro da FUNAI. Este índio real, no singular, cujas ações são reprováveis aos olhos do jornalista, é um entrave ao agronegócio. Posicionando-se contra a imagem idílica do indígena, que ele não descreve e nem qualifica mas que aqui poderíamos conectar ao movimento indigenista do XIX – célebre também por romantizar a figura de um selvagem

<sup>34</sup>CONSTANTINO, Rodrigo. “Índios assassinos? Não Creio, chamem Rousseau!!!” In: Coluna Rodrigo Constantino. 01/02/2014. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/cultura/indios-assassinos-nao-creio-chamem-rousseau/> (Último acesso em 11/07/2015)

representante verdadeiro da brasilidade -, Rodrigo Constantino se propõe portanto a construir outra imagem do indígena, esta que seria ‘a’ verdadeira por se referir ao índio real, é primeiramente articulada de maneira macabra com os pré conceitos comuns aos brasileiros, para depois defender uma cidadania – nos seus termos - para estes indígenas. Não leva em conta por exemplo, que há mais de uma maneira de exercer cidadania e ser cidadão brasileiro. Constantino não permite em seu texto, por exemplo, que os indígenas digam como desejam viver sua cidadania. Não cabe. E deseja que concordemos com ele, afinal o indígena real é corrupto, preguiçoso, infanticida, e uma pedra no sapato da fonte de lucro mais significativa do país, o agronegócio.

Existem muitos problemas, equívocos e desconhecimento nestas duas falas que apresentei. Não escolhi um jornalista e blogueiro ao acaso. Considero importante demonstrar como os meios de comunicação veiculam informações sobre os indígenas de maneira leviana. Rodrigo Constantino é colunista de uma revista com tiragem de mais de um milhão de exemplares, assinada por mais de oitocentos mil brasileiros<sup>35</sup>, cuja página online no Facebook conta com mais de seis milhões de curtidas. Enquanto muitos o consideram uma figura no mínimo risível e academicamente desprezível, devido aos seus textos rasos, extremistas e parcamente embasados, não são poucos os acessos, comentários favoráveis e compartilhamentos em redes sociais que o autor recebe, mesmo de pessoas mais jovens, que poderiam – pela faixa etária – ter um conhecimento atualizado e criticá-lo seja pelo conteúdo de sua escrita, seja pela falta de profundidade de sua reflexão<sup>36</sup>. Trazer tanto seu texto quanto o artigo por ele compartilhado trata-se, portanto de apresentar textos com um alcance comprovadamente amplo, sobretudo pela sua inserção no mundo digital, e mobilizador de interlocução.

Os dois textos apresentaram o indígena como um estorvo, acidente de percurso que mais atrapalha do que ajuda. Afirmar que não houve violência no encontro primeiro entre indígenas e europeus, que Cabral não invadiu uma nação, pois não havia nação, abre espaço para que os indígenas do hoje sejam os causadores de transtorno ao agronegócio, estorvos do século XXI tanto quanto o

<sup>35</sup> Tabela de publicações da Editora Abril de Agosto de 2015 consultada online: <http://www.publiabril.com.br/tabelas-gerais/revistas/circulacao-geral/imprimir>

<sup>36</sup> O blog de Rodrigo Constantino está atrelado a página da Revista Veja e pode ser visitado no seguinte endereço <http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/>

foram no XVI frustrando planos dos colonizadores europeus. Também por isso mencionei, logo ao início, a necessidade de problematizar a memória do descobrimento, aclará-la, portanto, a partir dos relatos históricos. Ignorar as violências do passado pode ser um caminho sinistro para legitimar sua presença no presente. Adauto Novaes em face às celebrações festivas dos 500 anos dos descobrimentos atentou para a “forma hipócrita” de esquecimento que estava ali travestida em festa<sup>37</sup>. Na fala de Sandra Cavalcanti, o mau esquecimento se mascara com o conhecimento histórico, no texto de Constantino, o esquecimento assume a forma de gentileza cidadã, afinal, seu desejo é tratar índios como brasileiros – como se estes já não o fossem, e de receio, já que os indígenas ameaçam o agronegócio – empreendimento lucrativo para a nação brasileira da qual nós, e não os indígenas, fazemos parte, segundo o autor.

As falas do XVI retornam. Para ratificar seu argumento – de que não houve violência nas ações derivadas do descobrimento – Sandra Cavalcanti cita as benesses do contato com os europeus, estes teriam ensinado os indígenas a tratar aleijados e idosos, a cantar, a escrever; pregando paz e bondade, evangelizaram os índios. A violência do XVI está, portanto, esquecida, pois a imposição de outra cultura não é tida como violência. Este é um mau esquecimento, gerado por uma memória interessada em ganhos para não indígenas, memória limitadora, portanto, da perspectiva sobre os eventos de encontro: torna-se uma falácia ao apresentar-se como ‘a’ verdade e obstáculo a qualquer crítica ao movimento expansionista europeu. Este mau esquecimento gera os hiatos ruidosos que Baeta-Neves mencionou. Neste sentido cabe retornar a fala de Novaes sobre o descobrimento:

“Confrontados pela primeira vez com um tipo de sociedade radicalmente diferente – ‘um estado social pleno e acabado’ que o olhar estrangeiro não soube ver -, os ocidentais não hesitaram em impor sua concepção de sociedade humana. Nas suas representações políticas não havia lugar para o diferente (...) Pela força, o Ocidente impôs ao Outro sua singularidade absoluta”<sup>38</sup>.

Sim, considero a ação europeia sobre os diferentes colonizados uma violência, e esse tipo de violência precisa ser rememorado quando necessário, para que o silêncio ruidoso das falas sobre os indígenas não seja a única coisa que

<sup>37</sup> NOVAES, Adauto. “A outra margem do ocidente” In: NOVAES, Adauto (org.) *A Outra Margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

<sup>38</sup> Idem, p. 7

ouvimos e aprendemos.

À primeira vista, pode parecer que trouxe falas extremas, de personagens rotulados como direitistas exacerbados, com o intuito de comprovar a existência de um preconceito quando este seria parte, na verdade, de uma parcela pequena da sociedade. Não é o caso, pois acredito inclusive que a maioria da população brasileira não pense como estes dois indivíduos anti-indígenas. Contudo, retornando às afirmações de Eliane Brum e de Eunícia Fernandes, há que se ter em mente que grande parte da sociedade brasileira é indiferente aos indígenas, e mesmo aqueles que se colocam em sua defesa não saberão fazê-lo, reféns de seus próprios preconceitos ou dos de outrem, não conseguindo indignar-se com as violências cometidas contra eles ou, quando indignados, não sabendo como agir diante deste diferente: as informações disponíveis não qualificam defesas.

Como na colonização, ainda hoje se busca transformar o outro em si mesmo: o indígena só serve em nossos termos ocidentais e singulares. Esta dissertação trata de indígenas que não aceitaram os termos portugueses e a resposta colonizadora não foi cordial, ou benevolente, mas radicalmente violenta. Entretanto, este trabalho não trata de vítimas idealizadas – imagem igualmente empobrecedora da potencialidade indígena –, sendo minha intenção apresentar os eventos da Guanabara de modo a tornar visível justamente a força indígena em manter-se firme a agendas prévias ao encontro com o europeu e como esta força tornou-se cada vez mais apavorante para os portugueses a medida que cresceu, aliou-se com nações estrangeiras e enfrentou-os em diversas ocasiões.

Estudar história indígena no Brasil hoje é também lidar com todas essas imagens conjugadas que subvertem-se em preconceitos, desconhecimentos, hiatos e silêncios. Enfrenta-se a sala de aula como sendo um dos espaços nos quais mais apreendemos conhecimento equivocado sobre os indígenas, porém, como demonstram os dois textos de ampla circulação que mencionei, a mídia desempenha um papel fundamental na perpetuação de silêncios específicos, mesmo quando a intenção primeira não é esta.

Em outras palavras, um dos desejos deste trabalho é trazer os indígenas para perto. Uma imagem que elucida a que ‘perto’ me refiro é que Carlo Ginzburg

apresenta em seu livro *Olhos de madeira*, que propõe reflexões sobre a distância. Seu penúltimo artigo analisa uma equivalência perigosa entre a distância e as implicações morais de aceitar a morte de alguém, ou seja, quanto mais distantes nos posicionamos de algo, com mais facilidade aceitamos seu infortúnio, menos nos diz respeito, toca menos nossa realidade e nosso cotidiano.

“Um bomba que mata centenas de milhares de pessoas pode acarretar remorso em quem a lançou: aconteceu com Claude Eatherly, o piloto de Hiroshima. Mas um bomba não requer que gente comum aprenda a executar os detalhes horrendos daquela carnificina humana. Mesmo no caso (frequente) em que esse adestramento atinja plenamente o objetivo, podem se verificar sempre pequenas disfunções, porém. Christopher Browning demonstrou-o em seus *Homens comuns*: um livro terrível, que reconstrói detalhadamente como um batalhão de policiais alemães da reserva se envolveu no extermínio de judeus na Polônia. Os cidadãos alemães normais transformados em assassinos em massa, quando deparavam casualmente com judeus que haviam conhecido no passado, não conseguiam cumprir suas tarefas de maneira adequada. Projetar os estereótipos da propaganda nazista em dezenas, centenas ou milhares de judeus desconhecidos era evidentemente mais fácil”<sup>39</sup>.

Para combater a militância antiindígena equívoca de Constantino e Cavalcanti, bem como a apatia que Eliane Brum atesta, acredito que um dos caminhos seria o de trazer os indígenas para perto. Este movimento permite construir uma nova forma de lidar com este grupo de indivíduos, para ver de maneira diferenciada a história indígena, sua luta pela terra e por seus direitos. Aplicando de maneira concreta o que acredito ser importante neste processo de confrontar memórias e trazer para perto a história dos indígenas brasileiros, retorno a Manuela Carneiro da Cunha.

“As populações indígenas tem direito a seus territórios por motivos históricos, que foram reconhecidos no Brasil ao longo dos séculos. Mas esses direitos não devem ser pensados como um óbice para o resto do país: ao contrário, são pré-requisito da preservação de uma riqueza ainda inestimada, mas crucial. O que se deve procurar, no interesse de todos, é dar as condições para que essa riqueza não se perca”<sup>40</sup>.

Quando trouxe para a introdução minha trajetória pessoal de descoberta da figura do indígena tinha a intenção de demonstrar que da mesma maneira que preconceitos são construídos, também podem ser decompostos. A cultura e as

<sup>39</sup>GINZBURG, Carlo. “Matar um mandarim chinês: as implicações morais da distância” In: *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. P. 211

<sup>40</sup>CUNHA, Manuela Carneiro da. “O futuro da questão indígena” In: *Cultura com aspas*. São Paulo: Cosac-Naify, 2009. [1994] P. 271



identidades estão em fluxo constante, perceber sua pluralidade, seu movimento contínuo e os fios que tecem suas relações com o passado são respostas que podem abrir caminho para reconhecimento e aceitação. Neste sentido podemos construir as condições – como escreve Manuela Carneiro da Cunha – para que essa riqueza presente na diversidade não se perca. Claude Lévi-Strauss coloca como sendo função do antropólogo trazer sentido a configurações distantes, como um astrônomo. “O antropólogo é o astrônomo das ciências sociais” – escreve e explica em seguida – “ele está encarregado de descobrir um sentido para as configurações muito diferentes, por sua ordem de grandeza e seu afastamento, das que estão imediatamente próximas do observador”<sup>41</sup>. Acredito que, em muitos sentidos, o ofício do historiador – como professor e pesquisador – se aproxima deste movimento no sentido de trazer para perto. Cruzando informações, trago ainda a citação de Eunícia Fernandes que se debruça neste artigo sobre a relação entre as imagens dos indígenas presentes em livros didáticos e sua relação com a maneira como representamos e disseminamos conhecimento sobre estes grupos e como isso pode se conectar com a construção de cidadania, e que completa esta reflexão sobre a importância de nos aproximarmos criticamente das representações e tornar visíveis também os caminhos de construção das mesmas.

“Se as representações conferem sentido, tornando a vida inteligível, é necessário considerar que é a partir delas que tomamos nossas decisões, conscientemente ou não. E aqui está um ponto nodal para este texto, tanto para encaminhar os conceitos de sujeito cidadania, quanto por já sugerir papéis para a escola e o livro didático. Muitas vezes fazemos uso de valores, critérios e conteúdos – nossos modos de ver e de pensar o mundo –, sem identificá-los ou refletir sobre eles. Nossas ações, assim, se fragilizam porque desconhecemos seus sentidos e possíveis alcances. Somente quando cômicos das representações é que podemos potencializar nossas ações, pois nos tornamos aptos a escolher.”<sup>42</sup>

Cabe, portanto, ao trabalho historiográfico demonstrar empiricamente que os eventos passados, distantes do leitor e do observador, não apenas fazem sentido no presente como também são imprescindíveis para uma construção de uma cidadania, e para um agir consciente<sup>43</sup> no mundo, historicamente e humanamente.

<sup>41</sup> LEVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. São Paulo: Cosac-Naify, 2010.

<sup>42</sup> FERNANDES, Eunícia B. B. “Imagens de índios e livros didáticos: uma reflexão sobre representações, sujeitos e cidadania.” In: *A História na Escola*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

<sup>43</sup> Sobre a reflexão de consciência história ver: RÜSEN, Jörn. *Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Ed. UNB, 2001

## 1.2

### Um percurso de pesquisa: a Guerra dos Tamoios

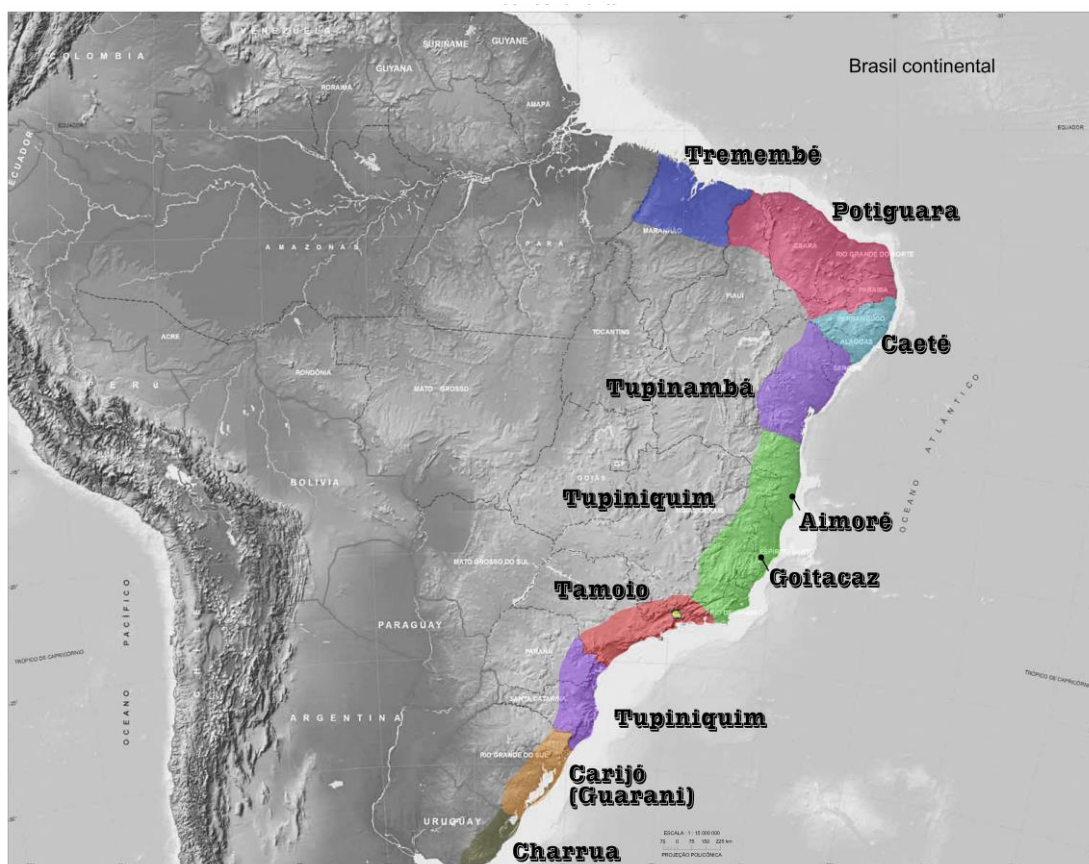
Como mencionei logo ao início deste trabalho, a história do Rio de Janeiro começa com uma guerra. Como todo e qualquer evento bélico, a Guerra dos Tamoios envolveu de maneira mais ou menos próxima e direta diferentes grupos sociais. Ao lidar com essa temática eu enfrento uma memória comum sobre o tema: os que conhecem os eventos geralmente o alocam como um conflito nativista, indígena, contra a ocupação lusa em nome de uma liberdade e do uso da terra pelos indígenas<sup>44</sup>. Apresento, portanto meus personagens.

A costa da América lusa estava toda ocupada por indígenas tupis de grupos diferentes que são nomeados de maneira distinta pela documentação europeia. A documentação sugere que, se não todos, a maioria fazia parte de um mesmo tronco linguístico. A primeira ilusão a ser desfeita é que essa articulação linguística não corresponde a sociedades iguais, nem mesmo a sociedades amigas: há inimizades entre esses grupos cujo início dificilmente pode ser precisado. Deter-me-ei na caracterização dos dois grupos que figuram o título desta dissertação - tamoios e tupiniquins - e que combatiam-se mesmo antes da chegada de europeus, sendo importante ressaltar que essas inimizades se expandiam para além dos dois grupos. Os tamoios não eram inimigos exclusivamente dos tupiniquins, as hostilidades englobavam também os temiminós, por exemplo, que, de acordo com a documentação, teriam sido expulsos da região da Guanabara pelos tamoios em um momento anterior à chegada dos europeus<sup>45</sup>.

---

<sup>44</sup>Um dos mais emblemáticos trabalhos que usam essa perspectiva é o de Quintiliano. Reservei parte do primeiro e do segundo capítulo para uma crítica mais detalhada desta memória. Cf. QUINTILIANO, Ailton. *A Guerra dos Tamoios*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003; [1965]

<sup>45</sup>ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. OLIVEIRA, João Pacheco de. “Os indígenas na fundação da colônia: uma abordagem crítica” In: FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fátima (Org.) *O Brasil Colonial: 1443-1580*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.



O mapa acima cruza as informações de Carlos Fausto - textuais e do mapa que ilustra seu artigo “Fragmentos de História e Cultura Tupinambá<sup>46</sup>” - com um mapa atualizado do território brasileiro<sup>47</sup>, de modo a materializar a diversidade de grupos tupi que ocupavam a costa. A documentação seiscentista trata essas nomenclaturas étnicas de maneira difusa. Exemplar disso são os próprios tamoiós, que são nomeados desta maneira pelos portugueses, enquanto os franceses os chamam na maior parte das vezes de tupinambás. O recurso imagético cartográfico não pode ser tomado de maneira unívoca, apesar do esforço do antropólogo de demonstrar de maneira didática e segmentada como se dava a ocupação da costa, essas fronteiras são fluídas. Os grupos tupis tinham uma maneira diferente de lidar com guerra e alianças, assim como com a espacialidade, portanto, a materialização como recurso didático não pode se tornar percepção absoluta: as categorias indígenas eram menos fechadas do que o mapa colorido e

<sup>46</sup>FAUSTO, Carlos. “Fragmentos de História e Cultura Tupinambá: da etimologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

<sup>47</sup>Mapa retirado do Atlas Nacional de 2010 disponibilizado pelo IBGE. **ATLAS nacional do Brasil Milton Santos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. P. 31. Agradeço ao cartógrafo Jorge de Araújo Pastor por cruzar as informações imageticamente para este trabalho.

segmentado apresenta.

Para pensar sobre esses tupinambás da costa, trago algumas das informações que Carlos Fausto apresenta em seu artigo:

“As aldeias tupinambá, compostas por um número variável de malocas – em geral, de quatro a oito – dispostas em torno de um pátio central, possuíam, segundo os relatos da época, uma população de quinhentos até 2 ou 3 mil índios. A distância entre os diversos grupos locais não era uma constante, mas função das condições ecológicas e políticas de cada região. Várias aldeias, possivelmente ligadas por laços de consanguinidade e aliança, mantinham relações pacíficas entre si, participando de rituais comuns, reunindo-se para expedições guerreiras de grande porte, auxiliando-se na defesa do território. Esse conjunto informe de grupos locais circunvizinhos, porém, não estava sujeito a uma autoridade comum, nem possuía fronteiras rígidas: era fruto de um processo histórico em andamento, onde se definiam e se redefiniam constantemente as alianças.”<sup>48</sup>

Importante considerar essa fluidez como um elemento do processo histórico que se desenrolou na Guanabara, pontuar que estes indivíduos não estão descolados do tempo ou presos a uma circularidade infinita. São seres históricos, com conflitos que são igualmente historicizáveis e que precisam ser analisados desta maneira.

Como já comecei a descrever, os tamoios travaram relações de amizade com os primeiros franceses conforme os europeus começaram a se aproximar do território. A documentação seiscentista não nos permite perceber – até este momento – as circunstâncias do contato primeiro, ainda assim, ele é uma das mais importantes bases da ocupação francesa quando, em 1555, a esquadra de Villegagnon chega ao continente americano com a intenção clara de acomodação no território. Importante, sobretudo, por garantir algum tipo de respaldo para esse grupo estrangeiro que desconhecia o território no qual agora começava a se sedimentar. Os franceses dependeram desta aliança em muitos momentos ao longo de sua ocupação. Os indígenas sabiam por exemplo onde encontrar água potável e alimentos, ofereceram sua força para construir o Forte Coligny, e também lutavam juntamente aos franceses caso a necessidade se apresentasse.

Os tamoios são um grupo indígena guerreiro, antropófago, dentro do qual a

---

<sup>48</sup>Idem, p. 384

guerra assume tessituras sociais axiais<sup>49</sup>. Importante fazer esta ressalva aqui, em diálogo sobretudo com o trabalho do sociólogo Florestan Fernandes que é um interlocutor importante ao longo desta dissertação graças a sua exaustiva investigação sobre os sentidos múltiplos que a guerra assume para os povos tupinambás.

Os portugueses, por outro lado, se aliaram a outros grupos indígenas tupi, inimigos dos tamoios, entre eles, os tupiniquins. Há que se deixar claro que os dois grupos – ainda que inimigos – se aproximam de maneira importante não apenas por fazerem parte do mesmo tronco linguístico, mas por possuírem concepções similares de guerra: para tamoios e tupiniquins esta belicosidade faz parte de uma das maneiras possíveis de relacionar-se com a alteridade – indígena e europeia.

Quando falamos em guerra indígena há que se fazer com algum cuidado e delicadeza e ao dizer isso tomo emprestada a ressalva feita por Carlos Fausto por considerá-la pertinente<sup>50</sup>. Como estamos diante de realidades muito distantes da nossa, aproximar-se dessas configurações requer sempre cautela para não adicionar ainda mais equívocos e preconceitos em áreas que já são demasiadamente obscuras.

Um primeiro aspecto a sublinhar é que esta característica guerreira é uma das múltiplas maneiras que estes indígenas encontram para se relacionar. Esta referência nos ajuda a evitar cair em imagens incompletas, tais como a de que estes indígenas seriam essencialmente violentos, constantemente cruéis e bárbaros – imagem comum nos relatos do século XVI. Outro importante aspecto que desejo perseguir neste trabalho é o de que estas guerras são históricas, e portanto, é preciso analisá-las dentro de suas configurações historicizáveis<sup>51</sup>.

<sup>49</sup> cf. FERNANDES, Florestan. *A função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*. São Paulo: Editora Globo, 2006.

<sup>50</sup> FAUSTO, Carlos. *Inimigos Fieis: História, guerra e xamanismo na Amazônia*. São Paulo: EDUSP, 2001

<sup>51</sup> Ao me aproximar da guerra indígena me interessei menos por suas categorias ontológicas, que por suas implicações históricas nas experiências americanas. Para fazer esse tipo de análise me apoio em forte interlocução com trabalhos como os de João Pacheco, Elisa Frühalf e Eliane Fleck. OLIVEIRA, João Pacheco de. “Os indígenas na fundação da colônia: uma abordagem crítica” In: FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fátima (Org.) *O Brasil Colonial: 1443-1580*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. GARCIA, Elisa Frühalf. “Trocas, Guerras e Alianças na

Compreender como a guerra indígena altera a percepção dos europeus – em especial dos colonos portugueses – sobre os perigos que a empreitada colonizadora enfrentaria é um dos objetivos dessa dissertação, e o tema é trabalhado com mais vagar ao longo do segundo capítulo. A guerra indígena é lida neste trabalho como elemento transformador da prática lusa no território americano.

O primeiro objetivo que apresentei ao início da introdução foi o de revisitar historicamente os eventos bélicos da Guanabara, já o segundo se conecta com a maneira indígena de fazer guerra e alianças: consiste em aproximar-me deste evento com o foco direcionado para as configurações indígenas. Este outro objetivo que se conecta com o primeiro que mencionei, pois não se trata apenas de revistar o evento historicamente, mas de mudar o foco da retomada histórica: são os nativos que me interessam, avaliando tanto suas ações no processo colonizador como essa nova visada transforma as perspectivas teóricas de colonização e cristianização do espaço.

Neste processo de colocar uma lupa sob os significados da guerra indígena me aproximei de trabalhos antropológicos sobre o tema que me ajudaram a perceber como tamoios e tupiniquins relacionavam a guerra com seu modo de ser e estar no mundo, trabalhos como o de Florestan Fernandes, já mencionado, e outros como os de Renato Stutzman<sup>52</sup> e Beatriz Perrone-Moisés<sup>53</sup>. Ao fazer isso – pensar sobre as implicações das configurações ameríndias de guerra – busquei fazer o mesmo movimento com os sentidos europeus para guerra e, neste movimento, colocá-los lado a lado, refletindo sobre os contrastes do contato e a maneira como isso também se conecta com a forma com os europeus se relacionavam com a alteridade ameríndia no XVI.

A documentação seiscentista fala de guerra indiscriminadamente, mas não

---

formação da sociedade colonial” In: FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fátima (Org.) *O Brasil Colonial: 1443-1580*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. FLECK, Eliane Cristina Deckmann. “Estados de paz e estados de guerra - negociação e conflito na América Portuguesa (séculos XVI e XVII)” In: *Projeto História (PUCSP)*, São Paulo, SP, v. 31, n.dez/2005, p. 313-335, 2005.

<sup>52</sup> Cf. SZTUTMAN, Renato. *O profeta e o principal*. São Paulo: EDUSP, 2012. COHN, Clarice; SZTUTMAN, Renato. “O visível e o invisível na Guerra ameríndia” In: *Sexta-Feira*, Vol. 7. São Paulo: Editora 34, 2003. P. A46

<sup>53</sup> PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Verdadeiros contrários: guerras contra o gentio no Brasil colonial”, *Sexta-feira*, vol. 7. São Paulo: Editora 34, 2003.

podemos ser ingênuos e devemos ter em conta que indígenas e europeus acionavam conteúdos diferentes quando lidavam com esta temática. Deste modo, neste trabalho busquei compreender como esse choque de percepções bélicas se desdobrou em ações políticas e guerreiras por parte dos dois lados – portugueses e tamoios. Mais do que isso, há que se levar em consideração a pluralidade desta guerra indígena em termos históricos e sociais.

“Quando falamos em guerra indígena na América do Sul tropical, devemos considerar sua variabilidade no tempo e no espaço. Atentar para o contexto e a época em que foi observada e relatada, bem como para a natureza e qualidade das fontes. Isso significa, entre outras coisas, manter presente o fato de que a guerra indígena tal qual a conhecemos historicamente está imersa em um processo de conquista e colonização de proporções monumentais. Monumental não apenas pela extensão de terras envolvidas, mas também pelos seus drásticos efeitos sociodemográficos. O processo colonial alterou rapidamente as condições em que viviam as populações ameríndias. (...) nesse quadro complexo de transformações falar em guerra indígena no singular é, por certo, arriscado. O impacto da colonização sobre as práticas bélicas nativas foi amplo, difuso, duradouro, mas também variado conforme local e época(...).<sup>54</sup>”

Levando Carlos Fausto em consideração, é necessário sublinhar que, apesar de assumir que existe uma pluralidade nas guerras indígenas, este trabalho está circunscrito à análise histórica de um confronto - os eventos bélicos da Guerra dos Tamoios -, portanto, essa pluralidade não será investigada. Este é um momento histórico envolvido por silêncios múltiplos que decidi enfrentar. Há o silêncio da historiografia que pouco se ocupou de estudar este momento histórico. Há o silêncio da documentação, pois as narrativas da guerra são escassas, esparsas, e por vezes inconsistentes. E há o silêncio da memória comum sobre o conflito que o alocou de maneira rígida como sendo uma confederação indígena contra o ladrão europeu português. O primeiro capítulo desta dissertação conta a história desta pesquisa e dos silêncios que enfrentei – alguns hiatos que eu conhecia e outros que descobri no processo de investigação documental.

Cabe dizer que este recorte temático – a Guerra dos Tamoios - se apresentou para mim como um território desconhecido, ainda a ser mapeado desde o princípio. Meu questionamento estava direcionado mais à questão indígena e à experiência colonial lusa em sua relação com os nativos, e não à temática

---

<sup>54</sup>FAUSTO, Carlos. “Da inimizade: forma e simbolismo da guerra indígena” In: NOVAES, Adauto (org.) *A outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. P. 252

específica da guerra. Em 2012, apresentara meu trabalho de conclusão no curso de história sobre a questão da liberdade indígena no Breve de Urbano VIII. Apesar de satisfeita por ter pensado sobre os indígenas na situação colonial, o trabalho me causou desconforto pois, apesar de acreditar que teoria e experiência são duas realidades indissociáveis, percebi, ao final, que as havia tratado em separado, ou seja, aquilo que eu desejava que fosse um trabalho que tratasse da experiência indígena, acabou se limitando a tratar de maneira teórica sobre a discussão acadêmica e teológica sobre a liberdade indígena a partir do breve promulgado em 1639. Aceita no mestrado, propunha-me a fazer o que não havia feito. A Guerra dos Tamoios como tema foi sugestão da orientadora Eunícia Fernandes e eu decidi aceitar como desafio. A busca pelo tema foi, portanto, antes de qualquer coisa, uma busca por enfrentar a experiência indígena.

Meu primeiro levantamento bibliográfico identificou uma escassa bibliografia sobre o tema<sup>55</sup>. A obra do jornalista Ailton Quintiliano – *A guerra dos tamoios* - já com seus quase cinquenta anos se apresentou para mim naquele momento como a única bibliografia a dedicar-se inteiramente ao tema e também, por isso, a mais problemática. Para além de não apresentar a documentação utilizada, o autor reproduzia um discurso romântico sobre o tema que retirava dos eventos uma complexidade que hoje, a partir de um diálogo constante com outras áreas do conhecimento, como a antropologia, eu lhe imputo. No mesmo período em que acessei este livro, encontrei um artigo de Sztutman e Perrone-Moisés que – publicado em 2010 - buscava atualizar a questão, cruzando o livro de Ailton Quintiliano e outros documentos, ancorados em referências bibliográficas antropológicas mais recentes e novas leituras das guerras indígenas.

<sup>55</sup> A bibliografia específica sobre este recorte temático e temporal é realmente diminuta. Entre os livros e teses que identifiquei neste primeiro levantamento destaco a obra de Ailton Quintiliano, cuja primeira publicação foi em 1965, *A Guerra dos Tamoios*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003; e o artigo de Renato Sztutman e Beatriz Perrone-Moisés, “Notícias de uma certa confederação Tamoio” In: *Maná*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, Oct. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v16n2/07.pdf> (último acesso em 03 de Junho de 2013) Importante mencionar que foi neste primeiro momento que entrei em contato com o poema épico de Gonçalves de Magalhães, *A confederação dos Tamoios*. A obra, parte do movimento indigenista, foi publicada no século XIX e é fundadora de uma maneira de ver o conflito que o aloca como uma guerra nativista, de indígenas contra portugueses que ensejavam roubar-lhes a terra. Ao longo do primeiro capítulo faço uma leitura mais detalhada do poema e da maneira como ele se relaciona ainda hoje com alguns trabalhos historiográficos que ainda partem das premissas de Magalhães. Cf. MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *A Confederação dos Tamoios: edição fac-similar seguida da polêmica sobre o poema*. Curitiba: Editora UFPR, 2007, [1856]



O primeiro mapeamento de referências apresentou, portanto, pouquíssimos autores trabalhando o tema: eis então o primeiro silêncio ao qual me referi. No segundo levantamento, alarguei o campo de pesquisa, incluindo trabalhos sobre a França Antártica - que nem sempre focam o conflito, uma vez que muitos estão focados apenas nas relações entre indígenas e franceses<sup>56</sup> - e trabalhos sobre o tipo de documentação que eu poderia encontrar para tratar do tema<sup>57</sup>, assim como cartas jesuíticas, relatos de viagem, cartografias. Além disso, incluí trabalhos sobre o Rio de Janeiro e sua fundação<sup>58</sup>, foi quando encontrei o trabalho de um historiador - Paulo Knauss - que alocara o tema no conjunto maior de uma história sobre a cidade do Rio de Janeiro<sup>59</sup>. Porém, assim como os trabalhos sobre a Guerra dos Tamoios, dissertações e livros sobre o Rio de Janeiro nos primeiros anos da colonização lusa na América também são escassos.

Cabe mencionar a documentação que pensava utilizar quando da redação do projeto apresentado ao programa de pós-graduação da PUC-Rio. Na primeira fase da pesquisa, entrei em contato com a documentação publicada no Brasil, como as cartas jesuíticas de Nóbrega, Anchieta, Luiz da Grã<sup>60</sup> e os relatos franceses publicados por Jean de Léry<sup>61</sup> e André Thevet<sup>62</sup>. Esses materiais, de alguma

<sup>56</sup>Cf. BICALHO, Maria Fernanda B. “A França Antártica, o curso, a conquista e a ‘peçonha luterana’”. In: *História*. São Paulo, 27(1), 2008.

FUJIMOTO, Juliana. *Guerra e antropofagia em Jean de Léry e Claude d’Abbeville: dos fragmentos míticos ao código compartilhado*. Dissertação de mestrado, USP, Departamento de História, 2008.

OSWARD, Christina. *Entre os Tupinambá: a gesta francesa na Guanabara*. Tese de Doutorado, Museu Nacional, PPGAS, 2009.

<sup>57</sup> Cf. CARDOSO, Sérgio. “O olhar dos viajantes” in: NOVAES, Adauto(org) *O Olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. LESTRINGANT, Frank. *L’Atelier du Cosmographe ou l’image du monde ‘a La Renaissance*. Paris: Editions Albin Michel, 1991. HANSEN, João Adolfo. “O nu e a luz: Cartas Jesuíticas do Brasil. Nóbrega 1549-1558” In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. Nº 38. São Paulo, 1995. Disponível em:

[http://143.107.31.231/Acervo\\_Imagens/Revista/REV038/Media/REV38-05.pdf](http://143.107.31.231/Acervo_Imagens/Revista/REV038/Media/REV38-05.pdf) (Último acesso em 31 de Março de 2013). PÉCORA, Alcir. “Cartas a segunda escolástica” In: NOVAES, Adauto. (org) *A outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. LODOÑO, Fernando Torres. “Escrevendo cartas: jesuítas, escrita e missão no século XVI” In: *Revista Brasileira de História*. V. 22, Nº 43. São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v22n43/10908.pdf> (Último acesso em 31 de março de 2013)

<sup>58</sup>Cf. ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. Sobre o primeiro capítulo da obra.

<sup>59</sup> MENDONÇA, Paulo Knauss de. *O Rio de Janeiro da Pacificação*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação cultural, Divisão de Editoração, 1991.

<sup>60</sup> LEITE, Serafim (org) *Cartas Jesuíticas vols 1, 2 e 3*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia: 1988.

<sup>61</sup> LÉRY, Jean de. *Histoire d’un Voyage fait en la terre du Brésil*. Paris: Librairie Generale Française, 1994. [1578]

maneira embasaram os trabalhos que mencionei anteriormente, mas, salvo a exceção da pesquisa da antropóloga Christina Osward<sup>63</sup> - que conheci depois - nenhum dos autores tinha como objetivo principal investigar o tema cruzando os corpos documentais. Deste modo, em diálogo com o que encontrava, minha estratégia inicial para enfrentar o tema passou a ser justamente essa, cruzar diferentes corpos documentais para reconstituir os eventos a partir de seus narradores. Não obstante, a documentação que fora publicada era ainda escassa para que me permitisse acessar o evento como havia me proposto, além disso, era também insuficiente para analisar e as dinâmicas guerreiras europeias em contraste com as dinâmicas indígenas.

Essa documentação produzida inteiramente pela alteridade colonizadora reproduzia um silêncio sobre os indígenas, já familiar para aqueles que trabalham com essa temática<sup>64</sup>. Familiar o silêncio, mas nunca intransponível.<sup>65</sup> Minha opção diante dele foi cobrir o evento com uma busca mais alargada de fontes possíveis. O século XVI, por sua vez, apresenta limitações claras no que diz respeito ao tipo de fonte que podemos consultar para acessar este evento, o que tornou imperativo expandir a pesquisa de arquivos brasileiros para visitar os arquivos lusos e franceses na busca por algum tipo de elucidação.

Um discurso basilar nos trabalhos que encontrei alocava o evento da Guerra dos Tamoios como sendo um desdobramento da política expansionista europeia. Estes trabalhos assumiam, por exemplo, que a empreitada de Villegagnon na América tinha o apoio direto da corte francesa, que buscava maneiras de burlar e desafiar o monopólio luso dos mares e do comércio de especiarias. A partir destas leituras eu construí portanto as hipóteses do que apresentei como projeto de mestrado para a universidade. A qualificação e a arguição do projeto

<sup>62</sup>THEVET, André. *Le Brésil d'André Thevet: Les singularités de la France Antartique*. [1557] Paris: Chandeigne, 2011.

<sup>63</sup>OSWARD, Christina. *Entre os Tupinambá: a gesta francesa na Guanabara*. Tese de Doutorado, Museu Nacional, PPGAS, 2009.

<sup>64</sup>BAETA- NEVES, Luiz Felipe. *O combate dos soldados de Cristo na terra dos Papagaios: colonialismo e repressão cultural*. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1978.

<sup>65</sup> Conferir os trabalhos MONTEIRO, John. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

VAINFAS, Ronaldo. *Heresia dos índios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos. *Futuros Outros: homens e espaços. Os aldeamentos jesuítos e a colonização na América Portuguesa*. Tese de Doutorado, UFF, Departamento de História, 2001.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003;

demonstraram algumas das fragilidades que ignorara no momento de construção do meu discurso, como o uso que eu me propunha a fazer dos estudos antropológicos<sup>66</sup>, mas, não invalidaram as hipóteses e os objetivos que eu apresentei naquele momento. Desloquei-me, portanto, para o outro lado do Atlântico com questões e premissas claras e dois objetivos principais que se apresentavam como centrais para a construção do meu trabalho: aumentar o corpo documental disponível e descobrir o que estava sendo discutido em fóruns europeus sobre o conflito, já que estava assentado dentro de mim que este caso se expandia para muito além do continente americano. Eu desejava poder responder de maneira objetiva o que significava a Guerra dos Tamoios do século XVI para França e Portugal.

Quando cheguei aos arquivos, assustei-me com o vazio com que fui recebida. Ao tentar dar conta de alguns silêncios – como os da documentação e da historiografia -, eles se multiplicaram em progressão geométrica, demonstrando que havia outros hiatos que eu sequer conhecia e que não poderiam nem ser resolvidos rapidamente e nem ignorados.

Minha investigação focou-se majoritariamente na Biblioteca Nacional de Paris, Arquivo da Torre do Tombo, Biblioteca da Ajuda e na Biblioteca Nacional de Portugal. Nos dois países os silêncios se mantiveram, as cartas trocadas entre a coroa portuguesa e seus agentes diplomáticos, por exemplo, não falavam da ocupação da Guanabara<sup>67</sup>. O susto virou crise e a crise virou reflexão. A historiadora Ivana Stolze Lima comentou, em uma apresentação sobre seu processo de pesquisa em Portugal, que raramente encontramos no arquivo aquilo que procuramos e que há que saber respeitar e aceitar aquilo que o arquivo oferece, e trabalhar com aquilo que ele fala e também com o que silencia. A ausência de vozes tornou-se portanto um elemento axial deste trabalho. Transformou a maneira como eu faria o tratamento do evento, pois além de

---

<sup>66</sup> Agradeço as críticas que a banca – Heloisa Meirelles Gesteira e João Pacheco de Oliveira - apresentou naquele momento. Os professores também me sugeriram leituras que me ajudaram na reconstrução metodológica do projeto como as de Johannes Fabian e John Monteiro. FABIAN, Johannes. *O Tempo e o outro: como a antropologia estabelece seu objeto*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013. MONTEIRO, John. *Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e indigenismo*. Tese de Livre docência, Unicamp, 2001.

<sup>67</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Coleção São Vicente de Fora

minhas questões não poderem ser elucidadas, não havia como ignorar a presença deste silêncio na construção do trabalho.

O silêncio é o fio condutor do primeiro capítulo desta dissertação, *A silenciosa construção de uma guerra*. Nele, eu apresento o percurso da pesquisa de maneira detalhada, exponho os corpos documentais que investiguei, os silêncios que encontrei e demonstro como a historiografia tem lidado com este evento de maneira incompleta e por vezes equivocada justamente por ignorar o silêncio que envolve essa experiência.

Dedico, portanto, o primeiro capítulo do trabalho para pensar o silêncio europeu e a construção de uma guerra nas missivas que partiam da América para Europa. Em busca de tentar encontrar justificativas possíveis para os silêncios assustadores que os arquivos apresentaram tornou-se imperativo me aproximar da experiência americana, das configurações indígenas, na busca de indícios que me permitissem compreender o que significava a Guerra dos Tamoios para os que estavam do outro lado do Atlântico europeu. Observo que aqui já houve uma mudança de intuito, se ao me deslocar para os arquivos estrangeiros eu tinha como objetivo descobrir os sentidos que essa guerra assumiu nos fóruns europeus, diante do silêncio, percebi que a documentação me apresentava outra questão, pois ela aparecia nas falas daqueles que estavam na América: deveria avaliar o que representava a Guerra dos Tamoios para os colonos portugueses, para os franceses, para os jesuítas.

O primeiro capítulo trabalha com a documentação que encontrei nos arquivos estrangeiros e, de certa maneira, tenta encontrar um significado para tudo aquilo que não encontrei. Explico: a historiografia com a qual travei contato ao longo dos meus levantamentos bibliográficos aceitou e propagou um discurso sobre a Guerra dos Tamoios que não pôde ser comprovado arquivisticamente, então, se por um lado este é um capítulo sobre o que é discutido sobre os eventos, seu mais importante objetivo é demonstrar aquilo que não é dito sobre os episódios, que não pode ser afirmado tacitamente e que mesmo assim tem sido amplamente propagado. Um outro objetivo, portanto, é justamente o de expor este silêncio e valorizá-lo também como parte da experiência americana seiscentista.

Conforme me aprofundava, percebia que esta pergunta – o que representava a Guerra dos Tamoios para os colonos portugueses, franceses e jesuítas – estava ainda incompleta, não era apenas uma questão de analisar os sentidos do evento para os europeus, mas sim de perceber as significações que assumia para os indígenas e a partir disso analisar as reações dos colonos. Esta última pergunta que a documentação me apresentou me levou à construção do argumento do segundo capítulo, que percorre todo o trabalho: esta Guerra dos Tamoios é menos europeia que americana. É uma guerra indígena com toda potência e pavor que poderia causar nos europeus; exposta nos discursos cristãos como parte de uma inexplicada ferocidade indígena, que pautava suas maneira de estar no mundo na guerra e no devoramento sacrificial de inimigos, os rituais antropofágicos.

Em *Conflitos índios, medos europeus*, o segundo capítulo, me debruço sobre a formação do que chamei de “medos europeus”: uma consternação que toma conta de missivas escritas por colonos e jesuítas em face da potência da guerra indígena, sobretudo quando aliada aos francos. Também um medo que se traduz em ação, sobretudo ação guerreira europeia de extermínio destes grupos indígenas que, ao guerrear contra portugueses, pareciam claramente se opor ao projeto catequético e colonizador, mas, a meu ver, mais do que isso, não apenas se opunham às agendas europeias – se é que podemos descrever desta maneira dada a força que possuíam com isso – mas sobretudo mantinham-se arraigados às suas próprias pautas.

No capítulo, trabalho de maneira mais detalhada sobre a guerra indígena, especificamente a Guerra dos Tamoios, levando em conta que uma generalização da experiência bélica indígena seria não apenas empobrecedora, como também, pouco instrumentalizável historicamente. Neste sentido, procurei historicizar o evento partindo da ideia que Michael Werner e Bénédicte Zimmermann apresentam<sup>68</sup>, destacando que não é uma questão de apenas alocar um evento em seu contexto, mas é também refletir e investigar suas ligações internas e externas com seu momento histórico:

“Considered from the perspective taken here, historicization means articulating the

---

<sup>68</sup> WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte. “Beyond Comparison: Histoire Croisée And The Challenge Of Reflexivity” In: *History and Theory*, N. 45. February, 2006. Pags. 30-50

essential aspect of reflexivity and the multiple time frames that enter into the construction of an object to the extent that it is envisaged as a production situated in time and space. *Histoire croisée* plays a role in this undertaking by opening up lines of inquiry that encourage a rethinking, in historical time, of the relationships among observation, the object of study, and the analytical instruments used. Further, the reference to history is justified by the attention given to the process of constituting both the objects and the categories of analysis. Here too, it is not so much the temporal dimension in itself as the incidence of a plurality of temporalities involved in the identification and construction of the objects that is in question. This reliance on history thus encompasses a substratum common to those disciplines that, in one respect or another, are confronted with the historicity of their materials and tools”<sup>69</sup>.

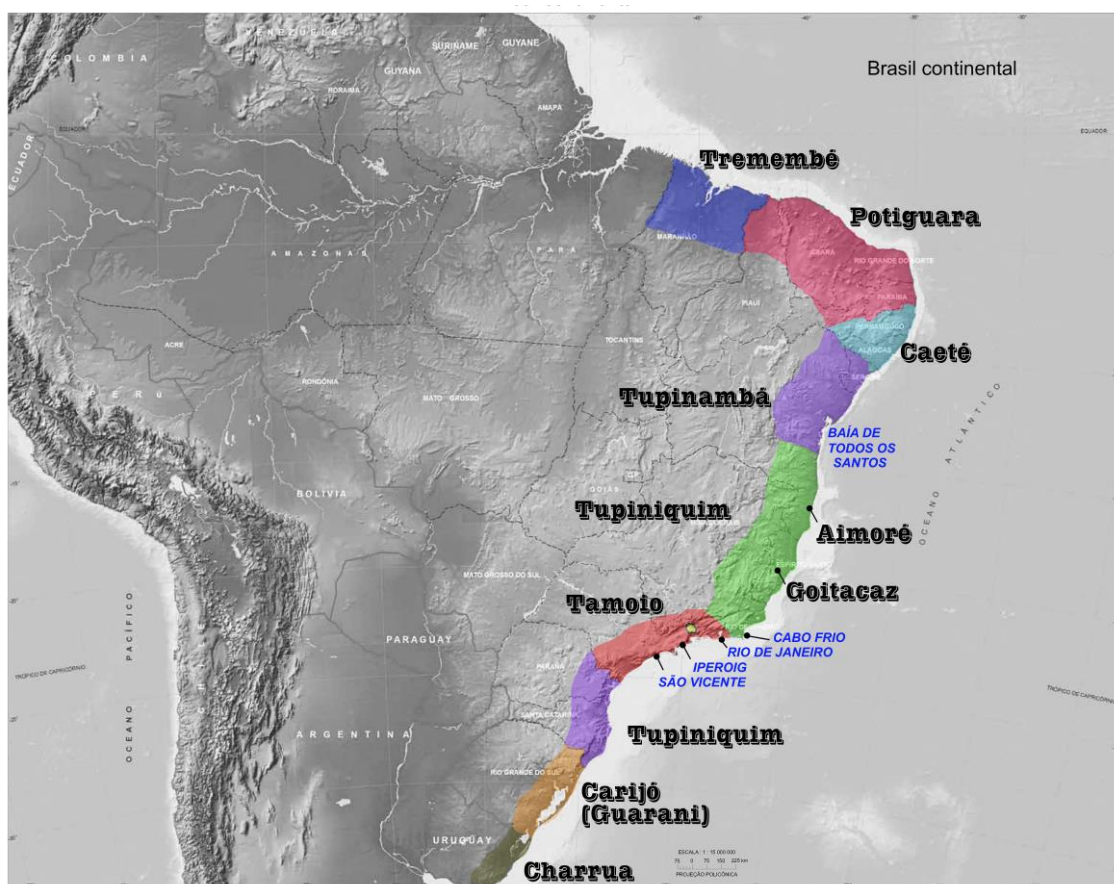
Compreender e historicizar os significados de Guerra indígena nas sociedades tupis - tamoio e tupiniquim - é um dos movimentos, seguido de outro, que coloca em contraste estes sentidos com a maneira europeia de ver e fazer guerra.

O segundo capítulo também busca refletir sobre a monumentalidade da Guerra dos Tamoios quando lida por olhos europeus. Comparando e contrastando os relatos europeus e francos torna-se claro que há uma narrativa dos colonos lusos que é construída cuidadosamente para mover o interesse do monarca em seu benefício, para motivá-lo a intervir de maneira favorável, enviando novos contingentes defensores para o território. Já havia se passado mais de meio século desde a chegada dos europeus ao continente americano, mas suas políticas de ocupação do território mantinham-se difusas e esparsas, concentradas ao nordeste do território, na Bahia de Todos os Santos. A região da Guanabara, ocupada pelos francos, estava legada a relativa obscuridade. A guerra indígena – através sobretudo da Guerra dos Tamoios - muda as práticas territoriais portuguesas.

Os tradicionalmente identificados como eventos da Guanabara envolveram de fato diferentes localidades, o que também explica o motivo das múltiplas fases

<sup>69</sup> “Na perspectiva que assumimos aqui, historicizar significa articular aspectos essenciais de reflexividade e de múltiplos frames do tempo que se inserem na construção de um objeto até o ponto de sua inserção no tempo e no espaço. *Histoire Croisée* assume um papel neste empreendimento uma vez que abre trajetos possíveis de investigação que encorajam um repensar, dentro do tempo histórico, das relações a partir da observação, do objeto de estudo, e dos instrumentos analíticos utilizados. Indo além, a referência a história é justificada pela atenção dada ao processo duplo de construção tanto dos objetos quanto das categorias de análise. Aqui também a dimensão temporal não está tanto em questão quanto as pluris temporalidades envolvidas na identificação de um objeto. Esta confiança na história abrange assim, um substrato comum a essas disciplinas que, em um aspecto ou outro, se confrontam com a historicidade de seus materiais e ferramentas” [Tradução Minha] Idem, P. 45.

da guerra terem acionado mais ou menos grupos indígenas. Exemplo disso é que chamei aqui de segundo momento da guerra, após a tomada do forte em 1560, no qual outras tribos aliadas unem-se aos portugueses e a uma parte dos tupiniquins – já que houve também nesse processo uma ruptura na aliança primeira entre portugueses e tupiniquins - na investida contra os tamoios em Cabo Frio<sup>70</sup>. O mapa abaixo congrega as informações prévias de etnias com as localidades aproximadas – em azul - de Iperoig, São Vicente, Rio de Janeiro, Cabo Frio e Bahia – lugares que se tornaram importantes ao longo do conflito do XVI.



A Guerra dos Tamoios se espalhou portanto para outras localidades, tornando-se relevante para pensar não apenas a fundação do Rio de Janeiro, mas para compreender o perigo gerador de um sentimento de medo que qualifiquei aqui como europeu, e para refletir sobre as políticas reativas que a coroa lusa parece assumir na relação com os indígenas.

<sup>70</sup>Cf. ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

Apresento, assim, a maneira que encontrei de percorrer esses silêncios e esta memória sobre a Guerra dos Tamoios. Prossigo com cautela, considerando as limitações que a própria documentação impõe, mas, ao mesmo tempo, sigo otimista quanto à potencialidade deste evento dizer da experiência colonial lusa e das relações entre indígenas e europeus. Por um lado, é verdade, há coisas que não poderei averiguar, alguns silêncios que não poderei resolver ou fazer falar, e é bom que existam, mas persigo as fendas, aquelas fissuras dentro dos textos e da documentação seiscentista. É também Carlo Ginzburg que aponta essa possibilidade otimista ao dizer que se por um lado “falar de realidades fora do texto seria uma ingenuidade positivista”<sup>71</sup> por outro, ele completa, “os textos tem fendas”<sup>72</sup>. Nestas fendas é que me deterei, no ensejo de me aproximar da experiência americana, no enalço no silêncio.

---

<sup>71</sup>GINZBURG, Carlo. “As vozes do outro – uma revolta indígena nas ilhas mariana” In: *Relações de Força*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. P. 99

<sup>72</sup>Idem, *ibidem*.



## 2.

### A silenciosa construção de uma guerra.

*"Anything can be reduced to silence  
And anything can be made to speak".*

*(Bruno Latour, Irreductions)*

Este trabalho começa com um silêncio, assim como muitos outros trabalhos anteriores a este que escolheram investigar a experiência americana do seiscentos. Toda narrativa comporta um grau de silêncio. Há que – ao investigar – buscar reconhecer as lacunas e limitações de cada relato, cruzá-los, buscando tecer uma nova trajetória que dê conta de outras vozes – que sempre estiveram ali, mesmo que ignoradas. É necessário perceber também, o silêncio como aliado. Levando em consideração a intencionalidade daquilo que não é dito e as implicações políticas e históricas dessas lacunas. Tenho em mente, como premissa, a afirmação otimista de Bruno Latour, ainda que todas as coisas possam ser silenciadas, não há nenhuma delas que não possamos fazer falar.

#### 2.1

Ouve-se primeiro apenas o mar, suas ondas que batem contra as rochas e as brumas espumam em areia. Quase repentinamente o silêncio é preenchido por grunhidos, poucos no princípio, mas transformam-se em berros cada vez mais altos à medida que mais e mais vozes se unem em urros que anunciam o combate prestes a começar.

São os tupinambás avistando inimigos. Começam, então, as cornetas, e o som mais e mais ensurdecador dita o ritmo dos gestos que virão a seguir. Os braços se levantam para mostrar ossos e dentes que enfeitam os corpos desses guerreiros indígenas – são os inimigos mortos e devorados sacrificialmente em outras batalhas. A coreografia faz parte do assombroso preâmbulo de combate, introduz o que se seguirá: primeiro, a saraivada de flechas que atravessa a praia em busca do inimigo, depois, os homens que se encontram em combate corpo a

corpo e já não hesitam, não cessam, não retornam. Iniciada a peleja, espera-se a vitória, e não há trégua. Assistimos a esta luta através dos olhos assustados de um calvinista francês. Jean de Léry conta que, diante de tão espantoso espetáculo, sua curiosidade venceu o medo e ele ficou para ver a batalha.

A Guerra dos Tamoios teve diferentes tipos de narradores e os primeiros relatos estão nas missivas de padres, colonos e também na literatura de viagem daqueles que viram o primeiro delinear dos conflitos. Introduzo o conflito a partir de um relato de Jean de Léry que se encontra em seu *Histoire de un Voyage faict au Brésil*<sup>1</sup>, relato que não diz respeito aos episódios da Guanabara envolvendo franceses e lusos identificados como a Guerra dos Tamoios, mas que, tratando de um momento anterior, apresenta a prática guerreira dos indígenas aliados ao grupo de franceses que se instalara no Rio de Janeiro em meados da década de 50 do século XVI. Esta minha escolha, começar com o relato de Jean de Léry, está relacionada ao evento conhecido como Guerra dos Tamoios pelas características de luta tupinambá, mas também se conecta ao tipo de tratamento que desejo dar ao indígena neste trabalho, colocando-me em diálogo com trabalhos que buscam conceder ao indígena a fala que sempre tiveram, mas nem sempre se registrou. Léry viveu um tempo entre esses indígenas tupinambás, seus amigos, viu seus rituais, os de guerra, os antropofágicos, os religiosos. Também por isso o escolhi como relato primeiro deste capítulo, por sua proximidade com o elemento indígena americano, proximidade essa que também desejo alcançar na escrita desta dissertação, que permita compreender as lógicas internas do grupo indígena, suas agendas e interesses acionados no trato com a alteridade americana – fosse ela amistosa, ou não.

Os franceses chegaram à Guanabara em 1555, mas Jean de Léry não estava ainda entre eles. Quem veio na primeira comitiva de Villegagnon foi André Thevet, um cosmógrafo católico. A expedição se instalou em uma pequena ilha e o pedaço de terra foi fortificado com a ajuda dos indígenas aliados aos franceses. Tarefa difícil é precisar o momento em que essas alianças se formaram, pois as fontes francesas do período contam com informações escassas sobre isso, e tratam estas alianças como fato consumado e antigo. Apesar disso, Thevet demonstra que

---

<sup>1</sup>LÉRY, Jean de. *Histoire d'un Voyage faict em la terre du Brésil*. Paris: Librairie Generale Française, 1994. [1578] O relato ao qual me refiro se encontra nas páginas 347-348 desta versão.

os grupos indígenas aliados aos franceses não estavam restritos apenas ao espaço da Guanabara: em momento prévio da viagem eles encontraram-se em Cabo Frio com outros indígenas aliados, que insistiram para tê-los em seu meio, e se entristeceram com a partida das naus para o Rio de Janeiro.

As alianças entre ameríndios e europeus eram necessárias para a permanência dos últimos no continente e pautaram grande parte dos conflitos nos primeiros tempos coloniais, sobretudo nos séculos XVI e XVII. Essas relações de amizade, as alianças, eram interessantes para os indígenas também, e costumeiras, segundo o modo de proceder guerreiro dos tupinambás, podendo se expandir ou se retrair de acordo com o uso e a intenção que os indígenas atribuíam a elas<sup>2</sup>.

Na região que hoje conhecemos como Rio de Janeiro não havia ainda grandes movimentos colonizatórios por parte de Portugal, ou indícios de sedimentação urbana. A coroa portuguesa manteve distintas administrações em seu espaço americano no início da ocupação e essa região passou longos anos sem receber grande atenção.

Todo o litoral da América era densamente povoado por grupos indígenas – alguns estudiosos estimam que eles somavam cerca de 1 milhão de indivíduos de diversos grupos<sup>3</sup>. Infelizmente, as informações sobre a diversidade dos grupos são limitadas às fontes que, em sua totalidade, foram produzidas pelos europeus. Outro exemplo desta limitação das fontes se dá na nomenclatura utilizada para identificação dos indígenas, esta é sempre difusa: nem sempre um grupo é distinguido da mesma maneira. Os franceses, por exemplo, chamam seus aliados de tupinambás, ou “nossos selvagens”, já a documentação lusa nomeia esses mesmos indígenas de tamoios. Os portugueses se referem aos seus aliados como tupis ou tupiniquins, ou apenas com o pronome possessivo. E, detalhe importante, não podemos esquecer que essas nomenclaturas são os nomes do colonizador, não necessariamente correspondendo às autodenominações.

---

<sup>2</sup> FAUSTO, Carlos. “Fragmentos de História e Cultura Tupinambá: da etimologia como instrumento crítico de conhecimento etnohistórico”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

<sup>3</sup> Idem.

Apesar da escassa historiografia sobre o evento, a Guerra dos Tamoios é rotineiramente tratada a partir de algumas premissas comuns a grande parte dos trabalhos historiográficos sobre o tema, algumas consagradas pela historiografia tradicional. Estas premissas fizeram parte das minhas propostas originais. Este é um trabalho que partiu de hipóteses precisas formuladas para seu projeto, as quais eu vi – uma a uma – serem derrubadas pela documentação. Para apresentar as premissas e hipóteses das quais parti é necessário que eu torne explícita a tradição historiográfica que envolve este evento, retomando parte do que apresentei na introdução deste trabalho, comparando também a produção recente com a documentação seiscentista.

O século XIX brasileiro é marcado por dois movimentos que quero destacar aqui. Um primeiro relacionado à literatura, o romantismo, e um segundo relacionado ao processo de construção de um passado comum para a nova nação, capitaneado pelos esforços do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil – IHGB - na reunião de documentos das províncias do Império e escrita da história. Ambos os movimentos fazem parte de um processo de construção identitária e se relacionam de maneira particular com alguns eventos da história do Brasil, e a Guerra dos Tamoios é um destes eventos. Exemplo disto é o poema épico de Gonçalves de Magalhães, publicado em meados do século XIX e que se tornou marco fundador de uma maneira de ver este conflito, qual seja a de uma união de indígenas que, aliando-se contra o colonizador europeu, preferiu morrer honrosamente em campo de batalha a tornar-se escravo na terra de seus ancestrais.

Também no XIX, Vanhagen publicou sua *História Geral do Brazil*, construindo outra narrativa possível para o conflito. Na visão do historiador, a Guerra dos Tamoios se insere em uma progressiva linha do tempo de ameaças externas, com as quais a monarquia lusa teve de lidar no processo de imposição de sua hegemonia. As raízes e motivações do evento encontram-se, portanto, não na experiência americana, mas em querelas europeias, onde as coroas portuguesa e francesa assumem o sentido do enfrentamento. Esta construção nos coloca diante de nações europeias em conflitos apenas deslocados geograficamente, estando profundamente arraigados aos interesses monárquicos imperialistas. Possíveis sentidos e motivações americanas não são para Varnhagen uma questão, a participação indígena também não.

“Em quanto porém Portugal se via a braços com grande numero de inimigos no littoral e mares da Ásia, muitos armadores da Bretanha e Normandia, já avesados á navegação das costas de Guiné e da Malagueta, passavam não só a alguns excessos de pirataria com os galeões que vinham da Índia, como a traficar nas terras descobertas por Cabote os Corte Reaes, e também ao Brazil, onde adquiriam quasi de graça gêneros que nos mercados europeos oblinham grandes valores, e os quaes lhes deviam produzir maiores vantagens do que aos contratadores portuguezes; (...)As guerras da França não faziam diminuir o ardor e a actividade dos seus marítimos, estimulados por tantos lucros. Em 1516 haviam chegado a Portugal taes noticias de suas navegações ao Brazil, que elrei D. Manuel mandava por seus agentes representar contra ellas á corte de França ' E digamos desde já que tão poderosos se tinham feito alguns armadores, que nem o mesmo governo francez podia sujeital-os, e que Portugal, depois de haver exaurido na França, perante os tribunaes, os parlamentos e a própria coroa, todos os recursos do foro e da diplomacia, se viu obrigado a transigir e a negociar com os mais notáveis corsários”<sup>4</sup>

O trecho acima correlaciona a invasão do território do Rio de Janeiro ao movimento contestatório dos corsários que, ao longo dos primeiros anos de ocupação das terras brasílicas, rebateram na prática a soberania marítima portuguesa. O autor coloca ainda que estes homens nem sempre agiam regidos por interesses próprios, mas também por vezes com o aval e o patrocínio de suas respectivas coroas.

Apresentar a questão dos corsários e das ameaças externas – todas em um contínuo fluxo, bretões, normandos, franceses – não me parece suficiente para explicar a complexidade do emaranhado de fios e motivações que envolvem esta guerra em particular. Com isso estou também assumido uma posição que trata a Guerra dos Tamoios partindo das particularidades que a envolvem e que destacam a experiência americana em lugar da europeia. Ao narrar a ocupação da Guanabara, Varnhagen refere-se sempre aos franceses como um todo homogêneo. Acima, demonstra não apenas que a presença de navios franceses é muito anterior à expedição de Villegagnon, mas também busca argumentar que o problema dessa presença invasora e ameaçadora envolvia as cortes europeias em brigas jurídicas sobre a posse do território. Mais à frente, em sua *História Geral do Brazil*, escreve sobre eles como sendo um grupo de força crescente, uma vez que “os Francezes appareciam no Brazil em maior força que nunca, e chegaram a

---

<sup>4</sup>VARNHAGEN, Adolf. *História Geral do Brazil*. Madrid: Imprensa da V. Dominguez, 1851. P. 57

estabelecer-se no Rio de Janeiro”<sup>5</sup>. Ao longo de sua narrativa sobre o conflito, o historiador escreve sobre portugueses e franceses - Mem de Sá e Villegagnon -, mas não menciona as alianças entre indígenas e europeus – elemento central do conflito a meu ver.

Também sócio do IHGB e convocado pelo próprio Imperador a escrever, Gonçalves de Magalhães coloca todo o foco de seu poema épico na aliança indígena, porém, não na aliança seiscentista entre tamoios e franceses ou entre tupiniquins e portugueses e sim numa suposta união ampla de diversos grupos indígenas que teriam se coligado para expulsar os invasores de além-mar, notadamente os lusos na narrativa de Magalhães.

“P’ra acabar co’os ataques reiterados  
dos Lusos, confederam-se os Tamoyos  
Bravos são os Tamoyos, e descendem  
Da raça dos Tupís. Elles não erram  
Sem tabas, nos sertões, como os terríveis  
Ferozes Aimorés, raça tapuia  
Natural, inspirada poesia  
De todos os distingue, os ennobrece.  
(...)  
Já todos os guerreiros se apercebem  
De tacapes e maças de páo-ferro  
Arcos robustos, e emplumadas flechas  
Aimbere, o forte aimbere, apregoados  
Entre todos os fortes pela audácia  
Com que se arroja ás feras e as suffoca  
Aqui se mostra á frente dos Tamoyos”<sup>6</sup>.

Existe, no momento da escrita do poema, uma disputa política atrelada à figura do indígena que se relaciona de maneira direta com a construção identitária do país: qual figura representa o Brasil? E, em acordo com a escolha romântica, o indígena de Gonçalves de Magalhães é também essa figura mítica, progenitora de um Brasil livre de influências europeias, que rejeita a presença do colonizador luso.

<sup>5</sup> Idem, p. 220

<sup>6</sup> MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. “Canto II” In: *A Confederação dos Tamoios: edição fac-similar seguida da polêmica sobre o poema*. Curitiba: Editora UFPR, 2007, [1856] P. 34-35

O poema épico dota os indígenas seiscentistas de conhecimento do futuro. Segundo o poema, S. Sebastião apresenta a um indígena uma visão do futuro<sup>7</sup>, futuro do qual os indígenas podem fazer parte com sua bravura e honra.

“Elle sonha... Alto moço se lhe antolha  
De bello e santo aspecto, parecido  
Co’uma imagem que vira atada a um tronco,  
E de settas o corpo traspassado  
N’um altar desse templo onde estivera,  
E que tanto na mente lhe ficára  
(...)  
O santo guia então dest’arte fala  
Com profética voz ao índio atento,  
Cuja mente no sonho se aclarára :

‘volve os olhos áquela immensa varzea  
Que desde o And’rahy ao mar se estende  
Não vês aquelles combros que branquejam,  
Enchendo todo o campo, entre os verdores,  
E se alongam em grupos alinhados  
Pelas praias e enconstas das montanhas?  
É a nova cidade do Janeiro,  
Que em breve tem de ser ali fundada  
Co’a minha protecção. Formosa e grande  
Será como ora vês, cabeça illustre  
De todo o vasto Imperio Brasileiro,  
Do qual a Cruz será o alçado emblema  
Da sua liberdade e independência”<sup>8</sup>.

No sonho do indígena, guiado pelo santo, o grito do Ipiranga de Pedro, príncipe herdeiro, se une em coro com as vozes indígenas<sup>9</sup>, e o narrador concede também a Pedro<sup>10</sup> um trono com bases no amor e na liberdade, em uma nação cujo sangue é *tamoyo*. Já no final do canto, conforme o sonho vai se encerrando, o Santo oferece ao indígena a chance de converter-se e fazer parte do futuro brilhante que espera as terras americanas.

“Índio, si amas a terra em que nasceste,  
E si podes amar o seu futuro,

<sup>7</sup>Cf. Canto Sexto.

<sup>8</sup>MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. “Canto VI” In: *A Confederação dos Tamoios: edição fac-similar seguida da polémica sobre o poema*. Curitiba: Editora UFPR, 2007, [1856] P. 169, 174-175.

<sup>9</sup>Idem, p. 179

<sup>10</sup>Idem, p. 180

A verdade da Cruz aceita e adora.  
 Que importa quem a traz ser inimigo,  
 Si o bem fica e supera os males todos!  
 Bons e máos, tudo serve á Providencia!  
 Como de um fructo pútrido, lançado  
 Sobre a terra, a semente germinando  
 Nova arvore produz e novos fructos  
 Assim desses crueis, corruptos homens,  
 Que vos flagelam hoje, um santo germen  
 Aqui produzirá filhos melhores  
 Invencivel poder tem a verdade,  
 Que o Christo do Senhor na cruz morrendo  
 Legou aos homens todos – que se amassem  
 Amor é igualdade, paz, justiça,  
 Fraternal União e caridade.  
 Estas são as lições que a Cruz nos dicta”.

A resposta do indígena, segundo o narrador, é um clamor: “Dai-me a Cruz! – Brada o índio mesmo em sonho: - Dai-me a Cruz! A seus pés quero prostrar-me”<sup>11</sup>. Segundo Magalhães, o indígena é o verdadeiro brasileiro. Porém, destaco a construção do autor, pois este índio genérico do poema romântico não é o indígena do seiscentos, mas uma colagem de imagens idílicas que compõem a figura do nativo exemplar e singular em cujas bases o Brasil constrói sua imagem de liberdade e amor pátrio no romantismo do XIX.

Em um momento no qual há um movimento claro de distanciamento da tradição lusa, é impossível não perceber esse traço no texto de Magalhães, que transforma os indígenas *tamoyos* nos verdadeiros cristãos. Este ponto se apresenta em diversas partes da narrativa, exemplo disso é a qualificação que o autor concede aos que, naquele momento – século XVI –, flagelavam os indígenas: são cruéis e corruptos. Outra parte na qual isso fica especialmente visível é na discussão entre Aimberê e Anchieta, quando o chefe indígena lhe perguntou se os portugueses acaso não estavam familiarizados com a doutrina de amor e paz que o jesuíta pregava.

“O índio seguirei. Victima illustre  
 de amor do patrio ninho e liberdade  
 Elle que aqui nasceo nos lega o exemplo  
 De como esses dous bens amar devemos.

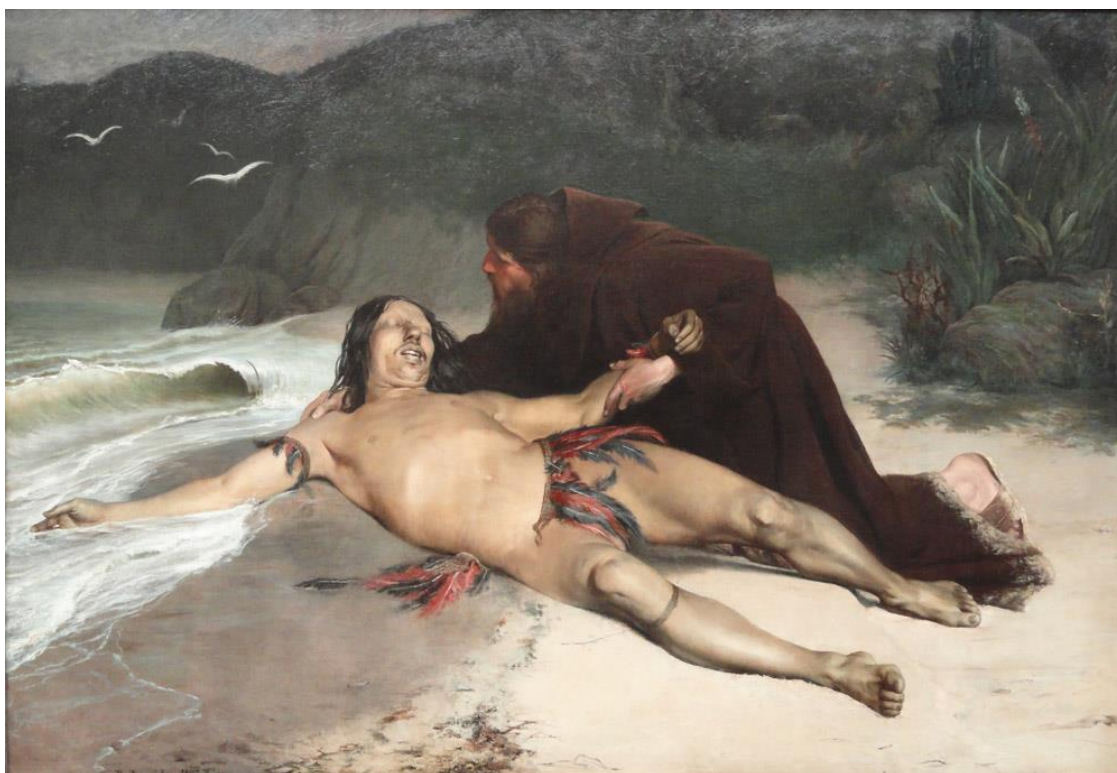
---

<sup>11</sup>Idem, p. 189-190



Poucos lhe restam da guerreira tribu,  
 Que livre aqui nasceo e morreo livre.  
 (...)
 “Tamoyo sou, Tamoyo morrer quero,  
 E livre morrerrei. Comigo morra  
 O ultimo Tamoyo; e nenhum fique  
 Para Escravo do Luso: a nenhum delles  
 Darei a gloria de tirar-me a vida.”<sup>12</sup>

Aimberê é o herói fabricado pelo poeta para inflar nacionalismo na incipiente pátria.



**Imagem 1 O último Tamoio, Rodolfo de Amoedo. 180X260cm. Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro**

O indígena de Gonçalves de Magalhães pode morrer nos braços de um clérigo, faz sentido uma vez que ele congrega em si todas as virtudes cristãs e uma nobreza, segundo ele, genuinamente brasileira. Sua morte é o sacrifício necessário para o nascimento da nação brasileira. Indígena este que, ao final do poema, tornou-se um pacifista, se via obrigado a lutar contra o invasor luso afim de

<sup>12</sup>MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. “Canto X” In: *A Confederação dos Tamoios: edição fac-similar seguida da polêmica sobre o poema*. Curitiba: Editora UFPR, 2007, [1856] P. 337-38

defender-se de uma eminente escravização, mas já não desejava a guerra, seus olhos estavam voltados para a cruz. A tela de Rodolfo de Amoedo<sup>13</sup> de 1883 completa o épico poema de Magalhães com a imagem de um nativo amigo de jesuítas, um tamoiio que oferece sua vida em holocausto em nome do Brasil, imagem que se completa em pinceladas, mas que se compõe primeiramente através das escolhas narrativas de intelectuais como Gonçalves de Magalhães.

Compreender a imagem do indígena construída no romantismo brasileiro é muito importante para uma percepção plena das imagens múltiplas construídas para a Guerra dos Tamoios. Este evento na historiografia é herdeiro direto dessa tradição fundada por Magalhães.

“A *Confederação dos Tamoyos*, apesar de ser o exemplo claro da subordinação do discurso histórico ao literário, deixou sua marca no sistema cultural brasileiro em formação particularmente como obra “historiográfica”. Explico: se o poema tinha pequeno valor literário, e isso foi percebido *in actu* pelos espíritos mais apurados, pela própria maneira como foi concebido (e posteriormente defendido) acabou por dar redação definitiva ao que se entendeu ser um episódio da história nacional. Quantos não são os manuais de escola (de preferência os marxizantes, para não falar da historiografia mais conservadora) em que esta confederação dos índios, contra o inimigo invasor, não aparece como o exemplo da resistência organizada, e em grande escala, dos povos tupi? Todavia, e isto é fundamental, tal confederação, que, bem entendido, não nascera da imaginação exclusiva de Magalhães, *nunca existiu*, pelo menos enquanto realidade histórica discernível, ou como “concreto real”. A epopéia de Magalhães cumpre o papel de, ao misturar personagens e acontecimentos reais e fictícios, tecer uma narrativa plausível e funcional nos moldes exigidos pela historiografia romântica em construção”<sup>14</sup>.

Acredito, como escreveu Beatriz Sarlo<sup>15</sup>, que o passado é um terreno conflituoso e que cada grupo lê o passado com os olhos de seu presente em cada contexto, de modo a construir uma memória singular adequada aos seus objetivos. Talvez pareça demasiado escrever que há uma relação entre essa figura romântica do indígena e uma visão que ainda hoje é veiculada do conflito, porém, quando visitamos alguns dos trabalhos recentes sobre a Guerra dos Tamoios, é ainda esta hipótese que é defendida.

<sup>13</sup> “O último tamoiio”. Óleo sob tela de Rodolfo de Amoedo. 180X260 cm. A tela encontra-se hoje no Museu Nacional de Belas Artes, RJ.

<sup>14</sup> PUNTONI, Pedro. “A Confederação dos Tamoios de Gonçalves de Magalhães: a poética da história e a historiografia do Império” in: *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v.45, 1997. P. 124

<sup>15</sup> SARLO, Beatriz. *Tempo Passado. Cultura da Memória e Guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

O livro de Ailton Quintiliano, *Guerra dos Tamoios*<sup>16</sup>, foi publicado em 1965, ano em que se comemorou os 400 anos da cidade do Rio de Janeiro e foi reeditado em 2002 como parte das comemorações dos 500 anos do Brasil. Quintiliano é um jornalista e sua escolha narrativa não se afasta da visão heroica e romântica do papel do indígena no conflito. Para além disso, faz poucas referências à documentação seiscentista que poderia corroborar seus posicionamentos. Ainda assim, se propõe a ser uma obra de caráter educativo sobre o verdadeiro nascimento da cidade do Rio de Janeiro – em que pese o sentido e aspiração de verdade do autor, já então desconexo de perspectivas historiográficas vigentes. No prefácio de 2002, escrito pelo prefeito César Maia, a obra é apresentada como imprescindível para compreensão e estudo da história brasileira e é, segundo ele, livro indispensável em todas as bibliotecas de escolas municipais. Na obra, a referência ao poema de Gonçalves Dias e à tradição que ele fundou se presentifica desde a sua epígrafe. O heroísmo dos indígenas, que é apresentado logo na primeira página de sua introdução, é demonstrado por Quintiliano, pois “preferiram a morte honrosa no campo de batalha à vida, na terra de seus avós, como escravos do conquistador estrangeiro”<sup>17</sup>, como cantam as últimas estrofes do poema de Magalhães.

Retornemos a Varnhagen, cuja escolha narrativa ignora a presença dos indígenas aliados de franceses e portugueses. Seu precursor, dois séculos antes, Frei Vicente de Salvador, faz escolha similar ao narrar os eventos.

“Corria já o anno de 1559 em que reynava Donna Catherina (...) A qual Informada do que passava no rio de Ianeiro escreveo ao governador, e com outras naos, que pode ajunctar, acompanhado dos principaes Portuguezes da Bahia, e alistados os mais soldados, que pode assim brancos, como índios da terra em o anno do senhor d emil quinhentos e sessenta partio pera o Rio de Ianeiro onde rompendo as forcas // que impedião a entrada, entrou na enceeda e tomou hua nau Franceza (...)”<sup>18</sup>

Em *História do Brazil* de Salvador, os indígenas aparecem integrando o contingente de soldados, mas nenhuma menção há sobre a aliança que havia sido travada entre portugueses e tupiniquins para expulsão dos franceses. Ao também

<sup>16</sup>QUINTILIANO, Aylton. *A Guerra dos Tamoios*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003 [1965]

<sup>17</sup>Idem, p. 17

<sup>18</sup>SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brazil*. São Paulo: Editora Odebrecht, 2008. [1636] Fl. 60

ignorar a presença indígena e as motivações destes grupos no conflito, Varnhagen nos deixa diante de uma imagem do conflito que envolve duas nações europeias em um outro continente. No momento dessa escrita, século XIX, não questionar as intencionalidades indígenas poderia até fazer sentido de acordo com o que se pensava da história, com aquilo que era considerado documento para o historiador, e também em certa harmonia com a imagem que se tinha do indígena do período. A escrita da história não se ocupava de personagens anônimas, estava voltada para o que havia de documentação oficial e toda documentação considerada válida deveria ser escrita. Não à toa, é também Varnhagen quem afirma que os indígenas são seres sem história, para os quais caberia apenas estudos antropológicos<sup>19</sup>. Todavia, esse posicionamento não cabe mais. Não cabe nem ignorar os ensejos dos nativos e nem mesmo atribuir-lhes motivações que não poderiam existir no século XVI, como a ideia de um ideal pátrio e da defesa de uma nação brasileira no caso do poema de Gonçalves de Magalhães e da obra de Quintiliano.

Estamos diante de duas linhas diferentes de pensamento, uma que romantizou o indígena e sua participação no conflito - ao extremo de despir o indígena do seiscentos de sua historicidade e de suas particularidades culturais -, e outra que ignora sua presença na guerra que leva o nome da tribo tupi. Duas maneiras distintas de silenciar que se fizeram presentes na historiografia ao longo do tempo e que - até hoje - são sacramentadas em imaginários coletivos. Um exemplo de como as imagens que chegam a nós hoje, concernentes a esta guerra, são herdeiras de tradições como esta, pode ser encontrada no trabalho de Sérgio Buarque de Holanda. Sua *História Geral da Civilização Brasileira* aloca o evento da Guanabara francesa juntamente a outras ameaças externas, como pode ser aferido no índice da obra, num fluxo contínuo e progressivo no qual encontramos a França Antártica, a invasão holandesa, a França Equinocial, etc.

“Já se assinalou, cm capítulo precedente que o início da colonização portuguesa do Brasil foi em grande parte determinado pelo empenho da coroa Lusitana em sustar a atividade dos entrelopos e corsários da Bretanha ou da Normandia, prejudiciais ao seu monopólio. Antecedendo tanto aos ingleses quanto aos holandeses em suas investidas sobre o nosso litoral, não se limitam eles, como os primeiros, à prática

<sup>19</sup> VARNHAGEN, Adolf. *História Geral do Brasil*. Madrid: Imprensa da V. Dominguez, 1851. P. 30

da pirataria e do contrabando. Em mais de uma ocasião, conseguem pôr pé firme na costa do Brasil, contando para isso com a fidelidade, que souberam captar, das tribos tupinambás, de sorte que poucos lhes faltou para nela se fixarem definitivamente. Durante anos, notou-o com justeza Capistrano de Abreu, ficou indeciso se o Brasil pertenceria a portugueses ou franceses”<sup>20</sup>.

Sérgio Buarque de Holanda, a seu modo, atualiza a discussão de Varnhagen que centra a motivação dos eventos no polo europeu apesar de, diferente daquele, mencionar os indígenas. Também é interessante notar que o historiador atribui a presença alongada dos franceses no continente à incompetência de D. Duarte da Costa, antecessor de Mem de Sá, porém, é importante ressaltar que a armada enviada pela coroa só chegou ao continente americano sob o comando de Mem de Sá, e que não encontrei registros de que o Monarca tenha se ocupado disso de outra maneira que não o envio de novo governador e pessoal cinco anos depois da ocupação. Ou seja, se evidencia uma interpretação tão colada à dinâmicas europeias, que oculta as evidências das fontes. Observo que outro historiador, Vicente Tapajós, afirmou que Duarte da Costa chegou a pedir reforços em 1556, um ano após a sedimentação francesa no território, todavia, seu requerimento não obteve êxito. Segundo o autor, o monarca somente respondeu anos depois através do envio de novo Governador-Geral <sup>21</sup>. Passo agora ao movimento de desconstrução destas duas premissas através de investigação da documentação do século XVI, que fizeram-me vê-las como equivocadas.

## 2.2

A descoberta de terras do outro lado do oceano trouxe prestígio e alguma esperança de lucro para a coroa portuguesa, todavia, a posse destes territórios não era algo incontestado para outros navegadores. Ao longo de todo o século XVI a supremacia lusa foi colocada a prova por piratas, corsários, e pelas expedições a mando de outros monarcas europeus. Descobrir é um movimento contínuo e a

<sup>20</sup>BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. “Franceses, Holandeses e Ingleses no Brasil Quinhentista” In: *História Geral da Civilização Brasil: Do descobrimento à Expansão Colonial*, Vol. 01. São Paulo: Bertrand Brasil, 1997. P. 165

<sup>21</sup>Cf. TAPAJÓS, Vicente. *História Administrativa do Brasil II: A Política Administrativa de D. João III*. Brasília: Editora UNB, 1983.

proteção do território torna-se cada vez mais imprescindível conforme a proximidade de interesses de outros países ou particulares.

Durante um longo período, a Guerra dos Tamoios – guerra de fundação da cidade do Rio de Janeiro – foi vista como um choque de projetos colonizadores distintos. De acordo com essa visão, portanto, coube à França o papel de desafiadora primeira da hegemonia lusa, e encontramos em Villegagnon a figura principal deste afronte. Todavia, o projeto luso para a América estava ainda longe de ser linear. Nem mesmo a ocupação completa e regular da costa havia começado em 1555, quando a esquadra francesa chegou à Guanabara. Tomé de Sousa chegara há pouco no continente e faltava-lhe ainda muito pessoal para dar conta de povoar e guardar a costa. Neste momento, o projeto luso está ainda se desenhando, portanto, a meu ver, o argumento de um embate de projetos colonizadores me parece ficar enfraquecido.

Um primeiro ponto a ser analisado ratificando a fragilidade da premissa é o de que a dita ameaça francesa é bem mais antiga do que a chegada de Villegagnon, e para compreender de maneira ampla onde encaixa-se a Guerra dos Tamoios no contexto geral do século XVI, faz-se necessário ampliar a visão e trazer para discussão os anos anteriores ao evento.

Em 1531, uma das primeiras frotas em expedição de reconhecimento do território chegou a América, Pero de Lopes de Sousa – irmão de Martim Afonso de Sousa – capitaneou uma das naus. Esta expedição é também resposta da ameaça constante de corsários, segundo Vicente Tapajós<sup>22</sup>. Seu diário de viagem - que hoje pode ser encontrado na Biblioteca da Ajuda em Lisboa<sup>23</sup> - contém algumas informações relevantes sobre o encontro e conflito com outra nau no trajeto para a América, demonstrando que apesar dos esforços portugueses em manter segredo de suas rotas e mapas, 30 anos depois da chegada primeira ao continente americano, o monopólio dos caminhos já não lhes pertencia por completo. Seguindo seu relato, o capitão afirma ainda que se tratava de nau

---

<sup>22</sup>Cf. TAPAJÓS, Vicente. *História Administrativa do Brasil II: A Política Administrativa de D. João III*. Brasília: Editora UNB, 1983.

<sup>23</sup> SOUZA, Pero. *Diário de navegação*. Biblioteca da Ajuda, Lisboa. Códice: 51 – V – 35.

francesa, vinha carregada de brasis e muito bem armada para guerra<sup>24</sup>. O histórico de problemas com naus estrangeiras está apenas no início.

Um ano depois, uma carta de D. João III responde à preocupação expressa pelo diário de Pero Lopes ao enviar a expedição Martim Afonso de Sousa e falar de seus planos para povoar toda a costa do Brasil, sem os detalhar muito. Ainda em 1532 Martim Afonso de Souza funda a Vila de São Vicente. Todavia, os problemas estavam longe de acabar, a ausência de regularidade e linearidade nas políticas de ocupação da terra garantiriam ainda a constante ameaça estrangeira. Ameaça esta que nem sempre é sistematizada por diretrizes de coroas inimigas de Portugal, mas, na maior parte das vezes, capitaneada por indivíduos particulares, mercenários, comerciantes, navegantes em geral que também desejavam conseguir parte da riqueza que o continente americano guardava. Ou seja, a localização de personagens e procedimentos não correspondem a um projeto coeso e organizado de coroas.

Em 1548, novamente uma missiva é enviada ao monarca dando conta da presença de franceses que já estavam se aproximando da Baía do Rio de Janeiro, o que significa uma proximidade perigosa com a costa.

“(...) peço a Vosa Alteza que com sua acostumada clemencia queira perdoar meu atrevimento e receba em serviço minha vontade e diguo muy alto e muy poderoso senhor que se com tempo e breviedade Vosa Alteza não socorre a estas capitánias e costa do Brazil que ainda que nós percamos as vidas e fazendas Vosa Alteza perderá a terra e que nisto perqua pouco aventura a perder muito, porque não estáa em mais de serem os franceses senhores dela, que em se acabarem de perder estas capitánias que ficam e de ter eles hum pee no Brasil ey medo adonde quererão e podem ter ho outro. Eu quisera antes dizelo em pessoa a Vosa Alteza que escrevello, porque tam pirigiosa esta a costa, que nam sey esta carta que fim averá, dous anos a esta parte vem sete oito naos cada anno ao Cabo Frio e Rio de Janeiro. Já não ha navio que ouse parecer, porque a muitos tem comitidos e alguns tomados em quanto os francesas nom pasavão do Cabo de Santo Agostinho mais que ate a Baya não eram tam sospeytosos nem tam periguosos nem de se atreverem a passar os baixos e dobrar o Cabo Frio, queira Deus não se atreverão a dobrar ho cabo da Boa Esperança e ainda ha outro inconveniente nam menos perigoso que este porque acostumando os francezes esta tam sospeitosa navegação, como sam muitos e cobiçosos não seá muito vir lhe a memoria ha que tam cuidado podem ter he é de

---

<sup>24</sup>Cf. Sexta folha do relato.

crer que ou a ida ou a vinda hão de aver vista das Ilhas que estão em vinte grãos e tomando as fazerem nelas fortalezas”<sup>25</sup>

A preocupação de Luis de Góis, mais do que a presença opressora de naus estrangeiras na costa, era o perigo constante de uma sedimentação bélica caso decidissem em algum momento construir uma fortaleza em uma das ilhas da costa americana. Para além disso, a carta demonstra uma política de visitas sistemáticas, que foi intensificada ao longo dos anos. Demonstra, desta maneira, uma fragilidade na política de ocupação lusa, enquanto os franceses intensificam visitas – não necessariamente coordenadas pela coroa francesa –, existem poucos colonos para dar conta de proteger a vasta costa diante da inconstância de interesses monárquicos na ocupação da terra.

O colono parece também perceber que a ameaça ao território americano não é suficientemente relevante para que a coroa se ocupe disto de maneira mais direta; ele explicita portanto uma preocupação de que os franceses venham a dobrar o Cabo da Boa Esperança, chegando por fim as Índias, onde está o real tesouro da coroa portuguesa. Não há como julgar se as palavras de Luis de Góis “queira Deus não se atreverão a dobrar ho cabo da Boa Esperança” são sinceras – no sentido dele estar efetivamente focado nas Índias – ou estrategicamente acionadas afim de obter uma resposta do monarca – no uso do suposto maior interesse da coroa para garantir aquilo que para ele se tornava relevante, a América –, todavia não há na carta nenhuma base empírica para esta preocupação. Ao mencionar as Índias, o colono também constrói um valor estratégico da América para João III, uma vez que indica que, caso montem fortaleza neste território, os francos podem se expandir e tomar outros domínios portugueses mais rentáveis do que o Brasil. Com isso, não estou afirmando que os territórios americanos não interessam a coroa, mas sim que existe neste momento um investimento desigual de forças e recursos, que também está relacionado ao que cada território oferecia ao Reino de maneira mais imediata.

<sup>25</sup>Cf. Carta de Luís de Góis representando ao rei a precisão que a vila de santos, costa do brasil e mais capitancias tinham de socorro pelo perigo e receio que havia dos franceses. 12/03/1548. ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, Maço 80, documento 110.



Uma possível resposta do monarca veio através de Tomé de Souza, cerca de oito meses depois que a missiva de Luís de Góis zarpou para Lisboa, o governador geral deixa Portugal com um regimento do monarca que intensifica os esforços de ocupação e começa a normatizar e sistematizar o povoamento do Brasil. O documento demonstra o vasto conhecimento que a coroa mantinha sobre o Novo Mundo, conhecimento referente aos territórios disponíveis e ocupados por indígenas, e também sobre as etnias indígenas que ocupavam a costa, bem como algumas das inimizades entre elas. O regimento apresenta objetivos e metas para ocupação de parte do território. Também oferece passos práticos para uma manutenção de alianças pacíficas entre as tribos amigas dos portugueses, bem como aconselha Tomé de Sousa a recompensar os gentios responsáveis por ajudar a manutenção da paz na Bahia de Todos os Santos, deste modo, estes gentios poderiam voltar a ser requisitados quando outros conflitos estivessem em cena. Outra recomendação do monarca é a construção de fortalezas, reafirmando a intenção da coroa de manter seu domínio sobre o território e demonstrando, talvez, que o monarca não ignorou os apelos feitos por Luís de Góis. Ainda que em nenhum momento do regimento o tópico referente a ameaças externas seja mencionado.

A historiografia brasileira consagrou este momento como sendo um choque de propostas colonizadoras. Todavia, estamos diante de um planejamento teórico ainda incipiente de ocupação do território que também será colocado a prova pela experiência americana. Para lermos o conflito desta maneira seria necessário que este desenho estivesse melhor delineado. A ideia de choque colonizador europeu fundada em Varnhagen mantém-se mesmo nos trabalhos mais recentes sobre o tema, ainda que sejam escassos. Exemplar disto é o dossiê publicado em 2010 pela *Revista de História* da USP, cujo tema era justamente o da França Antártica. O texto de Maria Fernanda Bicalho que cito faz parte deste dossiê.

"Nesse sentido, a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro se fez sob o signo da disputa do território – e de suas riquezas – por portugueses e franceses, católicos e protestantes, estes últimos representados por homens e mulheres que projetaram suas vidas – e esperanças – na França Antártica. Esse trabalho tem como objetivo pensar de que forma a França Antártica se constituiu numa ameaça igualmente bifronte ao empenho colonizador português. Em outras palavras, de que maneira suas possíveis leituras pela historiografia, ou a leitura de diferentes conjuntos documentais podem iluminar e trazer ao centro do debate historiográfico

questões fundamentais não só para a compreensão do processo de expansão ultramarina portuguesa, como a aliança entre Fé e Império, que a marcou profundamente, mas, principalmente, temas centrais para o entendimento da modernidade européia, ou seja, da história dos tempos modernos na Europa e no Atlântico-Sul<sup>26</sup>.

Por muito tempo, as premissas de Maria Fernanda Bicalho foram as minhas também. A ideia de que o projeto tinha sido apoiado por Henrique II e que um dos principais objetivos seria o de garantir uma parcela do mercado de especiarias – presente mais à frente no artigo<sup>27</sup> – norteou meu primeiro contato com a documentação. Esta segunda premissa, de que a ameaça francesa se apresentava em duas frentes – religiosa e política – também me acompanhou ao longo das investigações que fiz. Aos poucos no entanto, elas se tornaram incompletas para dizer do conflito, forçando-me a um deslocamento no sentido de buscar novas significações para o conflito.

Como argumento central deste trabalho, busco defender a ideia de que a maior ameaça ao império ultramarino português e ao processo de cristianização engendrado pelos jesuítas na América, neste momento, não estava localizada na presença francesa, ainda que também a incorporasse. Acredito e pretendo demonstrar que a periculosidade do evento, bem como sua proporção - retratada pelos cronistas do lado de cá do oceano, como Nóbrega, Anchieta e Mem de Sá - se deve muito mais ao efetivo indígena envolvido do que propriamente a ameaça externa da coroa francesa.

Cabe investigar, portanto, a extensão da ameaça externa, e se a presença de Villegagnon aqui representava um efetivo esforço da coroa francesa para ocupar a América; ou se essa imagem é uma construção posterior à Guerra que tomou conta da Guanabara na segunda metade do século dezesseis. Cabe ainda refletir sobre o projeto português para o território, identificando como ele se apresentava. E por fim, refletir sobre o lugar do indígena neste conflito e como sua atuação transforma o tratamento que a coroa reservava para o espaço da Guanabara.

Apresentar a Guerra dos Tamoios como um embate de projetos

---

<sup>26</sup>BICALHO, Maria Fernanda. “A França Antártica, o corso, a conquista e a “peçonha luterana”” In: *História*, São Paulo, 27 (1): 2008. p. 31

<sup>27</sup>Idem, p. 32

colonizadores é – a meu ver - em primeiro lugar uma simplificação do processo, e uma outra maneira de silenciar dois povos indígenas, inimigos, agentes do conflito na Guanabara. Colocá-los na equação torna impossível ver esta guerra tão somente através dos seus agentes europeus. Deste modo, poderíamos crer que ambos os lados acionaram os indígenas como bem lhes aprouveram, logo ignoramos as dinâmicas indígenas que impregnam as experiências americanas dos colonos e religiosos que se encontravam no Brasil.

"Por que os tupinambá se aliaram constantemente aos franceses e os portugueses tiveram a favor os tupiniquins, não consta na história, mas, o fato incontestável e foi importante; durante anos ficou indeciso se o Brasil ficaria pertencendo aos Peró ou aos Mair"<sup>28</sup>.

Pensando essa complexidade, a citação de Capistrano de Abreu abre caminho para refletirmos sobre as indefinições deste momento. A administração do espaço português não se deu de maneira regular e homogênea, como disse anteriormente, e havia distintos padrões de reconhecimento da soberania marítima lusa, bem como da pose do continente americano. Os documentos demonstram que havia sim interesse português em manter esse território sob seu domínio, mas apresentam também um esforço diminuto tanto em orçamento destinado a isto, como em gente disponível para defesa do território. Capistrano de Abreu localiza a história do Brasil do seiscentos em trechos exíguos de Itamaracá, Pernambuco, Bahia, Santo Amaro e São Vicente. Não era, naquele momento, interessante para a coroa legislar sobre todos os espaços da porção que lhe pertencia no Novo Mundo.

Os indígenas aliados são os primeiros a servirem de força militar para os ensejos lusos, essa iniciativa é antiga, como demonstra o próprio regimento de Tomé de Sousa. Ao instruir o governador para fazer uso da força indígena, o monarca nos permite especular também que os colonos que estavam no território eram insuficientes para a empreitada.

Marcello Felipe Duarte faz parte de um grupo de novos pesquisadores que tem investigado o papel dos indígenas neste evento. Em sua análise da guerra que tomou conta da Guanabara, Duarte reproduz alguns dos problemas mais comuns

---

<sup>28</sup>ABREU, Capistrano. *Capítulos de História Colonial*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1988. P. 74

na leitura destes conflitos, sendo um dos primeiros o de acreditar que as alianças entre indígenas e portugueses se dá no intuito de guerrear contra outros inimigos e invasores europeus.

O autor não menciona, por exemplo, a ameaça que os indígenas contrários aos portugueses ofereciam à integridade do projeto colonizador. Para o autor, essas alianças entre os grupos indígenas e os portugueses fazem parte de uma estratégia da coroa lusa para "sedimentar sua hegemonia política e militar nos seus territórios americanos". Ainda que não seja sua intenção, não mencionar as ameaças internas a essa hegemonia vai de encontro à sua proposta manifesta no argumento inicial - no qual se identifica com os trabalhos de Celestino – que tem o intuito de valorizar a presença indígena no processo colonizador. Sua escolha narrativa silencia as motivações indígenas e as lógicas guerreiras e de aliança ancestrais, prévias à chegada dos europeus.

“Outrossim, para a coroa portuguesa, desde o século XVI, era importante e necessário construir relações de amizade e aliança com as lideranças indígenas visando a sustentar e sedimentar sua hegemonia política e militar nos seus territórios americanos. A luta contra outras nações europeias pelo controle do território ainda persistia naquele século. Sucendendo os franceses, os holandeses ainda davam trabalho ao Governo português, no propósito de dominar seu território no além-mar. Portanto, a política de enobrecimento das lideranças indígenas ligava-se ao firme propósito de conseguir aliados na guerra contra seus inimigos europeus”<sup>29</sup>.

Duarte defende inclusive, que a ameaça francesa foi o mote inicial do processo de alianças entre indígenas e lusos, ignorando que estas relações tem seu início em um momento muito anterior ao de 1555. Documentos como o Regimento de Tomé de Souza demonstram isso quando, vinte anos antes, D. João III alerta seu governador geral para que ele use as alianças feitas com os indígenas a seu favor na luta contra os gentios inimigos dos portugueses. Inclusive, o *Regimento*, dá poucos indícios de que a preocupação primeira da coroa seja a presença dos franceses na costa americana, presença esta que se dá desde os primeiros anos da ocupação lusa: os franceses não reconheciam a posse lusa do território.

Pensando na administração espacial, acredito que a coroa tratava de maneira

---

<sup>29</sup>DUARTE, Marcello Felipe. “De Araribóia a Martim Afonso: a metamorfose indígena pela guerra nas águas da Guanabara” In: *Revista Navigator*, 19, 2014. P. 88 Disponível em: [http://www.revistanavigator.com.br/navig14/art/N14\\_art1.pdf](http://www.revistanavigator.com.br/navig14/art/N14_art1.pdf) (ultimo acesso em 10/12/2014)

diferenciada os espaços da América que lhe pertenciam. Enquanto na Bahia há um crescente esforço de se fazer presente, assim como pouco mais abaixo no Espírito Santo e na Ilha de São Vicente, na costa do Rio de Janeiro, a presença da administração colonial do monarca é quase inexpressiva nos primeiros anos da colonização. Existe como intenção mas não como ação.

“(…) e por ser informado que a Bahia de todos os Santos é o lugar mais conveniente da costa do Brasil para se poder fazer a dita povoação e assento, assim pela disposição do porto e rios que nela entram, como pela bondade, abastança e saúde da terra, e por outros respeito, hei por meu serviço que na dita Bahia se faça a dita povoação e assento, e para isso vá uma armada com gente, artilharia, armas e munições e todo o mais que for necessário”<sup>30</sup>.

“Tanto que os negócios que na dita Bahia haveis de fazer, estiverem para os poderdes deixar, ireis visitar as outras Capitâneas, e deixareis na dita Bahia, em vosso lugar, por Capitão, uma pessoa de tal qualidade e recado, que vos pareça conveniente para isso, ao qual dareis por Regimento o que deve fazer em vossa ausência; e vós, com os navios e gente que vos bem parecer, ireis visitar as outras Capitâneas”<sup>31</sup>.

No Regimento, D. João III deixa claro que os tupinambás da costa há muito se levantavam contra os cristãos. Uma das soluções que o rei sugere para contornar o problema é o uso da força tupiniquim. O monarca deixa claro que é necessário expulsar os tupinambás para povoar a terra, uma vez que “lhes fizeram muitos danos, e que ora estão ainda alevantados e fazem guerra, e que será muito serviço de Deus e meu serem lançados fora dessa terra, para se poder povoar”<sup>32</sup>. Este processo pode começar na Bahia de Todos os Santos, onde se concentram parte dos ataques, mas não deverá ficar encerrado lá. O Regimento apresenta que Tomé de Souza deverá eventualmente deixar seu posto na Bahia de Todos os Santos para visitar outras capitâneas. É neste sentido que me refiro a uma intenção de ocupação que ainda não se concretizara na prática, por limitação de braços, por conta das investidas indígenas, por cálculo equivocado da situação no continente, inúmeros fatores que não podem ser contabilizados completamente.

<sup>30</sup> *Regimento que levou Tomé de Souza governador do Brasil*, Almerim, 17/12/1548. Lisboa, AHU, códice 112, fls. 1-9. P. 01 Disponível em: [http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/1.3\\_Regimento\\_que\\_levou\\_Tom\\_de\\_Souza\\_0.pdf](http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/1.3_Regimento_que_levou_Tom_de_Souza_0.pdf) (último acesso em 30/03/2014)

<sup>31</sup> Idem, P. 04

<sup>32</sup> Idem, ibidem.

Importante considerarmos que os usos do espaço determinam muito da intencionalidade e da posse exercida pela coroa. Existe uma interligação entre o espaço e as relações sociais que se formam naquele local. Assim, Ilmar Rohloff de Mattos define a *região colonial* não como um território geográfica ou cronologicamente definido, mas socialmente constituído.

“(...) se a região possui localização espacial, este espaço já não se distingue tanto por suas características naturais, e sim por ser um espaço socialmente construído, da mesma forma que, se ela possui localização temporal, este tempo não se distingue por sua localização meramente cronológica, e sim como um determinado tempo histórico, o tempo da relação colonial. Desse modo, a delimitação espaço-temporal de uma região existe como materialização de limites dados a partir de relações que se estabelecem entre os agentes, isto é, a partir de relações sociais”<sup>33</sup>.

Mattos vê mais do que as implicações fronteiriças e geográficas de um determinado local. Sua maneira de descrever a região colonial me parece precisa quando lidamos com um conflito como o da Guerra dos Tamoios, uma vez que, a meu ver, foram as relações entre os agentes envolvidos que transformaram o valor e a urgência do uso do espaço da Guanabara, não a relação entre franceses e lusos somente, sobretudo a relações ameaçadora de tupinambás e inimigos franceses – que eram certamente mais escassos que o contingente guerreiro nativo.

A violência dos ameríndios aliada aos ensejos francos transforma a relação que os colonos portugueses mantinham com aquela região; por outro lado, seus próprios aliados – tupiniquins – alimentavam suas iras seculares contra os tupinambás tamoios. Os colonos ganhavam – juntamente com as alianças de amizade – a inimizade secular dos tupinambás. Exemplo desta transformação pode ser encontrado na missiva que o Padre Manuel da Nóbrega enviou ao infante D. Henrique em 1560<sup>34</sup>. Nesta carta, o jesuíta defende fortemente a criação de uma cidade na Guanabara, uma vez que destruir o forte não garante que novas invasões não ocorram. O contingente estrangeiro aliado aos indígenas inimigos dos lusos torna a situação muito mais grave em dois movimentos. Nesse sentido, concordo com Maria Fernanda Bicalho, trata-se de uma ameaça futura que é bifrontal, uma vez que inviabilizam a catequese e agravam as condições de sedimentação de colonos portugueses no território.

<sup>33</sup>MATTOS, Ilmar, Rohloff. “A Moeda Colonial” In: *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004. P. 36

<sup>34</sup>Cf. NOBREGA, Manuel da. “Carta ao Infante D. Henrique” In: *Cartas Jesuíticas Vol 1*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1988.

Outro elemento me faz crer que fora a relação dos colonos, aqui em solo americano, que mudou a maneira como a região da Guanabara é vista pela coroa. A Guerra dos Tamoios é costumeiramente alocada com seu início em 1560 – ainda que a chegada de Villegagnon tenha se dado cinco anos antes - e seu término incerto, fica entre a primeira ou na segunda década do século XVII, com a expulsão definitiva dos franceses remanescentes e a destruição dos tamoios. Este período, ainda que seja relativamente curto, representa um momento de diversas sucessões monárquicas para ambas coroas europeias envolvidas. Em Portugal D. João III reina até 1557, assume então D. Catarina como regente até 1562, quando Cardeal Infante D. Henrique assume até 1568, seguido por D. Sebastião (1568-1578), este por sua vez sucedido por D. Henrique I (1578-1580), que foi o último monarca português antes da união das coroas Ibéricas, que dura até 1640. A França, por sua vez, também viu a sucessão de seis monarcas ao longo do período. Henrique II (1547-1559), Francisco II (1559-1560), Carlos IX (1560-1574), Henrique III (1574-1589), Henrique IV (1589-1610), Luis XIII (1610-1643).

Expressar a linha sucessória das coroas significa, para mim, demonstrar a quem os colonos estariam respondendo, fossem eles franceses ou portugueses, e significa também, apresentar quem eram os monarcas que produziram o tipo de documentação administrativa que me interessa discutir. Para além disso, demonstra o momento delicado de sucessivas mudanças que representam também transformações políticas e estratégicas no trato das posses de além-mar.

Quando me desloquei para pesquisar em arquivos franceses e portugueses, tinha o claro interesse de investigar as missivas régias de ambas as coroas, interesse que derivava do tratamento que a Guerra tem recebido dos historiadores ao longo dos últimos anos. O caráter de defesa do território, ligado à fundação do Rio de Janeiro, coloca a guerra como parte do movimento luso de ocupação e colonização do território, e parte de uma ofensiva francesa pelo mesmo território, como citei anteriormente nos trabalhos de Bicalho e Vanhargen.

A análise de Maria Fernanda Bicalho sobre a ocupação francesa nos trópicos, nos apresenta essa empreitada como um sério entrave, não apenas para a coroa, mas também para os jesuítas. Nisto consiste a ameaça bifrontal a que ela se

refere. Foi também a discussão sobre essa ameaça que eu fui buscar nos acervos portugueses. O que se discutia em espaço europeu sobre essa questão?

Apesar de haver um silêncio historiográfico sobre o tema da Guerra dos Tamoios, o evento da fundação da cidade do Rio de Janeiro acaba por ser bastante visitado, ainda que existam poucas reflexões sobre a fundação em si. Conforme fui lendo a documentação publicada, a necessidade e a urgência expressa pelos inacianos e colonos para fundação de uma cidade, acaba por se tornar pista para compreender um dos pontos cruciais da ameaça francesa na Guanabara e também para deslocar as discussões referentes ao lugar do conflito. O historiador Paulo Knauss faz uso justamente deste eixo – fundação da cidade do Rio de Janeiro - para pensar o processo de “denso encontro de culturas”.

“A *França Antártica* se apresenta nesse sentido como um objeto privilegiado de pesquisa, uma vez que se insere no quadro das disputas pela liberação dos mares, confrontando a exclusividade do comércio colonial pretendida pelas coroas Ibéricas. Em seu desenrolar, o episódio histórico terminou por implantar a afirmação do domínio português na mesma área, culminando com a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro”<sup>35</sup>.

O trabalho de Paulo Knauss confirma parte da argumentação clássica da historiografia no que diz respeito a presença francesa na Guanabara, qual seja, a de que “a tentativa de ocupação na baía de Guanabara, foi a ação de maior porte no século XVI, realizada pelos franceses no sentido de contrariar a postura da exclusividade ibérica dos mares”<sup>36</sup>. Essa linha argumentativa serviu-me de hipótese inicial deste trabalho, e por isso, ao chegar nos arquivos, franceses e portugueses, busquei a documentação que comprovaria essas hipóteses.

O livro de Joaquim Serrão<sup>37</sup> também me permitiu pensar os acervos nos quais eu poderia buscar novas fontes para pensar os conflitos, e neste ensejo, cheguei ao Arquivo da Torre do Tombo na expectativa de encontrar as cartas trocadas entre o monarca e Mem de Sá. Surpreendi-me, no entanto, não com a multidão de missivas, mas com um silêncio no que dizia respeito à presença

<sup>35</sup> MENDONÇA, Paulo Knauss de. *O Rio de Janeiro da Pacificação*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação cultural, Divisão de Editoração, 1991. P. 13

<sup>36</sup> Idem, p. 60

<sup>37</sup> SERRÃO, Joaquim. *O Rio de Janeiro no Século XVI*. Lisboa: Edição da Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, 1965.



francesa na Guanabara. Vasculhei a coleção de cartas<sup>38</sup> e o corpo cronológico<sup>39</sup> e encontrei da parte do monarca um grande silêncio no que tangia este assunto. Ainda que houvesse outras cartas referentes ao Brasil, o tópico da invasão francesa não é mencionado, de fato, o período é marcado pela primazia de correspondências referentes às empreitadas asiáticas.

Na Biblioteca Nacional de Portugal eu tive acesso a obra de Gomes de Carvalho, *D. João III e os franceses*<sup>40</sup>, que me mostrou um outro corpo documental disponível, as cartas trocadas entre o monarca e seus embaixadores em França. A partir dessa indicação, retornei ao Arquivo Nacional Torre do Tombo. Vasculhei a Coleção de São Vicente de Fora em busca da documentação diplomática da coroa. Nas cartas trocadas com Braz de Alvide, embaixador no período primeiro da ocupação, o silêncio se manteve. Nenhuma linha, nem de um lado e nem do outro, sobre a presença francesa em terras lusas.

O silêncio por si só é intrigante, mas, quando somado aos outros indícios que investigava, comecei a delinear uma nova hipótese. Na primeira metade do século XVI, não foram poucas as missivas que chegaram às mãos do Rei alertando sobre a presença de franceses próximos ao território luso na América.<sup>41</sup> Mas certamente estas cartas encontram poucos ecos nos fóruns europeus: Por que em sua correspondência diplomática com Brás de Alvide não há nenhuma menção das notícias que recebera sobre a ocupação de Villegagnon? Por que foram necessários cinco anos de sedimentação francesa para que Mem de Sá fosse enviado?

Pouca repercussão, pelo que pude investigar, talvez possa apontar para um outro caminho quando analisamos a importância e a magnitude deste evento no âmbito europeu. Acatamos as leituras dos primeiros que se debruçaram sobre o

<sup>38</sup> Coleção de Cartas Núcleo antigo, 878,889,880,881 (ANTT, Microfilmado) Vasculhei a documentação entre os anos de 1530-1650.

<sup>39</sup> Este acervo hoje está disponibilizado online em sua quase totalidade. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3767258>

<sup>40</sup> GOMES DE CARVALHO, M. E. D. *João III e os Franceses*. Lisboa: Livraria Classica Editora de A. M. Texeira & Cta, 1909.

<sup>41</sup> Carta de Francisco Porto Carreiro ao Rei D. João III [1556] (Gavetas, 20, 5, Doc. 40)

Carta de Francisco Porto Carreiro ao Rei D. João III. [1555] (Corpo Cronológico, Maço 95. Doc. 46)

Carta de Tomé de Sousa ao Rei D. João III. [1551] (Corpo Cronológico, Maço 86. Doc. 96)

Carta de Pedro Góis a D. João III [1551] (Corpo Cronológico, Maço 92. Doc. 113)

Carta de Luis de Góis a D. João III [1548] (Corpo Cronológico, Maço 80. Doc. 110)

tema e colaram nas coroas europeias interesses e preocupações que justificaram as ações americanas, mas a consulta aos arquivos exigiu novas premissas: este evento talvez não seja tão importante para o processo colonizar como temos sido levados a crer pelas leituras historiográficas as quais temos acesso. Como a massa documental que dava cor e vida aos eventos foi substantivamente produzida na América, por homens que lidavam com aquele cotidiano passei a supor que, talvez, sua importância estivesse atrelada ao território americano e não à Europa.

## 2.2

Villegagnon ganhou sua fama graças a expedição na Argélia, após a qual foi nomeado cavaleiro de Malta<sup>42</sup>. Sua empreitada em terras brasílicas se deu alguns anos depois com motivações incertas. Vou explorar aqui versões que são apresentadas por alguns autores. Maria Fernanda Bicalho apresenta uma motivação possível:

“O projeto de fundação da França Antártica tinha o apoio de Henrique II, Rei de França, de Gaspar de Coligny, Almirante da Marinha Real, do Duque de Guise, cardeal de Lorena, e de comerciantes e armadores franceses. Um dos objetivos era garantir à França uma parcela do mercado de especiarias monopolizado pelos portugueses. Os franceses – traficantes de especiarias e negociantes de pau-brasil – percorreram desde os primeiros tempos o litoral da América portuguesa. Expedições anteriores haviam deixado alguns homens, conhecidos por *truchements*, ou seja, intérpretes, entre os indígenas, com os quais faziam alianças, servindo de intermediários para o negócio das especiarias. A expedição de Villegagnon tinha projetos mais duradouros, embora possa ser inserida no mesmo movimento de disputa pelo comércio ultramarino. Eram cerca de 600 colonos, entre mercenários e aventureiros”<sup>43</sup>.

Segundo Bicalho, portanto, as motivações de Villegagnon estavam alinhadas aos ensejos do monarca francês, Henrique II, de Gaspar de Coligny, do Duque de Guise e de alguns comerciantes. A exceção do evidente apoio do Almirante Coligny, e do documentado suporte de Duque de Guise – com o qual Villegagnon trocara algumas missivas, e lhe envia uma específica sobre sua ajuda

<sup>42</sup>CF. GAFFAREL, Paul. *Histoire du Brésil Français au Seizième Siècle*. Paris: Maisonneuve et Cia, Librairies-Éditeurs, 1878.

<sup>43</sup>BICALHO, Maria Fernanda. “A França Antártica, o corso, a conquista e a “peçonha luterana”” In: *História*, São Paulo, 27 (1): 2008. P. 32

financeira em 1557, do Forte Coligny<sup>44</sup> -, não há como precisar todos os outros apoios que André Thevet alega que Villegagnon recebeu. Sim, é de Thevet a afirmação que Bicalho traz em seu texto sobre o apoio do monarca. Porém, a documentação deste apoio, bem como as motivações régias para tal não podem ser completamente verificadas.

“Donc la principale cause de notre navigation aux indes Amériques est que Monsieur de Villegagnon, Chevalier de Malte, homme généreux et autant bien accompli, soit à la marine ou autres honnêtetés, qu’il est possibles, ayant avec mûre délibération reçu le commandement du roi, pour avoir été suffisamment informe de mon Voyage au pays de Levant et l’exercice que je pouvais avoir fait à la marine, m’a instamment sollicité, voire sous l’autorité du Roi, mon seigneur et prince (auquel je dois tout honneur et obéissance) expressément comande lui assister pour l’exécution de son entreprise<sup>45</sup>”

Gaffarel também defende que houve apoio do monarca e apresenta uma hipótese para a descrição do apoio de Henrique II. A coroa estava envolvida em mais de um conflito na Europa, assim, ocupar em além-mar um território notadamente português lhe pareceu, a princípio, um risco que não se pagava, uma vez que a guerra com franceses e espanhóis já consumia muito em soldados e tesouros reais. Abrir mão de pessoal e de verba para dar suporte a uma expedição que não seria imediatamente lucrativa lhe pareceria portanto, pouco apazível.

“La négociation devenait ici plus délicate: Henri II était alors (1555) en guerre avec l’Espagne, avec l’Empire et avec l’Angleterre. Enveloppé par une ceinture continue d’Etats ennemie, Il se débattait avec peine contre la coalition, et se souciait médiocrement de distraire une partie de ses forces pour les expédier au Nouveau-Monde. Si du moins, on lui avait proposé d’Attaquer l’Amérique espagnole, il aurait peut-être consenti à autoriser l’expédition; mais il n’avait aucun motif de guerre contre Portugal, et, si les Français s’établissaient dans une région

<sup>44</sup> Esta carta de 1557 trocada entre o Cardeal e Villegagnon encontra-se em exposição permanente no Museu Naval. Foi publicada pela fundação Darcy Ribeiro na coleção Franceses no Brasil.

<sup>45</sup> “Portanto, a principal motivação de nossa navegação às índias americanas é a ordem real recebida por Villegagnon, coveiro de Malta, homem generoso e muito bem sucedido, seja em feitos marítimos ou outros. Depois de dura deliberação recebeu portanto a ordem do Rei, que estava ciente de minha viagem ao país de Levant, e instantaneamente me solicitou, vejam vós a autoridade do Rei, meu senhor e príncipe – a quem devo toda honra e obediência, que expressamente me pediu que acompanhasse Villegagnon em sua empreitada”. [Minha tradução] THEVET, André. *Le Brésil d'André Thevet: Les singularités de la France Antartique*. [1557] Paris: Chandeigne, 2011. P. 56-57

qui passait pour dépendre du Portugal, n'était pas se donner de gaieté de coeur un nouvel ennemi?"<sup>46</sup>

De acordo com o historiador, é Coligny – quando projetista da empreitada – quem argumenta sobre o proveito de apoiar tal expedição. Os indícios desse apoio por sua vez são escassos e o que ficou documentado foi a transferência de uma baixa quantia. Gaffarel não menciona nenhuma documentação substantiva que justifique sua maneira de analisar o apoio de Henrique II. O historiador Zeferino Candido menciona que há uma Carta Régia de próprio punho de Henrique II ao secretário de finanças, datada de março de 1554, na qual ordena que o tesoureiro da marinha tome do tesouro real dez mil libras e as empregue à cargo da expedição de Villegagnon<sup>47</sup>. O próprio autor completa que “não temos prova de maior auxílio real e dez mil libras tornezas é pequena somma para aprestar 3 navios, com o necessário para atravessar um mar povoado de inimigos e de corsários” – mas não se trata apenas de atravessar o oceano, como lembra o autor, o dinheiro seria também para financiar uma empreitada que visa “tocar em terras estrangeiras com o ânimo de usurpar possuir e competir, fundar enfim uma colônia, encravada nas capitanias portuguesas(...)”<sup>48</sup>

A antropóloga Christina Osward escreve em sua tese de doutoramento que se manteve segredo sobre as intenções da expedição. “(...) não se conhece a versão oficial do projeto da França Antártica”. – ela escreve – “Vale lembrar que o pedido de financiamento real veio acompanhado de uma observação de que se tratava de um empreendimento que não se queria divulgar”<sup>49</sup>. A autora frisa ainda que Coligny ainda não havia se convertido ao protestantismo – eliminando com

<sup>46</sup> “A negociação se tornava aqui um pouco mais delicada: Henrique II encontrava-se neste momento (1555) em guerra contra a Espanha, contra o Império e contra a Inglaterra, ele se debatia com vigor contra qualquer coligação e suspeitava diante da ideia de abrir mão de parte de seu contingente humano em nome de uma expedição no novo mundo. Se ao menos lhe tivessem proposto invadir territórios espanhóis, talvez então lhe ocorresse consentir com tal expedição; mas não tinha qualquer motivo para guerrear com portugueses, e, caso os franceses se instalassem em uma região que já pertencia a Portugal, não estariam com isso ganhando um novo inimigo”? [Minha tradução] GAFFAREL, Paul. *Histoire du Brésil Français au Seizième Siècle*. Paris: Maisonneuve et Cia, Librairies-Éditeurs, 1878. P. 163.

<sup>47</sup> CANDIDO, A. Zeferino. *Navegação e Conquista três estudos: Vasco da Gama, Villegagnon, Colombo*. Rio de Janeiro: Typ. Federal, 1899. P. 82. Esta missiva estaria localizada na Biblioteca Nacional da França de acordo com a referência, todavia, não pude encontrá-la.

<sup>48</sup> Idem. P. 84

<sup>49</sup> OSWARD, Christina. *Entre os Tupinambá: a gesta francesa na Guanabara*. Tese de Doutorado, Museu Nacional, PPGAS, 2009. P. 83

essa informação a ideia de que a colônia tinha motivações puramente religiosas. Um segundo elemento que ela adiciona à discussão é uma carta de Francisco II, endereçada aos franciscanos e escrita em agosto de 1560: falando das motivações de seu pai para enviar a expedição de Villegagnon, segundo esta missiva, estava nos horizontes de expectativa de Henrique II a propagação da fé cristã em terras brasileiras. Uma vez que Henrique II não idealizou a empreitada e esta ordenação não aparece em nenhuma missiva de Villegagnon, e nem mesmo em nenhum outro documento como *A Cosmografia Universal* de André Thevet ou mesmo sua outra obra sobre *As Singularidades da França Antártica*, é difícil crer que esta motivação de fato existisse cinco anos antes.

Não quero defender aqui que não houve apoio do monarca à expedição que zarpou para Guanabara em 1555, nem mesmo faz parte do objetivo deste trabalho investigar as verdadeiras intenções dos agentes envolvidos – não é relevante – todavia, ao apresentar o silêncio existente no que diz respeito às intencionalidades envolvidas, bem como aos apoios conseguidos, busco demonstrar que a suposta contribuição régia dificilmente configura um projeto colonizador do estado francês para a América lusa.

A carta de Villegagnon ao Duque de Guise já mencionada anteriormente, nos ajuda a vislumbrar parte desta minha argumentação.

“Meu Senhor, por sua graça, favoreceu tanto nossos negócios que terminei minha fortaleza e coloquei em tal estado que penso ainda não ter visto um outro tão fácil de guardar. Por isso, pude colocar em terra sessenta pessoas num forte de madeira que fiz à vista de meu castelo, ao alcance de minha artilharia, onde eles têm o cuidado de plantar e semear para viver de seu trabalho. Prendi uns quarenta escravos de uma aldeia inimiga que destruí. Mandeí visitar todas as nossas fronteiras depois da partida dos nossos navios e experimentar a vontade dos amigos de nossos vizinhos. Tive uma resposta muito boa. Eles me prometeram se rebelar e persegui-los quando eu quisesse. Nossos selvagens prepararam um exército de mais de três mil homens para vingar os danos que aqueles nossos vizinhos lhes fizeram no ano passado. Eu mandei um navio em boa ordem costear todo o nosso país até trinta e seus graus aproximando-se de nosso polo, onde tenho notícia de que os castelhanos vêm por terra do Peru, procurar metais. Espero que envieis notícias pelo primeiro de nossos navios. Eu vos suplico, Senhor, ser meu intercessor junto ao rei a fim de que ele não me abandone, mas, que lhe apraza me socorrer com algum dinheiro para ajudar a trazer meus navios, e espero satisfazer o seu desejo, de sorte que não terá socorro que lhe aprouver me conceder por mal empregado. Suplico ao Criador, meu Senhor, vos dar em vida, muita longa e feliz, a realização

de vossos nobres desejos. De vossa fortaleza de Coligny, na França Antártica, no último dia de Novembro de 1557. Vosso mui humilde e obediente servidor, Villegaignon”<sup>50</sup>.

O duque de Guise, um dos financiadores da expedição, faz parte de uma família tradicionalmente católica, com grande prestígio. A brevíssima carta de Villegaignon permite saber que o forte fora construído também com os recursos fornecidos pelo duque. Não se sabe a que vizinhos ele se refere quando menciona o ataque, mas sabemos que ele se refere aos tupinambás tamoios quando fala “nossos selvagens”. Os navios que foram para a Europa – inclusive levando a carta para o duque - não poderiam retornar para o território americano sem que houvesse maior investimento na empreitada, a viagem era custosa em mantimentos e recursos, para tanto ele pede que o duque interceda por ele junto ao monarca – fazendo uso do prestígio que a família já possuía na corte de Henrique II -, demonstrando que o apoio efetivo da coroa não tinha sido nem suficiente e sequer era uma constante, dois elementos que colocam em dúvida a solidez do aporte recebido. Para além disso, não há nenhuma missiva do próprio Villegaignon pedindo apoio ao monarca: ele agiu sempre intermediado por terceiros e, sabendo do prestígio que o mesmo tinha na corte, é difícil compreender o porquê desta escolha.

Alguns meses antes, março de 1557, Villegaignon enviou uma carta para Calvino, na qual agradece os homens que foram por ele enviados. Segundo Gaffarel, diante da necessidade de um maior contingente de pessoas, Coligny volta-se para a comunidade protestante em busca de pessoas que pudessem reforçar a expedição <sup>51</sup>. Posteriormente, a ajuda calvinista que Villegaignon recebeu, se revelaria deveras custosa. Difamado pelos calvinistas e desacreditado entre católicos, tornou-se cada vez mais distante o desejado patrocínio para dar continuidade a empreitada. A carta, por sua vez, agradece o envio dos fiéis. Ele alega ainda, que enfrentava um momento no qual contava com menos pessoas ao seu lado, “pelo medo do perigo” no qual se encontravam, os que o haviam seguido quando viera da França haviam retornado para o Egito, cada um alegando uma desculpa.

<sup>50</sup>VILLEGAGNON, Nicolas Durand de. “Carta ao Duque de Guise” In: *Coleção Franceses no Brasil, Vol I, Villegaignon*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2009. [1557] Original encontra-se em exposição no Museu Naval do Rio de Janeiro.

<sup>51</sup>Tema desenvolvido sobretudo no segundo capítulo da obra de Gaffarel.

A missiva descreve um pouco da terra, não de maneira idílica mas sim como sendo um local deserto, com poucos pontos habitáveis, dos quais Villegagnon teria escolhido o que lhe pareceu mais seguro em dois aspectos: ligeiramente distante dos irados portugueses que, segundo ele, mantinham uma proximidade desleal, apesar de não terem sido capazes de guardar seu território<sup>52</sup> e também, fixar-se na ilha era uma maneira de manter seus homens distantes das índias, evitando com isso relações indesejáveis e pouco castas entre seus homens e as mulheres das tribos aliadas<sup>53</sup>.

Este documento demonstra que havia um certo despreparo da expedição: Villegagnon explica a Calvino que a ilha por ele escolhida não tinha espaço para manter algum tipo de cultivo, forçando-os a sair dela para conseguir comida, e como os indígenas não tinham o costume agrícola similar ao francês, ele explica, não encontravam os víveres reunidos todos no mesmo lugar. Dificuldades como essa causaram uma debandada de seus aliados e dentre os que ficaram, poucos eram de fato confiáveis, sobretudo após o plano surpreendido pelo próprio Villegagnon para dar cabo de sua vida.

Tais informações explicam porque, segundo o relato de Thevet<sup>54</sup>, quando chegou ao forte, em 1560, Mem de Sá teria encontrado uma fortaleza desarmada e pouco ocupada. Os homens de Villegagnon foram, aos poucos, deixando-o e

<sup>52</sup> “Il y avoit davantage le voisinage des Portugallois, lesquels ne nous voulans point de bien, et n’ayans peu garder le pays que nous tenos maintenant prennent fort mal à gré qu’on nous y ait recue, et nous portent une haine mortelle”. TRAD “*Há ainda a desvantagem da proximidade dos portugueses, os quais não nos querem bem, e que não tendo sido capazes de guardar seu país, nutrem por nós uma ira mortal*”. [Minha tradução] VILLEGAGNON, Nicolas Durand de. Lettre à Calvino In: GAFFAREL, Paul. *Histoire du Brésil Français au Seizième Siècle*. Paris: Maisonneuve et Cia, Librairies-Éditeurs, 1878. P. 393. O exemplar original desta missiva consta – segundo pesquisas na internet e outros autores – na Biblioteca de Genebra, todavia, não houve como consultá-lo.

<sup>53</sup> “nous nous sommes transportez en une isle esloignée de terre ferme d’environ deux lieues, et là l’ay choisi lieu pour nostre demeure, afin que, tout moyen de s’enfuir estant osté, ie pense retenir nostre troupe en son devoir. Et pour ce que les femmes ne viendroyent point vers nous sans leurs mairs (...)” TRAD: “*ao fim nos transportamos para uma ilha afastada da terra firme, distância de cerca de duas léguas, e eu escolhi tal lugar para ficarmos afim de manter minha tropa focada em seu dever, e para que não recebessemos visitas das mulheres desacompanhadas de seus maridos*”. [Tradução minha] VILLEGAGNON, Nicolas Durand de. Lettre à Calvino In: GAFFAREL, Paul. *Histoire du Brésil Français au Seizième Siècle*. Paris: Maisonneuve et Cia, Librairies-Éditeurs, 1878. P. 394

<sup>54</sup> Cf. THEVET, André. *A cosmografia universal de André Thevet, Cosmógrafo do Rei*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2009.

voltando suas atenções para outras empreitadas, talvez menos perigosas e mais lucrativas do que a manutenção de um forte, que em tudo dependia do constante contato com o outro indígena para as mais básicas atividades, como a alimentação.

Estes elementos corroboram a imagem de uma empreitada de pouco preparo financeiro e estratégico e alinham-se à ideia de que é pouco provável que o monarca tenha idealizado esta expedição, ou que seu apoio configure um projeto colonizador e cristianizador da América lusa, ainda que Vasco Mariz afirme que houve um preparo maior do que o evidenciado, havendo inclusive uma viagem solo primeira de Villegaignon a Cabo Frio em 1554. A corroboração dessas informações por sua vez é bastante falha, uma vez que estão baseadas no livro escrito no final do século XIX de Heulhard<sup>55</sup>, cujas fontes também não são claras. Minha primeira premissa – de que a coroa francesa estaria, portanto, envolvida de maneira direta no conflito – tornou-se cada vez menos comprovável, o que me distanciou também de ideias como a que é apresentada por Marcello Duarte neste artigo:

“No ano de 1555, chegou à Baía de Guanabara o cavaleiro de Rodes, Nicolau Durand Villegaignon, comandando uma expedição que tinha por objetivo estabelecer as bases para a fundação de uma colônia francesa na América portuguesa. De acordo com Serafim Leite, Villegaignon teve sua missão facilitada por causa da inimizade dos índios tamoios com os portugueses, que então se viram duplamente ameaçados. De um lado, a antiga atitude hostil dos tamoios, acirrados e armados agora pelos franceses, convertia-se em grande atrevimento, fazendo-os chegar às portas de Piratininga. Por outro, os franceses que, ao fundarem a França Antártica, representavam um enorme estorvo para o domínio político da coroa portuguesa e a catequese no Brasil. Quanto a essa ameaça calvinista francesa ao projeto catequizador jesuítico (...)”<sup>56</sup>

O texto de Marcello Duarte traz, portanto, a ideia ainda muito presente de um embate de projetos colonizadores similar em muitos pontos com o que foi proposto pelo artigo de Maria Fernanda Bicalho, mas também com outros problemas e, entre eles, a ideia de que foram os franceses que acirraram os ânimos

<sup>55</sup> HEULHARD, Arthur. *Villegaignon, roi d'Amérique, un homme de mer au XVI<sup>e</sup> siècle (1510-1572)*. Paris : E. Leroux, 1897. O exemplar que consultei e fotografei encontra-se na Biblioteca Nacional da França, na Bibliothèque de L'Arsenal, 4- NF- 16653

<sup>56</sup> DUARTE, Marcello Felipe. “A cruz e o trono: o armistício de Iperoig, o auto de São Lourenço e a vitória portuguesa sobre a França Antártica” In: *Revista Navigator*. Vol. 10 N. 19. 2014 Disponível em: [http://www.revistanavigator.com.br/navig19/dossie/N19\\_dossie1.pdf](http://www.revistanavigator.com.br/navig19/dossie/N19_dossie1.pdf) (Último acesso em 27 de Maio de 2015)



indígenas, incitando-os contra os portugueses. O domínio político da coroa portuguesa – como mencionei anteriormente – estava ainda distante de ser constante e homogêneo, mas, certamente concordo com o autor sobre o entrave que os franceses representavam para a catequese. Este último faz parte do conjunto de problemas americanos que, a meu ver, motivaram a guerra, no entanto, as motivações não estavam pautadas na Europa e em questões de estado das cortes, mas sim no cotidiano daqueles que estavam na América lusa, como jesuítas e colonos, que eram diretamente afetados com as animosidades indígenas e francesas.

André Thevet, quem primeiro menciona o apoio de Henrique II, veio na expedição de Villegagnon e passou seis semanas juntamente com a esquadra na Guanabara. Ainda que não viesse em carácter oficial como cosmógrafo, sua obra, *As singularidades da França Antártica*, lhe garantiu tamanha notoriedade que em pouco tempo foi selecionado pelo monarca francês para o cargo de cosmógrafo real. É importante observar as datas: em 1557 publicou a sua obra *Singularidades da França Antártica* e em 1558 tornou-se Cosmógrafo do Rei – cargo importante na corte. Deste modo, ainda que no início da obra ele apresente a ideia de que partiu nesta empreitada para cumprir uma ordem do rei, é provável que este seja um recurso estilístico de elogio ao monarca, mais do que algo que possamos ler de modo absoluto.

*As Singularidades da França Antártica* foi publicada em mais de uma edição francesa<sup>57</sup>, e no Brasil, sua edição mais recente é a de 1978 da editora Itatiaia. A *Cosmografia Universal* de André Thevet<sup>58</sup> chegou ao público brasileiro depois de quase cinco séculos de sua publicação manuscrita em 1575 na França, e menos universal do que se pretendia – uma vez que apenas uma parte foi traduzida e publicada. A tradução de 2009 – a primeira para o português - fez

<sup>57</sup>Para este trabalho usei a edição prefaciada e anotada por Frank Lestringant publicada em 2011. THEVET, André. *Le Brésil d'André Thevet: Les singularités de la France Antartique*. [1557] Paris: Chandeigne, 2011.

<sup>58</sup>A tradução utilizada foi: THEVET, André. *A cosmografia universal de André Thevet, Cosmógrafo do Rei*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2009. Todavia, li a tradução de maneira comparativa com um original em francês que acessei pelo site da Biblioteca Nacional da França. THEVET, André. *Cosmografia Universelle d'André Thevet, Cosmographe du Roy*. Paris: G. Chaudière, 1575. Disponível em: <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb31454037j> (Vol 1) e <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb31454037j> (vol 2) (Último Acesso em 29/06/2014)

parte de uma iniciativa da Fundação Darcy Ribeiro que produziu a coleção “Franceses no Brasil”, em quatro volumes, que apresenta diferentes narrativas francesas sobre o Brasil. Um dos volumes, já citados aqui, tem como seu narrador Villegagnon, através de suas cartas traduzidas e publicadas; outro é uma nova edição da obra de Jean de Léry; e há ainda uma edição do livro de Yves d’Evreux - *História das coisas mais memoráveis ocorridas no Maranhão nos anos de 1613 e 1614*.

O segundo volume da coleção é esta obra de Thevet que, em sua tradução, recortou apenas o trecho referente ao Brasil, que na monumental obra refere-se apenas a parte de um livro dentre as cerca de 2000 páginas. A tradução, no entanto, manteve o título da publicação original francesa, e não faz nenhuma menção em seu título à seleção feita pela editoração, permitindo que um leitor desavisado se confunda facilmente, caso não tenha conhecimento sobre a dimensão efetiva da obra. A tradução a qual tive acesso tem cerca de 180 páginas, pouco menos de 10% da obra original.

A obra de Thevet foi publicada pela primeira vez em 1575 e caiu em certo esquecimento depois disso. Enquanto a obra *Singularidades da França Antártica* foi reeditada em 1878 na França, a *Cosmografia* manteve-se ainda em obscuridade até 1953, quando foi reeditada em um esforço da Presses Universitaires de France, que publicou a *Cosmografia* e outros dois textos inéditos – que ainda se encontravam manuscritos na Biblioteca Nacional da França – juntamente com as notas de Suzanne Lussagnet. Através de breve pesquisa nos bancos de dados de algumas bibliotecas, tais como Biblioteca Nacional, Biblioteca Nacional de Lisboa, Biblioteca Britânica, encontrei a obra completa de Thevet, do ano de sua publicação na Biblioteca Nacional de Paris e na Biblioteca Nacional. A primeira a disponibilizou online na íntegra, enquanto a segunda disponibilizou apenas uma parcela. Na Biblioteca Britânica consta apenas o exemplar da tradução brasileira.

Estas duas obras fazem parte do corpo documental que temos acesso para perscrutar as motivações da empreitada. A única menção feita ao apoio real se dá no primeiro capítulo do *Singularidades*. Nenhuma outra menção é feita nem neste

livro e nem na *Cosmografia*, publicada em 1575 e fruto de um período no qual Thevet já era o cosmógrafo real.

Vou me debruçar brevemente sobre esta tipologia documental pois a cosmografia é um gênero documental com algumas particularidades que o diferem de outros relatos de viagem. Como está em impresso em seu próprio nome, a cosmo-grafia é um tipo de escrita sobre o mundo, uma descrição do mundo, carregando na própria nomenclatura a ideia de abarcar uma universalidade presente no Cosmos. Frank Lestringant acredita que se trata ainda de um gênero que, ao operar em escala diferente de outros, como a corografia<sup>59</sup>, é fruto da esperança no futuro que o renascimento trouxe consigo, justamente por ser também uma resposta ao tipo de necessidades e questões de um momento de movimento ao desconhecido.

“L’hypothèse cosmographique suppose un monde global et plein, sans autres limites que l’orbe des cieux qui en dessine par projection lès pôles, lès régions et lès zones. Cette vision globale et géométrique de La terra, que Montaigne tenait en suspicion et que Belleforest taxait volontiers d’orgueil blasphématoire, est tirée à la lettre de Ptolémée, dont Le premier chapitre de la *Geographie* forme Le préambule de la *Cosmographie universelle*, comme Il avait déjà servi à Münster au debut de sa *Cosmographie*.”<sup>60</sup>

O termo cosmografia é também um diálogo com a antiguidade clássica, sobretudo com o trabalho de Ptolomeu, segundo Lestringant<sup>61</sup>. A aproximação com a antiguidade acontece também como parte de uma dinâmica de distanciamento-aproximação, uma vez que se faz presente uma nova relevância em reescrever o mundo: a identidade do mundo mudara. O mundo conhecido pelos gregos deixou de ser suficiente para representar essa totalidade. Portanto, esse empreendimento intelectual de mapeamento de terras, costumes e gentes, se torna um imperativo no âmbito da renascença e das conquistas nos Novos Mundos. Esta empresa de Thevet tem destarte dois aspectos bastante particulares: um de conhecimento intelectual e outro de dominação territorial. Nas palavras de

<sup>59</sup> Estudo que trata da descrição de uma região delimitada, ou um país.

<sup>60</sup> “A hipótese cosmográfica supõe um mundo global e pleno, sem outros limites que não o da orbe dos céus que projeta os polos, as regiões e as zonas. Esta visão global e geométrica da Terra, que Montaigne tinha como suspeita e que Belleforest taxava como orgulho blasfematório, é retirada de Ptolomeu, cujo primeiro capítulo de Geografia forma o preambulo da *Cosmografia Universal*, como já servira a Münster no princípio de sua *cosmografia*”. [Tradução minha] LESTRINGANT, Frank. *L’Atelier du Cosmographe ou l’image du monde ‘a La Renaissance*. Paris: Editions Albin Michel, 1991. P. 27

<sup>61</sup> Idem. Conferir sobretudo o primeiro capítulo.

Lestringant, trata-se de “transformar a possessão intelectual e simbólica do mundo em conquista militar”<sup>62</sup>

Pontuadas tais características e levando em consideração as implicações políticas da cosmografia, causa-me certo estranhamento, que Thevet tenha encontrado tempo e espaço de discutir sobre o nome da ilha<sup>63</sup> que a expedição ocupou, e não tenha comentado o suporte real na empreitada de Villegagnon. Uma das hipóteses possíveis é a de que em 1557 o apoio do monarca era efetivamente crucial para o sucesso da empreitada. Naquele momento, legitimar a expedição estava em pauta; enquanto que em 1575, a empreitada já estava em rota de fracasso, pois o forte já havia sido tomado, o Rio de Janeiro fora fundado há dez anos, os franceses remanescentes viviam no continente entre os indígenas, Villegagnon falecera há cerca de três anos e Henrique II falecido há oito anos. As motivações políticas primeiras já não mais existiam.

O projeto da França Antártica mantém-se para nós ainda sob certa obscuridade. Villegagnon, quem poderia nos esclarecer parte disso, nos dá poucas pistas em sua correspondência que nos levem a uma conclusão. Parte disso, acredito, se deve a uma escolha do próprio Villegagnon. A empreitada tinha múltiplos patrocinadores, nem todos professavam a mesma religião ou partilhavam das mesmas ideias. O cavaleiro, de maneira estratégica e diplomática, tentava a todo custo agradar a todos. Sérgio Buarque de Holanda é um dos autores que chama atenção para esse caráter multifacetado da expedição, que contou com apoio tanto de reformistas quanto de católicos<sup>64</sup>.

Vasco Muniz escreve que as intenções de Villegagnon eram puramente mercantis e militares.

“Villegagnon chegou à Guanabara a 10 de novembro de 1555, com uma tripulação muito heterogênea de 600 homens e sua missão era exclusivamente militar e

<sup>62</sup> “transformer la possession intellectuelle et symbolique du monde em une conquête militaire”. [Tradução minha]. Idem, p. 32.

<sup>63</sup> Havia uma querela intelectual quanto a nomenclatura correta a ser empregada, o rival mais célebre fora o próprio Jean de Léry. No capítulo II da tradução do livro de Thevet essa disputa fica evidente. Cf. THEVET, André. *A cosmografia universal de André Thevet, Cosmógrafo do Rei*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2009.

<sup>64</sup> Cf. BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. “Franceses, Holandeses e Ingleses no Brasil Quinhentista” In: *História Geral da Civilização Brasil: Do descobrimento à Expansão Colonial*, Vol. 01. São Paulo: Bertrand Brasil, 1997

comercial, isto é: construir uma forte base naval para dar apoio ao já intenso e lucrativo tráfico comercial entre os portos franceses da Mancha e a costa brasileira. Como segundo objetivo a médio prazo, Villegagnon pretendia atacar os navios portugueses e espanhóis que voltavam das índias, carregados de especiarias, e do Rio da Prata, com o ouro do Peru e a prata da Bolívia”<sup>65</sup>

Infelizmente, não há como rastrear tais informações expostas por Vasco Muniz. Além disso, em nenhuma de suas cartas Villegagnon explicita de maneira tão clara objetivos e metas. Acredito que a fonte principal do autor seja o livro biográfico de Victor Helhaud, já mencionado anteriormente, porém, também as fontes deste livro não são facilmente rastreáveis.

Quando escreve para Calvino, por exemplo, Villegagnon apresenta motivações religiosas:

“Mais d’un autre costé pensant à part moy que i’avois asseuré mes amis que ie me départois de France, à fin d’employer à l’avancement du règne de Jésus-Christ le soin et la peín que i’avois mis par ci devant aux choses de ce monde; ayant cognu la vanité d’une telle estude et vacation, i’ay estimé que ie donnerois aux hommes à parler de moy et de me reprendre, et que ie feroys tort à ma réputation si i’en estois destourné par crainte de travail ou de danger; davantage puisqu’il estoit questuon de l’affaire du christ, ie me suis asseuré qu’il m’assiteroit et amèneroit le tout à bonne et hereuse issue. (...) Estant mon esprit adonné à cela, il m’a semblé que ce n’est point sans la providence de Dieu que nous sommes enveloppez de ces affaires(...)”<sup>66</sup>

Villegagnon enfrentou oposição logo nas primeiras medidas, como vimos anteriormente, para além do continente “vazio e infestado de selvagens”, como descreve para Calvino em momento anterior, até as dificuldades em encontrar alimentos e água, fez parte de sua política, por exemplo, proibir os relacionamentos entre seus homens e as índias. Esta conduta moral é bem quista pelos calvinistas. Jean de Léry, neste quesito, não poupa elogios aos termos de

<sup>65</sup> MUNIZ, Vasco. “Villegagnon Herói ou vilão” In: *História*, Vol. 27, São Paulo, 2008. P. 54

<sup>66</sup> “Por outro lado, de minha parte assegurei aos meus amigos que partia da França a fim de empregar-me no avanço do Reino de Cristo. Cuidado e trabalho que coloquei para mim acima das coisas deste mundo. Conheceda a vaidade e o vazio do conhecimento puro, e espero que dar algo mais para que os homens falem de mim e me repreendam, faria mal a minha reputação se declinasse da tarefa diante do perigo, por isso, cri que estando ao lado de Cristo ele mesmo me assistiria e me conduziria a uma feliz conclusão. (...) Estando meu espírito adonado destas verdades parece-me que é pela providência divina que enfrentamos estes assuntos”. [Tradução minha] VILLEGAGNON, N. D. “Lettre A Calvin” In: GAFFAREL, Paul. *Histoire du Brésil Français au Seizième Siècle*. Paris: Maisonneuve et Cia, Librairies-Éditeurs, 1878. P. 394. Segundo consta o original desta carta encontra-se em Genebra, ficou guardada e sua existência foi usada pelos Calvinistas em suas acusações contra Villegagnon.

Villegagnon, porém, entre os marinheiros tornou-o ainda mais impopular. Neste momento da carta, ele descreve, portanto, suas agruras ao reformador, fala dos poucos homens que lhe restam e de como o envio de novos indivíduos – calvinistas enviados por Genebra, graças a mediação Coligny – o reanimara nesta empreitada divina de expansão do evangelho.

Quando escreve para o Duque de Guise, não menciona nenhuma intencionalidade religiosa ou missionária, nem como filosofia e nem como prática. Ao descrever o que fizera desde a construção do forte escreve apenas:

“Mandeí visitar todas as nossas fronteiras depois da partida dos nossos navios e experimentar a vontade dos amigos de nossos vizinhos. Tive uma resposta muito boa. Eles me prometeram se rebelar e persegui-los quando eu quiser. Nossos selvagens preparam um exército de mais de três mil homens para vingar os danos que aqueles nossos vizinhos lhes fizeram no ano passado. Eu mandei um navio em boa ordem costear todo o nosso país até trinta e seus graus aproximando-se de nosso polo, onde tenho notícia de que os castelhanos vêm por terra do Peru, procurar metais”<sup>67</sup>.

Ao longo de toda a missiva, citada anteriormente na íntegra, nenhuma palavra sobre missionação calvinista, nem seria prudente, uma vez que ele estava tratando com um católico fervoroso; mas também não demonstra a intencionalidade conciliadora que é atribuída ao projeto da França Antártica, segundo o qual, fora intenção de Villegagnon fundar um espaço livre de perseguições, no qual coexistissem as diferentes vertentes do cristianismo. A carta sucinta, que tinha a clara intenção de tentar atingir o monarca, Henrique II, uma vez que termina com a súplica pela intervenção do duque, também não menciona alguns dos problemas graves que o projeto já estava enfrentando. Villegagnon não menciona o abandono de parte significativa de seu contingente, não comenta sobre a antipatia que seus companheiros nutriam por ele e também não comenta o reforço de pessoal que já havia sido enviado de Genebra.

Quando escreve ao Condestável de França em 1561, a temática missioneira e religiosa volta a aparecer, mas a construção do discurso é diferente.

“Monseigneur, il vous pleut me faire cest grace et faveur à mon retour du Brésil, de me decouvrir les raports que lon vous avoit faict de moy en mon absence, pour

---

<sup>67</sup>VILLEGAGNON, Nicolas Durand de. “Carta ao Duque de Guise” In: Coleção Franceses no Brasil, Vol 1, Villegagnon. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2009. [1557]

vous en donner mauulvaise oppinion: C'estoit que i'estoye alle là, pour me faire autheur d'une nouvelle loy ne tenant ne de l'Eglise romaine, ne de calvin, ne de Luther: dont pour l'ancienne servitude que i'avoye à vous, et l'amitié qu'il vous avoit pleu me porter, monstriez avoir desplaisir, me commandant, après m'avoir ouy, de me purger, et faire cognoistre au monde, que l'on m'aurait à tort imposé tel vitupere. A quoy ie m'emploiaiy sur le champ le plus diligemment qu'il me fust possible pour la briefveté dus temps par ung livre en latin que i'ay divulgue, demonstnant non seulement ma religion estre totalement conforme à l'Eglise eu laquelle i'ay faict profession de chrestienté; mais descouvrant la vanité de la doctrine, que lon me seroit venu adnoncer de Calvin, marquée d'artificielles et blandissantes paroles, que ie refusay et deschassay, l'ayant cognue, ainsi que ie vous feis entendre par les lettres qu'il vous pleust recevoir de moy.

Depuis il a pleu à la Royne Mère du Roy me commander d'exposer en François ce que i'avoye faict en latin. A quoy ie n'ay voulu faire faulte, tant pour luy obeir, que de zeile de faire entendre à ceulx qui adioustent quelque foy aux sofisticques persuassions de Calvin combien il est esloigné de la verité, et combien est faulse, vaine et dangereuse, sa fondée doctrine. Pour ce que vous pourrez plus facilement entendre mes raisons en ceste langue qu'en latin, ie vous envoie un livre, vous suppliant, quando vous en aurez loisir, prendre la peine de vous le faire lire: vous assurant que vous me trouverez n'avoir en rien fourvoyé du droict chemin, et que le mieulx qu'on puisse iunger de ceste doctrine, que i'ay refusée, execrables hérésies qui ayent este despuis I. Christ, avec quelques autres, desquelles Calvin se faict autheur, desquelles la fin n'est que trouble et confussion, eu ung chemin ouvert à l'athéisme: comme ie luy eusse faict veoir, à peine de m'avie, s'il ause se trouver avec moy, selon que ie l'en ay semond par mes lettres envoyes aux magistrats de Genefve par homme expres. Lon en voirra l'experience par ses responses, s'il ause ingérer de respondre, quelque grand sophiste et orateur qu'il cuide estre, et emploiait-il le bel entendement de son frère Beze et martyr avec sien: car la nature de la verité est telle que plus est impugnée moins est offensée: mais plus se mostrent foibles, et inutiles les impugnateurs. 1561. Villegaignon<sup>68</sup>.

---

<sup>68</sup>“*Meu senhor, que em meu retorno ao Brasil encontre graça e favor de vossa parte, desejo descobrir os relatório que lhe foram feitos a meu respeito ao longo de minha ausência no ensejo de fazer-lhe crer em informações equívocas; quais sejam, de que teria ido para lá no intuito de ser autor de uma nova lei, desligada da Igreja Romana e de Calvino, e de Lutero; por ser vosso servo há muito tempo e pela amizade que concedeste-me, sinto-me compelido a trazer ao conhecimento de todos que, erroneamente, impuseram a mim tal vitupério. A este assunto me dediquei tão logo foi possível devido ao curto tempo, através de um livro em latim que divulguei demonstro não apenas que minha religião se mantém profundamente alinhada à Santa Igreja, bem como exponho como tornei-me ciente da vaidade existente na doutrina de Calvino que me foi anunciada repleta de palavras artificiais e lisonjeiras que recusei e descartei tão logo as compreendi por complete, como o fiz saber através das missivas que recebeste de mim. Depois aprouve a Rainha mãe do Rei pedir-me que expusesse e francês o que expusera em latim. Pedido com o qual não desejei estar em falta tanto por lhe obedecer, quanto pelo cuidado que sinto por aqueles que tem qualquer fé nas persuasões sofisticas de Calvino, demonstrando com isso o quão afastado da verdade ele está, e quão falsa, vã e perigosa é a doutrina por ele fundada. Sabendo que compreenderia melhor minhas razões em francês que em latim eu vos envio este livro, e suplico-lhe que o leia: esteja seguro que nada encontrarás que não esteja de acordo com o caminho correto, do qual não me*

Villegagnon retorna a Europa em 1558-1559. Sua correspondência ao Duque de Guise provavelmente surtiu menos efeito do que ele esperava, o dinheiro se esgotara e tornou-se imperativo encontrar novos patrocínios. Para além disso, está em um momento delicado como figura política. Sua ambiguidade cada vez menos velada revelou-se um problema, espalharam-se libelos e acusações vindas de Genebra, dos calvinistas, acusando-o por seus crimes na Guanabara, e por havê-los ludibriado, fazendo-lhes crer que de fato havia abraçado a fé reformada.

A correspondência trocada com Anne de Montmorency demonstra que tais acusações tomaram proporções grandiosas. Além de ter de defender-se diante de calvinistas raivosos, encontrava-se também sendo forçado a defender-se de católicos fervorosos, que já não sabiam onde estava a lealdade de Villegagnon<sup>69</sup>. Esta carta começa falando do retorno ao Brasil e apresenta um posicionamento muito diferente diante do calvinismo. Este é o mesmo homem que quatro anos antes escrevera a Calvino falando de seu desejo de propagar a fé cristã. É fato que não sabemos a que fé este se referia, mas se fosse a católica e este ensejo fizesse parte das intencionalidades do projeto da França Antártica, talvez ele tivesse usado isso em sua defesa, mas não o faz aqui. Para o Condestável de França apresenta-se como alguém que havia sido ludibriado por palavras lisonjeiras e que, tão logo soube da verdade, posicionou-se contra ela.

---

*afastei. E que julgue, portanto da melhor maneira esta doutrina que recusei, estas execráveis heresias que existem deste a época de Cristo e das quais agora Calvino se faz autor. O fim destas é confusão e perturbação, um caminho aberto para o Ateísmo; que eu lhe faria ver ainda que me custasse a vida, se ele tivesse se encontrado comigo, eu o convoquei através de cartas enviadas magistrados de Genebra. Por sua resposta veremos experiência, se ele ousar responder, por melhor orador e sofista que é, e ainda que empregue a seu favor a compreensão de seu irmão Beze e mártir, seria inútil: pois a natureza da verdade é esta de que quanto mais a atacam, menos ela é atingida, e mais se enfraquecem estes que a atacam".* [Tradução minha]

VILLEGAGNON, N. D. "Lettre A Très Illustre Anne de Montmorency, Per et Connestable de France" In: GAFFAREL, Paul. *Histoire du Brésil Français au Seizième Siècle*. Paris: Maisonneuve et Cia, Librairies-Éditeurs, 1878. P. 406-407

<sup>69</sup>Não é meu objetivo me delongar em demasia nesta querela entre Villegagnon e Calvinistas. Suas divergências ideológicas e teológicas não me parecem cruciais para esse trabalho. Todavia, trago algumas citações para que o leitor compreenda em que medida o projeto da França Antártica era relevante para Villegagnon e também para demonstrar como esse projeto é apresentado de maneiras diversas de acordo com o destinatário. Para uma leitura mais geral sobre essa discussão indico o quarto capítulo da tese de doutorado de Christina Oward. OSWARD, Christina. *Entre os Tupinambá: a gesta francesa na guanabara*. Tese de Doutorado, Museu Nacional, PPGAS, 2009.



Em 1563, o discurso de Villegagnon muda levemente mais uma vez. Ao publicar *Propositions Contentieuses entre le Chevelier de Villegagnon et Jean Calvin, contenant la verité de la Saint Eucharistie*<sup>70</sup> volta a afirmar que seu desejo ao fundar uma colônia nas terras brasileiras era plantar e disseminar a religião cristã, mas, quando Calvino soube deste ensejo, enviou dos seus homens os mais sábios que encontrou para que – munidos de toda literatura possível – estes espalhassem a nova doutrina no outro continente. Villegagnon afirma tê-los recebido de braços abertos na expectativa que estes somassem em seu projeto primeiro, mas, com o passar do tempo eles começaram a impor sua doutrina e ele sentiu-se compelido a aprender mais sobre a doutrina reformada e isto causou o equívoco de lhes parecer convertido e reformado. Mas, segundo escreve, usou o conhecimento da doutrina para contestá-la, e o conflito religioso se instaurou de tal maneira que foi impossível encontrar acordo.

Compreender o projeto da França Antártica a partir de seu comandante é, portanto, uma tarefa impossível na prática. Villegagnon não nos permite saber quais eram seus planos e apresenta propostas diferentes em cada momento, portanto, ou consideramos que suas estratégias de apoio ocultam sua proposta ou consideramos que não havia uma proposta, que o foco que aspiramos hoje não se apresentava como necessário ao comandante. Mas, de um modo ou de outro, com ou sem projeto específico, é importante ressaltar que nenhum dos documentos menciona o apoio de Henrique II, ou apresenta a empreitada como sendo algo que vá além do desejo pessoal de Villegagnon.

Vale sublinhar a possibilidade de o projeto não ter se mantido linearmente o mesmo. Entre 1558-1559 – com o retorno de Villegagnon para a França - ele é desvinculado, por exemplo, da figura de Villegagnon que fica como seu mentor e defensor, mas demonstra que a empreitada depende menos de sua presença do que por vezes somos levados a crer. Estes dois anos até a chegada de Mem de Sá se tornaram cada vez mais nebulosos devido à escassez de materiais. Todavia, enquanto estava na Europa em defesa de si mesmo – devido as acusações feitas

<sup>70</sup>A Biblioteca Nacional da França guarda o original microfichado desta publicação em Latim ao qual tive acesso, *Ad articulos calvinianae de sacramento Eucharistiae traditionis, ab ejus ministris in Francia antarctica evulgatae, responsiones per Nicolaum Villagagnonem, ... ad Ecclesiam christianam. Editio secunda, ab ipso authore aucta ac emendate*. MFICHE D-88601 (1). Consultei-o, sobretudo a carta inicial aos leitores, de maneira cruzada com a tradução francesa disponibilizada por Paul Gaffarel.

pelos calvinistas – produziu diversos documentos e libelos em defesa de seu posicionamento e de suas ações e intenções. As defesas de Villegagnon de si mesmo acabavam por ser também uma defesa do projeto. Garantir uma imagem estável de si seria também garantir certa manutenção de patrocínio para a empreitada que aos poucos perdia fôlego.

Com o passar dos anos, as frágeis ligações que atrelavam a experiência americana da França Antártica aos ensejos europeus francos foram uma a uma se rompendo. Diante disso, torna-se cada vez mais clara a imagem do forte vazio que Thévet descreve em 1575 – na *Cosmografia* - que fora encontrado por Mem de Sá em 1560. Para além disso, revela-se para nós que não foi a França que Mem de Sá enfrentou na Guanabara, mas, um amontoado de homens franceses, remanescentes, e um exército muito bem organizado de indígenas tupinambás, excelentes guerreiros, treinados primorosamente e cuja aliança foi a base da manutenção da presença francesa no território luso por muito tempo. Amizade esta que ainda é usada como discurso favorável a uma sedimentação francesa em 1576, pela carta náutica de Jacques de Vaux de Clay.

As guerras de religião recortaram o território francês, de maneira que os olhos do monarca, e do próprio Villegagnon ficaram quase que exclusivamente voltados para essa querela. Caso houvesse um projeto francês de sedimentação territorial com metas mercantilistas e políticas em terras americanas, já não era mais esse o projeto quando da Guerra dos Tamoios, cujo início incerto alocamos em 1560, com a invasão do forte.

## 2.3

“Porém, voltando ao livro de Paulo Knauss – com o qual venho dialogando – no que se refere à gestação do projeto da França Antártica, o autor distingue uma outra interpretação, além daquela em que o empreendimento é visto como projeto pessoal de Villegagnon (cf. Arthur Heulhard), com o apoio da coroa francesa. Essa segunda interpretação baseia-se na visão da França Antártica como, essencialmente, um projeto protestante/huguenote (cf. Southey, Varnhagen, Gaffarel). E é justamente a presença protestante que justifica, mais uma vez, a reação portuguesa. Privilegia-se a ideia de uma guerra santa. É nesse ponto que a análise historiográfica novamente traduz o próprio discurso da época – expresso em fontes e documentos sobre o episódio – fazendo ressurgir o tema da Reconquista e da guerra contra hereges/huguenotes e gentios, seus aliados. Em relação a estes últimos, sua resistência levaria à deflagração da guerra justa, um dos baluartes da conquista ibérica na América, assim como na África. Ambas as investidas foram amplamente legitimadas pelos jesuítas, que tiveram na expulsão dos franceses, na submissão e pacificação dos índios e na fundação da cidade do Rio de Janeiro uma participação fundamental”<sup>71</sup>.

Maria Fernanda Bicalho chama atenção para a temática para a qual me foco neste momento: o contraste entre a ideia de um projeto da França Antártica e de um projeto americano. Fiz esforço em demonstrar que neste enfrentamento – entre indígenas, franceses e portugueses - há menos da Europa do que há da América e de toda experiência dos colonos. Bicalho traz à tona os jesuítas, agentes centrais neste conflito, cuja participação efetiva ficará mais explícita no capítulo seguinte, mas que trago aqui para apresentar esse corpo documental que compõe um quadro também do projeto da França Antártica, que é o que os colonos e os jesuítas liam como sendo o projeto calvinista e herético de Villegagnon.

Acredito que foram os jesuítas os mais engajados em garantir que seu projeto catequético triunfasse; e neste sentido, foram incentivadores da guerra contra os indígenas tamoios – aliados aos francos -, da expulsão dos franceses e da perseguição aos indígenas a eles aliados, quando estes se recusaram a aceitar os termos pacifistas dos lusos. Intercederam junto a coroa em diversas ocasiões e pressionaram o monarca para que fosse mais enérgico. Após a expulsão e a tomada do forte, não ficaram satisfeitos, tanto Nóbrega quanto Anchieta insistiram para que uma cidade fosse fundada na Guanabara, afim de que os franceses não

<sup>71</sup>BICALHO, Maria Fernanda. “A França Antártica, o Corso e a Conquista e a ‘peçonha luterana’” In: *História*. Vol. 27, São Paulo, 2008. P. 39

voltassem. Eu não irei tão longe em afirmar que se tratava – para os lusos – de uma guerra santa, como sugeriu Paulo Knauss, porém, é inegável que nas tramas do conflito haja também as divergências teológicas e a disputa proselitista pela alma indígena.

Manuel da Nóbrega e José de Anchieta são duas figuras que marcam a Guerra dos Tamoios, não apenas por narrarem a participação de Mem de Sá no conflito, mas sobretudo por terem sido negociadores de um brevíssimo tratado de paz entre portugueses e tupinambás tamoios em um segundo momento da Guerra. Em 1560 José de Anchieta escreveu ao Padre Geral apresentando um pouco do projeto da França Antártica e desta disputa teológica que precedeu a tomada do Forte Coligny engendrada por Mem de Sá.

“Antes disso vieram outros, e, com eles, quatro Franceses, que, com o pretexto de ajudar aos inimigos na guerra, se queriam passar para nós outros, o que não puderam fazer sem muito perigo. Estes, como depois se supôs, apartaram-se dos seus, que estão entre os inimigos em uma povoação que chamamos Rio de Janeiro, daqui cinquenta léguas, e têm trato com eles; fizeram casas, e edificaram uma torre mui provida de artilheria, e forte de todas as partes, onde se dizia serem mandados por El-rei de França assenhorearam-se daquela terra. Todos eles eram hereges, aos quais mandou João Calvino dois que lhes chamam ministros, para lhes ensinar o que havia de ter e crer. Daí a pouco tempo, como é costume dos hereges, começaram a ter diversas opiniões uns dos outros, mas concordavam nisto que servissem a Calvino e a outros letrados, e logo que eles respondessem isto, guardariam todos. Neste mesmo tempo um deles ensinava as artes liberais, grego e hebraico, e era mui versado na Sagrada Escritura, e por medo do seu Capitão que tinha diversa opinião, ou por querer semear os seus erros entre os Portugueses, uniu-se aqui com outros três companheiros idiotas, os quais como hospedes e peregrinos foram recebidos e tratados mui benignamente. Êste qye sabe bem a língua espanhola, começou logo a blasonar que era fidalgo e letrado, e com esta opinião, e uma fácil e alegre conversação que tem, fazia espantar os homens para o estimarem. (...) Passaram-se muitos dias quando começou a arroutar do seu estômago cheio do fedor dos seus erros, dizendo muitas cousas sobre as imagens dos Santos, e o que aprovava a Santa Igreja do Sacratissimo Corpo de Cristo, do Romano Pontífice, das indulgências, e outras muitas que adubava com certo sal de graça, de maneira que ao paladar do povo ignorante não só pareciam amargas, mas mesmo doces”<sup>72</sup>.

O jesuíta nos apresenta três elementos relevantes sobre sua imagem do que consistia o projeto da França Antártica. Um primeiro de que se tratava de uma

<sup>72</sup>ANCHIETA, José de. “Carta ao Padre Geral” In: *Cartas Jesuíticas vol 3*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1988. [1560] P. 168.

iniciativa do rei, um segundo, referente a João Calvino, que enviara um de seus ministros afim de doutrinar e missionar entre os gentios americanos, e um terceiro elemento da disputa, que é o proselitismo protestante que não está – a partir da história por ele narrada – restrito ao trato com os indígenas.

Cabe aqui refletir brevemente sobre o lugar dessas missivas jesuíticas na vida da Companhia de Jesus e na sociedade europeia, sobretudo para compreender como a imagem da França Antártica, construída por essas narrativas, compõe uma bricolagem muito mais ampla. Dentro da lógica jesuítica de ação no mundo, as cartas ocupam um local central, como atestam as diversas pesquisas sobre o papel da escrita epistolar nas práticas jesuíticas<sup>73</sup>. Há trabalhos preocupados com o tipo de escrita da Companhia - sobre sua retórica, seus componentes didáticos, sobre a especificidade de seu gênero literário, entre outros – e outros atentos às temáticas que seus conteúdos permitem investigar tais como a escravidão, as sociabilidades coloniais ou as representações de indígenas que são encontradas nestas missivas<sup>74</sup>.

Entretanto, outros autores expuseram que as cartas assumiam mais de uma função dentro da Companhia. Para Charlotte Castelnau-L'Estoile, além de estabelecerem a mencionada rede de informação, permitindo que a Companhia tivesse conhecimento e controle dos eventos em seus diversos campos missionários, as cartas agiam sobre a sensibilidade e crença dos inacianos como 'consolação', sendo carregadas do sentimento de unidade da Ordem<sup>75</sup>. Para José Eisenberg, esta instituição epistolar seria a espinha dorsal da Companhia no século XVI, e alerta que mesmo os silêncios e omissões nas cartas possuem significado, devendo ser lidos como indícios do pensamento jesuítico naquele momento. O que precisava ser dito e o que precisava ser ocultado compõem a atividade jesuítica.

<sup>73</sup> EISENBERG, José. *As missões Jesuíticas e o pensamento político moderno: Encontros culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte. *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil - 1580-1620*. São Paulo: Edusc, 2006. <sup>73</sup> LODOÑO, Fernando Torres. "Escrevendo cartas: jesuítas, escrita e missão no século XVI" In: *Revista Brasileira de História*. V. 22, Nº 43. São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v22n43/10908.pdf> (Último acesso em 31 de março de 2013)

<sup>74</sup> Cf. HANSEN, João Adolfo. "O nu e a luz: cartas jesuíticas do Brasil: Nóbrega: 1549-1558" In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 38, p. 87-119, 1995. PÉCORA, Alcir. *Máquina de Gêneros*. São Paulo: Edusp, 2001. FLORÊNCIO, Thiago de Abreu. *Op. Cit.*

<sup>75</sup> CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte. *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil - 1580-1620*. São Paulo: Edusc, 2006.

"Embora a redação de cartas não fosse necessariamente a principal atividade dos jesuítas no Brasil, ela era de extrema importância. As cartas eram escritas com muito cuidado, algumas delas excedendo quarenta páginas manuscritas. Para os missionários, aquela era a única via de comunicação com pessoas que tinham algum interesse em suas atividades pastorais. As cartas que chegavam da Europa, por sua vez, não raro causavam comoção entre os jesuítas do Brasil; assim também longos períodos sem notícias eram causa de desconsolo e frustração entre os irmãos. A chegada de uma carta jesuítica era seguida de sua leitura em voz alta para todos os irmãos. Essas sessões de leitura constituíam ocasiões especiais na vida dos missionários na colônia, às vezes durando toda a madrugada."<sup>76</sup>

As cartas funcionavam como um elemento de coesão da Ordem, pois experiências particulares de missionários na China, no Brasil ou na Índia, se tornavam experiências coletivas, integrando o horizonte de expectativas de toda a Companhia de Jesus. Nesse sentido, a escrita epistolar não era apenas um meio de comunicação entre os missionários, provinciais e gerais, mas elemento formador dos noviços. Havia uma leitura primeira das cartas, muitas vezes as mesmas eram copiadas, censuradas e distribuídas em diversos colégios ou áreas de missão; para serem, enfim, lidas em voz alta como parte da integração e da formação da Companhia. A leitura compartilhada alegre pelo sucesso de uma missão e estimula compaixão pelas agruras vividas por cada jesuíta, tornando coletivas as experiências individuais. "Através dos Relatos edificantes, os jesuítas do Brasil também tentavam convencer possíveis missionários a se engajarem na empreitada ultramarina."<sup>77</sup> A reflexão de Fernando Lodoño, juntamente com análise de Eisenberg, nos permite perceber as cartas jesuíticas como parte da construção de uma imagem da Companhia. Ele analisa o pensamento de Loyola e sua visão da escrita epistolar: ela seria uma *práxis*, uma ação comandada por um sentido.

"Sob a influência do padre Ignácio a Companhia, desde os primeiros anos, utilizou a escrita como forma predominante de comunicação, ação e registro. Já foi mencionado que no início os jesuítas estavam dispersos pela Itália, Irlanda, Portugal, Espanha, França e depois Ásia. Assim, o objetivo fundamental de qualquer carta era a união dos ânimos em torno da procura da vontade de Deus.

---

<sup>76</sup> Idem, p. 49

<sup>77</sup> Idem, P. 55

Ignácio de Loyola, como primeiro superior geral, teve muito claro que havia de produzir uma imagem da Companhia através das letras".<sup>78</sup>

Eisenberg, Castelnau-L'Estoile e Lodoño ajudam a construir um significado para as missivas dentro da lógica jesuítica, o que nos permite começar a compreender o lugar de uma carta de Manuel da Nóbrega, por exemplo, não como gesto isolado ou, na sua posterior edição, como parte de uma coletânea em um livro, mas sim como um movimento maior inserido no *Modus Operandi* da missionação jesuítica. Suas reflexões permitem inseri-la na experiência jesuítica na América portuguesa como parte da estratégia de controle da Companhia, integrando os missionários à unidade maior da Ordem, e como parte do exercício constante de todos os jesuítas, não apenas de Manuel da Nóbrega ou José de Anchieta.

Estas cartas, portanto, estão inseridas em um contexto muito maior do que o conteúdo específico que cada uma delas carrega, e, quando apresentam sua visão do projeto da França Antártica, esta construção tem um alcance amplo. Em 1560, mais do que em 1555, há um desejo de mobilizar a opinião da coroa de modo que os desdobramentos administrativos do espaço venham a ser favoráveis aos ensejos jesuíticos e dos colonos.

Ao longo dos dois anos primeiros da ocupação francesa, a documentação epistolar entre D. João III e Manuel de Melo Coutinho – embaixador na França a partir de 1555 – não registra nenhuma menção do episódio. Era costume do rei indagar sobre a movimentação no porto, se havia alguma nau saindo em direção ao novo mundo<sup>79</sup>. Em 1554 por exemplo o rei envia uma carta a Braz de Alvide – antecessor de Melo Coutinho – pedindo-lhe que verifique no porto a movimentação de corsários armados e navios carregados prestes a zarpar<sup>80</sup>. Nenhuma outra menção, nem de um lado e nem de outro sobre a empreitada de Villegagnon. É mantido o silêncio sobre a empreitada, mas não há como saber se

<sup>78</sup> LODOÑO, Fernando Torres. "Escrevendo cartas: jesuítas, escrita e missão no século XVI" In: *Revista Brasileira de História*. V. 22, Nº 43. São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v22n43/10908.pdf> (Último acesso em 31 de março de 2013) P. 17

<sup>79</sup> A documentação diplomática do período pode ser recuperada na Coleção de S. Vicente de Fora que está no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, o período em questão encontra-se sobretudo nos volumes 3 e 4.

<sup>80</sup> Cf. Carta de elRey a Braz de Alvide em 1554. ANTT, Coleção São Vicente de Fora, Livro 4, Fol 177.

em 1554 D. João III suspeitava da empreitada de Villegagnon ou se verificar o porto era uma ação rotineira. Independentemente disso, nenhuma ação é tomada.

Ao fim de 1557, com o falecimento de D. João III, D. Catarina assume como regente, mas nos anos seguintes, também não houve nenhuma movimentação significativa para resolver a questão. Mem de Sá, quando enviado para América afim de assumir como vice-governador, tem com uma de suas missões expulsar os franceses, mas esta não é mencionada por ele de maneira que nos leve a crer que se tratava da mais importante de suas tarefas. Gomes de Carvalho acredita que os embaixadores de Portugal na França certamente teriam avisado ao rei se soubessem da empreitada, e se o fizeram, esta documentação se perdeu<sup>81</sup>.

Mem de Sá é enviado a América para assumir o lugar de Duarte da Costa e chega em terras brasílicas em fins de 1558. A Armada de Bartholomeu de Vasconcelos que vem em socorro do Rio de Janeiro, por sua vez, só é enviada em meados de 1559. Os dois alvarás referentes a esse assunto podem ser visitados na Biblioteca da Ajuda. Todavia, nenhum dos dois faz menção aos franceses da Guanabara.

"Eu elRey faço saber a quantos estemeh alvara virem que eu tenho encarregado a Bartholomeu de Vasconcellos da Cunha fidalgo de minha caza de Capitaio Mor da Armada que ora se faz prestes para ir ao Brazil e por tanto mando aos Capitaens E outros criados meus mestres E pilotos E passageiros dos navios da Armada e da companhia das naos e navios da dita armada E de quaesquer outros que daqui forem e a Vinda vierem em sua companhia que lhe obedeção e sejam sua bandeira e fação tudo o que de minha parte diser E requerer per que assi o ei por bem de meu serviço, E fazendo algua pessoa ou pessoas dos dithos navios o contrario o dito Bartholomeu de Vasconcellos da Cunha faça fazer autos de suas culpas pello escrivão que com elle vai, E hos fara prender e trara prezos ha bom recado e tanto que a esta Cidade chegar os entregara ao Dezembargador Manuel de Almada com os autos que se fizeram de suas prizoens que nos ditos casos se fizer o que for justiça, e que este nao passara pella chancellaria, Adriam Luis o fez em Lisboa a 20 de Abril de 1559 anos"<sup>82</sup>.

A partir da tomada do Forte em 1560, após forte cerco de Mem de Sá, duas outras batalhas ganham espaço, de um lado os conflitos entre tupinambás e

<sup>81</sup> Cf. GOMES DE CARVALHO, M. E. *D. João III e os Francezes*. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Texeira, 1909. Sobre tudo Capítulo VII

<sup>82</sup> Biblioteca da Ajuda, códice 51-VI-41 fl 71(Frente e Verso)



portugueses estão longe de verem seu fim, e do outro, a batalha dos colonos em pleitear junto ao monarca o envio de mais homens, e também a necessidade da fundação de uma cidade no Rio de Janeiro. Neste momento, os relatos começam a tratar o conflito como sendo uma ameaça bifrontal ao Império português: opondo calvinistas e jesuítas, nas cartas dos padres da Companhia, bem como franceses e portugueses, na documentação epistolar dos colonos.

Em 1560, Mem de Sá escreve duas missivas à regente D. Catarina, uma primeira, que diz respeito ao território por ele visitado e a necessidade do envio de maior contingente de pessoas, bem como novas ordens aos capitães. A normatização do sistema parecia-lhe frágil.

"Agora o vi quando corri a costa: porto seguro esta para se despouoar por causa do capitao: os ilheos, se lhe nao acudira, ouuerase de perder e ouuerao de matar o capitão: No espirito Santo estão tres filhos de Vasco Fernandez Coutinho, moços sem barbas e todos são capitães; os de São Vicente estão casi aleuantados. Se V. A. Quer o Brasil pouoavo he necesareo ter outra ordem nos capitaes como jaa escrevi"<sup>83</sup>

Missivas como a de Mem de Sá e outras que mencionei compõe o quadro de uma política de ocupação ainda esparsa e inconstante. A recente expulsão dos franceses estimulou novos requerimentos feitos a coroa no sentido de rever o tipo de política ocupacional adotada para as terras do Brasil. A outra missiva de Mem de Sá, no mesmo ano, trata de maneira mais específica da tomada do Forte Coligny no Rio de Janeiro. Cito apenas o parágrafo final.

"Polo que me parece muito serviço de V. A. mandar pouoar este Rio de Janeiro para segurança de todo Brasil e desttoutros maos pensamētos porque se os franceses o tornarao a povoar ei medo que seja verdade o que o Vila ganhao dizia que todo o poder d'Espanha nem do gram turco o poderaa tomar". Ele leva muito deferente ordem co gentio do que nos levamos: he liberal em extremo co eles, e fazkhes muita justiça: eforca os franceses por culpas sem processos: co isto hee muito timido dos seus e amado do gentio: o gentio hee muito e dos maes valentes da costa: em pouco tempo se podia fazer muito forte"<sup>84</sup>

Mem de Sá menciona nesta carta o medo de que os franceses voltassem a povoar o Brasil, e alerta a coroa de que povoar o Rio de Janeiro é imprescindível para a segurança de todo o território. O governador aloca a força dos franceses

<sup>83</sup> Carta de Mem de Sá a Regente D. Catarina, 1560 [Março]. ANTT, Corpo Cronológico, Parte 1, Maio 104.

<sup>84</sup> Carta de Mem de Sá a Regente D. Catarina, 1560 [Junho]. ANTT, Gavetas, Maio 10. Doc. 9.

justamente nas alianças entre indígenas e franceses. Esse elemento é muito importante neste trabalho. Mem de Sá não é o único que faz menção a esta ligação, Brás Cubas, dois anos depois, menciona também estas alianças.

"Mamde vossa alteza olhar por esta terra he mamde prover de polvora de bombarda e d'espingarda e pelouros e chumbo e bombardeiros porque tem muita necessidade diso e com brevidade porque he muito a meude combatida dos contrayros he tenho grande arceio que perqua se Vossa Alteza a não prove logio e não manda povoar o Rio de Janeiro porque nam aja franceses que favoreçai estes contrairos que são muito nosos vizinhos porque os framceses lhe dão muitas armas de fogo e muita polvora com que lhes dão muito hanimo pera cometerem o que quiserem como fazem"<sup>85</sup>

Ambas as missivas fazem menção ao tipo de tratamento que os franceses reservam aos indígenas, e como com isso conseguem usar a seu favor a força guerreira dos contrários aos portugueses. Entramos aqui no território crucial desta dissertação, qual seja, as alianças entre indígenas tamoios e franceses; e indígenas tupiniquins com os portugueses. Como mencionei no início, é minha intenção averiguar em que medida as dinâmicas indígenas influenciaram a experiência americana e a maneira como a guerra foi retratada na documentação dos colonos e também na documentação jesuítica. Tanto Nóbrega quanto Anchieta entraram na querela pela fundação da cidade do Rio de Janeiro e carregaram nas tintas para expressar o perigo que o francês ofereceria no âmbito da teologia. A França Antártica dos jesuítas é *stricto senso* calvinista.

Por outro lado, Mem de Sá fez questão de exagerar em seu relato quanto ao número de franceses encontrados junto aos indígenas no Forte e em terra, demonstrando a pequenez de seu exército e o despreparo dos soldados, fossem estes lusos ou tupiniquins. O quadro que ele apresenta é um quadro muito mais perigoso do que o entrecruzamento de documentação nos exhibe. A França Antártica de Mem de Sá é sobretudo a força de uma coroa aliada ao vigor guerreiro indígena. Esta França Antártica é uma ameaça multiplicada para os lusos, uma vez que interliga ameaças internas – como a guerra contra os indígenas – e as externas.

<sup>85</sup> Carta de Brás Cubas a D. Sebastião, Abril de 1560. ANTT, Gavetas II, Maço 6, doc. 22.

Ao fim e ao cabo, esta documentação faz parte de uma resposta dos colonizadores a uma experiência americana, experiência esta que fará com que a coroa modifique em parte o planejamento de ocupação. Tanto os jesuítas como homens como Mem de Sá estão interessados em manter o controle do território em nome da coroa, não há dúvida quanto a isso, todavia, é importante perceber as nuances de seu relacionamento, ainda que defendam a coroa, não representam a coroa em todos os seus interesses e por vezes pressionam o monarca para que este aceite seus termos. Estes colonos americanos – também colonizadores – são forçados a lidar todos os dias com as particularidades impostas pelas situações americanas.

Havia algo do lado de cá do oceano que se tornara uma ameaça muito maior do que a própria invasão dos franceses, este medo é expresso em missivas como as de Mem de Sá e Brás Cubas, medo não do francês sozinho, corsário, com interesses particulares e financiado por meia dúzia de patronos. Medo real do que a aliança destes franceses com os tamoios representava. É o elemento indígena que muda a maneira como os eventos da Guanabara são vistos. Discutirei então este medo, partindo de uma França Antártica que é também indígena, sobretudo, tamoio.

### 3.

### Conflitos americanos, medos europeus.

*"Escrever nem uma coisa nem outra  
- A fim de dizer todas –  
ou pelo menos nenhuma.  
Assim ao poeta faz bem desexplicar –  
tanto quanto escurecer  
acende os vagalumes".*

(Manoel de Barros, *Guardador de águas*)

#### 3.1

##### I

Desexplicar; o neologismo poético com que Manoel de Barros descreve o movimento de escrita poética serve-nos de maneira correlata para descrever o exercício do ofício do historiador e é o vetor que direciona o movimento deste capítulo. O poeta busca vaga-lumes, e eu outras luminescências possíveis para os documentos aqui investigados. O vocábulo também nos serve, à guisa de ilustração, para o complexo processo de reconhecimento do outro e do Novo Mundo engendrado por europeus e indígenas; uma vez que as explicações, as lógicas e as racionalidades que lhes eram familiares já não se aplicavam diante daquela alteridade.

Ao longo do primeiro capítulo, trabalhei de maneira cruzada com a documentação produzida sobre a Guerra dos Tamoios e os silêncios envolvidos nesta produção, correlacionando com o que era dito pelos colonos em suas cartas para El-Rei. Agora, tenho como objetivo investigar mais detalhadamente uma outra parte das documentações produzidas em solo americano sobre o conflito, notadamente uma tipologia documental diferenciada – se no primeiro capítulo dei ênfase as missivas dos colonos e a documentos administrativos, neste capítulo voltarei minha atenção para as missivas jesuíticas e para os relatos de viagem franceses e portugueses. Através desta leitura é minha intenção analisar não apenas o como tais documentos falam sobre a Guerra dos Tamoios, mas também

busco afirmar que a própria imagem desta guerra e os medos a ela relacionados são frutos da experiência americana.

A Guerra dos Tamoios, por muito tempo, foi lida como sendo um desdobramento externo à experiência dos colonos em território americano, pois majoritariamente apresentada como um conflito europeu de conquista territorial em espaços de além-mar. Ideário que busquei desconstruir no primeiro capítulo e que agora pretendo complementar enfatizando a dimensão americana do mesmo, pois acredito e pretendo demonstrar que aqueles conflitos foram, ao contrário, fruto das relações entre colonos lusos, indígenas e jesuítas, estando diretamente relacionados às conjunturas, disputas e necessidades locais.

Um dos elementos primeiros para compreender em que dimensão as configurações americanas são determinantes para uma completa apreensão dos eventos é o tema das alianças entre indígenas de grupos distintos e europeus. Quando do momento da chegada dos primeiros barcos ao litoral sul do continente americano, diversos contatos foram travados, amistosas relações e inimizades aos poucos se delinearam. Os movimentos de formação de alianças são muito caros para esse estudo, uma vez que esses pactos estão intrinsecamente conectados às dinâmicas guerreiras locais, sobretudo às lógicas indígenas, sendo muito menos ligados ao mundo europeu da guerra.

Exemplo destas alianças entre indígenas e portugueses é o regimento que Tomé de Souza portava consigo quando chegou em terras americanas, que faz menção a alianças e guerras que já haviam sido travadas, sendo conselho do Rei D. João III, que o governador faça uso dessas informações a seu favor no processo de povoamento da Bahia.

"(...)sou informado que a linhagem dos Tupiniquins destas Capitâneas são inimigos dos da Bahia e desejam de serem presentes ao tempo em que lhes houverdes de fazer guerra, para ajudarem nela, e povoarem alguma parte da terra da dita Bahia, e que, para isso, estão prestes, escrevo também aos ditos Capitães que vos enviem alguma gente da dita linhagem, e assim mesmo lhes escrevereis e lhes mandareis dizer que vos façam saber como a terra está, e da gente, armas e munições que têm, e se estão em paz ou em guerra; e se têm necessidade de alguma ajuda vossa; e aos Cristãos e gentios que das ditas Capitâneas vierem, fareis bem agasalhar, e os

favorecereis de maneira que folguem de vos ajudar, enquanto tiverdes deles necessidade”<sup>1</sup>.

A aliança entre lusos e indígenas é anterior a chegada do governador. De alguma maneira, uma vez na América, os europeus foram inseridos na lógica indígena de relacionar-se com o outro. Em alguns momentos – de acordo com os interesses envolvidos – os portugueses se opuseram a lógica vigente, em outros, aceitaram tomar parte dela de modo a alcançar objetivo de ocupação e cristianização da terra.

As alianças entre franceses e tupinambás são anteriores à chegada de Villegaignon, sendo alguns dos exemplos mais fortes fornecidos por Thevet, uma vez que foi ele quem acompanhou a chegada da expedição. Afirma que quando as naus francesas chegaram ao Rio de Janeiro havia uma significativa presença de intérpretes franceses no continente. Além daqueles que, segundo Léry, já haviam perdido até mesmo o temor de Deus e viviam como os indígenas, guerreavam com eles, comiam com eles e participavam de seus rituais antropofágicos<sup>2</sup>, para desespero tanto do franciscano quanto do calvinista. Thevet escreve sobre a acolhida amigável que as naus receberam dos próprios indígenas – ainda em Cabo Frio, uma das primeiras paradas das naus antes de seguir para Guanabara - que já eram amigos há algum tempo dos franceses

“Ayant donc bien peu séjourné au premier lieu où avions pris terre, comme au précédent chapitre nous l’avons dit, fimes voile derechef jusque au Cap de Frie, où nous reçurent très bien les sauvages du pays, montant selon leur mode evidentes signes de joie;”<sup>3</sup>

“N’ayant meillere commodité de séjourner au Cap de Frie pour les raisons susdites, il fut question de quitter la place, faisant voile autre part, au grand regret des gens

<sup>1</sup> *Regimento que levou Tomé de Souza governador do Brasil*, Almerim, 17/12/1548. Lisboa, AHU, códice 112, fls. 1-9. Disponível em: [http://leamad.fflch.usp.br/sites/leamad.fflch.usp.br/files/1.3\\_Regimento\\_que\\_levou\\_Tom\\_de\\_Souza\\_0.pdf](http://leamad.fflch.usp.br/sites/leamad.fflch.usp.br/files/1.3_Regimento_que_levou_Tom_de_Souza_0.pdf)

<sup>2</sup> Cf. THEVET, André. *Le Brésil d'André Thevet: Les singularités de la France Antartique*. [1557] Paris: Chandeigne, 2011. ANCHIETA, José de. “Carta ao Geral Diogo Lainez” In: LEITE, Serafim (org) *Cartas Jesuíticas vol 3*. Belo Horizonte : Editora Itatiaia: 1988. [1563] LÉRY, Jean de. *Histoire d'un Voyage fait en la terre du Brésil*. Paris: Librairie Generale Française, 1994. [1578]

<sup>3</sup> “Após o breve período que passamos no primeiro lugar onde havíamos desembarcado, como dissemos no capítulo anterior, seguimos firmemente até chegarmos a Cabo Frio, onde os selvagens do lugar nos receberam muito bem, mostrando-nos de acordo com seus costumes sinais evidentes de alegria” [minha tradução]. THEVET, André. «De notre arrivée à la France Antartique, autrement Amerique, au lieu nommé Cap de Frie. » In : *Le Brésil d'André Thevet: Les singularités de la France Antartique*. [1557] Paris: Chandeigne, 2011. P. 150.

du pays, lesquels espéraient de nous plus long séjour et alliance, suivant la promesse que sur ce à notre arrivée leur en avions faite (...)”<sup>4</sup>

O historiador John Hemming afirma que fazia parte do modo de proceder francês deixar agentes em terra junto aos indígenas que a eles estavam aliados, de forma que facilitassem a extração de pau-brasil em outras expedições<sup>5</sup>. Esta é uma leitura possível das operações francesas em solo americano, porém, esta é uma área nebulosa em função da escassez documental. De fato, é realmente difícil precisar como esses intérpretes chegaram ao continente, e há mais de uma resposta possível, pois o degredo, por exemplo, é outra possibilidade; uma vez que esta era uma prática difundida de penalização de criminosos.

Começo pelas alianças entre indígenas e europeus – lusos e franceses – como rumo para falar sobre as guerras coloniais, que certamente encontraram nas alianças um de seus principais sustentáculos.

“As guerras coloniais eram conduzidas a partir das alianças estabelecidas com os nativos. Ao iniciar a ocupação do território, os europeus instrumentalizaram as rivalidades vigentes entre os índios em proveito próprio. Os documentos quinhentistas são pródigos em referências a tais inimizades, geralmente caracterizando-as como endógenas, e às vantagens que essas trouxeram aos europeus”.<sup>6</sup>

Falar do uso interessado dos europeus destas alianças é contar apenas um lado da história, Elisa Frühalf escreve em outro momento do capítulo, que os europeus, lusos ou franceses, não eram os únicos interessados em aliar-se. Os indígenas também viam nessas alianças possibilidades de manutenção de suas próprias guerras<sup>7</sup>. Entretanto, é importante sublinhar a partir da autora o silêncio

<sup>4</sup> “Ficar em Cabo Frio não pareceu ser o mais cômodo pelos motivos que já apresentamos, foi necessário deixar aquela terra apesar do grande pesar das gentes daquele país, os quais esperavam que alongássemos nossa estadia e aliança – a qual tínhamos assegurado-lhes quando do nosso desembarque. [Minha Tradução] THEVET, André. « De la rivière de Ganabara, autrement de Janaire, & comme le pays où arrivâmes fut nommé France Antarctique. » In : *Le Brésil d'André Thevet: Les singularités de la France Antartique*. [1557] Paris: Chandeigne, 2011. P. 157.

<sup>5</sup> HEMMING, John. *Ouro Vermelho*. São Paulo: EDUSP, 2007.

<sup>6</sup> GARCIA, Elisa Frühalf. “Trocac, Guerras e Alianças na formação da sociedade colonial” In: FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fátima (Org.) *O Brasil Colonial: 1443-1580*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. P. 332-333

<sup>7</sup> Sobre o tema sugiro a conferência do artigo do professor Renato Stuzman e da professora Beatriz Perrone-Moisés sobre a confederação dos tamoios. O artigo propõe uma leitura do evento partindo das agendas indígenas para o conflito. SZTUTMAN, Renato. PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Notícias de uma certa confederação Tamoio” In: *Maná*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, Oct. 2010.

da documentação seiscentista no que diz respeito às táticas bélicas nativas, bem como as motivações para a guerra: a temática aparece muito pouco nos relatos seiscentistas, e ainda menos nos lusos que nos franceses.

Supor os interesses e articulações indígenas, além das falas europeias sobre sua belicosidade me faz crer que a permanência europeia no continente seria extremamente mais complicada não fossem as alianças que se construíram, talvez fosse completamente inviável qualquer sedimentação no território tanto para franceses quanto para portugueses. Para explicitar o que quero dizer usarei de um mapa produzido por Jacques de Vau de Claye intitulado *Carte Du Bresil*<sup>8</sup> - que é exemplar de como essas alianças tinham um tom de poder para os francos – e de dois relatos franceses sobre os conflitos com os tupinambás.

A carta náutica que foi publicizada em 1576, pouco depois do “fracasso” da empreitada de Villegagnon, mas ainda antes da expulsão completa dos franceses que tinham ficado no continente, trazia o objetivo propagandístico de demonstrar ao monarca que havia em terras brasílicas lealdades indígenas, que poderiam ser articuladas em guerra contra os portugueses. Na imagem que pode ser vista na página seguinte, o cartógrafo marcou com um meio círculo uma aldeia indígena. Ali ele escreve que essa meia circunferência mostra “dez mil selvagens para fazer guerra aos portugueses”.

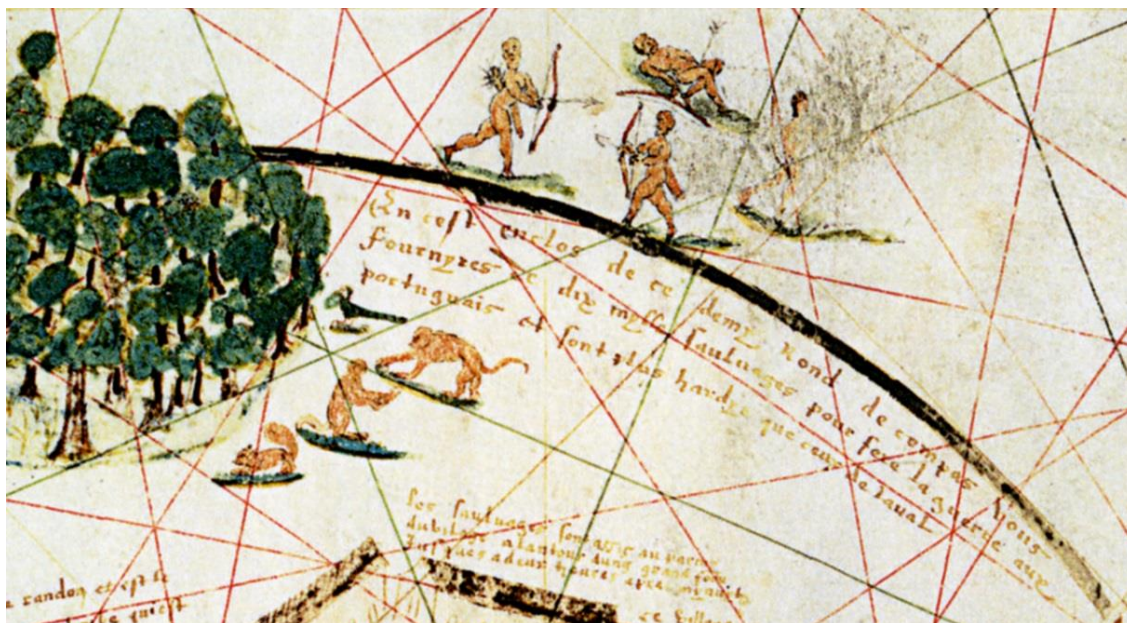
---

<sup>8</sup> Agradeço à professora Charlotte Castelnau-L’Estaille pela gentil indicação deste documento. A Carta pode ser encontrada na Biblioteca Nacional da França e pode ser estudada com detalhes através da Galica que a disponibilizou em alta qualidade no seguinte endereço: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b550026193/f1.item>









Aqui o detalhe do que me referi: abaixo do meio círculo lê-se “Em cest enclos de ce demi rond de compass nous fournyres dex milles sauvges pour fere da guerre aux portugais” – aqui, no espaço deste meio círculo, nos forneceria dois mil selvagens para fazer guerra aos portugueses.

Observa-se ainda em outra parte do mapa (abaixo) a demarcação, para além dos acidentes topográficos, da localização de aldeias amigáveis aos franceses onde, assinalado por escrito, há até uma quantificação aproximada de indígenas aliados que poderiam ser fornecidos aos franceses.



Mais informações são relevantes nesta iconografia para a suposição do valor das alianças, como a que descreve um dos caminhos indígenas, e o que era utilizado para buscar exemplares de pau-brasil, demonstrando que existia uma troca de conhecimento, sedimento desses consórcios. Na chave de minha afirmação sobre a necessidade de tais alianças para que os europeus permanecessem em terras americanas, enfatizo o quão estratégico era o conhecimento do território, tornando-se uma vantagem em terrenos acidentados tanto quanto diante de indígenas inimigos dos franceses espalhados pela mata, com os quais poderiam facilmente encontrar.



Este último detalhe selecionado faz menção às práticas antropofágicas indígenas: o mapa ilustra o preparo do cauim e de alguns festejos relacionados à ingestão sacrificial do inimigo. Na leitura que faço, considero dado relevante quando da apresentação propagandística da ferocidade destes grupos indígenas, tanto na indicação da importância da aliança com aqueles dispostos a combater os portugueses ao lado dos franceses, como no cuidado que os franceses deveriam ter no acesso às matas, ou seja, no valor da aliança não apenas pela força mas pela informação.





A carta náutica nos apresenta uma interpretação possível do mundo americano através de olhos franceses. O autor se preocupou em adicionar textos<sup>9</sup> aos detalhes descritivos da paisagem, aos dados topográficos, aos costumes indígenas - tais como a antropofagia acima mencionada -, o que marca a intenção de conhecimento de realidades. Mas o que se destaca aqui não é o detalhamento nele mesmo - como se fosse a realidade -, mas sim sua capacidade de fazer ver, sua potência na construção de um discurso que transforma o território tido antes como hostil e que se torna amigável aos franceses, justamente graças aos pactos travados com os indígenas tupinambás.

“Por um lado o mapa delimita e nomeia, e, ao fazê-lo assume também a capacidade de circunscrever, reunir, separar, excluir, expulsar, rasurar. Por outro lado, concepção dos mapas políticos serviu o incessante desenho e redesenho das fronteiras políticas exigidas pelas contendas decorrentes das pretensões expansionistas das potências coloniais. Embora essas fronteiras existam na ótica colonial, para delimitar espaços e assim encerrá-los sob domínios daqueles que o apropriam, elas também podem ser interpretadas como “zonas de contacto”, as quais, segundo Mary Pratt, correspondem a espaços de encontro colonial, no seio dos quais pessoas, histórica e geograficamente separadas, entram em contato e estabelecem relações (...)”<sup>10</sup>.

Não obstante, é preciso observar que a análise acima avalia a ação colonizadora sob a perspectiva europeia e moderna, mas ao tratarmos sobre a

<sup>9</sup> Quando analisada comparativamente junto a outros mapas do período vê-se o diferencial destes adendos textuais. Enquanto os mapas preocupam-se em nomear territórios, poucos investem tanta tinta em apresentações textuais de costumes e do território em si.

<sup>10</sup> RODRIGUES, Fátima da Cruz. “Mapas: (Re)Cortes Coloniais”, In: *O Cabo dos Trabalhos*: Revista Eletrônica dos Programas de Mestrado e Doutorado do CES/ FEUC/ FLUC, no. 1, 2006. Disponível em: <http://cabodostabalhos.ces.uc.pt/n1/ensaios.php>. P. 02 (último acesso em 10/12/2014)

experiência de guerra na América indígena, outros elementos precisam ser exibidos: a perspectiva nativa. Perspectiva essa que não é simplesmente mais um modo de olhar a ser somado, pois sua peculiaridade gera grande complexidade na realização e confirmação de alianças. As investigações de Carlos Fausto adicionam uma variável a esta equação, pois, segundo ele, ao considerar a dinâmica guerreira tupi é preciso contar com a possível fluidez das alianças travadas, haja vista que, dentro da lógica ameríndia, não há uma obrigatoriedade de fixidez nos acordos. Ainda que variações nas alianças entre europeus possam ser consideradas, os acordos entre coroas e os pactos políticos não possuíam a fluidez apresentada por Fausto. O processo de formação de alianças entre grupos indígenas americanos seria um processo menos preciso e definitivo do que se poderia supor; uma vez que “as aldeias, unidas uma a uma formavam um conjunto ‘multicomunitário’, capaz de se expandir e se contrair conforme os jogos de aliança e de guerra”<sup>11</sup>. O antropólogo escreve ainda que “os limites dessas unidades não são palpáveis, nem definitivos: um dia poder-se ia estar de um lado e no dia seguinte do outro”<sup>12</sup>. Deste modo, seria ingênuo - como foi muitas vezes a historiografia – tratar aqueles indígenas citados nos documentos como unidades estáveis e, conseqüentemente, lendo as alianças com franceses ou portugueses desconsiderando estas dinâmicas da guerra e do aliar-se entre indígenas.

A dinâmica guerreira tupinambá inclui, portanto, fluidez no trato com o outro e acredito, juntamente com Carlos Fausto, que tal relação se mantenha como prática a despeito de serem aqueles com os quais trava pactos e com os quais os desfaz, outros grupos indígenas ou europeus. Ainda assim, é importante ressaltar que essa fluidez que se apresenta hoje não deveria estar sendo contabilizada por europeus nas negociações que ambicionavam alianças: os colonizadores traziam seus valores e práticas e estavam ainda tateando as relações com a alteridade indígena, foram estas experiências as que ajudaram a constituir a imagem que as missivas nos apresentam destes ameríndios. Mesmo que a volatilidade indígena se expressasse em outras relações, como a catequese, com os jesuítas indicando a ‘inconstância’ daquelas almas, também essa percepção estava em processo constitutivo, pois nos primeiros contatos e esforços, acreditavam mais no

---

<sup>11</sup> FAUSTO, Carlos. “Fragmentos de História e Cultura Tupinambá: da etimologia como instrumento crítico de conhecimento etnohistórico”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

<sup>12</sup> Idem., p. 384

aprendizado do ABC da noite para o dia, do que no abandono dos preceitos cristãos tão logo os religiosos se afastassem<sup>13</sup>.

Todavia, na documentação lusa existem poucos indícios de que os colonos tenham se apercebido da dimensão da fluidez na plenitude de sua extensão no processo do contato e construções de amizades. Mesmo quando, anos mais tarde, os jesuítas Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, em Iperoig, tentam convencer os tamoios a unirem-se aos portugueses, deixando de lado as guerras pretéritas, atribuem a possível mudança de coração a um passo do processo de conversão dos indígenas e não a um modo de conviver com o outro.

Na documentação francesa, André Thevet relata uma percepção desta volubilidade, ligando à dinâmica das alianças entre franceses e tupinambás através da expressão de que os indígenas se ofenderiam com facilidade.

"Après avoir là séjourné l'espace de deux mois er recherché tant en îles que terre ferme, fut nommé le pays loin à l'entour par nous découvert, France Antartique, où ne se trouva lieu plus commode pour bâtir et se fortifier qu'une bien petite île, contenant seulement une lieue de circuit, située presque à l'origine de cette rivière dont nous avons parlé, laquelle pour même raison avec le fort qui fut bâti, a été aussi nommée Coligny. (...) **Donc le seigneur de Villegagnon, pour s'assurer contre les efforts de ces sauvages faciles à offenser**, et aussi contre les Portugais,

<sup>13</sup> A célebre comparação de que a alma dos indígenas seria como a murta, que necessita constantemente de reparos dos jardineiros foi imortalizada por Vieira em seu *Sermão do Espírito Santo* de 1657. Antes disso, diversos cronistas tais como Nóbrega e Anchieta haviam comentado sobre a instabilidade religiosa dos indígenas e dos problemas acarretados pelo constante abandono da fé católica por parte dos indígenas. Desde então, essa ideia foi visitada por alguns autores, mas investigada por poucos. Certamente o trabalho de investigação mais célebre sobre o tema é o ensaio escrito por Eduardo Viveiros de Castro "O Mármore e a Murta: sobre a Inconstância da Alma Selvagem" que hoje pode ser acessado na obra editada pela Cosac Naify *A Inconstância da Alma Selvagem e outros Ensaio*s. Neste trabalho Viveiros visita a maior parte de cronistas, religiosos ou não, do seiscentos para averiguar as instâncias nas quais se apresentam essa inconstância indígena. Relatos como os de Nóbrega, Anchieta, Jácome Monteiro, Azpiculeta, Blazquez, são todos analisados por Viveiros de Castro para construir uma imagem desta inconstância que a tornasse operacionalizável para seu estudo antropológico das sociedades tupinambá do início da colonização. Neste trabalho publicado no início da década de 90 Viveiros de Castro dá continuidade a uma reflexão sobre o modo de ser tupinambá que começara a investigar anos antes. É interessante para o meu trabalho que nos detenhamos um pouco em um dos argumentos de Viveiros de Castro, o de que essa inconstância marcou o tom das relações indígenas com o ocidente. Essa inconstância, segundo Viveiros de Castro, se revelava não apenas no trato com a fé católica, mas também com seu próprio sistema de crenças. Era uma inconstância que se fazia presente em todos os aspectos culturais da vida tupinambá. Não me parece que Viveiros de Castro – salvo uma ou duas menções a uma noção similar - trabalhe com o tema da negociação neste ensaio, talvez este tema não se apresentasse como um problema naquele momento de sua análise, mas, depois de trabalhos como os de John Monteiro (1994), Ronaldo Vainfas (1995), Eunícia Fernandes (1995, 2001), Maria Regina Celestino de Almeida (2001) e Cristina Pompa (2003), não acredito que eu possa ignorar esse viés interpretativo. Menciono estes trabalhos pois é minha intenção cruzar as duas noções: instabilidade, negociações.

si quelquefois se voulaient adonner là, s'est fortifié en ce lieu, comme le plus commode, ainsi qu'il lui a été possible".<sup>14</sup>

O termo utilizado por Thevet, de que “esses selvagens são fáceis para se ofender”, é um recurso eufemístico do autor que expressa o perigo que a instabilidade destas alianças oferece para a empreitada de Villegaignon, mas com o cuidado de não carregar nas tintas e demonstrar o quanto da empreitada estava em risco. Talvez, como relator oficial da expedição, expressar a dimensão do risco fosse menos interessante uma vez que ressaltaria uma hostilidade possível e menos desejável no contato com nativos. Cabe retomar parte da discussão do capítulo primeiro, a fragilidade financeira da empreitada talvez não lhe permitisse ser completamente aberto com os perigos que a mesma enfrentava cotidianamente, mas que também não passou em branco, permitindo um aviso sobre como lidar com os nativos.

É Nicolas Barré<sup>15</sup>, religioso que viera juntamente com Villegaignon para a expedição, que nos apresenta o medo de futuros assaltos indígenas como um dos possíveis motivos para que o líder da expedição tenha escolhido ilhas – uma para estabelecer o forte - e outra para guardar seus equipamentos. Segundo este relato de 1556, fora o receio de ofensivas ou furtos dos indígenas, que forçou Villegaignon a criar estratégias de defesa, restringindo – em um primeiro momento - ele e a sua expedição a ilha onde foi construído o forte, na qual dependiam sempre dos indígenas para manter-se, uma vez que precisavam sair sempre em busca da água potável e de comida. Nicolas Barré não explicita quem seriam esses selvagens dos quais Villegaignon desconfia, mas deixa ambíguo o sentido, uma

<sup>14</sup> “Após circularmos a terra no espaço de dois meses, procurando tanto no continente quanto em ilhas, foi nomeado este longínquo país, França Antártica, no qual não havia lugar mais cômodo para sedimentar-se e fortifica-se que uma pequena ilha, que continha apenas uma légua de circuito, situada quase na nascente deste rio do qual falávamos, à qual se deu o nome Coligny. (...) Portanto, o senhor Villegaignon, para se assegurar contra os esforços destes selvagens que tem facilidade em receber ofensas, e também dos portugueses que porventura poderiam querer aparecer por lá, se fortificou neste lugar, que lhe pareceu o mais cômodo, tão logo foi possível.” [Tradução minha] THEVET, André. *Le Brésil d'André Thevet: Les singularités de la France Antartique*. [1557] Paris: Chandeigne, 2011. P. 157 Grifo meu.

<sup>15</sup> Cf. BARRÉ, Nicolas. *Sur La navigation Du Chevalier de Villegaignon es terres de l'Amerique outre l'oequinotial, iusques soubz Le tropique de capricorne; contenant sommairement les fortunes encourues en ce Voyage avec les moeurs ET façons de vivre des sauvages du país envoyées par un des gens dudit seigneur* Paris, Martin Le Jeune. 1557. O original desta obra se encontra hoje na Biblioteca Municipal de Aix-En-Provence e infelizmente não pude acessá-lo. Faço uso aqui da transcrição feita pelo historiador francês Paul Gaffarel que se encontra em seu livro *Histoire Du Brésil Français au Seizième Siècle* que pude acessar na Biblioteca Nacional da França, instituição a qual sou grata por me permitir ver e fotografar o original da obra diante dos problemas experimentados por mim com as microfichas disponibilizadas.

vez que os únicos grupos indígenas com os quais os franceses conviviam cotidianamente eram os tamoios, seus aliados.

“Le lieu est naturellement beau et facile à garder, à raison que l’entrée e nest estroicte, close des deux costex de deux haults monts. Au milieu de ladicte entrée (qui est possible demy lieue de large) il y a une roche longue de cent peds, et large de soixante, sur laquelle Monsieur de Villegagnon a faict um fort de bois, y mettant une partie de son artillerie pour empescher que les ennemis ne viennent les dommager. Celle estant spatieuse que tout les navires du monde y seroient à l’ancre securely. Icele est semee de preaux et isles tant belles, garnies de bois tousiours verd: à l’un desquels (estant à la portée du canon de celuy qu’il a fortifié) a mis le reste de son artillerye et tous ses gens, craignant que s’il se fust mis en terre ferme, les sauvages ne nous eussent saccagé pour avoir sa merchandise”<sup>16</sup>

Episódios como este narrado por Barré demonstram que a instabilidade, ou, nas palavras do documento, a “facilidade em ofender-se” pode ter consequências práticas para o cotidiano francês na América. O relato permite também a leitura de como era relevante manter uma realidade amistosa para o sucesso da empreitada: ao longo do período no qual se manteve aqui, Villegaignon contou com a força dos nativos para construção do Forte Coligny, e com sua destreza e conhecimento do território para conseguir alimentos e água portátil. Em suas necessidades mais básicas, os franceses dependiam dos indígenas aliados, confirmando a inegável importância destes pactos.

Retorno ao mapa francês para reafirmar que acredito que o cartógrafo vê na pujança indígena em solo americano um fortalecimento das possibilidades de sedimentação francesa no continente. Mas, longe de ser atrativo exclusivamente para os europeus - para garantir a permanência francesa ou portuguesa em solo americano - acrescento que as alianças são relevantes para os dois lados, pois, como acreditavam os europeus seiscentistas, tais consórcios viabilizavam aos indígenas o acesso a utensílios trazidos por eles e que passaram a ser desejados,

<sup>16</sup>“O lugar é naturalmente belo e fácil de defender, uma vez que a entrada é estreita, perto da costa de dois morros altos. No meio da dita entrada (que possivelmente mede meia légua) há uma rocha de cem pés de comprimento, e sessenta de largura, sobre a qualo Senhor Villegagnon fez um forte de madeira, e colocou nele parte de sua artilharia para impedir que os inimigos viéssem a dominá-lo. Esta também é espaçosa de modo que todos os navios do mundo poderiam atracar seguramente. A terra é semeado de prados e ilhas muito belas, cheias de árvores verdejantes : em uma destas ilhas (que pode ser alcançada pelo tiro de um canhão desta que está fortificada) ele colocou o restante de sua artilharia e todo seu equipamento, crendo que – caso colocasse em terra firme – os selvagens nos atacariam para furtar sua mercadoria”. [Tradução minha] BARRÉ, Nicolas. *Sur La navigation Du Chevalier de Villegaignon es terres de l’Amerique oultre l’oequinocial, iusques soubz Le tropique de capricorne; contenant sommairement lês fortunes encourues em ce Voyage avec lês moeurs ET façons de vivre dès sauvages du país envoyées par um dès gens dudit seigneur* In: GAFFAREL, Paul. *Histoire Du Brésil Français au Seizième Siècle*. Paris, Maisonneuve et Cle, Libraires-Editeurs, 1878.



mas também, como acreditam os atuais estudiosos – agregando as formulações de Beatriz Perrone-Moisés, Renato Sztutman e Heitor Guimarães<sup>17</sup> – para a manutenção das lógicas bélicas internas entre grupos indígenas inimigos que ocupavam o continente muito antes da chegada dos europeus. Deste modo, as alianças entre franceses e grupos tupinambá não favoreciam a apenas um lado e os indígenas souberam negociar para que as coisas concorressem também em seu favor. A fluidez dentro do processo de amizades e inimizades pode ser um demonstrativo dessa articulação constante dos tupinambás em prol dos interesses de seu grupo, sendo mecanismo de pressão diante das escolhas e opções europeias.

Há um episódio descrito por Léry, no qual ele se envolveu ao matar o pato de um idoso tupinambá, que demonstra que o calvinista percebia a articulação constante dos interesses de cada grupo, e é exemplar também de como era comum a ambos o interesse na manutenção das alianças. O francês conta que ao tomar parte de uma competição em busca de galinhas para a ceia, encontrou um pato e inqueriu ao seu intérprete sobre as consequências de matá-lo, o intérprete lhe disse, apressadamente, que se pagasse ao dono após matar o animal, nada de ruim lhe aconteceria. Léry seguiu o conselho sem esperar pelo equívoco do seu acompanhante. O dono da ave, um indígena ancião, por sua vez ficou deveras injuriado com o acontecido, devido a grande estima que supostamente cultivara pelo pato – no texto de Léry não conseguimos perceber se o indígena estava genuinamente ligado ao animal ou se era uma farsa, o tom utilizado pelo calvinista é dúbio. Diante das ofertas de pagamento feitas pelo francês, a recusa era sempre o que Léry recebia como resposta do indígena. Quando perguntado por Léry sobre o que ele deveria oferecer em troca do pato, o ancião lhe respondeu que o que ele desejava em troca do animal morto era na verdade matar o francês. Ao aconselhar-se mais uma vez com o intérprete Léry decide enfrentar o indígena, mas, depois de algumas palavras duras, e a intervenção de outros indígenas da tribo, o mais velho se retira e desiste da retaliação.

---

<sup>17</sup> SZTUTMAN, Renato. PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Notícias de uma certa confederação Tamoio” In: *Maná*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, Oct. 2010.

GUIMARÃES, Heitor Velasco Fernandes. *O desassossego jesuítico: resistência indígena à colonização cristã na América portuguesa do XVI*. Trabalho de conclusão de curso, PUC-Rio, Departamento de História, 2007.

Como conclusão do episódio, Léry afirma que era mais interessante para os tupinambás que a querela se resolvesse sem maiores brigas, pois, a aliança entre franceses e tupinambás era cara para os indígenas tanto quanto era para os franceses.

“(...) comme l’issuë monstra, *Toiïoupinambaoults* sachans bien, qu’ayans jà lês Portugais pour ennemis, s’ils avoyent tué um François, La guerre irreconciliable seroit tellement declairée entr’eux, qu’ils seroyent à jamais privez d’avoir de la marchandise (...)”<sup>18</sup>.

Mais tarde, procurado pelo filho do mesmo indígena que o enfrentara, Léry afirma que este lhe afirmou que tudo não passou de mero gracejo. De acordo com o rebento, o pai testara o calvinista para saber de seu valor, se seria capaz de combater com valentia contra os portugueses.

Jean de Léry em seu relato não vê clemência ou compaixão na desistência do indígena em perseguir sua vendeta. Em sua narrativa, ele deixa claro que estavam todos de alguma maneira articulando seus interesses pessoais. O indígena ofendido desiste de matar o francês em nome da continuidade de uma aliança que lhe é interessante, e não somente a si, mas a todo o grupo. Jean de Léry atribui essa graça ao desejo do indígena de continuar recebendo presentes e bugigangas. Todavia, ele afirma também o perigo que esta quebra de aliança representava para os tupinambás, uma vez que a amizade entre eles garantia também a presença francesa nos campos de batalha indígenas. O ancião desiste de sua vendeta particular em nome do coletivo. Para Léry, os indígenas não são ingênuos em suas escolhas, se não os vê como iguais, na sua escrita trata-os por vezes desta maneira, em outros momentos, fala como se fossem crianças, mas raramente os vê como ingênuos.

O evento no qual Léry se envolveu me serve de suporte para acrescentar um elemento às dinâmicas guerreiras e de alianças entre indígenas e europeus, não o evento em si, mas a fala do filho do idoso, de que o pai estava apenas testando o francês. Mais do que se tratarem apenas de alianças fluídas, acredito que seja o caso de pensar como estas uniões são testadas pelos indígenas constantemente

<sup>18</sup> Como o resultado mostra, os tupinambás sabiam bem que já tinham os portugueses como seus inimigos, caso matassem um francês a guerra irreconciliável certamente seria declarada entre eles, que eles seriam privados definitivamente do acesso a nossos utensílios. [Tradução Minha] LÉRY, Jean de. *Histoire d’un Voyage faict en la terre du Brésil*. Paris: Librairie Generale Française, 1994. [1578] P. 467

para medir a resiliência do contrato. Em outro momento do relato, o calvinista nos fornece novo exemplo de como esses testes eram parte das relações cotidianas dos indígenas com os franceses. Léry conta que, nos episódios de vitória de guerra, os indígenas convidavam os franceses, juntamente com Jean de Léry, para que celebrassem com eles e tomassem parte da cerimônia antropofágica comendo da carne humana sacrificada; diante da recusa constante, os indígenas duvidavam do limite da lealdade destes europeus.

“Et ne se delectent pas seulement ces barbares, plus qu’en toutes autres choses, d’exterminer ansi, tant qu’il leur est possible, La race de ceux contre lesquels ils ont guerre (car les *Margajas* font Le mesme traitement aux *Toïioupinambaoult* quand ils Le tiennent), mais aussi ils prennent um singulier plaisir de voir que les estrangers, qui leur sont alliez, facent Le semblable. Tellement que quand ils nous presentoyent de ceste chair humaine de leurs prisonniers pour manger, si nous em faisons refus (comme moy et beaucoup d’autres des notres nenous estans point, Dieu Merci, oubliez jusques-là, avons toujours fait), il leur sembloit par cela que nous NE leur fussion pas assez loyaux.”<sup>19</sup>

As missivas jesuíticas são mais sucintas quando falam da aliança com os indígenas. Essas dinâmicas estão muito presentes nas escolhas dos pronomes possessivos, como escreve o historiador Heitor Guimarães,<sup>20</sup> quando discorre sobre a carta de Anchieta: o processo de formação de alianças se mostra no uso de expressões como *nostros* índios. Enquanto na narrativa francesa essas alianças parecem ser vistas como detenção e ostentação de um poder, as narrativas lusas parecem colocar essas relações como meios para um fim. A carta de Mem de Sá<sup>21</sup>, que mencionei no capítulo primeiro, parece demonstrar seu descontentamento com as atuações indígenas na tomada do Forte Coligny. Mem de Sá os descreve como maus guerreiros, que lutavam sem vontade, sem destreza. Difícil crer que

<sup>19</sup> “E não há nada em que deleitem-se mais estes bárbaros do que em exterminar – tanto quanto lhes é possível – a raça contra os quais fazem guerra (pois os *Margajas* oferecem o mesmo tratamento aos *tupinambás* quando tem oportunidade), e também eles demonstram um prazer singular quando percebem que os estrangeiros, seus aliados, fazem o mesmo. Verdadeiramente quando nos ofereciam da carne humana de seus prisioneiros para comermos, se nos recusávamos (como eu e muitos de nós graças a Deus sempre o fizemos), parecia-lhes que nós não lhes éramos tão fiéis”. [Tradução minha] Idem. P. 370.

<sup>20</sup> GUIMARÃES, Heitor Velasco Fernandes. *O desassossego jesuítico: resistência indígena à colonização cristã na América portuguesa do XVI*. Trabalho de conclusão de curso, PUC-Rio, Departamento de História, 2007.

<sup>21</sup> “Carta de Mem de Sá a Regente D. Catarina a respeito do combate com os franceses no Rio de Janeiro e em São Vicente”. ANTT, Gavetas 2, Maço 10, Documento 9

indígenas guerreiros como os tupiniquins, participantes de inúmeros conflitos intertribais com os tamoios, eram guerreiros tão completamente ineptos como ele nos sugere, quando os descreve como lentos e preguiçosos em campo de batalha. Não obstante, a empreitada da coroa em território americano estava atrelada inevitavelmente a essas dinâmicas de contato.

Há que se ler, portanto, toda a documentação – francesa ou lusa - com estes aspectos em mente. As amizades, para os grupos indígenas tupinambás – partindo da relação entre tamoios e franceses -, não são indeléveis, rotineiramente serão testadas, mas, aparentemente as inimizades são seculares e em geral movem a máquina guerreira e com isso a sociedade tupinambá. Eduardo Viveiros de Castro e Manuela Carneiro da Cunha analisam a guerra das sociedades tupinambá chegando à formulação destas inimizades seculares. Segundo os antropólogos, o tempo cíclico ao qual estas sociedades estão atreladas, só poderia ser movimentado no constante guerrear. Viveiros de Castro e Cunha percebem a vingança como força motor do tempo, e da memória tupinambá. “A guerra de vingança tupinambá é uma técnica de memória, mas uma técnica singular: processo de circulação perpétua da memória entre os grupos inimigos (...)”<sup>22</sup>

Os autores defendem que a vingança é a grande instituição tupinambá, uma vez que o sistema de crenças é frouxo e existem escassas convicções outras para além da memória. Viveiros de Castro e Cunha argumentam que há uma primazia da vingança: para além do canibalismo e da guerra, a vingança seria o grande movedor da sociedade, uma vez que a impulsiona sempre para o futuro<sup>23</sup>. Apesar de seu vigor, acredito que esta percepção da vingança como uma variável isolável do restante da equação da instituição de guerra tupinambá torna-se incompleta e pouco instrumentalizável. Para que se torne operável neste capítulo é preciso que eu a cruze com formulações outras como a do sociólogo Florestan Fernandes, a do antropólogo João Pacheco de Oliveira e a das historiadoras Elisa Frühauf – cujo

---

<sup>22</sup> CASTRO, Eduardo Viveiros de; CUNHA, Manuela Carneiro da. “Vingança e temporalidade entre os tupinambá”, In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspás*. São Paulo: Cosac-Naify, 2009. [1986]P. 99

<sup>23</sup> O ensaio dos antropólogos vê na vingança o grande motor da memória coletiva e da identidade das tribos tupinambá. Castro e Cunha defendem que o ato performático da morte sacrificial é um momento de criação. Naquele momento cria-se e recria-se uma identidade coletiva. É também neste sacrifício que reside o porquê da guerra. A guerra não se basta sozinha.

trabalho já foi citado - e Eliane Fleck<sup>24</sup>. Estes autores nos ajudarão a iluminar outras faces da guerra indígena, e pensá-la não apenas em seus aspectos teóricos, filosóficos ou ontológicos, mas também como uma experiência social e uma prática cultural.

Pensar a *função social* da guerra tupinambá é fazer uso aqui de expressão utilizada por Florestan Fernandes em meados da década de 1950, quando escreveu seu segundo livro sobre a sociedade tupinambá<sup>25</sup>. Ademais, é também minha tentativa de evocar para além de suas implicações e derivações ontológicas e filosóficas, um caráter histórico e historicizável desta guerra tupinambá que não pode ser ignorado. Fernandes chama atenção para essa função socializadora da guerra que, ainda que possa estar atrelada à espiritualidade<sup>26</sup> no caso tupinambá, não está descolada de outros aspectos da vida social indígena. Dizer isso denota novamente que existem elementos práticos e cotidianos que são conjugados ao movimento guerreiro e acionados no fazer da guerra.

Pero Gandavo, cronista de meados do século XVI, é autor de um relato constantemente visitado quando a guerra indígena é discutida, e oferece-nos mais uma visão da guerra engendrada pelos tupinambás, como exemplo, este escreve que:

“Esses índios têm sempre grandes guerras uns contra os outros e assim nunca se acha neles paz, nem será possível (sendo vingativos e odiosos) vedarem-se entre eles estas discórdias por outra nenhuma via se não for por meio da doutrina cristã

<sup>24</sup> Cf. FERNANDES, Florestan. *A função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*. São Paulo: Editora Globo, 2006.

OLIVEIRA, João Pacheco de. “Os indígenas na fundação da colônia: uma abordagem crítica” In: FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fátima (Org.) *O Brasil Colonial: 1443-1580*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GARCIA, Elisa Frühalf. “Trocas, Guerras e Alianças na formação da sociedade colonial” In: FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fátima (Org.) *O Brasil Colonial: 1443-1580*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. “Estados de paz e estados de guerra - negociação e conflito na América Portuguesa (séculos XVI e XVII)” In: *Projeto História (PUCSP)*, São Paulo, SP, v. 31, n.dez/2005, p. 313-335, 2005.

<sup>25</sup> O primeiro livro escrito por Florestan Fernandes sobre o tema chama-se *A organização da sociedade tupinambá* [1947], mas usarei menos do que o segundo, *A função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá* [1952]. O termo função é bastante criticado por Eduardo Viveiros de Castro que acredita que essa leitura funcionalista da guerra indígena seja pouco produtiva e limitadora da compreensão geral da mesma. Neste trabalho não caberia uma crítica tão fina das escolas antropológicas, mas faço aqui essa ressalva para que fiquem registradas para o leitor as controvérsias e críticas existentes a esse trabalho clássico da sociologia.

<sup>26</sup> O autor faz uso da palavra religião, eu todavia prefiro usar espiritualidade para intencionalmente diferenciar o sistema de crenças ameríndio do catolicismo por exemplo, dois sistemas muito diferentes.

(...) Quando vão a guerra sempre lhes parece que têm certa vitória, e que nenhum de sua companhia há de morrer, e assim, em partindo, dizem “vamos matar”, sem mais outro discurso nem consideração; e não cuidam que também podem ser vencidos. E somente com essa sede de vingança, sem esperança de despojos, nem doutro algum interesse que a isso os mova, vão muitas vezes buscar seus inimigos mui longe, caminhando por serras, matos, desertos e caminhos mui ásperos”<sup>27</sup>.

Diante de um relato como este - em uma leitura pouco filtrada do documento e por vezes, até mesmo, descontextualizada - poderíamos dizer que a vingança é o motor que dá sentido à passagem de tempo da sociedade, como escrevem Viveiros e Cunha, mas, isso seria muito limitador da nossa compreensão do significado mais amplo destes conflitos, pois apenas um possível condicionante cultural não explica a história. Acredito que sejam restritas essas leituras, uma vez que entendo a vingança como um dos motivos, mas não o único.

A guerra é um elemento movimentador da sociedade, como expresse tanto por Fernandes, quanto por Viveiros de Castro, é ela que garante ao menino acesso à maturidade masculina. É a guerra, seguida pela ingestão sacrificial dos inimigos, que marca a honra e o crescimento. Ela lhes garante novos nomes e tatuagens, todos claros elementos de distinção social. A guerra está no centro de outros ritos. Um homem, por exemplo, só se torna elegível para o primeiro matrimônio após ter matado alguém. Assassinato e refeição sacrificial são ritos de passagem masculinos. O número de mulheres que um guerreiro tem acesso também está ligado a quantidade de inimigos que ele matou e devorou. Todos estes elementos precisam ser considerados diante dos documentos seiscentistas. Tomar a vingança como único motor seria eliminar o circunstancial e restringir-se ao relato de Gandavo, ou de Léry, ignorando os filtros culturais e as lógicas indígenas outras, para além da guerra. Mais do que isso, a guerra indígena precisa ser analisada e criticada como sendo um objeto histórico e historicizável.

Ao enfrentar os relatos seiscentistas fica claro para mim que a vingança é o que mais chama atenção dos cronistas no XVI. Essa evidência colonial talvez explique o porquê dela ser priorizada hoje nas análises das sociedades indígenas do XVI, como se, por vezes, nós historiadores fôssemos enredados pelos registros e nos tornássemos incapazes de ir além do relato seiscentista. Porém, é preciso ter

---

<sup>27</sup> GANDAVO, Pero de Magalhães de. *A primeira História do Brasil*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004. [1576] P. 145-146.

ciência que ao fazermos isso, acabamos por endossar uma percepção da época, não construímos perspectiva e acabamos impedidos de cruzar a percepção com a experiência histórica. No relato do calvinista Jean de Léry este aspecto também é sublinhado:

“Combien que nos *Toïioupinambaoults Toupinenquins*, suyvant la costume de tous les autres sauvages qui habitent ceste quatriesme partie du monde, laquelle em latitude, depuis le destroit de Magellan qui demeure par les cinquante degrez tirant au Pole Antarctique, jusques aux terres Neuves, qui sont environ les soixante au deçà du costé de nostre Arctique, continent plus de deux mile lieuës, ayant guerre mortelle contre plusieurs nations de ce pays-là: tant y a que leurs plus prochains et capitaux ennemis sont, tant ceux qu’ils nomment *Margajas* que les Portugais qu’ils appellent *Peros* leurs alliez: comme au reciproque lesdits *Margajas* n’em veulent pas seulement aux *Toïioupinambaoults*, mais aussi aux François leurs confederez. Non pas, quant à ces Barbares, qu’ils se facent la guerre pour conquerir les pays et terres les un des autres, car chacun en a plus qu’il ne luy en faut: moins que les vainqueurs pretendente de s’enrichir des despouilles, rançons, et armes des vaincus: ce n’est pas di-je tout cela qui les meine. Car, comme eux mesmes confessent, n’estans poussez d’autre affection que de venger, chacun de son coté, ses parentes et amis (...) la est une fois declairée entre quelques-unes de ces nations, tout allegans qu’attendu que l’ennemy qui a receu l’injure s’em ressentira à jamais, c’est trop laschement fait de le laisser eschapper quando on le tient à as merci: leurs haines sont tellement inveterées qu’ils demeurent perpetuellement irreconciliables”<sup>28</sup>

O relato de Jean de Léry nos apresenta dois pontos da dinâmica guerreira sobre os quais desejo me deter e que, de alguma maneira, servem-nos para complexificar um pouco mais a equação que aos poucos delineio. Um primeiro que diz respeito ao espanto dos cronistas diante da motivação da vingança. Acredito que esta é a mais destacada não por ser a mais importante, mas por ser radicalmente diferente quando comparada com as lógicas europeias de fazer a guerra. O que normalmente motivaria um francês ou português: espólio, conquista

<sup>28</sup> “Nossos tupinambás tupiniquins seguem o costume de todos os outros selvagens que habitam esta quarta parte do mundo, aquela em latitude, depois do estreito de Magalhães, que está a cinquenta graus do Polo Antártico até as terras novas. Eles mantêm-se em guerra contra muitas nações deste país. Todavia, seus inimigos mais próximos são os chamados Margaias, e os portugueses – que eles chamam Peros – seus aliados. A recíproca é verdadeira para os Margaias que não contentes em odiar os Tupinambás, também odeiam os franceses, seus confederados. Quanto a estes bárbaros, não guerreiam para conquistar os países e terras um dos outros, pois não há falta de terra. Também não almejam os vencedores encher-se de espólios, mantimentos e armas dos vencidos, não é isso que os move. Pois, de acordo com o que eles mesmos confessam, não há nenhuma outra motivação, que não a de vingar cada lado os seus parentes e amigos. (...) a guerra, uma vez declarada, entre qualquer uma dessas nações, a injúria será ressentida eternamente, seria muito os deixar escapar. Sua ira é tão inverterada que mantêm-se para sempre irreconciliável”. [Tradução minha] LÉRY, Jean de. *Histoire d’un Voyage faict em la terre du Brésil*. Paris: Librairie Generale Française, 1994. [1578] P. 335-336.

de território, não motiva o tupinambá. E, deste espanto, talvez derive o foco europeu exacerbado neste aspecto da dinâmica ameríndia. É um segundo que é a conexão entre as alianças e guerra: as alianças se apresentam necessariamente como guerreiras. Passo então ao primeiro ponto.

O tema da vingança e da ausência de trégua ou armistício é constante na documentação. André Thevet escreve que “uma coisa estranha entre estes *américos* é que não fazem pacto e nem trégua”<sup>29</sup>. José de Anchieta coloca a guerra e a vingança como impedimentos para a catequese do indígena

“Os impedimentos que ha para a conversão e perseverar na vida cristã de parte dos índios, são seus costumes inveterados (...) Item as guerras em que pretendem vingança dos inimigos, e tomarem nomes novos, e títulos de honra; o serem naturalmente pouco constantes no começado, e sobretudo faltar-lhes temor e sujeição”<sup>30</sup>

André Thevet chega a colocar essa lógica da vingança como sendo equidistante às leis a que está acostumado. Em sua *Cosmografia Universal*, o franciscano relata um episódio que se passou entre ele e um indígena que apresenta como um rei do país, provavelmente um principal. Estando acamado, o indígena convoca-o, pede-lhe pela cura, oferece ao clérigo tudo que este desejar. Thevet condiciona sua oração ao abandono das práticas rituais de canibalismo, o clérigo pede que o indígena desista de aprisionar, guerrear e comer seus inimigos – a luta contra a antropofagia ameríndia fora constante tanto em sítios lusos, católicos, quanto em sítios franceses – o índio se ofende com o pedido, recusa fervorosamente e responde-lhe que aquele preço não seria pago nem mesmo que o próprio Tupã lhe pedisse. A recusa choca Thevet que conclui dizendo: “quando vi tal obstinação por parte daquele pobre macaco de Deus, eu o deixei, doente como estava, e ele se pôs a lançar-me belas injúrias”<sup>31</sup>.

As lógicas guerreiras tupis são um embaraço para os europeus. Primeiro, porque a motivação para elas era algo completamente estranho ao mundo do colonizador: a vingança. A ausência de desejo de alcançar a paz não faz sentido

<sup>29</sup> “une chose étrange que est que ces Amériques ne font jamais entre eux aucune trêve ni paction”. [Tradução minha] THEVET, André. *Le Brésil d'André Thevet: Les singularités de la France Antartique*. [1557] Paris: Chandeigne, 2011. P. 202

<sup>30</sup> ANCHIETA, José. “Os impedimentos que ha para a conversão” In: *Cartas Jesuíticas vol 02*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1988.

<sup>31</sup> THEVET, André. *A cosmografia universal de André Thevet*. Rio de Janeiro: Fundação Dacry Ribeiro, 2009. P. 85



para o universo católico europeu, capaz de diversas guerras em nome da pacificação. Assim, a perpetuação de inimizades era incompreensível. Mas se a vingança é em si mesma uma incógnita, é a antropofagia que não apenas intriga os jesuítas, os franceses e os portugueses, mas, sobretudo os assombra. Essa variável complexifica a equação, de um modo que a lógica de além-mar não consegue processar. Porém, não está só, há ainda outra variante: a ideia de que as alianças são constantemente aferidas. Retomo aqui o segundo ponto mencionado, as alianças entre franceses, portugueses e indígenas tupi são necessariamente alianças guerreiras.

Para pensar as alianças como alianças guerreiras é importante trazer o relato de Jean de Léry, pois ele foi um dos poucos cronistas que efetivamente esteve em algumas batalhas intertribais. Léry conta que assistiu algumas batalhas, e isso era visto como prova das alianças que cultivavam. “Nous contentant d’avoir fait ceste première folie de nous estre ainsi hazardez avec ces barbares, que nous tenans à l’arriere-garde nous avions seulement le passe-temps à juger des coups” – descreve o calvinista – “Or apres que ceste escarmouche eut duré environ trois heures, et que d’une part et d’autre il y en eut beaucoup de blessez et de demeurez sur la place, nos *Toiïoupinambauoult*s, ayans finalement eu la victoire”<sup>32</sup>. Léry afirma que ele e seu companheiro não fizeram nada para ajudar na batalha. Apenas atiravam com pistolas para o céu no intuito de dar força a *sua* gente, e afirma que “de fato nada podemos fazer para lhes dar mais prazer do que ir a guerra com eles, sua estima não nos falta diante disso”<sup>33</sup>.

Essa alegria dos indígenas adiciona um elemento importante: as alianças entre indígenas e europeus tem uma finalidade clara para os primeiros, é necessário que ao gerar amizades comuns sejam geradas também inimizades comuns. Na guerra, essa aliança é testada. Não bastam as trocas de bens comerciais, não bastam pequenos presentes e privilégios: dos aliados é requerido que vinguem as mortes ancestrais que a tribo experimentou, é desejável que estes aliados partilhem da mesma carne humana que os indígenas comem, que nutram pelos inimigos o mesmo ódio que seus aliados nutrem. Também por isso as

<sup>32</sup> Idem, P. 351-352

<sup>33</sup> “si est-ce toutesfois que ne leur pouvans faire plus grand plaisir que d’aller à la guerre avec eux, qu’ils ne laissoient pas de tellement nous estimer pour cela (...)”. [Tradução minha] Idem, Ibidem

alianças são testadas, como se constantemente fosse necessário aferir se os aliados estão de fato no lado correto, avaliar se estes que se dizem amigos são frouxos em seus laços ou se não, se são firmes em seus compromissos guerreiros.

Eduardo Viveiros de Castro menciona que há um movimento da sociedade tupinambá de transformação do outro em mesmo, que acontece com os inimigos no momento do ritual antropofágico e no dia a dia com os europeus. Este movimento, para Viveiros de Castro, está atrelado a uma maneira de lidar com a alteridade; um devir; uma latente incompletude que só pode ser satisfeita na presença de um outro.

“Guerra mortal aos inimigos e hospitalidade entusiástica aos europeus, vingança canibal e voracidade ideológica exprimiam a mesma propensão e o mesmo desejo: absorver o outro e, nesse processo, alterar-se. Deuses, inimigos, europeus eram figuras de afinidade potencial, modalizações de uma alteridade que atraía e devia ser atraída; uma alteridade sem a qual o mundo soçobraria na indiferença e na paralisia”<sup>34</sup>

Essa relação com a alteridade é muito diversa da maneira europeia de tratar seus outros, sejam eles deuses, bruxas, heróis, amigos ou inimigos. A aniquilação do outro, seja na fogueira por crime de feitiçaria, ou na guerra justa em nome da reconquista do solo sagrado, se dá debaixo de critérios muito diferentes. Ao mesmo tempo, o reconhecimento do outro acontece de maneira diferente. Não há o desejo de transformar o outro em extensão de si mesmo. Pode haver sim o desejo de reduzir o outro, mas não de elevá-lo a uma categoria de similitude. No processo de transformação, o outro com o qual o europeu se relaciona é diminuído como parte de uma justificação de sua perseguição e, por vezes, seu extermínio. Refletir sobre a diferença na maneira de lidar com a alteridade pode nos ajudar a perceber porque em termos tupis as alianças são testadas: não é a palavra que vale, promessas ou presentes, é necessário que os amigos estejam dispostos a partilhar da carne inimiga, sentar-se, portanto, nesta mesa de comunhão que une os aliados e tomar parte, portanto, no ser tupinambá.

“É certamente a comensalidade antropofágica que delimita as unidades bélicas e que assim, de uma certa maneira, forma ou confirma as unidades sociais. A

<sup>34</sup> CASTRO, Eduardo Viveiros. “O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem” in: *A inconstância da Alma Selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2002. P. 207

antropofagia que “confirma nos ódios” aparece como um modo de produzir ‘inimigos mútuos’, tabajara, e é portanto sinal de lealdade última”<sup>35</sup>.

Cabe portanto o estranhamento de Léry, ao ver a desconfiança nos olhos de seus amigos tamoios, quando ele e seus companheiros se recusavam a comer a carne do inimigo morto.

Elisa Frühauf, historiadora que mencionei trazer para nos ajudar a enviesar a visão oferecida por Viveiros de Castro, afirma que a presença europeia traz mudanças importantes para o cotidiano indígena. É certo que portugueses e franceses estavam operando com rivalidades já existentes, mesmo assim, a autora sublinha que não se pode ignorar o impacto da chegada dos europeus.

“A existência de rivalidades entre os índios, contudo, não deve ocultar as profundas mudanças ocasionadas pela chegada e pelo estabelecimento na América dos europeus, que influenciaram diretamente nas motivações e dinâmicas de tais conflitos. Para Ferguson e Whitehead, os contatos coloniais acarretaram um significativo incremento das atividades bélicas entre os indígenas, cujas origens e motivações devem ser entendidas historicamente e não tomadas como uma característica intrínseca dos mesmos”<sup>36</sup>.

O valor que a autora dá a uma investigação histórica das motivações guerreiras dos grupos indígenas nos oferece um vislumbre da limitação do estudo de Viveiros de Castro para este meu trabalho. Tanto o estudo solo quanto o ensaio escrito com Manuela Carneiro da Cunha tratam da temática *em si*. Como se o fazer da guerra tupinambá, e a vingança fossem características intrínsecas ao seu modo de ver o mundo. Para exprimir e investigar o medo europeu do tipo de belicosidade indígena é necessário esclarecer que essas guerras tem uma implicação prática e histórica muito fortes, para além de sua origem mítica que se torna aqui menos relevante. Clarificar essa historicidade não significa que eu possa persegui-la. Não há como rastrear essas guerras até seu início, nem penso ser isto imprescindível para o desenvolvimento deste trabalho. Todavia, essa premissa não pode ser ignorada para este trabalho<sup>37</sup>.

<sup>35</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da; CASTRO, Eduardo Viveiros de. “Vingança e temporalidade: os tupinambá” in: CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspás*. São Paulo: Cosac-Naify, 2009. P. 86.

<sup>36</sup> GARCIA, Elisa Frühauf. “Trocas, Guerras e Alianças na formação da sociedade colonial” In: FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fátima (Org.) *O Brasil Colonial: 1443-1580*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. P. 333

<sup>37</sup> Deste modo afirmações como as de Pierre Clastres em seu artigo “Arqueologia da violência”, de que a sociedade primitiva seria um ser para a guerra, se mostram incompletas para uma plena

Diante dos relatos seiscentistas podemos deduzir que os próprios jesuítas não sabiam os motivos históricos das guerras indígenas. Talvez acreditassem piamente que se tratava de uma maldade essencial de um povo que desconhecia a sacralidade do Deus cristão. A nenhum deles pareceu interessante elucidar os motivos que levavam os indígenas a estarem em guerra. Os jesuítas eliminam a posse de terras como motivação para os conflitos, mas o sociólogo Florestan Fernandes não. De alguma maneira a escassez de alimentos poderia sim ser a fagulha para os conflitos e por isso, alguns indígenas que viviam mais próximos estavam mais propensos a experimentar inimizades bélicas. João Pacheco de Oliveira demonstra que algumas dessas indagações podem ser respondidas a partir da análise de pesquisas arqueológicas atuais<sup>38</sup>. Mas, a despeito de uma resposta mais precisa, uma questão relevante aqui é fugir de uma universalização ou uma especialização da guerra ou da belicosidade indígena, fugir de uma sistematização que conduza à leitura da Guerra dos Tamoios como ponto de uma estrutura a qual está necessariamente atrelada. Cabe pensar que estamos lidando com tipos diferentes de guerras, com motivações particulares a esta.

Não tenho a intenção de criticar aqui as noções apresentadas referentes a guerra tupinambá, mas sim trabalhar com elas de maneira cruzada de modo a compreender e melhor filtrar as fontes seiscentistas e as informações que elas de fato nos oferecem. Como já foi escrito, os cronistas do XVI viam na guerra indígena uma barbárie com escassas justificativas plausíveis. Em um dos relatos das performances antropofágicas Léry escreve:

“(...) tous confessent ceste chair humaine estre merueilleusement bonne et delicate, tant y a neantmoins, que plus par vengeance, que pour le goust (hormis ce que j’ay dit particulièrement des vielles femmes qui en sont si friandes), leur principale intention est, qu’em poursuyvant et rongant ansi les morts jusques aux vivans. Et de fait, pour assouvir leur corages felons, tout ce qui se peut trouver és corps de tels prisonniers, depois les extremitex des orteils, juques au nez, oreilles et sommet de

---

apreensão das particularidades deste período histórico. Cf. CLASTRES, Pierre. “Arqueologia da Violência: a guerra nas sociedades primitivas” In: *A arqueologia da Violência: a guerra nas sociedades primitivas*. São Paulo: Cosac-Naify, 2004.

<sup>38</sup> OLIVEIRA, João Pacheco de. “Os indígenas na fundação da colônia: uma abordagem crítica” In: FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fátima (Org.) *O Brasil Colonial: 1443-1580*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

la teste, est entierement mangé par eux : j'excepte toutefois la cervelle à laquelle ils ne touchent point.”<sup>39</sup>

O calvinista Jean de Léry é conhecido por ser o mais complacente dos cronistas com relação aos costumes tupinambás, mesmo assim, diante do canibalismo ritual e da vingança, essa compostura se perde. Seguramente não estou propondo um abandono da noção de vingança, tão pouco eliminando sua importância, todavia, quero sim propor um deslocamento.

Não há como saber qual foi o ponto inicial das rivalidades indígenas. Adentrando território mítico, que aqui serve apenas como ilustração, as rivalidades começaram por causa de uma mulher.

“Da mulher que Maíra e Sumé compartilharam, nasceram dois filhos. Tamanduaré era o filho de Maíra, Guaricuité era o de Sumé. Esses gêmeos se odiavam, porque tinham naturezas opostas, como os pais. (...) De Tamanduaré descendem os tupinambá; de Guaricuité, todos os tobojara: temiminó, maracajá, e tupiniquim. Tupinambá e tobojara são inimigos irreconciliáveis e por isso se matam e se devoram até hoje”<sup>40</sup>.

O linguista Alberto Mussa recontou o mito tupinambá a partir de fragmentos que encontrou nos cronistas do XVI, por ser mais didático, faço uso aqui de seu texto para demonstrar a que narrativa mítica estou me referindo. Esta narrativa mítica se presentifica no estudo de Viveiros de Castro e Manuela Carneiro da Cunha.

“Se a vingança não tem fim, ela é também sem começo : ou melhor, seu ponto de partida é puramente virtual. Sucessão de respostas, desenroladas a partir de um início imaginário, é o que insinua o mito de origem do canibalismo. As explicações aparentemente supérfluas que iniciam o mito indicam que se esta em um sistema de vingança em andamento. O ponto principal, no entanto, parece, ser o de que o primeiro canibalismo real é uma retaliação a um canibalismo imaginário, e afirmado como tal. Ou seja, a antropofagia não tem propriamente um motor primeiro : de saída, ela é uma retaliação”.<sup>41</sup>

<sup>39</sup> “Todos confessam que esta carne humana é maravilhosamente boa e tenra, mas não a comem tanto por gosto quanto por vigança (apesar do que eu disse sobre o caso singular das mulheres mais velhas), a principal intenção está portanto em perseguir seu sentimento de ódio aos que vivem, devorando o morto totalmente, tudo que se pode encontrar do corpo destes prisioneiros, das extremidades dos artelhos, ao nariz, orelhas e testa, tudo é inteiramente devorado por eles, a exceção do cérebro, neste não tocam. [Tradução minha] LÉRY, *Op. Cit.*, P. 366.

<sup>40</sup> MUSSA, Alberto. *Meu destino é ser onça*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2009. P. 63-64.

<sup>41</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da; CASTRO, Eduardo Viveiros de. “Vingança e temporalidade: os tupinambá” In: *Cultura com Aspas*. São Paulo: Cosac-Naify, 2009. P.88-89

Pensar a vingança como um motor primeiro e fundamental de uma estrutura com bases mitológicas que não podem ser completamente acessadas, poderia nos levar a assumir que os tupinambás são violentos simplesmente por que sempre foram assim, pensamento que Viveiros de Castro refuta com veemência: “A vingança não era assim um simples fruto do temperamento agressivo dos índios, de sua incapacidade quase patológica de esquecer e perdoar as ofensas passadas”- escreve Castro, e conclui – “ao contrário, ela era justamente a instituição que produzia a memória”<sup>42</sup>.

Essa estrutura da sociedade tupinambá construída por Viveiros de Castro e Manuela Carneiro da Cunha, é acessada por parte dos trabalhos historiográficos e antropológicos que tratam do seiscentos americano. Exemplar disso é o trabalho de Maria Regina Celestino que analisa a formação de identidades e a relação com alteridades nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Abarcando os quatro séculos da história carioca, a autora também analisa os conflitos da Guanabara, que ela chama de Confederação dos Tamoios. Sobre as motivações das guerras indígenas a autora escreve:

“As fontes são unânimes em afirmar que a principal motivação para a guerra intertribal era o ritual da vingança, cuja realização implicava a captura de inimigos que, mantidos em cativeiro por certo tempo, eram depois executados na cerimônia antropofágica”<sup>43</sup>.

Há aqui um problema, acredito, que se apresenta em uma naturalização da guerra e da violência indígena. Despida de seu componente histórico, a vingança como variável isolada, transforma o tempo indígena em um tempo necessariamente cíclico, que retorna-se sempre a vingança. Este é o tempo do mito.

“Todavia, Sumé está no céu. E, para vingar os parentes mortos no rio, Sumé se transforma em onça e persegue Jaci. Quando, no fim das chuvas, aparece uma estrela muito vermelha chamada Jaguar, é Sumé transformado em onça, sujo com o sangue de Jaci. Jaci, quando reaparece assim sangrando, corre o risco de morrer para sempre. E os homens batem no chão com seus cajados e, para assustar a onça gritam *icobé xeramói!* *Eicobé xeramói güé!* – “viva, meu avô”. E Jaci, então, se regenera – porque é um grande caraíba. Os covardes choram, porque

<sup>42</sup> CASTRO, Eduardo Viveiros. “O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem” in: *A inconstância da Alma Selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2002. P. 233

<sup>43</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: Identidade e cultura nas Aldeias Coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

sabem que se o mundo acabar a angüera deles será devorada por anhangá. Mas nós, que somos fortes, não tememos. Por isso continuamos matando e comendo inimigos. Enquanto a onça não comer a Lua”<sup>44</sup>.

O tempo do mito, por sua vez, não pode ser operacionalizado na história. Nem tampouco contestado. Todavia, para este trabalho essa estrutura se apresenta como incompleta para dar conta do que estou chamando de “medos europeus”, afinal, mesmo que eu considerasse suficiente uma explicação mítica – o que não é o caso –, as lógicas nativas não estavam acessíveis aos colonizadores. Esses temores existem em função da experimentação cotidiana de guerras intertribais por parte de europeus, conflitos estes que tem sim seus pontos de início, seus estopins, como Fleck, Fruhalf e Pacheco apresentaram. Não quero com isso eliminar a ideia da centralidade da guerra no mundo tupi, mas sim propor um cruzamento de leituras antropológicas como as de Viveiros de Castro e Cunha – que viabilizaram leituras como essa – e a história, de modo que permita desnaturalizar essa mesma violência tida como central.

Entre 1564-1565 Nóbrega e Anchieta conseguiram um pacto de trégua de um ano com os tamoios, a paz parece breve, mas é uma grande concessão tendo em vista o que representava a guerra na sociedade tupinambá. Este tipo de evento demonstra que esta estrutura, como quase todas elas, comporta mais fluidez do que por vezes permite visualizar. Por outro lado, só é possível acessar o sentido de um tratado de paz e a magnitude do feito, graças a estudos antropológicos que permitem perceber como a guerra se apresenta para estas sociedades indígenas. É esse tipo de nuance que não desejo ignorar e é, neste sentido, que a investigação histórica opera, ainda que esta leitura só funcione, aqui, em diálogo com a leituras antropológicas que apresentei.

A estrutura por vezes pode desconsiderar as matizes do tempo. Nas palavras de Johannes Fabian “uma vez que o tempo é reconhecido como uma dimensão – e não apenas medida da atividade humana, qualquer tentativa de eliminá-lo do seu discurso interpretativo só pode resultar em representações distorcidas e, em grande parte, sem sentido”<sup>45</sup>. Neste sentido, é meu desejo complexificar esta

<sup>44</sup> MUSSA, Alberto. *Meu destino é ser onça*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2009. P. 68-69

<sup>45</sup> FABIAN, Johannes. *O Tempo e o outro: como a antropologia estabelece seu objeto*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013. P. 60-61. Agradeço ao professor João Pacheco de Oliveira pela indicação

guerra ameríndia, contextualizá-la e sobretudo historicizá-la, acredito que este é o meio para compreender de maneira mais satisfatória que papel ela desempenhou na construção destes medos americanos.

### 3.2

## II

A obra infantil escrita pelo italiano Umberto Eco *Os três astronautas*<sup>46</sup> conta a história de três exploradores, um americano, um russo e um chinês, que decidem tentar chegar a Marte. A narrativa de Eco relata que estes três homens eram muito desconfiados, olhavam uns para os outros e por se acharem diferentes, tinham certeza de que o outro era um inimigo. “Os astronautas olhavam-se uns aos outros e cada um ficava no seu canto, um desconfiando do outro”<sup>47</sup>. O enredo usa de termos infantis para advogar pelo reconhecimento do outro como um diferente que é também um semelhante. Quero me deter, no entanto, nesta imagem da desconfiança. Esta talvez seja a palavra mais precisa para dar conta do que eu estou chamando de “medos europeus” diante do mundo americano, desconfiança em nome de um desconhecido pouco aprazível.

Para começar a apresentar esse desconhecido faço uso de um relato de Jean de Léry que nos coloca diante de um possível espanto.

“Que si au reste les ennemies sont advertis les uns des autres, les deux armées venans à se rencontrer, on ne pourroit croire combien le combat est cruel et terrible: dequoy ayant moy-meme este spectateur, je puis parler à la verité. Car comme um autre François et moy, em danger si nous este prins ou tuez sur le champ, d'estre mangez des Margajas, fusmes une fois, par curiosité, accompagner nos sauvages lors em nombre d'evion quatre mille homens, em une ecarrouche qui se fit sur le rivage de la mer, nous vismes ces barbares combatre de telle furie, que gens forcenez et hors du sens ne sçauroyent pis faire. Premièrement quando nos *Toïoupinambaoults* d'environ demi quart de lieue, eurent apperceu leurs ennemis, ils se prindrent à hurler de telle façon, que non seulement ceux qui ontà à l achasse aux loups par-deçà, em comparaison, ne menet point tant de bruit, mais aussi pour certain, l'air fendant de leurs cris et de leurs voix, quando il eust tonnè

---

bibliográfica deste trabalho, foi fundamental para a construção da argumentação desta parte do trabalho.

<sup>46</sup> ECO, Umberto; CARMI, Eugenio. *Os três astronautas*. 4ª Edição. São Paulo: Editora Ática, 1996.

<sup>47</sup> Idem, P. 17



du ciel, nous ne l'eussions pas entendu. Et au surplus, à mesure qu'ils approchoient, redoublans leurs cris, sonnan de leurs cornets, et em estendans les bras se menaçans et montrans les uns aux autres les os des prisonniers qui avoyent este mangez, voire les dents enfilées, dont aucuns avoyent plus de deux brasses pendues à leur col, c'estoit une horreur de voir leurs contenance. Mais au joindre ce fui bien encor le pis: car si tost qu'ils furent à deux ou trois cens pas près l'un de l'autre, se saluans à grands coups de flesches, dès le commencement de ceste escarmouche, vous em eussiez veu une infinité voler em l'air aussie dries que mousches. Que si quelques-uns en estoient atteints, comme furent plusieurs, apres qu'avec um merueilleux courage il les avoyent arrachées de leurs corps, les rompans, et comme chiens enragez mordans les pieces à belles dents, ils ne laissoient pas pour cela de retourner tous navrez au combat. Sur quoy faut noter que ces Ameriquains sont si acharnez em leur guerres que tant qu'ils peuvent remuer bras et james, sans reculer ni tourner le dos, ils combatente incessamment. Finalement quando ils furent meslez, ce fut avec leurs espées et massues de bois, à grands coups et à deux mains, à se charger de telle façon que qui rencontroit sur la test de son ennemi, il ne l'envoyoit pas seulement par terre, mais l'assommoit, comme font les bouchers les boeufs par-deçà”<sup>48</sup>

O relato de Léry demonstra o ineditismo daquelas cenas. Renato Sztutman chama esse olhar europeu de “desconcertado”<sup>49</sup>. Em mais de uma ocasião, o calvinista busca imagens familiares aos seus leitores para dar conta de uma fiel representação da cena e também para expressar a magnitude da diferença. Um dos sons mais audíveis neste momento, o trovão<sup>50</sup>, é abafado pelos berros dos

<sup>48</sup> “Quando, porém, os inimigos são advertidos uns da presença dos outros, os dois exércitos se encontram e não se pode crer como o combate é cruel e terrível. Posso falar com certeza por já ter sido espectador de uma luta. Eu e outro francês, apesar do perigo de sermos comidos pelos Margaias, fomos uma vez, levados pela curiosidade, acompanhar certa vez os nossos selvagens em número de quase quatro mil homens e assistimos a uma batalha ocorrida na beira do mar. E nos vimos esses bárbaros combaterem com tal fúria como não faria o povo mais insano e alucinado. Primeiramente, quando avistaram os inimigos a quase um quarto de légua de distância, os nossos toïpinambaoults começaram a urrar de tal modo que comparativamente pensamos nos nossos caçadores de lobos, que certamente não fazem tanto barulho; e mais ainda, gritavam e elevavam tanto suas vozes que nessa hora, quando trovejou no céu, não pudemos ouvir o trovão. À medida que se aproximavam redobravam os gritos, soavam as cornetas, levantando os braços em sinal de ameaça e mostrando-se mutuamente os ossos dos prisioneiros que haviam comido e os colares de dentes de mais de duas braças de comprimento que alguns traziam pendentes do pescoço e o espetáculo desta gente era terrível. O momento do confronto, porém, foi ainda pior. A duzentos ou trezentos passos uns dos outros, saudaram-se a flechadas e desde o início da escaramuça as setas voaram como moscas. Se alguém era ferido, como foram vários, depois de atacar corajosamente as setas do corpo, quebrava-as e, como cão raivoso mordia-lhes os pedaços; nem por isso deixava entretanto de voltar ao combate. Esse americanos são tão escarniçados em suas guerras que combatem incessantemente, enquanto podem mover braços e pernas. Finalmente, quando ficaram ao alcance das mãos, levantaram uma espécie de clavas e as descarregavam com tal violência na cabeça do inimigo, o derrubavam morto em terra, como entre nós os açougueiros abatem os bois. [Tradução minha] LÉRY, Jean de. *Op. Cit.*, P. 347-348.

<sup>49</sup> COHN, Clarice; SZTUTMAN, Renato. “O visível e o invisível na Guerra ameríndia” In: Sexta-Feira, Vol. 7. São Paulo: Editora 34, 2003. P. A46

<sup>50</sup> O som do trovão pode superar 120Db e dependendo da proximidade com o indivíduo pode causar surdez temporária e até mesmo rompimento da membrana do tímpano e por conseguinte surdez permanente.

indígenas preparando-se para guerra. Quando se refere à fúria indígena, Léry escolhe dois adjetivos que nos permitem pensar sobre seu julgamento dessas ações, ele fala de uma fúria insana e alucinada. Trata-se, de acordo com esse relato, de uma luta sem freio, sem retorno, sem retirada. Os golpes desferidos com tamanha violência que quando um inimigo era atingido simplesmente caía morto. E quando compara essa violência indígena ele chama atenção para os abatedores de gado. Em outras palavras, o francês está dizendo que os inimigos destes indígenas, quando em campo de batalha, são tratados com uma conduta comparável àquela que se reserva aos animais quando aproximada da realidade europeia.

A curiosidade do francês diante do ritual guerreiro, como o próprio cronista atestará adiante em seu relato, é o que o mantém ali, em meio ao perigo, assistindo a batalha coreografada em atos. Léry nos descreve os movimentos: Ato 1º: berros e urros; ato 2º levantar os braços e apontar para ossos e dentes que ornamentam os corpos destes indígenas. O segundo ato faz parte do processo de intimidação, mostram-se vitórias passadas que alimentam a fúria presente. Ato 3º: flechadas para saudar os inimigos; 4º ato: combate corpo a corpo. O relato, em tom claramente de espanto, demonstra que aquelas cenas estavam longe daquelas com as quais Léry acostumara-se em território europeu. Cabe, portanto, a indagação sobre o tema, quão distantes e distintos são os costumes guerreiros europeus e se esse contraste nos ajudaria a pensar sobre o espanto do calvinista diante da cena apavorante.

Para começar a responder essa questão introduzo um documento publicado em Portugal no mesmo ano em que Villegagnon chegou a América, 1555. Trata-se do tratado escrito pelo Padre Fernando de Oliveira sobre “*Arte da guerra do mar: estratégia e guerra naval nos tempos dos descobrimentos*”<sup>51</sup>. O texto luso volta-se sobremaneira para o tema da soberania nos mares e guerras navais, porém, seus quatro primeiros capítulos focam-se no tema da guerra em geral e sob eles me debruçarei.

O sacerdote começa seu tratado justificando a guerra e afirma que os motivos que levam ao estado de guerra constante entre os homens é certamente o

---

<sup>51</sup> OLIVEIRA, Fernando Antonio. *Arte da guerra do mar: estratégia e guerra naval no tempo dos descobrimentos*. Coimbra: Edições 70, 1998. [1555]

pecado da humanidade, na sua conseqüente distância da “justiça original”, qual seja, a divina. Porém, ainda que soe contraditório, a solução que o autor oferece que leva a paz é justamente fazer guerra. Explico, segundo Antonio Oliveira guerra e paz são faces de uma mesma moeda. “A boa guerra faz boa paz e assi a paz que agora logramos guerra passada nola ganhou, mas a paz descuidada porventura deixara a guerra a seus sucessores”<sup>52</sup>.

Como a guerra é fruto da conduta pecaminosa do homem, argumento no qual o padre faz uma referência clara aos escritos de Agostinho, só pode ser combatida com outra guerra, mas esta deve ser justa. As características dessa guerra justa começam pela obrigatoriedade de que só seja declarada por um príncipe ou por pessoa em situação de governo e comando; não são todos os indivíduos competentes para declarar e perpetrar a guerra. Para que seja justa, ela precisa passar pelo filtro do monarca. Essa justiça tem um sentido divino também, a legitimação passa pelo príncipe – que também ocupa sua posição graças ao querer divino – que lhe concede a sacralidade necessária para que a guerra, por ser justa, conduza os homens a um caminho de paz.

“A guerra posto que justa, não se pode fazer, senão por mandado de Rey ou príncipe ou pessoa encarregada da governança e defesam dalgum povo sem ter outro superior, porq a estes he cometida a defensam dele, ou conservação de sua justiça e sua fee”<sup>53</sup>.

A justiça, na configuração de Pe. Fernando de Oliveira, só pode residir nas mãos soberanas dos chefes de estado. Como cabe a eles a defesa de seu povo e território, cabe a eles a decisão de uma batalha ser justa ou não, se o conflito gerará paz ou não. Do mesmo modo, de acordo com a lógica bíblica, se a decisão do chefe de estado for equivocada, todo o povo pode sofrer as consequências<sup>54</sup>.

Certamente o ambiente europeu está cercado dos mais diversos tipos de conflito, se em Portugal tornou-se cada vez mais relevante falar em guerra marítima, o território francês por sua vez está em chamas, recortado pelos sanguinolentos conflitos religiosos que se apoderaram daquela região. Serenidade está muito longe das notícias que chegam aos irmãos reformados em Genebra. As

---

<sup>52</sup> Idem, p. 12

<sup>53</sup> Idem, p. 16

<sup>54</sup> Ver o episódio de Davi no primeiro livro bíblico de Crônicas capítulo 21.

guerras de religião em França trazem para nossa pauta um componente de confusão, muito distinto das diretrizes organizadas por Pe. Fernando Oliveira.

Os conflitos na Europa em muito se diferem do uso da violência que os colonos encontraram na América. Nóbrega expressa seu espanto exaltando a graça divina que escolheu legar a estes incultos, áreas tão imensas de terra boa e fértil.

“Mas é de grande maravilha haver Deus entregue terra tão boa, tamanho tempo, a gente tão inculta que tão pouco o conhece, porque nenhum Deus tem certo, e qualquer que lhes digam ser Deus o acreditam, regendo-se todos por inclinações e apetites sensuais, que está sempre inclinado ao mal, sem conselho nem prudência. Tem muitas mulheres e isto pelo tempo em que se contentam com ellas e com as dos seus, o que não é condenado entre eles. Fazem guerra, uma tribu a outra, a 10, 15 e 20 leguas, de modo que estão todos entre si divididos. Si acontece aprisionarem um contrario na guerra, conservam-o por algum tempo, dão-lhe por mulheres suas filhas, para que o sirvam e guardem, depois do que o matam com grande festa e ajuntamento dos amigos e dos que moram por ali perto, e si deles ficam filhos, os comem, ainda que sejam seus sobrinhos e irmãos, declarando as vezes as próprias mães que só os paes e não a mãe, tem parte nelles. É esta a cousa mais abominável que existe entre eles. Si matam a um na guerra, o partem em pedaços, e depois de moqueados os comem, com a mesma solenidade; e tudo isto fazem com um ódio cordial que tem um ao outro, e nestas duas cousas, isto é, terem muitas mulheres e matarem os inimigos, consiste toda a sua honra. São estes os seus desejos, é esta a sua felicidade. O que tudo herdaram do primeiro e segundo homem, e aprenderam daquelle qui homicida erat ab initio. Não se guerreiam por avareza, porque não possuem de seu mais do que lhes dão a pesca, a caça e o fructo que a terra dá a todos, mas sómente por ódio e vingança, sendo tão sujeitos a ira que, si acaso se encontram em o caminho, logo vão ao pau, á pedra ou á dentada, e assim comem diversos animaes, como pulgas e outros como este, tudo para vingarem-se do mal que lhes causam, o que bem deixa ver que não tomaram ainda aquelle conselho evangelico de pagar o mal com o bem”<sup>55</sup>.

O jesuíta não consegue conciliar sua doutrina com o modo de viver indígena, deste modo, parece-lhe certo dizer que agem assim por ignorância, por serem incultos, ou por terem aprendido destes primeiro e segundo homem que Nóbrega coloca como sendo homicidas no princípio.

“As guerras religiosas francesas e as guerras justas empreendidas na América contrastam com as guerras ameríndias na medida em que o que motiva estas últimas é justamente o contrário das primeiras. Enquanto para os europeus a guerra

<sup>55</sup> NOBREGA, Manuel. “Carta ao Dr. Navarro, seu mestre em Coimbra” In: *Cartas do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1988. [1549] P. 90-91

era uma forma de se livrar dos inimigos, para os Tupinambá, a prática de capturar cativos para devorá-los sugere uma interpretação inversa”<sup>56</sup>.

Além do relato de Léry e das cartas de Nóbrega, as guerras indígenas chamaram atenção da Europa em outros suportes também. Exemplo disso são as imagens de Theodore de Bry que se encontram em seu *Le theatre du nouveau monde*<sup>57</sup>. De Bry nunca esteve na América, nunca entrou em contato direto com os nativos, seus desenhos fazem parte do que ele imaginou depois de ler relatos como os de Thevet, Léry, Hans Staden.



**Imagem 1 - Litogravura de Theodore de Bry, *Le Théâtre du Nouveau Monde*.**

<sup>56</sup> OSWARD, Christina. *Entre os Tupinambá: a gesta francesa na guanabara*. Tese de Doutorado, Museu Nacional, PPGAS, 2009.P. 355

<sup>57</sup> Um álbum com as imagens de Théodore de Bry foi publicado em França em 1992 pela Gallimard, trata-se do livro organizado por Marc Bouyer e Jean-Paul Duvois. O original com as imagens colorizadas que deu origem a este encontra-se hoje disponível para consulta na Bibliothèque du Service Historique de la marine au Château de Vincennes, e também na Biblioteca Nacional da França, no acervo de L’Arsenal.

Na imagem acima existe uma riqueza de detalhes que cabe aqui explorar. Estamos diante de uma gravura representativa do território americano. Nesta imagem encontramos dois grupos indígenas distintos, inimigos. Há ainda uma figura que destoa dos dois grupos guerreiros, as fortes cores azul e vermelhas são indicativas de que estes homens vestidos pertencem a outro mundo e de alguma maneira destacam-se da paisagem desenhada por Théodore de Bry. No caso, pelas cores em questão, sabemos tratarem-se de franceses, que estão lutando com os indígenas contra seus inimigos, ao mesmo tempo em que estão guardando sua habitação – que se parece menos com um forte e mais com uma aldeia –, protegendo-o juntamente com os seus aliados indígenas.

A diferenciação da habitação europeia no centro da imagem se dá pelos detalhes da cerca, o telhado das duas casas dentro do perímetro. A imaginação de De Bry coloca estas habitações europeias em meio a duas outras tribos indígenas e não nos permite identificar se se tratam de amigos ou inimigos. O detalhe acima, retirado do canto superior direito da imagem anterior deixa visível sutis diferenças que o autor escolheu para retratar os grupos indígenas. Os aliados, por exemplo, fazem uso de penas coloridas que se parecem com as vestimentas dos francos. Esta mesma distinção não se faz presente em outras ilustrações, como o detalhe de uma segunda imagem demonstra<sup>58</sup>. Interessante perceber como essas imagens se focam no aspecto guerreiro dos tupinambás. Em quase todos, as mãos estão ocupadas por instrumentos bélicos, a grande maioria arco e flecha. Todavia há documentação portuguesa como as missivas jesuítas e as cartas de Mem de Sá<sup>59</sup> que deixam claro que os indígenas faziam uso também de armas de fogo europeias.

---

<sup>58</sup> *Le Théâtre du Nouveau Monde. Les grands voyages de Theodore de Bry*, présenté par Marc Bouyer et Jean-Pierre Duviols, Paris, Découvertes Gallimard Albums, 1992. Consulte o álbum no acervo Arsenal da Biblioteca Nacional da França, em Paris. Arsenal, 4- Z- 11605

<sup>59</sup> Exemplar disto é a missiva que Mem de Sá envia a Regente D. Catarina após a conquista do forte Coligny, na qual ele afirma que enfrentaram indígenas que eram tão bons espingardeiros quanto os franceses. “Carta de Mem de Sá a Regente D. Catarina a respeito do combate com os franceses no Rio de Janeiro e em São Vicente”. ANTT, Gavetas 2, Maço 10, Documento 9.





**Imagem 2 - Litogravura de Théodore de Bry representando uma batalha intertribal, *Le Théâtre du Nouveau Monde***

A já indicada segunda imagem de Theodore de Bry retrata um encontro bélico intertribal no qual as penas que serviram como elemento de distinção anteriormente não possuem o mesmo papel. De fato, não parecem ter outro papel além da diferenciação entre indígenas e europeus, uma vez que são atribuídas indiscriminadamente nas mesmas cores para grupos distintos. Gosto especialmente desta imagem pela maneira como os indivíduos europeus se misturam na imagem aos indígenas, de modo que, em nossos olhos – do século XXI - demoramos a reconhecê-los por suas vestimentas e segregá-los do grupo indígena junto ao qual estão lutando em nome de sua aliança guerreira. O detalhe da página seguinte os deixará mais visíveis. Mais uma vez os indígenas estão armados em sua maioria com arcos e flechas. Estas litogravuras de De Bry abrem pouco espaço para pensar o intercâmbio de armamentos que é derivado do encontro entre indígenas e europeus.





Imagem 3 – Detalhe da litogravura de Theodore de Bry, *Le Théâtre du Nouveau Monde*.

Todavia, nem todas as imagens de Théodore De Bry divulgam encontros bélicos. Seu relato ilustrado abre espaço para outras facetas destas relações. A litogravura abaixo é exemplar de outras possibilidades de leitura das relações entre indígenas e europeus. As flechas guardadas nas aljavas, assim como os arcos presos nas costas demonstram que, neste momento, não se faz guerra, alguns indígenas na canoa se aproximam do navio europeu sem sequer portar armas. Todavia, a gravura pode ainda nos lembrar da inconstância dessas situações. Ao voltarmos os olhos para o continente, três indígenas de arma em punho demonstram que havia uma desconfiança que pairava nestas relações, que fora transmitida pelos cronistas a De Bry e que ele imaginou desta maneira. Esta desconfiança está ligada também ao que anteriormente discutimos, a inconstância das relações, a fluidez das alianças.





**Imagem 4 - Litogravura de Théodore de Bry representativa de contatos e trocas na relação europeia com os indígenas, *Le Théâtre du Nouveau Monde*.**

As gravuras de Théodore de Bry baseavam-se nos relatos dos viajantes que estiveram em solo americano, e circularam pela Europa através dos célebres livros de André Thevet, Jean de Léry, Hans Staden, antes mesmo de compor um livro solo do xilogravurista sobre o Novo Mundo no qual nunca efetivamente pisara. O trabalho de De Bry foi investigado extensivamente por historiadores do período<sup>60</sup>, aqui interessam-me sim por seu valor documental de demonstração do imaginário de época, mas sobretudo como amostra do tipo de panfletagem que é feita além-mar sobre a conduta indígena.

Diferentemente do mapa de Jacques de Clay, as litogravuras de De Bry tem alcance maior em sua circulação. Maior até mesmo do que as obras de Léry,

<sup>60</sup> Sobre as imagens e imaginários da colonização Cf. BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Visão Do Paraíso: Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1996. RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. BUCHER, B. *Icon and Conquest. A structural analysis of the illustrations of de Bry's Great Voyages*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1981.

Thevet e Staden. Para um mundo no qual a alfabetização ainda está longe de ser universal, imagens como essa saciam a curiosidade dos olhos que nunca avistaram a América no horizonte. A carta náutica de Clay apresenta características similares a essas em seus escritos e ilustrações, porém seu público é extremamente restrito, as informações cartográficas são neste momento destinadas ao monarca e a poucos seletos. Os mapas no século XVI possuem ainda poder e segredos de acesso a território que lhe eram intrínsecos<sup>61</sup>. Já as obras de De Bry circulavam entre um público mais amplo, de letrados que adquiriam os relatos de aventuras ávidos por notícias do Novo Mundo, e eram também acessíveis aos indivíduos cujo conhecimento de leitura era parco. As imagens incendiaram o imaginário europeu acerca da América. Acredito que nestas gravuras o ilustrador apresenta, de alguma maneira, os efeitos que os relatos franceses seiscentistas de Thevet, Léry e Hans Staden, tiveram sobre a imaginação europeia, afinal ele filtra a leitura das obras com seu ofício de editor, onde uma sensibilidade sobre a clientela deve ser considerada.

André Thevet veio na esquadra de Villegagnon ainda sem cargo na corte. Em um momento no qual a Europa está ávida por notícias e relatos sobre as novidades deste mundo, Thevet publica sua obra *As singularidades da França Antártica* de 1557. Esta obra garante-lhe a notoriedade necessária para tornar-se cosmógrafo real e receber a missão de fazer uma *Cosmografia Universal*, que foi concluída em 1575. O relato de Jean de Léry é escrito no intervalo entre as duas obras de Thevet e em resposta a primeira. Em diversos trechos Léry questiona e

---

<sup>61</sup> Para uma bibliografia específica referente à construção cultural que envolve a cartografia cf: BORGES, M. E. L. . “Cartografia, poder e imaginário: produção cartográfica portuguesa e as terras de além-mar”, In: SIMAN, Lana Mara de Castro; FONSECA, Thais N. de Lima. (Org.). *Inaugurando a história e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. SEED, Patrícia. “‘Novo céu e novas estrelas’. As ciências dos árabes e judeus, a marinharia portuguesa e a descoberta da América.”, In: *Cerimônias de posse na conquista europeia do Novo Mundo (1492 – 1640)*. São Paulo: Unesp, 1999. [1995]. RODRIGUES, Fátima da Cruz. “Mapas: (Re)Cortes Coloniais”, In: *O Cabo dos Trabalhos*: Revista Eletrônica dos Programas de Mestrado e Doutorado do CES/ FEUC/ FLUC, no. 1, 2006. Disponível em: <http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n1/ensaios.php>. Para uma reflexão referente aos usos do espaço e construção de orientações cf: DE CERTEAU, Michel. “Parte III - Práticas de espaço”, In: *A invenção do cotidiano*. 2ª. edição, Petrópolis: Vozes, 1996. CLAVAL, Paul. “Orientar-se e reconhecer-se. Marcar, recortar, institucionalizar e apropriar-se do espaço.”, In: *A geografia cultural*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999. [1995]

crítica a leitura que André Thevet fizera do Novo Mundo, ainda que não cite seu nome.

Em sua segunda obra, Thevet dedica ainda uma parte para América, na qual ele se defende das críticas recebidas e desenvolve novas críticas ao trabalho de Jean de Léry. Naquele momento, a discussão girava em torno de quem estava dizendo toda a verdade, não cabia ainda uma discussão de que cada olhar percebe de maneira diferente a novidade. Essa é a minha premissa hoje, de que ao fazer uso dos dois relatos não me cabe tentar decidir qual é mais preciso, mas, cruzando-os com suas referências internas e externas, averiguar a visão de mundo e o lugar de fala de cada um.

"Compreendemos portanto que as viagens sejam experiências de estranhamento. (...) O distanciamento das viagens não desenraiza o sujeito, apenas diferencia o seu mundo. (...) Mas procuremos atentar ainda para um ensinamento mais amplo trazido por esta experiência. O que ela nos faz mais profundamente compreender é que, o "outro" só o alcançamos em nós mesmos, que o "estranho" - quando não é absoluta exterioridade e não-sentido - está prefigurado no sentido aberto do nosso próprio mundo, inscrito no fluxo e no movimento da sua temporalidade. Compreendemos por ela quê o "estrangeiro" está sempre já delineado - latente e invisível - nas brechas da nossa identidade, na trilha aberta por nossa própria indeterminação"<sup>62</sup>.

Trago aqui Sérgio Cardoso em seu ensaio sobre o olhar do viajante, como inspiração para pensar na identidade destes homens que, ainda em aberto, se mescla a de seus relatos das alteridades com as quais se encontram. São essas alteridades que estes relatos levam para França tanto literalmente - como no caso de Paulmier de Gonneville<sup>63</sup>, cuja expedição no início do século XVI levou de volta para França alguns 'exemplares do indígena americano' - quanto metaforicamente. Em solo europeu estes outros geram diferentes reações, algumas de repulsa, outras, como a de Montaigne, no século seguinte, de aceitação.

Na análise da documentação francesa, em especial do relato de Jean de Léry, Michel de Certeau constrói uma interpretação que considero relevante para minha reflexão e para meu ensejo de compreender o outro que aparece nas linhas francesas: existe uma relação com o outro que se constrói na transformação escrita

<sup>62</sup> CARDOSO, Sérgio. "O olhar dos viajantes" in: NOVAES, Adauto (Org.) *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. P. 359-360

<sup>63</sup> PERRONE-MOISES, Leyla. *Vinte Luas: viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

daquilo que é previamente uma oralidade. “O relato produz um retorno, de si para si, pela mediação do outro. Mas alguma coisa que escapa ao texto permanece *là-bas*: a palavra tupi. Ela é aquilo que, do outro, não é recuperável – um ato perecível que a escrita não pode relatar”<sup>64</sup>. Para De Certeau o relato do viajante Jean de Léry é um espelho, e o encontro reflete de volta para o autor do relato. No processo de escrita do outro há uma transformação daquele que escreve.

O ensaio *Sobre os Canibais* de Montaigne<sup>65</sup> foi publicado cerca de cinco anos depois da *Cosmografia Universal* de André Thevet. Sua interlocução com os relatos de viagem da época é clara e foi explicitada pelo próprio autor, como sublinha Frank Lestringant. “Os canibais de Montaigne correspondem mais exatamente aos tamoios descritos por vinte anos antes por Thevet e até uma data recente, por Jean de Léry”. Importante ressaltar que os objetivos são outros. Montaigne não é cartógrafo ou um funcionário do Rei que deve descrever, mapear e detalhar os novos mundos em ordem de conceder instrumentos de ação para o monarca. Seus escritos possuem um tom político de crítica ao que acontece na Europa, no caso deste ensaio em particular, uma forte articulação com as guerras de religião que de maneira sangrenta fizeram diversas vítimas ao longo do século XVI. Seu ensaio cruza não uma, mas diversas referências bibliográficas sobre o Novo Mundo, Thevet é apenas uma delas, talvez seja até mesmo a mais forte. Estes relatos, o ensaio entrelaça com a leitura atenta de autores clássicos. Exemplar desta mistura de vozes é o fato de seu relato não reproduzir pura e simplesmente todas as percepções de Thevet ou de Léry.

Os ameríndios canibais que André Thevet descreve na *Cosmografia Universal* são “cruéis até a última extremidade, e sem civilidade, em nada melhores que as feras; vendo também que eram ladrões, malfeitores, sem fé ou lealdade”<sup>66</sup>. Thevet conclui esse pensamento ainda afirmando que “não tinham

<sup>64</sup> CERTEAU, Michel De. “Etno-grafia: A oralidade ou o espaço do outro: Léry” In: *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. P. 214

<sup>65</sup> Para uma bibliografia mais específica sobre Montaigne cf: BIRCHAL, Telma de Souza. *O eu nos Ensaio de Montaigne*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. AUERBACH, Eric. “L’Humaine Condition” in: *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 2009. STAROBINSKI, Jean. *Montaigne em Movimento*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

<sup>66</sup> THEVET, André. *A cosmografia universal de André Thevet, Cosmógrafo do Rei*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2009. P. 84-85

nenhuma forma de religião, não mais que os brutos e os animais irracionais”<sup>67</sup>. Certamente, André Thevet – como outros cronistas da época - é flutuante em sua análise dos indígenas, talvez ele se referisse a grupos distintos e estivesse equivocadamente tratando-os como sendo um coletivo homogêneo. Talvez não compreendesse a relação diferenciada que os indígenas mantinham com suas alteridades, o acolhimento gentil reservado a uns e a cólera furiosa a outros. Em alguns momentos, é verdade, os hostiliza por sua selvageria, em outros louva suas gentilezas e hospitalidade: “Os habitantes desse país são por demais obsequiosos, têm prazer em acolher estrangeiros, e com eles tratam bem, a não ser que estes os queiram tyranizar”<sup>68</sup>.

Em Montaigne, a barbárie do canibalismo é relativizada diante da selvageria europeia. Ele reconhece a dimensão ritualística do canibalismo, “não é, como se pensa, para se alimentarem, assim como faziam antigamente os citas, mas para simbolizar uma vingança extrema”<sup>69</sup>, o autor diz ainda que “não empregavam sem motivo esse método de vingança”<sup>70</sup> e conclui este trecho com a seguinte afirmativa:

“Não fico triste por observarmos o horror barbaresco que há em tal ato, mas sim por, ao julgarmos corretamente os erros deles, sermos tão cegos para os nossos. Penso que há mais barbárie em comer um homem vivo do que em comê-lo morto, em dilacerar por tormentos e suplícios um corpo ainda cheio de sensações, fazê-lo assar pouco a pouco, fazê-lo ser mordido e esmagado pelos cães e pelos porcos (como não apenas lemos mas vimos de fresca memória, não entre inimigos antigos, mas entre vizinhos e compatriotas, e, o que é pior, a pretexto de piedade e religião) do que em assá-lo e comê-lo depois que está morto”<sup>71</sup>.

O ensaio de Montaigne é aqui uma exemplificação da amplitude que esses relatos do exotismo americano alcançaram. O canibalismo, descrito por tantos autores seiscentistas, em Montaigne torna-se parte de uma argumentação contra o uso violento da religião como instrumento de perseguição e opressão. Estas informações e este Novo Mundo assumem usos multifacetados ao longo do século XVI de acordo com os espaços nos quais os relatos se alocam. Inclusive, a circulação destes saberes não estava completamente restrita a um público letrado:

<sup>67</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>68</sup> THEVET, André. *A cosmografia universal de André Thevet, Cosmógrafo do Rei*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2009. P. 49

<sup>69</sup> MONTAIGNE, Michel. *Os Ensaaios*. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2010. P. 150

<sup>70</sup> Idem, *Ibidem*

<sup>71</sup> Idem, *Ibidem*

tendo em vista o caráter misto de uma sociedade dividida entre leitura e oralidade, essas histórias corriam também de boca em boca a cada novo navio que aportava em docas europeias carregado de mercadorias e marinheiros cheios de novos relatos informais daquilo que viram e ouviram em suas viagens. Soma-se a isso as gravuras de De Bry que povoavam os olhos imaginativos destes homens.

Os relatos aos quais tive acesso são exemplares do assombro ligado à guerra indígena que mencionei anteriormente. Parece-me que o assombro com que Jean de Léry descreveu a guerra ameríndia, é um dos medos que norteará ações e reações na América lusa.

A questão europeia das coroas, como tratei no capítulo primeiro, é menos significativa e uma evidência disso é a tomada do Forte Coligny não ter dado fim aos conflitos. A própria cidade do Rio de Janeiro não foi fundada imediatamente após a expulsão dos franceses. Os eventos seguintes demonstram que havia sim uma luta no continente americano que envolvia também os indígenas aliados aos lusitanos. É juntamente com eles que Mem de Sá continua sua perseguição aos tupinambás anteriormente aliados aos franceses. Os tupinambás são o elemento problemático aqui, e precisam, sob óticas lusas, ser expurgados.

José de Anchieta defende essa guerra contra os indígenas tamoios, e o faz baseado também nestes mesmos medos aos quais nos referimos:

“Alegando que os colonos portugueses precisavam defender-se contra o perigo de extermínio que os índios lhes infligiam, Anchieta defendeu a guerra justa, uma guerra de vingança: ‘Sua mão vingadora (Deus) sobre o inimigo desumano descerá justiceira. Vingando as ofensas sacrílegas sua cólera santa dizimarà com a morte as alcateias ferozes’. Embora a guerra e a antropofagia fossem consideradas traços da barbárie indígena por Anchieta, a vingança dos portugueses contra os índios é apresentada como uma “cólera santa”; ou seja, o mesmo aspecto que é considerado traço de selvageria quando praticado pelos índios, é encarado como traço de civilidade, revestido de legitimidade, quando empreendido pelos portugueses”.<sup>72</sup>

Beatriz Perrone-Moisés argumenta que é necessário separar o conceito de “Guerra Justa” do de “Guerra de religião”. Se em ambos os casos estamos diante de uma violência legitimada em nome de Deus, a autora argumenta que as motivações distintas indicam problemas diferenciados. Christina Oswald explora

<sup>72</sup> FLECK, Eliane Cristina Deckmann. “Estados de paz e estados de guerra - negociação e conflito na América Portuguesa (séculos XVI e XVII)” In: *Projeto História (PUCSP)*, São Paulo, SP, v. 31, n.dez/2005, p. 313-335, 2005. P. 321-322

essa argumentação, tanto Osward quanto Perrone-Moisés acreditam que na Guerra Justa existem ainda outras implicações como a salvação das almas. Retomando ainda o documento português do Pe. Fernando de Oliveira, apenas o monarca pode declarar uma guerra como sendo Justa.

Partindo de uma documentação que foca mais nas situações particulares do século XVII, Perrone-Moisés analisa a guerra dos colonos contra indígenas e em alguns momentos volta sua análise ao XVI.

“A violência contra pregadores é, alias, um dos casos considerados para guerra justa, desde o século XVI, (...) Se os textos constroem, fabricam, os inimigos, fazem-no de acordo com os parâmetros juridicamente estabelecidos da definição. E se o fazem continua e cuidadosamente, é porque não se trata de ‘inimigos absolutos, para usar a distinção de Carl Schmitt: não eram inimigos *a priori*, independentemente de seus atos. Mesmo porque esse tipo de construção exige a clara delimitação de um grupo, que no caso só poderia ser “os índios”. A obrigatoriedade de convencer, em cada caso, de que os índios em questão são inimigos passíveis de guerra justa é uma clara indicação de que não havia índios genéricos no Brasil Colonial (...) A alteridade do inimigo, em si, não justificaria a guerra, por mais radical que fosse, e a discussão em torno da antropofagia é um claro exemplo disso. Para que diferentes se tornem contrários, sempre foi preciso qualifica-los como ameaça (...)”<sup>73</sup>

Não quero aqui incorrer no erro de levar para o XVI avaliações que pertencem apenas ao XVII, por isso cabe retomar a documentação seiscentista do conflito, em especial a documentação jesuítica. Os relatos franceses são escassos, uma vez que ambos os cronistas já haviam retornado ao solo francês quando da destruição do Forte Coligny, Léry e Thévet escrevem a partir do que lhes chega aos ouvidos. Deste modo, restam poucos testemunhos dos eventos posteriores que tomaram conta do território americano.

<sup>73</sup> PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Verdadeiros contrários: guerras contra o gentio no Brasil colonial”, *Sexta-feira*, vol. 7. São Paulo: Editora 34, 2003. P. A29

## 3.3

## III

Como apresentei anteriormente, Maria Regina Celestino em seu livro *Metamorfoses Indígenas*<sup>74</sup>, dedica um capítulo para falar sobre o século XVI e sobre os conflitos indígenas. Um dos principais problemas na análise que a autora faz dos eventos é sua teleologia. Celestino começa citando um documento do século XVII - *As Crônicas da Companhia de Jesus* de Simão de Vasconcellos<sup>75</sup> - que apresenta parte das relações prévias ao conflito entre os indígenas aliados dos portugueses e o esforço luso de migrar parte desse contingente para o Espírito Santo, e faz um salto para os eventos da Guanabara trazendo a fala de Estácio de Sá. Na narrativa escolhida, tudo parece fazer parte de um elaborado plano português de alimentação de um possível exército. Ao investigarmos a experiência do conflito percebo-o como bastante nebuloso. Os fios tecidos por essas relações plásticas me parecem determinar menos os destinos dos colonos do que Vasconcellos faz crer em sua crônica laudatória da presença jesuítica na América.

"Na casa da Vila do Espírito Santo persevera o Padre Brás Lourenço com a mesma satisfação, trabalho e zelo, que nos anos passados. Era por extremo desejoso da conversão dos índios, e ofereceu-se-lhe neste tempo uma boa ocasião. Teve notícias que nas partes do Rio de Janeiro andavam em guerras cruéis duas nações deles, chamados uns Temiminós, outros Tamoios, que se destruíam, e comiam uns aos outros: aproveitando-se da ocasião (Por indústria também, e autoridade do Padre Luís da Grã) tratou com o senhor, e governador da terra, que então era Vasco Fernandes Coutinho, que oferecesse agasalho ao Principal dos Temiminós, que estava de pior partido, e se chamava Maracaiá-Guaçu, que vem a dizer em nossa linguagem o Grande Gato. Fez-se a embaixada, propondo-se-lhe prudentemente, não sua menor força, (porque também em peitos tão agrestes entram desconfianças) senão os inconvenientes, e moléstia da guerra; e que suposto que já em outras ocasiões tinha dado mostras do valor de seus arcos, quisesse agora descansar, e tratar de vida mais quieta: e que para isso lhe oferecia suas terras, favor e amparo, e o dos padres da Companhia, que também desejavam exercitar com eles o que com todas as nações do Brasil. Aceitou o Grande Gato o oferecimento: mandou Vasco Fernandes Coutinho embarcações, e veio com todos seus vassalos recolher-se ao amparo de seu benigno benfeitor, e dos padres, que já por fama conheciam. Desta gente se formou uma populosa aldeia, onde pelo tempo em diante houve grande

<sup>74</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003

<sup>75</sup> VASCONCELLOS, Simão. *Crônica da Companhia de Jesus*. Petrópolis: Editora Vozes, 1977 [1650?]



conversão de cristãos: e seu Principal o Grande Gato, além de perfeito cristão, foi um homem mui prudente em cousas da paz, e da guerra, e em seu trato pouco diferente de qualquer bem governado português. À fama destes índios Temiminós, e do fruto que com eles obravam os padres, desceram de seus sertões grandes levas de gente; e entre estas o afamado Pirá Obig, que vale o mesmo, que o peixe verde, com grandes aldeias, de que era o Principal. E logo da parte de Porto Seguro desceram muitos doura nação dos tupinaquis, e fizeram todos grossas povoações; a cuja multidão foram acudindo necessários obreiros da Companhia, que ganharam depois muitas almas, como a história a seu tempo dirá. E foram também de grande auxílio estas aldeias na conquista que depois intentamos na enseada do Rio de Janeiro, indo a ela em companhia do governados Mem de Sá, e seu sobrinho Estácio de Sá<sup>76</sup>.

A narrativa do jesuíta tem, para além do privilégio do depois, a intenção de ordenar os atos da Companhia preenchendo-os de significado e sentido para seus leitores. O texto louva os atos cristianizadores de colonos e clérigos e aponta para o futuro valioso destas alianças. Estes indígenas surgem aqui como aliados valiosos. Todavia, quando retomamos a escrita de Mem de Sá, na missiva já citada enviada a Regente D. Catarina<sup>77</sup>, o governador faz pouco caso desta ajuda, como mencionei anteriormente. Aquilo que em Simão de Vasconcellos parece parte de um bem elaborado plano luso de investimento em mão de obra guerreira, um século antes fora descrito apenas como uma ajuda de valor para a empreitada na enseada do Rio de Janeiro. Ao começar sua narrativa fazendo uso deste documento, Celestino acaba por endossar esse vetor cujo relato de Vasconcellos busca alcançar. Apesar disso, a autora procura análises recentes e consistentes para falar do período. Certamente não é sua intenção aprofundar-se, também por isso, a investigação documental é limitada e o texto busca dar consistência a essa análise através dos textos célebres de Viveiros de Castro, Manuela Carneiro da Cunha, e Florestan Fernandes. Acredito que isso impede que essa teleologia vá adiante. Nesse sentido, a autora evidentemente avança e muito quando comparamos sua curta análise da guerra com a extensa narrativa de Ailton Quintiliano.

O livro de Quintiliano, publicado 40 anos antes do de Celestino, oferece-nos uma visão demasiadamente distorcida dos eventos. Uma de suas principais

<sup>76</sup> VASCONCELLOS, Simão. *Crônica da Companhia de Jesus*. Petrópolis: Editora Vozes, 1977 [1650?] P. 277-278

<sup>77</sup> “Carta de Mem de Sá a Regente D. Catarina a respeito do combate com os franceses no Rio de Janeiro e em São Vicente”. ANTT, Gavetas 2, Maço 10, Documento 9.

referências é o poema épico de Gonçalves de Magalhães. Quase nenhuma outra referência documental é citada, no geral não sabemos de onde o autor retirou suas informações. O livro foi publicado em 1965 em comemoração pelos 400 anos da cidade do Rio de Janeiro e reeditado por ocasião dos 500 anos do Brasil. Em 2002, por ocasião de sua reedição em parceria com a prefeitura do Rio de Janeiro, Cesar Maia escreve uma brevíssima apresentação louvando a redescoberta do livro e comprometendo-se a enviar um exemplar para cada uma das 1093 bibliotecas escolares da prefeitura. A obra pretende louvar o conflito como sendo um ato de bravura e heroísmo indígena.

"A confederação dos Tamoios foi criada, presumivelmente, entre os anos de 1554 e 1555. Subsistiu até 1567. E representou sem dúvida, a primeira grande demonstração nativa de amor à liberdade. Foram os Aimberê, Cunhambebe, Jagoanharo, Parabuçu, Araraí, Coaquira e tantos outros guerreiros, autênticos precursores das grandes jornadas cívicas onde o sangue nativo foi derramado em defesa da terra e dos direitos do homem. Não começaremos, entretanto, a narrativa pelo episódio da constituição desse grande congaçamento guerreiro. Recuaremos no tempo. E o fazemos em benefício da exata compreensão do que representou a epopeia das tribos tupinambás do Rio de Janeiro e seus aliados de outras regiões, vítimas de terrível chacina há quase 400 anos. Preferiram a morte honrosa no campo de batalha à vida, na terra de seus avós, como escravos do conquistador estrangeiro(...) Os brasileiros de hoje muito terão a aprender com o exemplo de organização dos nossos primitivos habitantes. Sem o grau de cultura e sem os instrumentos de comunicação de que dispomos, mas abandonando secundários interesses, os brasis do século XVI reuniram-se numa confederação. E marcharam juntos, até a morte, pelos sagrados direitos de independência e liberdade"<sup>78</sup>.

Além da mencionada ausência de fontes, entre outros problemas, o livro possui uma percepção evolucionista da história que é expressa em diversos locais em citações como a de "que a história de todos os povos revela a passagem obrigatória pelos diversos estágios de civilização"<sup>79</sup>. Mas, deve-se resguardar as condições de sua produção, pontuando não ser trabalho de historiador, ser obra celebrativas e condicionada por paradigmas de história já questionados. Entretanto, seus limites não mais poderiam ser avalizados em 2002, tornando mais problemática a interpretação do então prefeito, articulada a uma ação política. Considerar esse livro como sendo fundamental para "reestabelecer a verdade histórica sobre os tamoios", ou como leitura obrigatória em escolas municipais,

<sup>78</sup> QUINTILIANO, Ailton. *A Guerra dos Tamoios*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002. [1965] P. 19

<sup>79</sup> Idem, P. 23

validando o tom de luta por independência e liberdade que enche o conflito de um heroísmo tipicamente brasileiro são critérios equívocos para os coevos ensino de história e historiografia, atualizando deslocados referentes sobre os indígenas e sua força e, com isso, despiando suas ações das significações que efetivamente possuíam no século XVI e da compreensão das dinâmicas que construíram aquela colônia portuguesa. Este é um livro que, ao buscar dar voz aos indígenas como sendo "verdadeiros brasileiros" tais como Gonçalves de Magalhães fez em seu poema, silencia-os ainda mais, e o faz sob falsa roupagem que com facilidade enreda leitores desavisados.

Este discurso sobre o conflito ignora com tranquilidade algumas das características mais relevantes das sociedades ameríndias que se encontravam no território americano. Entre elas a dinâmica de guerras intertribais que precediam a presença europeia e configuraram, nas relações indígenas, alianças contra os europeus, lusos sobretudo neste caso, uma intencionalidade que não havia. Os portugueses sequer eram, na percepção de Viveiros de Castro, os inimigos favoritos dos tupinambá.

Quando em 1560 Mem de Sá desce da Bahia em busca de expulsar os franceses e retomar o controle do território luso, os indígenas que descem com o Governador-Geral estão menos interessados em seu inimigo europeu - que tornou-se seu inimigo diante da aliança guerreira que fora travada com os portugueses - do que em dar continuidade a inimizades ancestrais e perpetrar a vingança contra seus inimigos indígenas na figura dos grupos aliados aos franceses. De acordo com o relato de Thévet, Mem de Sá encontrou um forte francês quase inabitado. Parte dos integrantes da frota de Villegagnon estava vivendo no continente junto aos índios, e o próprio comandante tinha retornado à França por motivos não muito claros. André Thevet afirma que dentro da fortaleza havia apenas 10 homens, sem armas, sem mantimentos, enquanto outros estavam em terra com o comandante Bois-de-la Conte. É bem diferente o cenário descrito por Mem de Sá à regente D. Catarina: em carta, ele afirma que se tratavam de cerca de 120 homens apoiados por mais de mil indígenas, "tão bons espingardeiros quanto os franceses"<sup>80</sup>. Os portugueses, por sua vez, nas palavras do Governador eram

---

<sup>80</sup> "Carta de Mem de Sá a Regente D. Catarina a respeito do combate com os franceses no Rio de Janeiro e em São Vicente". ANTT, Gavetas 2, Maço 10, Documento 9

poucos, e segundo Mem de Sá os escassos indígenas aliados eram preguiçosos e não tinham vontade de guerrear – o que nos parece pouco provável, considerando a ferocidade da luta narrada por Léry. Os números discrepantes com o relato francês também aparecem no relato de Manoel da Nóbrega, integrante da esquadra de Mem de Sá.

A carta de Nóbrega<sup>81</sup> é endereçada ao Cardeal Infante D. Henrique, irmão de D. João III, e naquele momento, arcebispo de Évora. Nóbrega escreve pouco depois da destruição do Forte Coligny, em 1560, em resposta ao pedido do próprio D. Henrique, que estava desejoso de obter notícias do que acontecera. O jesuíta passa, então, a narrar diversos acontecimentos; dificuldades na conversão dos gentios, as contradições que ele via na conduta dos cristãos que preferiam que os índios se comessem e se furtassem uns aos outros para conseguir mão-de-obra - já que nesses termos era permitido o uso da mão-de-obra indígena - e como isso atrasava o trabalho catequético.

Logo no início da carta, Nóbrega louva a atuação de Mem de Sá, uma vez que “depois da vinda deste governador” a conversão do gentio “cresceu tanto que por falta de operários muitos deixamos de fazer muito fructo, e todavia com esses poucos que somos, se fizeram quatro egrejas em povoações grandes”. O jesuíta explica ainda que o motivo desse crescimento é justamente porque “pôde vencer Men de Sá a contradição de todos os Christãos desta terra, que era quererem que os indios se comessem, porque nisso punham a segurança da terra, e quererem que os indios se furtassem uns aos outros, para elles terem escravos”<sup>82</sup>.

Ainda outra perspectiva é a da missiva de Anchieta que, por sua vez, é destinada ao Padre Geral, escrita no mesmo ano que a de Nóbrega, 1560. O jesuíta relata logo no início do texto que, devido a ausência de navios que pudessem levar as cartas, tentará dar conta do que aconteceu entre os anos de 1558 - quando enviou a última carta - e o ano de 1560. Esta é, por sua vez, uma longa carta que versa sobre os temas mais diversos do exercício missionário da Companhia. Anchieta também enfatiza a resistência dos indígenas a catequese como Nóbrega e fala das dificuldades encontradas.

<sup>81</sup> NOBREGA, Manuel. “Carta ao Cardeal Infante D. Henrique” In: LEITE, Serafim. (SJ.).(org) *Cartas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

<sup>82</sup> Idem, P. 221

Sobre a tomada do forte, último assunto tratado, Anchieta começa por mencionar brevemente a ajuda que saiu de S. Vicente dizendo que "daqui saiu socorro em navios e canoas, e nós outros demos o costumado socorro das orações(...)". O forte, de acordo com a descrição de Anchieta, "era fortaleza mui forte, assim pela natureza e situação do lugar, toda cercada de penhas, que se não se podia entrar senão por subida estreita"<sup>83</sup>.

Nóbrega dá alguns detalhes em sua carta referentes à estratégia de Mem de Sá que provavelmente graças a sua proximidade com a zona de batalha eram possíveis. Narrando as ações de Mem de Sá, escreve: "D'alli nos partimos ao Rio de Janeiro, e assentou-se no conselho que dariam de supito no Rio de noite, para tomarem os Francezes despercebidos; e mandou o Governador a um que sabia bem aquelle Rio, que fosse andiante guiando a armada"<sup>84</sup>. Sobre este guia, Nóbrega não dá maiores detalhes, sua missiva não nos deixa perceber se era um colono já familiarizado com o território, se era algum francês que estava lutando ao lado dos portugueses, ou se era um indígena dos muitos que se tinham aliado aos portugueses. A carta de Mem de Sá para Regente D. Catarina<sup>85</sup> narrando os eventos nada menciona sobre o guia, mas, em seu resumo de governo, Mem de Sá afirma ter sido um francês que havia se voltado contra Villegagnon<sup>86</sup>.

Em sua narrativa dos eventos, Nóbrega escreve que havia dentro da fortaleza mais de sessenta franceses e mais de oitocentos índios. Quanto à vitória dos portugueses, tanto ele quanto Anchieta acreditam que a fuga dos franceses se deu pela intervenção divina. Anchieta descreve que "fugiram os franceses, desamparando a torre, recolhendo-se as povoações dos bárbaros em canoas, de maneira que é de crer que fugiram mais com o espanto que lhes pôs o senhor que com as forças humanas"<sup>87</sup>. A narrativa de Nóbrega coloca como uma maravilha divina, pois diante desse cenário desfavorável - "depois de combatida dous dias, não se podendo entrar e não tendo já os nossos pólvora (...) sabendo que na

<sup>83</sup> ANCHIETA, José. "Carta de José de Anchieta ao Padre Geral" In: LEITE, Serafim. (SJ).(org) *Cartas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

<sup>84</sup> Idem.

<sup>85</sup> "Carta de Mem de Sá a Regente D. Catarina a respeito do combate com os franceses no Rio de Janeiro e em São Vicente". ANTT, Gavetas 2, Maço 10, Documento 9.

<sup>86</sup> SÁ, Mem de. "Instrumento dos Serviços Prestados..." In: *Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Vol. XXVII. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1906.

<sup>87</sup> ANCHIETA, José. "Carta de José de Anchieta ao Padre Geral" In: LEITE, Serafim. (SJ).(org) *Cartas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. P. 170.

fortaleza estavam passante de sessenta francezes de peleja e mais de oitocentos índios e que eram já mortos dos nossos dez ou douze homens com bombardas e espingardas”<sup>88</sup> – se faria um milagre: “mostrou então nosso Senhor sua misericórdia, e deu tão grande medo nos francezes e nos índios que com elles estavam, que se acolheram da fortaleza e fugiram todos, deixando o que tinham sem poder levar”<sup>89</sup>.

A tomada do Forte Coligny, em 1560, não foi o mote para a fundação de uma cidade – comum estratégia de consolidação da posse -, mas deu lugar a uma nova fase da guerra. Podemos supor que, na perspectiva da coroa portuguesa, apesar das cores fortes da guerra até aqui exibidas, tal medida ainda não fosse necessária: talvez a interpretação dos eventos pela coroa definisse essa luta contra a iniciativa francesa como algo não muito distante de ações anteriores, como quando das expedições de Cristóvão Jacques<sup>90</sup>. Enfim, sem saber o que se passava na cabeça dos colonizadores, os registros confirmam que a fundação de vila ou cidade não estava no horizonte ou nas prioridades régias. Entretanto, se não estava nas disposições dos capitães militares ou representantes da Coroa, os padres Manuel da Nóbrega e José de Anchieta escreveram cartas demonstrando o valor da fundação de uma cidade ali naquele território. Na mesma carta para D. Henrique, Nóbrega expõe sua preocupação:

"Esta gente ficou entre os índios, e esperam gente e socorro de França maiormente que dizem que por El-Rei de França o man-dar, estavam alli para descobrirem os metaes que houvesse na ter-ra; assim ha muitos Francezes espalhados por diversas partes, para melhor buscarem. Parece muito necessário povoar-se o Rio de Ja-neiro e fazer-se nelle outra cidade (103) como a da Bahia, porque com ella ficará tudo guardado, assim esta capitania de S. Vicente como a do Espirito Santo, que agora estão bem fracas, e os Fran-cezes lançados de todo fora, e os índios se poderem melhor sujei-tar, e para isso mandar mais moradores que soldados, porque dou-tra maneira póde-se temer com razão ne reheat immundus spiritus cum aliis septem nequioribus se, et sint novíssima pejora priori-bus; porque a fortaleza que se desmanchou, como era de pedras e rocha, que cavaram a picão, facilmente se pôde tornar a reedifi-car e fortalecer muito melhor"<sup>91</sup>

<sup>88</sup> NOBREGA, Manuel. “Carta ao Cardeal Infante D. Henrique” In: LEITE, Serafim. (SJ.).(org) *Cartas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. P. 225

<sup>89</sup> NOBREGA, Manuel. “Carta ao Cardeal Infante D. Henrique” In: LEITE, Serafim. (SJ.).(org) *Cartas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. P. 225

<sup>90</sup> Navegador português que descobriu o comércio que os franceses travavam com os nativos americanos.

<sup>91</sup> Idem, P. 227

Brás Cubas, outro colono que viera a América juntamente com Mem de Sá, escreve dois anos depois também incentivando o monarca - já D. Sebastião - para que funde uma cidade e mande povoar o Rio de Janeiro. Aparentemente, ainda neste momento, a questão não estava em pauta.

"Mamde vossa alteza olhar por esta terra he mande a prover de polvora de bombarda e d'espingarda e pelouros e chumbo e bombardeiros porque tem muita necessidade diso e com brevidade porque he muito meude combatida dos comtrayros he tenho gramde arreceo que se perqua se Vossa Alteza a não prove loguo e não manda povoar o Rio de Janeiro porque nam aja framceses qye favoreção esses contrairos que são muito nosos vizinhos porque os deamceses lhe dão muita armas de fogo e muita polvora com que lhes dão muito hanimo pera cometerem o que quiserem como fazem"<sup>92</sup>

Os franceses remanescentes se espalharam no território, alguns subiram com os indígenas aliados para Cabo Frio, e deixaram de ser centrais no conflito. Os anos que se seguem colocam em confronto colonos portugueses e os indígenas tamoiós que, anteriormente, contavam com uma força mais expressiva de seus aliados franceses. Porém, apesar dos relatos francos nos oferecerem poucas pistas sobre a quantidade de franceses que continuou no território, as cartas enviadas por missionários para Portugal nos anos subsequentes continuavam colocando a presença francesa como um agravante da belicosidade indígena. Em 1562, o jesuíta Leonardo do Valle escreve relatando suas preocupações com relação as alianças entre indígenas e os franceses que ainda se encontravam no território.

"Da mingua que ali padecem os nossos Padres não fado, por me parecer que elles escreverão por alguma via; a est'outro perigo de que todos estão arreceiosos lhe quizera logo o Governador soccorrer, si o tempo não fora contrairo, com dous navios da armada, com estar esta cidade tão falta de pólvora que certo parece que todos nesta terra vivem vendidos, e estão expostos a grandes perigos, porque si se atem a esta cidade que é a cabeça, ás vezes lhe faltara o tempo pera virem pedir soccorro e outras o terão e proveitalhe-ha mui pouco, por estar ella (como digo) tão falta de munições que parece que não ha nesse Reino quem se lembre deda, com o que a terra será sempre pouco segura até as cousas de lá irem por outro estylo, e assi os da terra como os que de fora vêm a ella, receberão muitas perdas, o que o Governador não sente pouco, porque não sofre o seu animo estar como em cerco e virem-lhe tomar os navios á porta. São pressas todas estas, carissimos, a quem fazem não pouca mingua suas orações e devações, porque dantes se temiam nesta costa de Francezes como de homens cobiçosos de fazendas alheias e agora como de hereges, que si (o que Deus não permitta) tomassem alguma destas capitancias, seria mui grande lastima (...)"<sup>93</sup>

<sup>92</sup> Carta de Brás Cubas a D. Sebastião, 1562. ANTT, Gavetas 2, Maço 6, doc. 22

<sup>93</sup> VALLE, Leonardo. "Carta do padre Leonardo do Valle para os padres e irmãos da Companhia em S. Roque" In: LEITE, Serafim. (SJ.).(org) *Cartas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. P. 363-364

Ao mesmo tempo, as cartas citadas demonstram que desencadeava-se uma pressão de colonos e jesuítas em favor do estabelecimento de uma cidade que permitisse melhor defesa do território e catequização sistemática dos indígenas que aqui se encontravam, como demonstrei no capítulo um. Independentemente do número exato de indígenas envolvidos, a aliança francesa com os tamoios era uma ameaça real à manutenção das forças colonizadoras e cristianizadoras no território. Toda e qualquer nação aliada aos indígenas inimigos dos portugueses oferecia perigo real aos colonos, afinal, suas práticas de guerra eram assustadoras e eles eram o gentio da terra, ou seja, aqueles que ficariam no convívio luso quando expulsassem os franceses ou qualquer outro europeu. Entre 1560 e 1567, a guerra entre tupinambás, portugueses e alguns franceses ainda presentes no território teve poucas tréguas.

A linha que defende este conflito como sendo derivado de uma coligação indígena que se levantou contrária à presença europeia no continente possui como um de seus argumentos o de que grande parte dos indígenas que lutavam contra os portugueses já tinham em algum momento passado por algum período de aldeamento. Christina Oswald levanta essa hipótese partindo do *Gestas de Mem de Sá* e cruzando-o com um texto de Beatriz Perrone-Moisés.

"É interessante notar que dos quatro livros que compõem o épico de Anchieta sobre as atividades guerreiras de Mem de Sá, apenas o quarto trate da guerra no Rio de Janeiro. Pois, enquanto os cronistas repetem que os índios guerreavam constantemente entre si, demonstrando, portanto, o caráter fractal da guerra ameríndia, para o padre, a guerra do Rio de Janeiro fazia parte de um conjunto que reunia portugueses de um lado e índios de outro. É possível que o conceito de Confederação dos Tamoio, utilizado desde o romantismo brasileiro para designar uma aliança tupinambá contra os portugueses fundada a partir do Rio de Janeiro, tenha aí sua raiz. Contudo, se é possível afirmar que havia, pelo menos desde meados do século XVI, uma aversão generalizada dos índios em relação aos portugueses, essa, certamente existia no plano das ideias, pois, como salientou a leitura de Perrone-Moisés de Clastres, os ameríndios formavam uma confederação contra o Estado"<sup>94</sup>

A autora faz referência ao texto de Beatriz Perrone-Moisés "Verdadeiros Contrários", já citado anteriormente, e em especial ao trecho no qual a autora

<sup>94</sup> OSWARD, Christina. *Entre os Tupinambá: a gesta francesa na guanabara*. Tese de Doutorado, Museu Nacional, PPGAS, 2009 P. 304



escreve que "longe de fazerem guerra contra algo que não conheciam, muitos povos indígenas que fizeram guerra contra os portugueses no Brasil colonial já haviam passado por experiências de aldeamento e aliança"<sup>95</sup>. Dois problemas se apresentam para mim nesta leitura. O primeiro é o uso deste texto de Perrone-Moisés para substantivar tal leitura dos conflitos. O artigo foi produzido para um periódico cujo o tema central era guerra, e ao longo de seu texto, a autora foca-se pouco nos conflitos do século XVI. De fato, apenas os cita. O cerne do artigo está voltado para o século XVII. Ao usar justamente esse trecho e este artigo para dar fôlego a sua argumentação, Oswald a fragiliza ao extrapolar para o século XVI particularidades do XVII. A documentação seiscentista fornece pouca ou nenhuma margem para pensar que estes indígenas inimigos dos lusitanos tenham em algum momento passado por períodos de aldeamento, especialmente se observamos que são tidos como do lugar e os primeiros aldeamentos fundados no Rio de Janeiro são posteriores à fundação da cidade e, em verdade, derivados dela<sup>96</sup>.

Existem indícios de que os portugueses teriam tido sim um primeiro contato com alguns indígenas na região do Rio de Janeiro, mas estes, como relata Maria Regina Celestino de Almeida, subiram para o Espírito Santo. O jesuíta Braz de Lourenço permite que tenhamos uma ideia de quem são estes indígenas quando escreve dando notícias do Espírito Santo.

"Haverá nesta aldêa 1000 almas e são estes os índios que pera aqui vieram do Rio de Janeiro estes annos passados, os quaes sempre foram amigos dos Christãos. Muitos parentes destes estavam misturados com os Tupinaquis que aqui perto vivem, os quaes o capitão Melchior d'Azeredo fez mudar pera um bom sitio, que está por este rio arriba, aonde tem muitas e boas terras e estão muito mais á mão e melhor aparelhados, apartados dos Tupinaquis, para nelles podermos fazer fruto. Fomol-os vêr um dia destes, e o sei; Principal, que é homem entendido e desejoso de se fazer christão nos agasalhou com das gallinhas e caça do matto, mostrando-nos o logar que já tinha limpo para nos mandar fazer a igreja. Deter minam os Padres de o casar cedo, fazendo-o christão. A mulher para este, que é uma moça dos seus, ensina a mulher do Capitão em bons costumes, a qual também é devota de nossa Companhia e en cousas semelhantes pôde favorecer muito nosso ministério. Aqui nesta casa se criaram uns moços dos da Bahia, os quaes os Padres casaram

<sup>95</sup> PERRONE-MOISES, Beatriz. "Verdadeiros Contrários" In: *Sexta-Feira* Vol. 07. São Paulo: Editora 34, ANO P. A32

<sup>96</sup> Cf. FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos Fernandes. *Futuros outros: homens e espaços. Os aldeamentos jesuíticos e a colonização na América Portuguesa*. Tese de Doutorado, UFF, Departamento de História, 2001.

com destas moças dos índios, e dedes aprende ram a tecelões e as mulheres a fiar e alfaiatas, e ganham sua vida ao modo dos Brancos, que é cousa muito pera estimar nestes que tão pouca habilidade têm. Os Tupinaquis, que acima digo, é gente mui pouco aparelhada para se fazer fruto nelles; vindo uns poucos delles os dias passados úa guerra, souberam nossos Padres que traziam carne humana para «omerem. Acudiu logo lá o padre Fabiano, e não lhe achando mais que um braço, lh'o deitou no mar e lhe tomou algumas oito almas que traziam captivas, e trouxe-as ao Capitão que as fizesse repartir pelos Brancos e as pagassem a seus donos para que as não comes-sem"<sup>97</sup>.

Para além disso, em nenhum documento jesuítico fica claro que os indígenas tenham se aliado aos tupiniquins, ou aos chamados temiminós, amigos dos portugueses em nome de expulsar os europeus de seu território. Ao contrário, quando Padre José de Anchieta e o Padre Manuel da Nóbrega deslocam-se para Iperoig na tentativa de negociar um acordo de paz, Anchieta descreve em um de suas missivas a relutância dos indígenas em deixar de fazer aos seus contrários.

Renato Sztutman e Beatriz Perrone-Moisés, também contrários a uma ideia de confederação, leem essa documentação buscando conectá-la com estudos recentes das sociedades indígenas tupi-guarani. Nos eventos de Iperoig, afirmam os autores, os indígenas veem uma maneira de dar continuidade a sua guerra particular e anterior à chegada dos europeus no continente.

"Os habitantes de Iperoig aliavam-se aos padres tendo em vista o ódio que nutriam contra os Tupiniquim do sertão de São Vicente. Não por quererem unir-se contra quem quer que fosse, antes para perpetuar o opor-se que os fazia quem eram. As configurações das alianças mudavam no contexto da guerra e isto explicava por que os habitantes de Iperoig dispunham-se a negociar com os padres, opositores principais dos Tupiniquim de São Vicente. Se os padres pediam paz, os indígenas viam neles, contrariamente, um meio de continuar a fazer guerra, uma guerra em seus próprios termos, e não a guerra que se conformava sob a imposição de uma unidade confederada, de uma unidade étnica porque política, os Tamoio"<sup>98</sup>.

Quando Anchieta escreve seu louvor aos atos de Mem de Sá não há como ignorar o tom propagandístico da obra. A Companhia de Jesus, através de seus associados, trabalha a partir de escritos que a alimentem espiritualmente. Como expressei anteriormente na motivação das cartas jesuíticas, essa intenção não se retira da obra de Anchieta. Neste sentido, quando ele romanceia os eventos

<sup>97</sup> LOURENÇO, Braz. "Carta do Brasil, do Espírito Santo, pera Padre Doutor Torres, por comissão do padre Braz Lourenço". In: *Cartas Avulsas*. Sp: Editora Itatiaia, 1988. P. 367-368

<sup>98</sup> SZTUTMAN, Renato. PERRONE-MOISÉS, Beatriz. "Notícias de uma certa confederação Tamoio" In: *Maná*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, Oct. 2010. P. 423

tornando-o como um conflito entre indígenas e portugueses, é preciso cruzemos esse relato com as diversas missivas sobre o conflito que encontramos no seiscentos.

Em 1562 Anchieta estava ainda em Piratininga, São Vicente, quando os indígenas tamoios atacaram. O inaciano, quando escreve ao Geral Diogo Lainez em 1563, afirma que os padres, assim como os estudantes, indígenas aliados, passavam todo o tempo esperando pelos embates recorrentes com os indígenas inimigos, em sua maioria tamoios, mas também de alguns dos seus antigos aliados que se voltaram contra eles<sup>99</sup>, Anchieta não aponta quem seriam estes indígenas que anteriormente aliados aos portugueses se voltaram contra os portugueses e contra os amigos indígenas. Anchieta não escreve mais nada, não há como saber se tratava-se de ataques conjugados ou esparsos, mas há como validarmos a ideia da inconstância das alianças, desenvolvida no início do capítulo e que tanto marcava os receios europeus. Dois anos depois da tomada do Forte Coligny o problema com os indígenas persistiu. Apesar dos esforços e pleitos, a cidade cuja fundação era defendida por unhas e dentes pela maior parte dos religiosos e colonos que se encontravam naquela região, ainda não existia. O jesuíta apresenta seus temores uma vez que os indígenas inimigos “começaram logo a apregoar a guerra contra Piratininga, a qual já tinham na vontade e há muito tempo, porque esta gente é tão carniceira, que parece impossível que possam viver sem matar”<sup>100</sup>.

Os conflitos duraram mais de dias. Anchieta escreve que somente pela misericórdia de Deus é que não pereceram todos, essa misericórdia, segundo o religioso, é demonstrada principalmente na maneira como conseguiu convencer alguns dos indígenas aliados dos portugueses a pegarem em armas para defendê-los. Neste momento, a ideia de que os indígenas teriam se unido por completo em uma confederação contra os portugueses começa a se desfazer. Colonos e jesuítas representantes dos lusos continuavam contanto com a ajuda de indígenas que se dispunham a lutar ao lado deles em defesa dos amigos de alianças pretéritas. A situação por sua vez chega a um nível de insustentabilidade que leva os padres Manuel da Nóbrega e Anchieta a subirem para Iperoig para tentar fazer pazes com

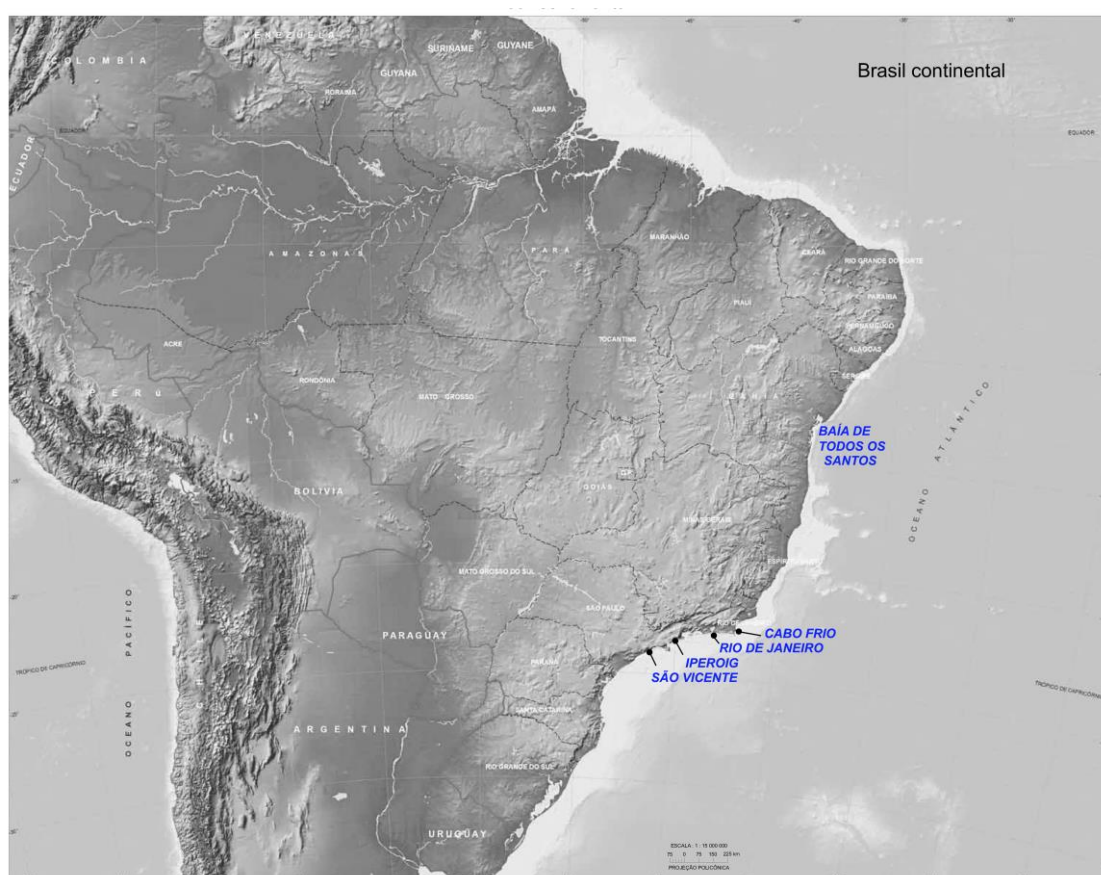
---

<sup>99</sup> ANCHIETA, José de. “Carta ao Geral Diogo Lainez” In: LEITE, Serafim (org) *Cartas Jesuíticas vol 3*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia: 1988. P. 191

<sup>100</sup> Idem, P. 192.



mapa) a fim de tentar um impossível tratado de paz com seus inimigos tamoios, a coroa portuguesa finalmente responde os apelos americanos, feitos por diversos colonos, e através do pedido de Mem de Sá envia Estácio de Sá, seu sobrinho, com sua armada para oferecer reforços nos conflitos que tomavam conta do Rio de Janeiro e com a permissão para fundar a cidade. A carta do padre Leonardo do Valle relata os acontecimentos de 1564 da chegada de Estácio de Sá, “acabou-se de fazer prestes o capitão mór Estácio de Sá pera ir povoar o Rio, onde os determinava levar pera delles se ajudar em fazer pazes ou no que lhe bem parecesse”<sup>103</sup>;



A missão de Anchieta e Nóbrega gerou um dos documentos mais detalhistas da relação entre tamoios e portugueses. Nos debruçaremos sobre ele neste esforço final do capítulo.

“Em as letras passadas toquei algo das grandes opressões que dão a esta terra uns nossos inimigos chamados *Tamuya* (Tamoios), do Rio de Janeiro, levando continuamente os escravos, mulheres e filhos dos Cristãos, matando-os e comendo-

<sup>103</sup> VALLE, Leonardo do. “Carta escripta de S. Vicente” In: *Cartas Jesuíticas Vol 2*. Belo Horizonte: Editora, Itatiaia, 1988. P. 471.

os, e isto sem cessar, uma idos, outros vindos por mar e por terra; nem bastam serras e montanhas mui ásperas, nem tormentas mui graves, para lhes impedir seu cruel ofício, sem poder, ou por melhor dizer, sem querer resistir-lhes, de maneira que parece que a Divina Justiça tem atadas as mãos aos Portugueses para que não se defendam, e permite que lhes venham estes castigos, assim por outros seus pecados, como maximè pelas muitas semrazões que têm feito a esta nação, que dantes eram nossos amigos, salteando-os, cativando-os muitas vezes com muitas mentiras e enganos”<sup>104</sup>.

Logo nas primeiras linhas, o mesmo Anchieta que anos mais tarde construirá uma narrativa de que houve uma união indígena que se levantou contra os portugueses, nomeia seus inimigos e os destaca territorialmente: são tamoios do Rio de Janeiro.

A carta relata que há uma desconfiança dos dois lados que paira sobre o princípio das relações: os padres por estarem cheios de temor da ferocidade muito conhecida destes indígenas e os tamoios por já terem em outro momento sido atacados de maneira desleal pelos portugueses. Anchieta relata que, quando as canoas com os principais chegaram para começar a tratar a paz, os indígenas recusaram-se a entrar todos juntos nos navios lusos, pois em outro momento, quando o fizeram, foram salteados pelos portugueses. O processo de construção de alianças é lento. Os principais sugerem que os padres fiquem em suas terras enquanto os indígenas buscam construir essa trégua. Todavia, conforme a convivência acontece o padre percebe que os indígenas têm outros interesses em mente.

“(...) porque esta geração sem este escalão não querem subir ao céu, e a principal razão que os moveu a quererem a paz não foi o medo que tivessem aos Cristãos, aos quais sempre levaram de vencida fazendo-lhes muitos danos, nem necessidade que tivessem de suas cousas, porque os Franceses que tratam com eles lhas dão em tanta abundância, assim roupas, como ferramentas, arcabuzes e espadas, que as podem os Cristãos comprar a eles, mas o desejo grande que têm de guerrear com seus inimigos Tupis, que até agora foram nossos amigos, e pouco ha se levantaram contra nós outros (salvo uns poucos de nossos discípulos, como mais largamente hei referido em outras), dos quais, porque sempre foram vencidos e maltratados com favor dos Portugueses, queriam eles agora com o mesmo favor ser vencedores e vingar-se bem deles, matando e comendo á sua vontade, dizendo que até agora nos haviam feito muito mal, com seus saltos contínuos, porque lhes estorvávamos a passada a seus inimigos. Que deles desejavam vingar-se, e não de nós outros, mas

<sup>104</sup> ANCHIETA, José de. “Carta ao Geral Diogo Lainez” In: LEITE, Serafim (org) *Cartas Jesuíticas vol 3*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia: 1988. [1565] P. 207

daqui em diante não nos lembrássemos mais das guerras passadas, pois também lhes havíamos morto muito dos seus, mas que todo o nosso furor se convertesse contra os Tupis, que tão sem razão se haviam alevantado contra nós outros (...)”<sup>105</sup>

O trecho citado destaca três elementos importantes: as agendas pessoais que os tamoios possuíam; a inconstância das alianças pretéritas com os franceses; a exigência de que se trave uma aliança guerreira em nome da paz. A trégua é apresentada como um caminho condicionado. Os indígenas não estão dispostos a abandonar suas antigas inimizades com os tupiniquins, mas estavam abertos a trocarem de lealdades, desde que seus interesses fossem também atendidos.

Este trecho posiciona-me novamente contrária a hipótese de que houve uma união, confederação indígena, contra portugueses. O inaciano deixa claro que estes indígenas tamoios não estavam agindo em conjunto com aqueles grupos que em outro momento foram aliados dos portugueses. Outro ponto relevante é que a própria aliança com os franceses, segundo o que escreve Anchieta, tem bases mais frágeis do que supunha Jacques de Clay por exemplo, uma vez que dez anos depois, quando confecciona seu mapa, conta ainda com uma lealdade indígena que já aqui se mostra frágil. A aproximação entre tamoios e franceses se dá pelo alinhamento entre os interesses. Fossem os portugueses capazes de, aliando-se a eles, tamoios, declarar guerra aos tupiniquins não existiriam outras razões para manter uma aliança pouco produtiva com os franceses, que a essa altura estavam em número significativamente menor que outrora. Retomo, portanto, o argumento defendido por Sztutman e Perrone-Moisés: entre diferentes interesses, jesuítas e tamoios encontram uma maneira de alinhar interesses de modo a conseguir cumprir suas agendas pessoais<sup>106</sup>.

Anchieta prossegue seu relato ciente desses interesses particulares indígenas. Aos poucos chegaram novos grupos tamoios, outros principais, alguns menos dispostos a abrir mão da amizade com os franceses que fora selada inclusive por casamento, outro menos dispostos a abrir mão da inimizade com os portugueses. Um desses episódios de rejeição é relatado por Anchieta. O padre conta que um dos irmãos de Pindobuçu, que ainda não sabia de sua presença, ao entrar na casa viu o inaciano e inquiriu sobre sua identidade. O indígena –

<sup>105</sup> Idem, P. 210

<sup>106</sup> SZTUTMAN, Renato. PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Notícias de uma certa confederação Tamoio” In: *Maná*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, Oct. 2010.

segundo o relato – responde que Anchieta é “O português”. Anchieta argumenta que é amigo, que está vivendo entre eles, e a resposta que ouve é a seca recusa da partilha de qualquer companhia. Sobre este mesmo trecho, Heitor Velasco argumenta que é possível partindo deste relato aprofundarmos nossa compreensão da complexa construção de relacionamento entre indígenas e colonos.

“Cabe nesta passagem da carta ressaltar um aspecto de grande importância para o aprofundamento da compreensão de como se construíam relações entre indígenas e jesuítas, no que diz respeito à identificação do colonizador pelo índio e à auto percepção do colonizador. Ao ser perguntado sobre quem era aquele homem, o sogro do indígena em questão lhe responde sem hesitar: “O Português”. Não lhe responde “Um Português” e nem “O Padre”. Esta resposta pode ser significativa na medida em que nos permite pensar que os indígenas não faziam distinção entre os diferentes agentes colonizadores, como mencionei anteriormente. O Jesuíta era o Português, que era o Cristão e que era o Inimigo; portanto o trabalho missionário e as atividades dos padres por mais que se diferenciavam das ações dos Governadores-Gerais e dos demais agentes administrativos da metrópole, ou das atitudes dos colonos, fossem eles proprietários de terras ou mamelucos apressadores de índios, eram vistas e consideradas por estes como semelhantes em suas finalidades. Estas sintetizavam-se no termo “O Português”.<sup>107</sup>

De fato, incerteza é o tom de toda a carta de Anchieta<sup>108</sup>. A paz pretendida entre portugueses e indígenas durou pouco e foi marcada pelo tom inconstante das relações com os indígenas. Todavia, acho difícil crer que fosse paz plena o objetivo final dos jesuítas. Enquanto estavam no Rio de Janeiro negociando essa trégua com parte dos tamoios – importante lembrar que nem todos os principais aceitaram esse acordo – Estácio de Sá dirigia-se para a Guanabara. Aos poucos, as linhas demonstram que povoar a capitania do Rio de Janeiro era um projeto que não se podia conciliar com essas pazes entre lusos e tupinambás. Diante da constante incerteza da lealdade e da eficácia da catequese, tornava-se cada vez mais unimaginável um resultado satisfatório para ambos. “Dos do Rio” – escreve Anchieta – “já quase tínhamos o desengano que não queriam pazes, porque tínhamos certa notícia (...) dos mesmos índios que tinham cerca de 200 canoas

<sup>107</sup> GUIMARÃES, Heitor Velasco Fernandes. *O desassossego jesuítico: resistência indígena à colonização cristã na América portuguesa do XVI*. Trabalho de conclusão de curso, PUC-Rio, Departamento de História, 2007. P. 39-40

<sup>108</sup> Interessante observar que o trabalho de Heitor Velasco, realizado exclusivamente sobre esta carta tem como título e argumento principal justamente o DESASSOSSEGO JESUÍTICO.



juntas, com as quais determinavam com esse título de pazes entrar em nossas aldeias”<sup>109</sup>.

A armada de Estácio de Sá chega ao Rio de Janeiro em 1565 não apenas para fundar a cidade do Rio de Janeiro, mas para torná-la habitável. Mais uma vez o conflito envolvendo indígenas tamoios, tupiniquins, franceses e lusos toma conta da Guanabara. A fundação da cidade representa naquele momento afastar ainda mais o fantasma de um retorno dos franceses e novas guerras com os seus aliados tamoios. Acredito, a partir da documentação apresentada, que a pressão exercida pelos indígenas, em especial pelos tamoios – inimigos declarados –, nos colonos lusos era muito mais significativa do que a ameaça francesa. Esta tornava-se cada vez mais enfraquecida. Algumas fontes relatam que um ou outro navio francês veio ajudar aos que ficaram na América após o assalto de Mem de Sá ao Forte Coligny, mas não há ainda documentos que atestem que isso fazia parte de qualquer iniciativa da monarquia francesa para garantir sua estadia na América portuguesa. A completa perseguição, redução e escravização dos tamoios restantes acontece dois anos mais tarde, quando Estácio e Mem de Sá recebem os reforços que Portugal lhes envia para subir a Cabo Frio juntamente com seus aliados tupiniquins<sup>110</sup>. Os diversos conflitos acabam por aos poucos varrer os tamoios belicosos seja pela morte em combate ou pela redução dos indígenas a escravidão pela Guerra Justa. Com a crescente diminuição daquela ameaça indígena, os colonos, a coroa portuguesa e a Companhia de Jesus podem dar atenção a suas outras agendas.

Em 1568, oito anos depois da tomada do Forte Coligny, D. Sebastião envia uma carta mandando fundar o Colégio do Rio de Janeiro<sup>111</sup>, os inicianos que haviam arriscado a vida em busca de um acordo de paz com os tamoios finalmente estavam sendo recompensados. Naquele momento, o alinhamento de objetivos entre a coroa portuguesa novamente frutificava, os ensejos tanto de

<sup>109</sup> ANCHIETA, José de. “Carta ao Geral Diogo Lainez” In: LEITE, Serafim (org) *Cartas Jesuíticas vol 3*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia: 1988. [1565] P. 245

<sup>110</sup> Cf. “Instrumento dos serviços prestados por Mem de Sá, Governador do Brasil” In: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Vol. 027. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1906. P.130-218.

<sup>111</sup> Cf. “Carta régia mandando fundar o Colégio da Companhia de Jesus, no Rio de Janeiro” In: SERRÃO, Joaquim. *O Rio de Janeiro no século XVI*. Vol II. Lisboa, Edição da Comissão Nacional das Comemorações do IV centenário do Rio de Janeiro, 1965.

Nóbrega, quanto de Anchieta bem como os dos colonos estavam por fim sendo atendidos.

Abaixo este resumo dos eventos tenta dar conta de tornar mais claro o que apresentei:

Ano	Local	Evento	Documento
1555	Guanabara	Chegada da esquadra de Villegagnon	Thevet, Singularidades da França Antártica
1557	França	Publicação Thevet, Singularidades da França Antártica	
1558	Bahia de Todos os Santos	Chegada de Mem de Sá no final do ano.	SÁ, Mem de. “Instrumento dos Serviços Prestados...” In: <i>Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro</i> , Vol. XXVII. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1906.
1559	Portugal	Envio de Braz de Alvide como reforço para tomada do forte.	Carta de elRey a Bartholomeu de Vasconcellos.
1560	Guanabara	Tomada do Forte Coligny	Carta de Anchieta ao Pe Geral. Carta de Nóbrega ao Infante D. Henrique Carta de Mem de Sá a Regente D. Catarina.
1562	Piratininga	Ataque dos indígenas tamoios ao colégio jesuítico.	Carta ao Geral Diogo Lainez [1563]
1563-1565	Iperoig	Missão de paz de Nóbrega e Anchieta	Carta de Anchieta ao Geral Diogo Lainez [1565]

1565	Guanabara	Fundação da Cidade do Rio de Janeiro	SÁ, Mem de. “Instrumento dos Serviços Prestados...”
1567	Cabo Frio	Expedição final de Mem de Sá juntamente a indígenas aliados para aniquilação dos tamoios	SÁ, Mem de. “Instrumento dos Serviços Prestados...”

Paul Gaffarel, historiador francês do final do século XIX, termina seu livro sobre a história da presença francesa no Brasil citando Vanhargen, que escrevera que o Brasil como nação independente deve sua origem aos franceses que habitaram a Guanabara<sup>112</sup>.

A mim apresentam-se dois extremos. O discurso romântico, que apresentei no primeiro capítulo, simplificou o indígena silenciando-o, tanto por louvar um indígena pretérito e morto como por colocar em sua boca um ideal pátrio em nome de uma nação e uma liberdade que os tamoios nunca defenderam. A alteridade não indígena retira os indígenas de sua experiência, de sua perspectiva diante daqueles conflitos registrados e transforma os eventos da Guanabara em certidão de nascimento de uma nação brasileira cujos verdadeiros pais são franceses.

A meu ver, no entanto, estamos diante de um conflito que demonstra toda a multiplicidade dos povos indígenas que habitavam a América quando da chegada dos portugueses. Certamente não podemos ignorar que estamos trabalhando com uma pequena parte destes indígenas quando falamos dos tupinambás, estes eram os que se encontravam na costa. Conceder-lhes voz não significa romantizá-los, nem necessariamente torná-los heróis, mas outorgar-lhes o espaço e a complexidade que sempre lhes pertenceu, permitindo que, ao ler os documentos seiscentistas, suas ações não sejam ignoradas.

Considerando este evento, a Guerra dos Tamoios, repensar as ações e trajetórias indígenas abre espaço para realocar este evento na cronologia europeia, e dentro da história do Brasil. Demonstrando por exemplo, que existe uma lacuna que não havia sido antes preenchida na historiografia e na qual este trabalho se

<sup>112</sup> Cf. GAFFAREL, Paul. *Histoire Du Bresil Français au Seizième Siècle*. Paris: Maisouneuve, 1878.

inscreve ao perceber como a atuação indígena foi axial para que a coroa portuguesa, por exemplo, mudasse seu modo de ocupar o território no século XVI.

Revisitar portanto o Rio de Janeiro da Guerra dos Tamoios, não nos coloca – a meu ver - diante de o Brasil que deve aos franceses sua fundação, mas sim diante de um momento histórico no qual a pressão indígena em solo americano era tão forte que a própria coroa precisou rever sua administração do espaço, para fundar e consolidar a cidade que garantiria a distância dos indígenas. Foi um dos momentos no qual estas tribos ameaçaram a consolidação e a vitória do projeto cristianizador luso e jesuítico não por defenderem um ideal pátrio brasileiro, mas por manterem-se atreladas às suas próprias agendas e intencionalidades sem muito importar-se com o que esperavam os lusos ou franceses. Estes conflitos indígenas transformaram-se em medo e pavor para os europeus. Temor este que poderia não ter sido contido não fosse a aniquilação dos grupos tupinambá da costa, tamanho era o poder e a força destes indígenas americanos.

## 4. Conclusão

*“E as luzes todas da feira fazem ruídos dos muros do quintal...  
Ranchos de raparigas de bilha à cabeça  
Que passam lá fora, cheias de estar sob o sol,  
Cruzam-se com grandes grupos peganhentos de gente que anda na  
[feira,  
Gente toda misturada com as luzes das barracas, com a noite e com o  
[luar,  
E os dois grupos encontram-se e penetram-se  
Até formarem só um que é os dois...  
(...)  
E, misturado, o pó das duas realidades cai  
Sobre as minhas mãos cheias de desenhos de portos  
Com grandes naus que se vão e não pensam em voltar...”  
(Fernando Pessoa, Chuva Oblíqua)*

O ano de 1565 recebeu a esquadra de Estácio de Sá do outro lado do Atlântico, este zarpara com instruções para fundar a cidade do Rio de Janeiro, Mem de Sá conta que mandara vir seu sobrinho Estácio para pacificar aquele espaço que ainda não tinha sido por completo apaziguado<sup>1</sup>, atendendo a apelos múltiplos de colonos e de jesuítas, e em 1566 outra armada veio por ordens de D. Sebastião, monarca português. A morte precoce, em batalha, de Estácio de Sá no ano seguinte de sua chegada, não aliviou a luta. A trégua que os jesuítas conseguiram entre 1564-1565 em Iperoig, como anteriormente detalhei, durou pouco. Aquilo que me parece uma tentativa dos portugueses de aliarem-se concomitantemente aos dois grupos indígenas, não foi duradoura, ainda que talvez tenha lhes permitido ganhar tempo precioso para a chegada de nova esquadra enviada pela Coroa em 1566.

Em 1567 subiram para Cabo Frio portugueses e tupiniquins - treinados por Mem de Sá - lado a lado para atacar a última base significativa dos Tamoios, ali o extermínio daquele grupo, juntamente com os escassos franceses que ainda estavam entre eles, selou parte do alinhamento de objetivos portugueses e

---

<sup>1</sup>SÁ, Mem de. “Instrumento dos Serviços Prestados...” In: *Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Vol. XXVII. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1906.

tupiniquins<sup>2</sup>, uma vez que ambos eram desejosos de verem-se vitoriosos em batalha com os tamoios.

“E, misturado, o pó das duas realidades cai (...)”<sup>3</sup>. O que para mim é uma parábola poética de Pessoa surge aqui como um prelúdio de inspiração para pensar sobre os efeitos da atuação indígena no conflito da Guerra dos Tamoios e sobre como repensar essa participação pode ser relevante para revisitarmos o momento fundador da cidade do Rio de Janeiro.

Uma das hipóteses nas quais outros trabalhos historiográficos se debruçaram se pautava na crença de que a Guerra dos Tamoios se tratava de um conflito europeu em terras americanas, que se tratava de um desdobramento de políticas expansionistas tanto de França quanto de Portugal, pois se alguns investigadores desconsideraram os indígenas, outros viram nas alianças com os nativos apenas um desdobramento necessário para validar áreas de colonização, portanto, disputas entre Coroas europeias. É fato que novos trabalhos abriram possibilidades de pensar situações americanas, como o do historiador Paulo Knauss, que indicou que esta guerra seria parte de uma política de pacificação e extermínio dos indígenas contrários a presença portuguesa. Porém, como demonstrei ao longo desta dissertação, minha discussão propõe pontos de partidas diferentes que só foram possíveis graças à contabilização do silêncio existente nos arquivos europeus. Um deles é o de que a guerra foi criada não a partir de Portugal e França, mas do continente americano. Ao longo do primeiro capítulo propus uma reversão na maneira como a guerra tratada a partir justamente do silêncio que imperava nos fóruns europeus.

Também no primeiro capítulo apresentei a linha argumentativa que a historiografia construiu para tratar deste momento da colonização lusa, cujo o foco estava alocado nas ações portuguesas e francesas. Defendo, no entanto, que ao deslocar o foco para as ações indígenas podemos perceber como essas ações eram reações e alterações diante da experiência com os indígenas americanos.

---

<sup>2</sup>Idem.

<sup>3</sup> PESSOA, Fernando. “Chuva Obliqua” In: *Poesia (1902-1917)* São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Outra questão importante a ser retomada é a monumentalidade que o evento assumiu para contemporâneos e para discursos posteriores. Para alguns homens do XVI, notadamente os religiosos, essa dimensão foi construída pelas cartas trocadas e demandas que exibem números vultosos e discrepantes entre os relatos por portugueses e franceses denotam que há uma ausência, um hiato que não podemos preencher. Para a historiografia posterior, a validação da Coroa lusa ou a agência francesa foram motes para configurar o evento em cronologias de narrativas nacionais. A monumentalidade foi construída pela documentação e pela historiografia, mas também, novos discursos se apropriaram das referências de modo a engrandecer o evento, como o movimento indigenista que retoma a guerra no pleito do protagonismo indígena. Meu desejo ao longo deste trabalho foi demonstrar que estas premissas tidas como verdadeiras por tanto tempo comportam níveis de silêncios que não podemos ignorar e que são indícios dos lugares de fala de seus autores, enfim, desnudar a concorrência entre a fala de Mem de Sá que denuncia para D. Catarina a presença de cerca de cem franceses e mil tupinambás, e a de Thevet, que anuncia haver apenas dez franceses e poucos indígenas.

Aquilo que foi calado pela documentação, os silêncios americanos e europeus, pavimentaram o caminho para o segundo capítulo desta dissertação. Não sendo questão europeia, como demonstrei no primeiro capítulo, deste modo, cabia investigar as circunstâncias nas quais se encontrava a América lusa e perceber o que as experiências do cotidiano da colonização poderiam dizer da ausência de fala europeia.

A primeira evidência foi a da experiência americana diversa, ou seja, não poderíamos arguir aquelas realidades como se fossem uma unidade coerente, devendo passar a pensar e a falar em experiências, no plural. A segunda evidência foi a de que esta pluralidade – desenvolvida no segundo capítulo da dissertação – mostrou-se em muitos aspectos distante do mundo europeu familiar aos colonos. A alteridade radical que se apresentou desde o momento do descobrimento na figura do indígena tornou-se cada vez mais assustadora a medida que se mostrava crescentemente contrária a domesticação proposta pelos europeus, e se afastava dos ensejos normativos lusos e jesuíticos.

A experiência indígena forçou uma transformação na prática portuguesa. Desde o título, a obra de Paulo Knauss - *O Rio de Janeiro da pacificação: franceses e portugueses na disputa colônia* - trata o problema da Guerra dos Tamoios como sendo uma disputa europeia pelo espaço da colônia. Quando propus uma mudança de foco, foi também neste sentido que ela se deu: a meu ver, antes de ser uma guerra entre franceses e portugueses, a Guerra dos Tamoios é uma guerra indígena, na qual tamoios e tupiniquins são protagonistas, e os europeus, estes sim, coadjuvantes – por vezes – assustados com a potência e a força indígena. Os registros escritos serem europeus e existir um aceite discurso da vitória colonizadora ofuscaram essa leitura.

Não há como isolar a variável que é geradora daquilo que eu chamei nesta dissertação de ‘medo europeu’, mas, uma das hipóteses que persegui e na qual acredito é a de que a guerra indígena congregava em si muitos destes temores que permeavam mentes e corpos europeus. Não apenas a guerra em si – como se estes portugueses não estivessem acostumados a guerra e a barbárie em sua terra natal, como se nunca antes tivessem entrado em contato com crueldade bélica – mas tratava-se de uma guerra cujos sentidos se mostravam completamente distantes e opostos aos seus sentidos familiares. Mais do que isso, tratava-se de guerras e alianças guerreiras que operavam em uma dinâmica de lealdade muito distante daquilo que eles consideravam como doméstico. A Guerra dos Tamoios não se apresenta como uma guerra pautada pelos códigos europeus, mas sim os indígenas, eram eles que ditavam regras de aliança, de amizade, de guerra. E estavam em maior número, em território que conheciam com muito mais destreza que portugueses. Entre a força indígena e a presença francesa, acredito que era justamente o primeiro elemento que mais lhes fazia temer, como exemplifiquei através das cartas dos colonos lusos e dos jesuítas.

Expostos novamente os argumentos que defendi ao longo desta dissertação, cabe ainda uma última reflexão sobre os significados que este deslocamento de reflexão pode trazer para um estudo da história colonial brasileira.



## 4.1

### Guerra fabricada, guerra real

Ao longo dos primeiros seis meses do ano de 2015 integrei voluntariamente a equipe de montagem de um Eco-Museu no Morro do Andaraí<sup>4</sup>. Como parte do processo de construção da memória do local, fez-se uma pesquisa e uma busca das referências que cada morador, antigos e novos, acionava do lugar. Durante o processo de montagem de um mural com a história do lugar, os moradores deveriam escolher quatro imagens que simbolizassem aquele espaço, e, um dos representantes da Associação dos Moradores afirmou que o artista grafiteiro não poderia deixar de fora o índio, pois foram os tamoiós que ocuparam aquela região em um passado distante. Quando foi indagado sobre quem eram esses indígenas, o jovem senhor respondeu que ele gostava muito daqueles índios pois eles tinham lutado lado a lado com os franceses para expulsar os portugueses, eles eram espertos – disse ainda – sabiam que os portugueses só queriam roubar suas riquezas. A imagem de uma guerra de indígenas que se aliaram contra o elemento opressor português para defender sua terra continua presente no imaginário popular por vias que não planeamos. O passado, ou melhor, a maneira como nos aproximamos dele é inegavelmente política, portanto, retomo o que defendi na introdução deste trabalho: os usos desse passado também são usos políticos. As disputas pela memória de um lugar também o são.

“Porém o passado por sua vez é algo que nunca podemos possuir. Por que quando percebemos o que aconteceu, os fatos já estão inacessíveis para nós: não podemos revivê-los, recuperá-los ou retornar no tempo como em um experimento de laboratório ou simulação de computador. Só podemos reapresentá-los. Podemos retratar o passado como uma paisagem próxima ou distante, tal como Friedrich o fez com seu viajante visto de seu posto. Percebemos formas através da névoa e da bruma, podemos especular sobre seu significado, e, algumas vezes, podemos

---

<sup>4</sup>O Eco-Museu Amigos do Rio Joana tem inauguração prevista de sua galeria para setembro de 2015. A Galeria conta com arte dos moradores, fotos dos moradores antigos e trechos de entrevistas feitas com esses moradores, o espaço estará aberto para visitação no Morro do Andaraí na Pedra da Mina. Atuei neste projeto como historiadora e fotógrafa voluntária.

mesmo concordar sobre o que elas são. Mas salvo com a invenção de uma máquina do tempo, nunca retornaremos para ter certeza”<sup>5</sup>

A imagem do historiador John Lewis Gaddis é a de uma paisagem enevoada que se descortina diante de um historiador, que observa ao longe realidades que estão muito distantes da sua, espacial e temporalmente. Como defendi na introdução, meu objetivo consistiu em fazer dissipar a névoa trazendo os indígenas tamoios para perto. Ao fazê-lo, construí perspectivas, cabendo, portanto, especular sobre o significado deste esforço e expressar como acredito que este trabalho pode se inserir em uma discussão mais ampla sobre a história do Brasil.

Com as muitas celebrações do aniversário dos 450 anos do Rio de Janeiro, várias publicações sobre a cidade – de diversos tipos – voltaram às prateleiras de livrarias ou chegaram nelas pela primeira vez, ainda que poucas, é verdade, sobre o período seiscentista da história da cidade. Entre as escassas publicações sobre este período está o livro de Alberto Mussa, *A Primeira História do Mundo*<sup>6</sup>, publicado em 2014. Carioca, Mussa é hoje celebrado como um dos mais importantes escritores da língua portuguesa e publicou alguns livros ambientados na cidade do Rio de Janeiro. Este, ao qual me refiro, se trata de uma novela policial sobre um crime que aconteceu em 1567 e integra o que o autor chama de um “compêndio mítico do Rio de Janeiro”<sup>7</sup>, sua intenção é publicar cinco novelas policiais e cinco romances, um para cada século. *A Primeira História do Mundo* é, portanto, a novela policial seiscentista.

A obra mistura tons de história e tons de literatura, como a maioria dos livros de Mussa. A verossimilhança é tão grande, a pesquisa histórica tão consistente em seus escritos que por vezes esquecemos que estamos lendo um romance, penso que sua intenção é em parte essa, tornar mais compreensível um conhecimento histórico que pode ser por vezes tão difícil e complexo. Apesar de ter outros parâmetros, a construção literária de Mussa também apresenta um requerimento de um tipo de memória da Guerra dos Tamoios. Sim, uma vez que se passa em 1567 seria improvável não mencionar os conflitos que desaguarão na

<sup>5</sup> GADDIS, John Lewis. “A paisagem da história” In: *Paisagens da História*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003. P. 17

<sup>6</sup> MUSSA, Alberto. *A Primeira História do Mundo*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014.

<sup>7</sup> Idem, p. 7

fundação da cidade. Logo nas primeiras páginas o autor se propõe a apresentar o contexto no qual se deu o assassinato de Francisco Costa.

“Para que o leitor bem compreenda a época em que a ação se passa, não custa fazer uma breve sùmula da proto-história da cidade. (...) Em torno de 1550, todavia, os tupis do Rio de Janeiro entraram em uma espécie de guerra civil e se cindiram em duas metades inimigas: os tamoios e os temiminós; ou seja, os avós e os netos. Como havia também, nessa época, uma grande disputa entre França e Portugal pela posse definitiva da baía, aquelas duas metades indígenas se aliaram, respectivamente, a cada uma das coroas, formando apenas dois partidos contrários: de um lado tamoios e franceses; do outro, portugueses e temiminós. E o primeiro desses blocos chegou a dominar a Guanabara, provocando a fuga dos temiminós e obstando o avanço lusíada. Por isso, em 1555, foi fundada no Rio de Janeiro uma colônia francesa permanente de orientação calvinista: a França Antártica. Mem de Sá, então governador-geral do Brasil, reuniu a seu exército de mamelucos forças indígenas aliadas, além dos próprios temiminós; e partiu com grande armada para expulsar os invasores. Venceu os franceses em 1560; mas não os tamoios. Esses continuaram resistindo, porque sua luta também era contra a escravidão”<sup>8</sup>.

No texto Mussa chama de temiminós os indígenas aliados ao portugueses que lutavam contra os tamoios. A documentação seiscentistas por sua vez não menciona os temiminós. Somente no século XVII é que a narrativa de Simão de Vasconcellos adiciona estes indígenas a narrativa da Guerra dos Tamoios. Estes, que teriam sido expulsos pelos tamoios da região do Rio de Janeiro em um momento primeiro – segundo a *Crônica* de Simão de Vasconcellos - e ressurgiram no cenário da Guanabara, segundo Simão de Vasconcelos, no final da Guerra dos Tamoios, lutando junto aos tupiniquins e portugueses<sup>9</sup>.

Romances como os de Mussa assim como a fala do morador do morro do Andaraí demonstram que apesar da obscuridade com que este conflito é retratado, existe sim uma memória comum sobre a presença indígena na Guerra dos Tamoios, há neste senso comum a luta contra a escravidão e há a luta contra a exploração portuguesa da terra. Como demonstrei no segundo capítulo, as agendas que os indígenas tamoios perseguiram ao longo dos conflitos estavam muito mais relacionadas a sua maneira de ver o mundo do que estas memórias nos permitem

<sup>8</sup> Idem, P.23-24

<sup>9</sup>Cf. VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1977. A historiadora Maria Regina Celestino também defende essa cronologia no primeiro capítulo de seu livro. *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003

perceber. Tornou-se imperativo escrever uma outra versão da história deste conflito entre tamoios, tupiniquins, franceses e portugueses que desse conta das particularidades indígenas, dos silêncios europeus, dos *desassossegos jesuíticos* – para usar a expressão de Heitor Fernandes –, das lealdades fluídas de Villegagnon, dos indígenas tupis e até dos portugueses.

Quando Mem de Sá escreve para a regente D. Catarina, ele apresenta a imagem de uma guerra grandiosa, na qual os cento e trinta e oito portugueses, juntamente com cento e quarenta tupiniquins enfrentaram sozinhos cento e quatro franceses e cerca de mil tamoios. As narrativas lusas em sua maioria têm como base esses números primeiros que o governador geral enviou para a monarquia, demonstrando o tamanho do perigo que os indígenas juntamente com os franceses ofereciam ao projeto colonizador português. Era importante naquele momento comprovar a importância de mudar o plano de ocupação e fundar uma cidade na Guanabara. Era impossível prever as consequências de uma guerra indígena generalizada, também nessa imprevisibilidade está baseado todo o medo jesuítico e português.

José de Anchieta, em 1565, escreve da Baía ao padre Diogo Mirão pedindo-lhe que interceda junto ao monarca por uma atuação mais enérgica na Guanabara a fim de proteger a região de novas investidas estrangeiras. Ele escreve “a cerca que tem feita não é mais que um pé a tomar posse da terra, sem se poder dilatar nem sair dela sem socorro de sua Altesa, a quem Vossa Reverendíssima deve lembrar e incitar que logo proveja” – o jesuíta explica que a seus olhos – “ainda é coisa pequena a que se tem feito, contudo é maior, e basta-lhe chamar-se cidade de São Sebastião para ser favorecida do senhor (...) resta pedir”- conclui – “nos encomende e faça encomendar muito a Nosso Senhor, e tenha particular memória dos que residem e ao deante residirão naquela nova povoação, oferecidos a tantos perigos(...)”<sup>10</sup>

Durante um longo período, a historiografia aceitou esse discurso da monumentalidade do conflito, acreditando – talvez - que o medo traduzido em trechos como este que citei de Anchieta se dava pela presença dos franceses, que

<sup>10</sup> ANCHIETA, José. Carta ao Padre Diogo Mirão. IN: LEITE, Serafim. (SJ.).(org.) *Cartas Jesuíticas*, vol. 3. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. [1565] P.264

tinham um plano claro para dominação do continente, medo que estaria presente sobretudo na ideia de que esta era uma guerra entre franceses e portugueses. Retomando o relato de Villegagnon <sup>11</sup> e o de Thevet <sup>12</sup> que mencionei respectivamente no capítulo primeiro e segundo, houve ao longo dos primeiros anos de ocupação um processo de esvaziamento da colônia francesa, já não era mais uma questão de coroas europeias. Por que então mencionar os números do conflito como se de fato existisse ainda mais de uma centena de franceses em terra coordenando um ataque de mil indígenas tamoios contra os portugueses? Acredito que se tratavam de um processo de mobilização da vontade soberana do monarca, mas o medo não era do agir dos francos, o medo era das ações visíveis e possíveis dos tamoios.

Os números mencionados, bem como as palavras de temor que escreve Anchieta a Diogo Mourão são um dos aspectos de construção dessa monumentalidade. Há ainda outro elemento: em nenhum momento Anchieta e Nóbrega mencionam palavras apaziguadoras sobre os franceses. Constantemente os acusam de serem calvinistas, proselitistas, que a todo momento tentavam converter indígenas e fiéis a doutrina herética de Genebra. Por que não mencionar que havia católicos na colônia, já que ela desde o início guardou essa característica mista?

Acredito que existem silêncios intransponíveis na documentação e que não há como ler as intencionalidades por detrás daquilo que não foi dito, mas, creio que esse processo – jesuítico – de demonização dos franceses, bem como o desenvolvimento de um argumento numérico da presença significativa dos franceses, faz parte de uma estratégia para pressionar a Coroa em prol de uma ação definitiva nesta região da América. Considero que existiam estratégias discursivas dos religiosos, já moradores da América, no intuito de fazer traduções, sim pois a leitura na metrópole dos eventos americanos estaria sempre limitada e

---

<sup>11</sup>VILLEGAGNON, Nicolas Durand de. “Carta ao Duque de Guise” In: *Coleção Franceses no Brasil, Vol. 1, Villegagnon*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2009. [1557] Original encontra-se em exposição no Museu Naval do Rio de Janeiro.

<sup>12</sup>THEVET, André. *A cosmografia universal de André Thevet, Cosmógrafo do Rei*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2009.

prejudicada pela distância e desconhecimento dos nativos. De fato, qual seria a força desse argumento se houvesse apenas treze franceses no forte Coligny<sup>13</sup>?

A presença dos franceses inevitavelmente agravava a ameaça indígena, seja pelo acesso a armas, seja pela crença de que a coroa francesa poderia estar engajada em uma ocupação efetiva. Essa preocupação, como descrevi anteriormente, não demonstrou ser tão significativa em além-mar quanto era aqui para os colonos que reiteravam o problema em suas missivas, colonos que em vivas cores estavam lidando cotidianamente com a realidade indígena tupi da maneira de relacionar-se com o outro.

Fala-se sobre a guerra na América e todas as comunicações que detalham o conflito partem do continente americano. As respostas dos monarcas portugueses são ora inexistentes, ora vagas, raramente mencionam as guerras indígenas, em nenhum momento mencionaram uma preocupação mais substantiva com a presença francesa. Silencia-se sobre a guerra nos fóruns europeus. A Guerra dos Tamoios é um problema majoritariamente americano que os colonos e jesuítas tentaram construir como sendo europeu, buscaram demonstrar com ações e palavras que dizia respeito também ao monarca português e o fizeram pois, de maneira prática, dependiam de sua intervenção monetária e de seu aval para envio de novas armadas. Dependiam de sua ingerência para que fosse enviado um contingente que pudesse fortalecer a estratégia de defesa do continente que, até aquele momento, contava sobretudo com enorme presença de indígenas aliados dos portugueses ainda em treinamento que lhes serviam como soldados e defensores do território. Avalio que a guerra é também um aprendizado e a observação pelos religiosos das alianças e inimizades nela construídas poderia gerar adensamento da interpretação da inconstância dos nativos e colocar sob suspeita a defesa que garantiam aos portugueses, alimentando o medo.

A investigação documental em arquivos franceses e portugueses demonstrou que, cinco séculos depois, parte da historiografia continuou reproduzindo a Guerra dos Tamoios fabricada por colonos e jesuítas para impressionar e mover de maneira favorável os olhos do rei, alocando-a em uma

---

<sup>13</sup>De acordo com o Relato de André Thevet na *Cosmografia Universal* este era o numero de franceses que ainda estariam no forte.

cronologia de invasões sucessivas e defesas múltiplas do continente americano luso no qual se alocou Portugal de um lado e tantas outras coroas do outro, como França e Holanda. A guerra fora capturada pelo discurso, inserida no conjunto de obstáculos à colonização, ratificando a linearidade de vitórias europeias e tendo diluídas suas características particulares.

Por outro lado, o processo de conquista e cristianização dos mundos se tratou de um movimento violento. Não há dúvidas quanto a isso. Documentos mostram com clareza como o desenvolvimento do choque cultural inicial foi traumático para as sociedades autóctones. É sedutor, portanto, numa aspiração de defesa do colonizado, imaginar uma união indígena multiétnica, que se posiciona radicalmente e violentamente contra o invasor europeu, pagando-lhe na mesma moeda. Não é a toa que esta visão predominou em vários círculos, por tanto tempo, e que ainda possamos encontrá-la na narrativa de identidade territorial de um morro no Rio de Janeiro.

Todavia, há que se ter em mente que ao imputar aos indígenas do XVI atuais arquétipos de solidariedade e comunidade, estamos enveredando por outra maneira de emudecer esses grupos, ignorar suas agendas, arrogando-lhes inquietações que não lhes dizem respeito. Mussa, como um de seus motes iniciais, aproxima-se em parte desta visão romântica quando escreve que Mem de Sá “venceu os franceses em 1560; mas não os tamoios. Esses continuaram **resistindo**, porque sua luta também era contra a **escravidão**”<sup>14</sup>. Acredito inclusive que o uso do termo resistência seja inadequado pois, se concordo que a guerra indígena seja uma maneira de resistência, diante de textos como esse somos levados a crer que os indígenas, quando lutavam, partiam dos mesmos porquês e alvos que os que não eram indígenas, sendo, portanto, outro modo de silenciá-los. Quando retornamos à missiva de Anchieta explicando os acontecimentos da missão de paz em Iperoig, fica claro que a resistência não estava exatamente relacionada à escravidão em si, mas uma resistência à transformação de seus hábitos ancestrais. Retomo portanto a carta de 1565 de José de Anchieta que citei no segundo capítulo:

---

<sup>14</sup> MUSSA, Alberto. *A Primeira História do Mundo*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014. P. 07  
Grifos meus

“a principal razão que os moveu a quererem a paz não foi o medo que tivessem aos cristãos, aos quais sempre levaram de vencida fazendo-lhes muitos danos, nem necessidade que tivessem de suas cousas, porque os Franceses que tratam com eles lhas dão em tanto abundância (...) mas o desejo grande que têm de guerrear com seus inimigos Tupis, que até agora foram nossos amigos, e pouco ha se levantaram contra nós outros (...) dos quais, porque sempre foram vencidos e maltratados com favor dos portugueses, queriam eles agora com o mesmo favor ser vencedores e vigar-se bem deles, marando e comendo á sua vontade, dizendo que até agora nos haviam feito muito mal, com seus saltos contínuos, porque lhes estorvávamos a passada a seus inimigos. Que deles desejavam vingar-se, e não de nós outros, mas daqui em diante não nos lembrássemos mais das guerras passadas, pois tambem lhes havíamos morto muito dos seus, mas que todo o nosso furor se convertesse contra os Tupis (...)”<sup>15</sup>

Em outras palavras, é mais do que mudar seu modo de agir para resistir aos portugueses, os índios tamoios estavam ‘apenas’ – se é que podemos dizer apenas - sendo tamoios, irredutivelmente tamoios, e era isso que assombrava jesuítas e colonos portugueses, o modo de ser indígena. Este trecho da carta de Anchieta demonstra que o que estava em jogo era, de fato, a continuidade da guerra indígena. Não a questão da escravidão, nem mesmo para os indígenas aliados aos portugueses, que o clérigo aqui refere-se apenas como *Tupis*, estava em pauta aquilo que Mussa coloca como motivação para continuidade da guerra. Segundo Anchieta, seus indígenas aliados se voltam contra os portugueses pois g nisso uma possibilidade de vitória – sucesso que até aquele momento a aliança com os portugueses não lhes havia permitido experimentar. E diante daquela virada repentina, os tamoios se mostram inclinados em aliar-se aos portugueses, tudo para que a guerra com seus contrários ancestrais não cesse.

Diante de evidências como esta, livros como o de Ailton Quintiliano<sup>16</sup> tornam-se, não apenas incompletos, mas também silenciadores da experiência indígena – ainda que não tenha sido essa a intenção primeira do autor. Silêncio perigoso, inclusive porque se torna facilmente multiplicável, no uso desta bibliografia. Por exemplo, em 1985 o Conselho Indigenista Missionário publicou uma obra sobre a Guerra dos Tamoios escrita e desenhada por crianças indígenas. *A confederação dos Tamoios: a união que nasceu do sofrimento*<sup>17</sup> tem como

<sup>15</sup> ANCHIETA, José. “Carta de São Vicente”[1565] In: *Cartas Jesuíticas 3: Informações, Fragmentos históricos e Sermões*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1988. p. 209

<sup>16</sup> QUINTILIANO, Aylton. *A Guerra dos Tamoios*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

<sup>17</sup> DIAS, Eunice. *Confederação dos Tamoios: a União Que Nasceu do Sofrimento*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1984.



principal base bibliográfica o livro de Quintiliano, o silêncio primeiro se reproduz em novos silêncios que se incorporam ao processo educativo – uma vez que o livro é publicado como parte de uma atividade didática cuja intencionalidade é resgatar o passado indígena juntamente com crianças indígenas.

Diferentes silêncios requerem distintos trajetos de decomposição de seus discursos, com fluxos de complexidades e emaranhados diversos. O primeiro que mencionei – a maneira como a historiografia trata do tema – é complexo em dois sentidos, um primeiro a ser destacado é que esse movimento silenciador por vezes pode ser mais sutil, nem sempre se apresenta de maneira tão clara quanto o nacionalismo exacerbado que Quintiliano imputa aos indígenas que viveram em um momento no qual a nação brasileira sequer existia. Algumas destas sutilezas eu apresentei ao longo deste trabalho de modo a demonstrar como as leituras feitas para analisar este evento não davam conta de seu significado dentro da experiência americana.

Até este momento, a historiografia tem lido esse evento partindo de sua relevância para Europa, para as cortes portuguesas e francesas, e não para os personagens europeus. Iniciei o trabalho investigando as Coroas, mas quando a pouca relevância se fez evidência, tive de rever os discursos que capitalizavam a Guerra dos Tamoios e acabei por verificar que havia lugares de fala muito distintos entre europeus metropolitanos e europeus coloniais. Ao longo deste trabalho busquei deslocar a ótica acomodada na Coroas e analisar os personagens europeus na América: procurei discutir o significado americano para este evento.

Outro problema, talvez um segundo sentido de complexidade, é a maneira como as fontes seiscentistas por vezes são lidas, por vezes pouco filtradas e comparadas, como se dissessem invariavelmente a verdade. Como existe um rigor acadêmico na escrita da história, todos os trabalhos de historiografia que citei ao longo desta dissertação contaram com leitura ampla de documentação seiscentista, portanto, não estamos falando de trabalhos cuja base é inexistente como a de outro profissional que não necessita citar suas fontes, como jornalistas e romancistas. Ainda assim, são trabalhos acadêmicos aqui visitados – cada um a seu modo – lidam com diversas fragilidades ao analisar a Guerra dos Tamoios, sendo a mais importante, a meu ver, justamente o ignorar da relevância deste silêncio que a

experiência carrega consigo, o ignorar o silêncio das fontes. Minha crítica não me exime, não significa, evidentemente, que este trabalho que agora concluo não apresente também suas fragilidades e idiossincrasias que outros saberão apontar qualificadamente. Esta é a beleza do processo de construção da história, seu fluxo constante. Meu desejo é apontar outro caminho para a leitura dessa experiência. Ou, como apresentei na introdução, destacar fissuras na leitura dos textos seiscentistas e buscar com isso indícios da experiência indígena.

## 4.2

### **Sobre misturas, combinações, negociações e a colonialidade.**

Retorno à epígrafe desta conclusão. O poema de Fernando Pessoa *Chuva Oblíqua* se apresenta para mim nesta conclusão como uma inspiração na leitura deste evento bélico que envolveu portugueses, franceses e foi protagonizado pelos indígenas tupi, fossem eles tamoiós, tupiniquins ou outros. Explico: ao longo do processo de transformações da maneira de ler e escrever a história do Brasil, muitos eventos e ideias foram revisitados, tais como o descobrimento<sup>18</sup>, o processo de ocupação do Rio de Janeiro<sup>19</sup>, a formação da capitania de São Paulo<sup>20</sup>, a liberdade indígena defendida pelos jesuítas<sup>21</sup>, a religiosidade indígena e sua

<sup>18</sup> Cf. TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: ou a descoberta do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2010. O'GORMAN, Edmundo. *A invenção da América*. São Paulo: Unesp, 2011. GODINHO, Vitorino Magalhães. *O papel de Portugal nos séculos XV-XVI : Que significa descobrir?* Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Com. dos Descobrimentos Portugueses, 1994

<sup>19</sup> Exemplos de trabalhos como esse são os de: FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos. *Futuros Outros: homens e espaços. Os aldeamentos jesuíticos e a colonização na América Portuguesa*. Tese de Doutorado, UFF, Departamento de História, 2001. ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003

<sup>20</sup> MONTEIRO, John. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

<sup>21</sup> Alguns dos trabalhos que analisam esse conceito e a maneira jesuítica de lidar com ele são: PERRONE-Moisés, Beatriz. *Legislação indigenista colonial: inventário e índice*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Departamento de História, 1990. RUIZ, Rafael. *Francisco de Vitoria e os direitos do índios americanos: A evolução da legislação indígena castelhana no século XVI*. Porto Alegre: EdPUCRS, 2002. ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. *Ligne de Foi: la compagnie de Jésus et l'esclavage dans le processus de formation de la société coloniale en Amérique portugaise (XVI-XVII Siècles)* Paris: Honoré Champion Éditeur, 2009.

potencia para resistência cultural<sup>22</sup>, as guerras indígenas<sup>23</sup>, a relação entre indígenas e jesuítas<sup>24</sup>, a religiosidade colonial<sup>25</sup>, a diáspora africana<sup>26</sup>, as formas que a nobreza assumiu na colônia<sup>27</sup>. Um sem número de temas foram adicionados a partir sobretudo da segunda metade do século XX, e alguns trabalhos passeiam por mais de uma temática, além disso, o período colonial é agraciado por uma enorme multiplicidade de trabalhos que se propõem a pensar o processo colonizatório por chave diversa das anteriores – como as abordagens econômica e político-administrativa-, adicionando conceitos em função da ‘virada antropológica’ ou da ‘virada linguística’<sup>28</sup>, cruzando estudos antropológicos como os de Marshall Sahlins<sup>29</sup>, sociológicos como os de Pierre Bourdieu<sup>30</sup>, filosóficos

<sup>22</sup> Cf. VAINFAS, Ronaldo. *Heresia dos índios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>23</sup> Cf. FUJIMOTO, Juliana. *Guerra e antropofagia em Jean de Léry e Claude d'Abbeville: dos fragmentos míticos ao código compartilhado*. Dissertação de mestrado, USP, Departamento de História, 2008. MALDI, Denise. "De confederados a Bárbaros: Representação da territorialidade e da fronteira indígena nos séculos XVII e XIX" In *Revista de Antropologia*. v. 40, N. 02. São Paulo: USP, 1997. PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: Povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: HUCITEC, 2002. CARDOSO, Alípio. *Maranhão na Monarquia Hispânica: Intercâmbios, guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela (1580-1655)*. Tesis Doctoral – Departamento de Historia Medieval, Moderna, Contemporânea y de América, Universidad de Salamanca, Salamanca, 2012

<sup>24</sup> Cf. NEVES, Luiz Felipe Baêta. *O combate dos soldados de Cristo na terra dos Papagaios: colonialismo e repressão cultural*. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1978. FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos. *Cardim e a Colonialidade*. Rio de Janeiro: Programa de Pós Graduação em História Social da Cultura, dissertação de mestrado, 1995. CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte. *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil - 1580-1620*. São Paulo: Edusc, 2006. GARCIA, Elisa Fruhauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. FLECK, Eliane Cristina Deckmann. *Entre a caridade e a ciência: a prática missionária e científica da Companhia de Jesus (América platina, séculos XVII e XVIII)*. São Leopoldo, RS: Editora Oikos, 2014.

<sup>25</sup> Cf. MELLO E SOUZA, Laura de. *O diabo e a terra de Santa Cruz: Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. POMPA, Cristina. *Religião como tradução*. São Paulo: Edusc, 2002.

<sup>26</sup> MELLO E SOUZA, Marina. *África e Brasil africano*. São Paulo: Editora Ática, 2013.

<sup>27</sup> LARA, Silvia. *Fragmentos Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. MELO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>28</sup> Estes dois movimentos tiveram grande impacto nos estudos históricos. O primeiro movimento diz respeito a um diálogo intesificado com os estudos antropológicos, há uma ampliação por exemplo, a partir dessa interdisciplinaridade, do conceito de cultura que passa a ser usado pelos historiadores de forma plural. Obras como a de Geertz – pensando teoria interpretativa da cultura – tiveram grande impacto nos estudos históricos. Esse diálogo com outras disciplinas abraçou também a filosofia e a linguagem, trazendo para o estudo da história questões de filosofia da linguagem que permitiram novos olhares para os objetos dos historiadores. Esses movimentos não apenas mudaram a maneira da história se aproximar de seus objetos de estudo como também permitiram que através deles novas questões e objetos fossem adicionados a análise histórica. Sobre o tema conferir: BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. DOSSE, François. *A história em migalhas: dos annales à Nova História*. Bauru: EDUSC, 2003.

<sup>29</sup> Cf. SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

<sup>30</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

como os Michel Foucault<sup>31</sup> alterando parâmetros e paradigmas na análise do processo histórico. Mas... a Guerra dos Tamoios manteve-se na obscuridade que mencionei ao longo da introdução.

Meu primeiro procedimento foi o de trazer a realidade da Guerra dos Tamoios para perto, investigar seus sentidos internos, historicizar esse evento nos termos de Michael Werner e Bénédict Zimermann<sup>32</sup>. Depois de esmiuçar sentidos ao longo da dissertação, gostaria de mudar a escala e pensar – brevemente, à guisa de conclusão - como esse evento, da maneira como esse trabalho analisou, se insere na longa e antiga discussão – em parte citada no parágrafo anterior - sobre a ocupação lusa da América e a presença indígena na história do Brasil.

A Guerra dos Tamoios é um evento no qual podemos perceber como a aplicação de conceitos como o de *colonialidade* e *negociação* podem ser preciosos na construção e explicação de sua complexidade. Eunícia Fernandes, em sua dissertação de mestrado definiu colonialidade; segundo a historiadora os grupos se encontram, se misturam e se tornam outros, não os mesmos, não o que foram em primeiro lugar antes do encontro. “Caldo cultural onde os parâmetros originais são alterados, realocados, fundindo-se num novo arranjo, criando um código específico, eis a colonialidade.”<sup>33</sup> Com essa definição de *colonialidade* eu opero aqui, a meu ver este conceito abre diversas possibilidades de leitura, considero-o mais expressivo do que o de *aculturação de mão dupla*<sup>34</sup> e o de *mistura*<sup>35</sup> por exemplo, sobretudo por não operar com o vício de imaginar um grupo que seria ‘puro’ antes do contato como o de *mistura* por vezes parece abrir espaço para pensar<sup>36</sup>.

<sup>31</sup> Cf. FOUCAULT, Michel. *A Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

<sup>32</sup> WERNER, Michael; ZIMERMANN, Bénédict. “Beyond Comparison: Histoire Croisée And The Challenge Of Reflexivity” In: *History and Theory*, N. 45. February, 2006. Pags. 30-50

<sup>33</sup> FERNANDES, Eunícia B. B.. *Cardim e a Colonialidade*. Rio de Janeiro: Programa de Pós Graduação em História Social da Cultura, dissertação de mestrado, 1995 P. 62

<sup>34</sup> Conceito utilizado pelo historiador Ronaldo Vainfas para analisar o processo de transformação do catolicismo em face a religiosidade da santidade indígena. Cf. VAINFAS, Ronaldo. *Heresia dos índios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>35</sup> Cf. GRUZINSKI, Serge. *Pensamento Mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

<sup>36</sup> Diversos autores se posicionaram neste sentido distanciando-se da ideia de mistura ou mestiçagem. Sobre o tema cf. AMSELLE, Jean Loup. *Branchements: Anthropologie de universalité des cultures*. Paris: Champs, 2005.

O pó das duas realidades, que cai misturado no poema de Pessoa, no evento da Guerra dos Tamoios pode ser analisado pela transformação na relação com os indígenas, pela alteração das políticas de ocupação do espaço, pela alteração nas políticas de aliança dos indígenas. Tanto portugueses, quanto franceses, tamoios e tupiniquins se transformam no processo de encontro belicoso no qual se deparavam. Vou retomar algumas das ideias que já apresentei ao longo da dissertação e que aqui, conjugadas, são indícios desta colonialidade.

Quando Anchieta e Nóbrega se deslocam para Iperoig para tentar conseguir um acordo pacífico com os indígenas tamoios, eles tinham em mente o tamanho da dificuldade de sua empreitada. Não era novidade, por exemplo, que os indígenas tamoios eram conhecidos por uma ausência de tréguas em suas batalhas. Ainda assim, contra tudo que ouviram, eles conseguiram uma paz condicional. Não era sólida como desejavam e, talvez, fosse condicionável em demasia, mas demonstrava que os indígenas estavam a abertos para negociações, em termos europeus, ainda que os olhos estivessem completamente voltados para a guerra ancestral com os tupiniquins, mantendo a parte axial dos termos indígenas em pauta. Esta combinação é também colonialidade.

Deslocando o olhar, me empenhei em demonstrar que é a experiência americana que transforma a maneira lusa de se portar diante do continente ainda em ocupação incipiente. Essa transformação partiu não da Europa para América, mas no sentido inverso, a colonização consistiu muito mais em um plano e um sistema que se alterou de maneira combinatória de acordo com os impasses que enfrentou, do que em uma estrutura normativa de cima para baixo que se impôs pela força sem contabilizar particularidades. Estes indígenas eram potentes demais para serem ignorados. Essa transformação da ocupação espacial é também colonialidade. A Guerra dos Tamoios, nestes termos, representa um momento de alteração no trato com a alteridade.

A experiência da Guerra dos Tamoios é singular. Algumas análises deste episódio – ao ligá-lo aos outros momentos de invasão estrangeira – trazem formulações do século XVII para interpretar o conflito do XVI, ou seja, formulações que não lhe cabem, caindo por vezes em uma teleologia infrutífera. Neste sentido, acredito que este trabalho possa se inserir na longa discussão historiográfica alocando este evento histórico em seu contexto cultural e político,

sem imputar-lhe motivações ou ensejos que só seriam possíveis em momentos históricos posteriores. Os tamoiros seiscentistas, juntamente com os inimigos tupiniquins, estão portanto no centro desta batalha que, em parte, lhes pertence. Mas observo, não o tamoiro que é invenção do indigenismo brasileiro do XIX - cristão e herói da pátria brasileira<sup>37</sup>; ou o tamoiro que é o tupi do XVII – uma vez que algumas análises aproximam os grupos indígenas dos dois séculos ignorando as particularidades que envolvem cada contexto - que se posiciona contra as políticas de apresamento de mão de obra portuguesas, uma vez que já experimentou entre os portugueses do tipo de hospitalidade em nada afável que é reservada aos indígenas. Como mencionei no segundo capítulo, Cristina Oswald defende a ideia de confederação tendo em vista as formulações de Beatriz Perrone-Moisés direcionadas aos indígenas do século XVII, estes sim conhecedores das práticas lusas entre os indígenas. Nisto, acredito, reside a relevância e a inserção deste trabalho nesta ampla trajetória historiográfica: na possibilidade de expor singularidades do evento e ativar questões, complexificando as relações coloniais.

Revisitar o momento do que foi convencionado historicamente como e fundação do Rio de Janeiro permite repensar as trajetórias múltiplas de extermínio empreendidas pelos portugueses no processo de imposição de seu modo de ser e operar. Em minha introdução mencionei sobre os maus silêncios, e os maus esquecimentos, estes que são como repetições de uma mesma fala, contação e recontação de uma mesma história, singular, que abre pouco espaço para reformulações. Na contramão desse esquecimento que também inscrevo meu trabalho. Sobre essa direção que elegi, cabe mencionar que ela é, em parte, inspirada pelas palavras de Jeane Marie Gagnebin, helenista, cujas reflexões no campo da memória, da escrita da história e do encontro entre alteridades, acabam por permear muitas das influências – algumas silenciosas – presentes na minha dissertação.

“O esquecimento dos mortos e a denegação do assassinio permitem assim o assassinato tranquilo, *hoje*, de outros seres humanos cuja lembrança deveria igualmente se apagar. Enquanto Homero escrevia para cantar a glória e o nome dos heróis e Heródoto, para não esquecer os grandes feitos deles, o historiador atual se vê confrontado com uma tarefa também essencial, mas sem glória: ele precisa

---

<sup>37</sup> Cf. as discussões do primeiro capítulo referentes ao movimento romântico do qual fizeram parte Gonçalves de Magalhães e Rodolfo de Amoedo.

transmitir o inenarrável, manter viva a memória dos sem-nome, ser fiel aos mortos que não puderam ser enterrados. Sua ‘narrativa afirma que o inesquecível existe’ mesmo se nós não podemos descrevê-lo. Tarefa altamente política: lutar contra o esquecimento e a denegação é também lutar contra a repetição do horror (que, infelizmente, se reproduz constantemente). Tarefa igualmente ética, e num sentido amplo, especificamente psíquica: as palavras do historiador ajudam a enterrar os mortos do passado e a cavar um túmulo para aqueles que deles foram privados”<sup>38</sup>.

Em falando de indígenas, aqui talvez a metáfora possa ser outra e em lugar de enterrar esses mortos sem túmulo, quem sabe devorá-los, já que para os tupis esta seria uma forma de honrá-los e permitir que assumam o protagonismo de sua história, que durante tanto tempo lhes foi negado. Esta citação de Gagnebin nos leva de volta à discussão da introdução, o mau esquecimento – aquele que não nos leva em direção a uma crítica da memória – mata. E uso o verbo no presente pois de fato o passado pode matar no presente. Por isso, defendo juntamente com a autora, toda história é política, toda escrita da história pode legitimar ou diminuir exclusões e desigualdades. Persegui portanto as fendas e fissuras que os textos me apresentaram. Persegui-as no encalço do silêncio, como mencionei na introdução, e na contramão do esquecimento.

Certamente, não estou isenta e nem imune ao silêncio e há muitas outras histórias a serem adicionadas a esta que escrevi, esta dissertação é também um convite a novas vozes. Na conclusão de seu livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, Caio Prado Júnior menciona que falta uma parte de sua reflexão que o livro não contemplou, uma que investigaria “escravos contra senhores”, e afirma portanto sua reivindicação de que os escravos falam, falam e agem<sup>39</sup>. Sua inspiradora conclusão foi posteriormente completada pelo trabalho de inúmeros historiadores que se debruçaram sobre o tema.

Aqui nesta dissertação eu segui formulação parecida, que tantos historiadores antes de mim reivindicaram, também os indígenas falam e agem na história. Estes silêncios e esquecimentos já não cabem, há que enfrentá-los. Novos caminhos apresentam-se na leitura dessas experiências, que possamos segui-los na expectativa de continuar construindo uma consciência crítica, na esperança de adicionar novas histórias de caças – contadas por “leões” quem sabe? - e um

<sup>38</sup> GAGNEBIN, Jeane Marie. *Lembrar, Escrever, Esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2010. P. 47

<sup>39</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. [1942]

reconhecimento do outro, seja ele homoafetivo, católico, protestante, muçulmano, ou indígena, do pretérito e da atualidade, no ontem e no hoje.



## Referências Bibliográficas

### Fontes Manuscritas

*Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa*

Carta de Luis de Góis a D. João III. 1548 - Corpo Cronológico, Maço 80. Doc. 110

Carta de Tomé de Sousa ao Rei D. João III. 1551 - Corpo Cronológico, Maço 86. Doc. 96

Carta de Pedro Góis a D. João III. 1551 - Corpo Cronológico, Maço 92. Doc. 113.

Carta de El Rey a Braz de Alvide. 1554. Coleção São Vicente de Fora, Livro 4.

Carta de Francisco Porto Carreiro ao Rei D. João III. 1556 - Gavetas, 20, 5, Doc. 40

Carta de Francisco Porto Carreiro ao Rei D. João III. 1555 - Corpo Cronológico, Maço 95. Doc. 46

Carta de Mem de Sá a Regente D. Catarina, 1560 [Março]. Corpo Cronológico, Parte 1, Maço 104.

Carta de Mem de Sá a Regente D. Catarina, 1560 [Junho]. Gavetas, 2, Maço 10. Doc. 9.

Carta de Brás Cubas a D. Sebastião, Abril de 1560. Gavetas, 2, Maço 6, doc. 22.

*Coleção São Vicente de Fora, Livros 3 e 4*

*Biblioteca da Ajuda, Lisboa*

SOUZA, Pero. *Diário de navegação*. 1531-1532. Códice: 51 – V – 35.

Alvarás passados a Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha. Biblioteca da Ajuda, código 51-VI-41

## Fontes Impressas

*Biblioteca Nacional da França*

VILLEGAGNON, N. D. *Ad articulos calvinianae de sacramento Eucharistiae traditionis, ab ejus ministris in Francia antarctica evulgatae, responsiones per Nicolaum Villagagnonem, ... ad Ecclesiam christianam. Editio secunda, ab ipso authore aucta ac emendata.* 1560. MFICHE D-88601 (1).

*Le Théâtre du Nouveau Monde. Les grands voyages de Theodore de Bry*, présenté par Marc Bouyer et Jean-Pierre Duviols, Paris, Découvertes Gallimard Albums, 1992. Arsenal, 4- Z- 11605

### *Outras fontes impressas*

ANCHIETA, José. *A saga de Mem de Sá (De gestis Mendi de Saa)* João Pessoa : Ed. Universitária UFPB/Zarina Centro de Cultura, 2007.

BARRE, Nicolas. *Sur La navigation Du Chevalier de Villegaignon es terres de l'Amerique oultre l'oequinotial, iusques soubz Le tropique de capricorne; contenant sommairement lès fortunes encourues em ce Voyage avec lès moeurs ET façons de vivre dês sauvages du païs envoyées par um dês gens dudit seigneur* Paris, Martin Le Jeune. 1557.

GANDAVO, Pero de Magalhães de. *A primeira História do Brasil.* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004. [1576]

LEITE, Serafim. (SJ.).(org) *Cartas do Brasil.* Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

LÉRY, Jean de. *História de uma viagem feita à terra do Brasil, também chamada América.* Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2009.

- LÉRY, Jean de. *Histoire d'un voyage faict en la terre de Brésil*. Paris: Livre de Poche, 1994.
- OLIVEIRA, Fernando Antonio. *Arte da guerra do mar: estratégia e guerra naval no tempo dos descobrimentos*. Coimbra: Edições 70, 1998. [1555]
- Regimento que levou Tomé de Souza governador do Brasil*, Almerim, 17/12/1548. Lisboa, AHU, código 112, fls. 1-9. P. 01 Disponível em: [http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/1.3\\_Regimento\\_que\\_levou\\_Tom\\_de\\_Souza\\_0.pdf](http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/1.3_Regimento_que_levou_Tom_de_Souza_0.pdf)
- SERRÃO, Joaquim. *O Rio de Janeiro no século XVI*. Lisboa: Edição da Comissão Nacional das comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, 1965.
- THEVET, André. *A cosmografia universal de André Thevet, Cosmógrafo do Rei*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2009.
- THEVET, André. *Cosmografia Universelle d'André Thevet, Cosmographe du Roy*. Paris: G. Chaudière, 1575.
- Disponível em: <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb31454037j> (Vol 1) e <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb31454037j> (vol 2) (Último Acesso em 29/06/2013)
- THEVET, André. *As singularidades da França Antártica*. São Paulo: Editora Itatiaia, 1978.
- THEVET, André. *Le Brésil d'André Thevet: Les singularités de la France Antartique*. [1557] Paris: Chandeigne, 2011.
- VALE CABRAL (Org) *Cartas Jesuíticas Vol 1: Manuel da Nobrega*. Belo Horizonte /São Paulo: Itatiaia / Edusp, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Cartas Jesuíticas Vol 2: Avulsas*. Belo Horizonte /São Paulo: Itatiaia / Edusp, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Cartas Jesuíticas Vol 3: José de Anchieta*. Belo Horizonte /São Paulo: Itatiaia / Edusp, 1988.
- VILLEGAGNON, N. D. *Franceses no Brasil Séculos XVI e XVII: Cartas por N.D. de Villegagnon e textos correlatos por Nicolas Barré e Jean Crespin*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2009.
- VILLEGAGNON, Nicolas Durand de. “Carta ao Duque de Guise” In: *Coleção Franceses no Brasil, Vol 1, Villegagnon*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2009. [1557]

VILLEGAGNON, N. D. “Lettre A Très Illustre Anne de Montmorency, Per et Connestable de France” In: GAFFAREL, Paul. *Histoire du Brésil Français au Seizième Siècle*. Paris: Maisonneuve et Cia, Librairies-Éditeurs, 1878. P. 406-407

## Outras Referências

ADICHIE, Chimamanda N. “The danger of a single story”. Conferência TED Disponível em:

[http://www.ted.com/talks/chimamanda\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story](http://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story)

Revisados

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. *História: a Arte de inventar o passado*. São Paulo: EDUSC, 2007.

AUERBACH, Eric. “L’Humaine Condition” in: *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

AMSELLE, Jean Loup. *Branchements: Anthropologie de universalité des cultures*. Paris: Champs, 2005.

BAETA- NEVES, Luiz Felipe. *O combate dos soldados de Cristo na terra dos Papagaios: colonialismo e repressão cultural*. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1978.

BARTH, Fredrik. “Os grupos étnicos e suas fronteiras”, In: LASK, Tom (org.). *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

BHABHA, Homi. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte. UFMG, 1998.

BICALHO, Maria Fernanda B. “A França Antártica, o corso, a conquista e a ‘peçonha luterana’”. In: *História*. São Paulo, 27(1), 2008.

- BENJAMIN, Walter. "O narrador" In: *Obras Escolhidas I: Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.
- BIRCHAL, Telma de Souza. *O eu nos Ensaio de Montaigne*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.
- BORGES, M. E. L. . "Cartografia, poder e imaginário: produção cartográfica portuguesa e as terras de além-mar", In: SIMAN, Lana Mara de Castro; FONSECA, Thais N. de Lima. (Org.). *Inaugurando a história e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- BORNHEIM, Gerd. "A descoberta do homem e do mundo" In: NOVAES, Adauto. (org.) *A Descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *História Geral da Civilização Brasil: Do descobrimento à Expansão Colonial*, Vol. 01. São Paulo: Bertrand Brasil, 1997.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Visão Do Paraíso: Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BUCHER, B. *Icon and Conquest. A structural analysis of the illustrations of de Bry's Great Voyages*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1981.
- BULA Sublimus Dei, 1537. Disponível em: [www.newadvent.org/library/docs\\_pa03sd.htm](http://www.newadvent.org/library/docs_pa03sd.htm) (último acesso em: 24 de Maio de 2012)
- BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- BRUM, Eliane. "Os índios e o golpe da constituição" In: Opinião. El País, 13/04/2015. Disponível em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/13/opinion/1428933225\\_013931.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/13/opinion/1428933225_013931.html)
- ABREU, Capistrano. *Capítulos de História Colonial*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1988
- CANDIDO, A. Zeferino. *Navegação e Conquista três estudos: Vasco da Gama, Villegagnon, Colombo*. Rio de Janeiro: Typ. Federal, 1899.

- CARDOSO, Alírio. *Maranhão na Monarquia Hispânica: Intercâmbios, guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela (1580-1655)*. Tesis Doctoral – Departamento de Historia Medieval, Moderna, Contemporânea y de América, Universidad de Salamanca, Salamanca, 2012
- CARDOSO, Sérgio. “O olhar dos viajantes” in: NOVAES, Adauto(org) *O Olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- CASTELNAU-L’ESTOILE, Charlotte. *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil - 1580-1620*. São Paulo: Edusc, 2006.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de; CUNHA, Manuela Carneiro. “Vingança e temporalidade: os tupinambá” in: CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com Aspas*. São Paulo: Cosac-Naify, 2009. [1985]
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Araweté: os deuses canibais*. RJ, Jorge Zahar Editor/ Anpocs, 1986.
- \_\_\_\_\_. “Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio” In: Mana. Estudos de Antropologia Social 2(2), 1996.
- \_\_\_\_\_. “Perspectival Anthropology and the Method of Controlled Equivocation” *Tipiti*, 2, 1, 2004.
- \_\_\_\_\_. *A inconstância da Alma Selvagem*. São Paulo: Cosac-Naify, 2002.
- CAVALCANTI, Sandra. “O Brasil nunca foi dos índios” In: Rodrigo Constantino Blog. 07/06/2013. Disponível em: <http://rodrigoconstantino.blogspot.com.br/2013/06/o-brasil-nunca-pertenceu-aos-indios.html> (Ultimo acesso em 11/07/2015)
- CERTEAU, Michel de. “Etno-grafia, a oralidade ou o espaço do outro: Léry” In: *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CLASTRES, Helene. *Em busca da terra sem mal*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.
- CLASTRES, Pierre. *A arqueologia da violência*. São Paulo: Cosac-Naify, 2003.
- CLAVAL, Paul. “Orientar-se e reconhecer-se. Marcar, recortar, institucionalizar e apropriar-se do espaço.”, In: *A geografia cultural*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999. [1995]
- COHN, Clarice; SZTUTMAN, Renato. “O visível e o invisível na Guerra ameríndia” In: *Sexta-Feira*, Vol. 7. São Paulo: Editora 34, 2003. P. A46

- CONSTANTINO, Rodrigo. “Índios assassinos? Não Creio, chamem Rousseau!!!”  
In: *Coluna Rodrigo Constantino*. 01/02/2014. Disponível em:  
<http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/cultura/indios-assassinos-nao-creio-chamem-rousseau/> (Último acesso em 11/07/2015)
- CUNHA, Manuela Carneiro da. "índios como tema do pensamento social no Brasil" In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; BOTELHO, André (org.) *Agenda Brasileira: Temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Cultura com Aspas*. São Paulo: Cosac-Naify, 2009.
- \_\_\_\_\_(org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- DANDLER, Jorge. “Povos indígenas e estados de direito na América Latina: Eles tem alguma chance?” In: MÉNDEZ, Juan E.; O’DONNELL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Democracia, Violência e Injustiça: O não-estado de Direito na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- DIAS, Eunice. *Confederação dos Tamoios: a União Que Nasceu do Sofrimento*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1984.
- DOSSE, François. *A história em migalhas: dos annales à Nova História*. Bauru: EDUSC, 2003.
- DUARTE, Marcello Felipe. “De Araribóia a Martim Afonso: a metamorfose indígena pela guerra nas águas da Guanabara” In: *Revista Navigator*, 19, 2014. Disponível em:  
[http://www.revistanavigator.com.br/navig14/art/N14\\_art1.pdf](http://www.revistanavigator.com.br/navig14/art/N14_art1.pdf) (Último acesso em 27 de Maio de 2015)
- DUARTE, Marcello Felipe. “A cruz e o trono: o armistício de Iperoig, o auto de São Lourenço e a vitória portuguesa sobre a França Antártica” In: *Revista Navigator*. Vol. 10 N. 19. 2014 Disponível em:  
[http://www.revistanavigator.com.br/navig19/dossie/N19\\_dossie1.pdf](http://www.revistanavigator.com.br/navig19/dossie/N19_dossie1.pdf) (Último acesso em 27 de Maio de 2015)

- EISENBERG, José. *As missões Jesuíticas e o pensamento político moderno: Encontros culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- FABIAN, Johannes. *O Tempo e o outro: como a antropologia estabelece seu objeto*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013
- FAUSTO, Carlos. “Fragmentos de História e Cultura Tupinambá: da etimologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Inimigos Fieis: História, guerra e xamanismo na Amazônia*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- \_\_\_\_\_. “Da inimizade: forma e simbolismo da guerra indígena” In: NOVAES, Adauto (org.) *A outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos. *Futuros Outros: homens e espaços. Os aldeamentos jesuíticos e a colonização na América Portuguesa*. Tese de Doutorado, UFF, Departamento de História, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Cardim e a Colonialidade*. Rio de Janeiro: Programa de Pós Graduação em História Social da Cultura, dissertação de mestrado, 1995
- \_\_\_\_\_. “Imagens de índios e livros didáticos: uma reflexão sobre representações, sujeitos e cidadania.” In: *A História na Escola*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- \_\_\_\_\_. “Lembranças da escola: sentidos históricos e questão indígena” In: *Revista História Hoje*. V. 3, nº 6. 2014. P. 195-221.
- FERNANDES, Florestan. *A Função Social da Guerra na sociedade tupinambá*. São Paulo: Editora Globo, 2006.
- \_\_\_\_\_. *A Organização Social dos Tupinambá*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.
- FLECK, Eliane Cristina Deckmann. “Estados de paz e estados de guerra - negociação e conflito na América Portuguesa (séculos XVI e XVII)” In:



*Projeto História (PUCSP)*, São Paulo, SP, v. 31, n.dez/2005, p. 313-335, 2005.

\_\_\_\_\_. *Entre a caridade e a ciência: a prática missionária e científica da Companhia de Jesus (América platina, séculos XVII e XVIII)*. São Leopoldo, RS: Editora Oikos, 2014.

FLORENCIO, Thiago de Abreu e Lima. *A busca da salvação entre a escrita e o corpo: Nóbrega, Léry e os Tupinambá*. Dissertação de mestrado, PUC-Rio, Departamento de História, 2007.

FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fátima (Org.) *O Brasil Colonial: 1443-1580*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. “A França Antártica e a criação de padrões narrativos sobre o Brasil e os Brasileiros” In: *Revista de História*, 27, 1, São Paulo, 2008.

FUJIMOTO, Juliana. *Guerra e antropofagia em Jean de Léry e Claude d’Abbeville: dos fragmentos míticos ao código compartilhado*. Dissertação de mestrado, USP, Departamento de História, 2008.

GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003

GAFFAREL, Paul. *Histoire du Brésil Français au Seizième Siècle*. Paris: Maisonneuve et Cia, Librairies-Éditeurs, 1878.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006

GARCIA, Elisa Fruhauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

\_\_\_\_\_. “Trocas, Guerras e Alianças na formação da sociedade colonial” In: FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fátima (Org.) *O Brasil Colonial: 1443-1580*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GARFIELD, Seth. *A luta indígena no coração do Brasil: política indigenista, a Marcha para o Oeste e os índios Xavante (1937-1988)*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

- GINZBURG, Carlo. *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Relações de Força*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002
- GOMES DE CARVALHO, M. E. D. *João III e os Franceses*. Lisboa: Livraria Classica Editora de A. M. Texeira & Cta, 1909.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *O papel de Portugal nos séculos XV-XVI : Que significa descobrir?* Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Com. dos Descobrimentos Portugueses, 1994
- GUIMARÃES, Heitor Velasco Fernandes. *O desassossego jesuítico: resistência indígena à colonização cristã na América portuguesa do XVI*. Trabalho de conclusão de curso, PUC-Rio, Departamento de História, 2007.
- GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- \_\_\_\_\_. “O historiador, o macaco e a centaura: a “história cultural” no novo milênio” In: *Estudos Avançados*, 17 (49), 2003.
- HARTOG, François. *Le Miroir d’Herodote*. Paris: Galimard, 2001.
- HALL, Stuart. *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006
- HANSEN, João Adolfo. “O nu e a luz: Cartas Jesuíticas do Brasil. Nóbrega 1549-1558” In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. Nº 38. São Paulo, 1995. Disponível em:  
[http://143.107.31.231/Acervo\\_Imagens/Revista/REV038/Media/REV38-05.pdf](http://143.107.31.231/Acervo_Imagens/Revista/REV038/Media/REV38-05.pdf) (Último acesso em 31 de Março de 2013)
- HAUBERT, Máxime. *Índios e jesuítas no tempo das missões*, São Paulo, Cia. das Letras/ Círculo do Livro, 1990.
- HEMMING, John. *Ouro Vermelho: A Conquista dos Índios Brasileiros*. São Paulo: EDUSP, 2007.

- HESPANHA, Antonio Manuel. “Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português.” In: FRAGOSO, João. GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs.) *Na trama das redes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- HEULHARD, Arthur. *Villegagnon, roi d'Amérique, un homme de mer au XVI<sup>e</sup> siècle (1510-1572)*. Paris : E. Leroux, 1897.
- HOBSBAWN, Eric. “Não basta a história de identidade” in: *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- KNAUSS, Paulo. *O Rio de Janeiro da pacificação : franceses e portugueses na disputa colonial*. Rio de Janeiro : Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1991.
- \_\_\_\_\_. “No Rascunho do Novo Mundo: os espaços e os personagens da França Antártica” In: In: *Revista de História*, 27, 1, São Paulo, 2008.
- LARA, Silvia. *Fragmentos Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LASK, Tom. (Org.). *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.
- LATOUR, Bruno. “Irreductions” In: *The Pasteurization of France*. Boston: Harvard University Press, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Enquête sur les modes d'Existence. Une Anthropologie des Modernes*. Paris: La Découvert, 2012.
- LEITE, Serafim. *Breve itinerário de uma biografia do Padre Manuel da Nóbrega*. Edições Brotéria: Lisboa, 1955.
- \_\_\_\_\_. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. 10 vols. Belo Horizonte : Editora Itatiaia, 2006.
- LESTRINGANT, Frank. *L'Atelier du Cosmographe ou l'image du monde 'a La Renaissance*. Paris: Editions Albin Michel, 1991.
- \_\_\_\_\_. *O Canibal: Grandeza e decadência*. Brasília: Editora UnB, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Le Huguenot et le Sauvage*. Paris: Aux Amateurs des Livres, 1990.
- \_\_\_\_\_. “La mémoire de la France Antarctique” In: In: *Revista de História*, 27, 1, São Paulo, 2008.

- LEVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Antropologia Estrutural Dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.
- \_\_\_\_\_. *História de Lince*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- LODOÑO, Fernando Torres. “Escrevendo cartas: jesuítas, escrita e missão no século XVI” In: *Revista Brasileira de História*. V. 22, Nº 43. São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v22n43/10908.pdf> (Último acesso em 31 de março de 2013)
- MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *A Confederação dos Tamoios: edição fac-similar seguida da polêmica sobre o poema*. Curitiba: Editora UFPR, 2007, [1856]
- MELO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- MELLO E SOUZA, Laura de. *O diabo e a terra de Santa Cruz: Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- MELLO E SOUZA, Marina. *África e Brasil africano*. São Paulo: Editora Ática, 2013.
- MARCONDES, Danilo. “Ceticismo e o novo mundo”. comunicação apresentada na VI Philos em 27 de outubro de 2010.
- MARIZ, Vasco. “Villegagnon, Herói ou Vilão?” In: *Revista de História*, 27, 1, São Paulo, 2008.
- MATTOS, Ilmar, Rohloff. “A Moeda Colonial” In: *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.
- MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva” In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- MENDONÇA, Paulo Knauss de. *O Rio de Janeiro da Pacificação*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e informação cultural, Divisão de Editoração, 1991.
- MÉTRAUX, Alfred. *A Religião dos Tupinambás*. São Paulo: Editora Nacional, 1979.
- MONTAIGNE, Michel. *Les Essais*. Paris: Editions Garnier Frères, 1952
- MONTEIRO, John. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

- \_\_\_\_\_. *Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e indigenismo*. Tese de Livre docência, Unicamp, 2001.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *Espelhos deformantes: fontes, problemas e pesquisas em história moderna Século XVI – XIX*. São Paulo: Alameda, 2008.
- MOREIRA, Maria Eunice; BUENO, Luis (Org.) MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *A Confederação dos Tamoios*. Curitiba: Editora UFPR, 2007.
- MOREIRA, Vania. “O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império”. *Revista Brasileira de História*. v. 30, n. 59. São Paulo: 2010 . Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v30n59/v30n59a04.pdf> (Último acesso em 03 de Junho de 2013)
- NOVAES, Adauto. “A outra margem do ocidente” In: NOVAES, Adauto (org.) *A Outra Margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- MAGALHÃES, Marcelo. “História e cidadania: porque ensinar história hoje?” In: ABREU, Marta; SOIHET, Rachel. (org.) *Ensino de História: conceitos, temáticas, metodologias*. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2000.
- MALDI, Denise. "De confederados a Bárbaros: Representação da territorialidade e da fronteira indígena nos séculos XVII e XIX" In: *Revista de Antropologia*. v. 40, N. 02. São Paulo: USP, 1997.
- MONTERO, Paula (Org.) *Deus na Aldeia*. São Paulo: Editora Globo, 2006.
- MUSSA, Alberto. *Meu Destino é ser Onça*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2009.
- \_\_\_\_\_. *A Primeira História do Mundo*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014.
- MUNDURUKU, Daniel. *Histórias de Índios*. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 1998.
- MUNDURUKU, Daniel. "Lá Vem o amarelão" In: *Mundurukando*. Disponível em: <http://danielmunduruku.blogspot.com.br/2010/09/la-vem-o-amarelao.html> (Último Acesso em 23/04/2015)
- MUNIZ, Vasco. “Villegagnon Herói ou vilão” In: *História*, Vol. 27, São Paulo, 2008.
- NEVES, Luiz Felipe Baêta. *O combate dos soldados de Cristo na terra dos Papagaios: colonialismo e repressão cultural*. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1978.
- O’GORMAN, Edmundo. *A invenção da América*. São Paulo: Unesp, 2011.

- OLIVEIRA, João Pacheco de. “Muita terra para pouco índio? Uma introdução (crítica) ao indigenismo e à atualização do preconceito” In: SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donizete. (org.) *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/UNESCO, 1995.
- OLIVEIRA, João Pacheco (org.). *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. “O retrato de um menino Bororo: narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus, séculos XIX e XXI”, In: *Revista Tempo*, vol 12 no. 23/ jul-dez 2007, Departamento de História, UFF.
- Disponível em: [http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/v12n23a06.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v12n23a06.pdf) (Último acesso em 30 de Março de 2013)
- OLIVEIRA, João Pacheco de. “Os indígenas na fundação da colônia: uma abordagem crítica” In: FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fátima (Org.) *O Brasil Colonial: 1443-1580*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- OSWARD, Christina. “Villegagnon e Cook: tupinambá e havaiano” In: *Revista de História*, 27, 1, São Paulo, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Entre os Tupinambá: a gesta francesa na guanabara*. Tese de Doutorado, Museu Nacional, PPGAS, 2009.
- PÉCORA, Alcir. “Cartas a segunda escolástica” In: NOVAES, Adauto. (org) *A outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- POLÓNIA, Amélia. “Espaços de intervenção religiosa do Cardeal Infante D. Henrique: Actuação pastoral, reforma monástica e inquisição” In: *Livro de Actas do congresso Em torno dos espaços religiosos – Monásticos e eclesiásticos*. Porto, IHM-UP, 2005. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8071.pdf> (último acesso em 31 de Março de 2013)
- POMPA, Cristina. *Religião como tradução*. São Paulo: Edusc, 2002.
- PAGDEN, Anthony. *The Fall of Natural Man: The American Indian and the origins of comparative ethnology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

- PERRONE-Moisés, Beatriz. *Legislação indigenista colonial: inventário e índice*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Departamento de História, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Relações Preciosas: Franceses e ameríndios no século XVII*. Tese de Doutorado, USP, Departamento de Antropologia Social, 1996.
- \_\_\_\_\_. “Verdadeiros contrários: guerras contra o gentio no Brasil colonial”, *Sexta-feira*, vol. 7. São Paulo: Editora 34, 2003.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. “Pensar é estar doente dos olhos” In: NOVAES, Adauto(org) *O Olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Vinte Luas: viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- POLÓNIA, Amélia. “Espaços de intervenção religiosa do Cardeal Infante D. Henrique: Actuação pastoral, reforma monástica e inquisição” In: *Livro de Actas do congresso Em torno dos espaços religiosos – Monásticos e eclesiásticos*. Porto, IHM-UP, 2005. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8071.pdf> (último acesso em 31 de Março de 2013)
- POMPA, Cristina. *Religião como tradução*. São Paulo: Edusc, 2002.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. [1942]
- PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999
- PUNTONI, Pedro. “A Confederação dos Tamoios de Gonçalves de Magalhães: a poética da história e a historiografia do Império” in: *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v.45, 1997.
- \_\_\_\_\_. *A Guerra dos Bárbaros: Povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: HUCITEC, 2002.
- QUINTILIANO, Aylton. *A Guerra dos Tamoios*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- RAMOS, Graciliano. *Linhas Tortas*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015. [1962]
- RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

- RODRIGUES, Fátima da Cruz. “Mapas: (Re)Cortes Coloniais”, In: *O Cabo dos Trabalhos*: Revista Eletrônica dos Programas de Mestrado e Doutorado do CES/ FEUC/ FLUC, no. 1, 2006. Disponível em: <http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n1/ensaios.php>. P. 02 (último acesso em 10/12/2014)
- RÜSEN, Jörn. *Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Ed. UNB, 2001.
- RUIZ, Rafael. *Francisco de Vitoria e os direitos do índios americanos: A evolução da legislação indígena castelhana no século XVI*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2002
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- \_\_\_\_\_. “O ‘pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção (parte I)”. *Mana* 3(1):41-73, 1997.
- \_\_\_\_\_. “O ‘pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção (parte II)”. *Mana* 3(2),1997.
- SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brazil*. São Paulo: Editora Odebrecht, 2008. [1636]
- SARLO, Beatriz. *Tempo Passado. Cultura da Memória e Guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007
- SEED, Patrícia. “‘Novo céu e novas estrelas’. As ciências dos árabes e judeus, a marinharia portuguesa e a descoberta da América.”, In: *Cerimônias de posse na conquista europeia do Novo Mundo (1492 – 1640)*. São Paulo: Unesp, 1999. [1995].
- STAROBINSKI, Jean. *Montaigne em Movimento*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SKINNER, Quentin. *As Fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SZTUTMAN, Renato. PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Notícias de uma certa confederação Tamoio” In: *Maná*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, Oct. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v16n2/07.pdf> (último acesso em 03 de Junho de 2013)
- SZTUTMAN, Renato. *O profeta e o Principal*. São Paulo: Edusp, 2012.



- TAPAJÓS, Vicente. *História Administrativa do Brasil II: A Política Administrativa de D. João III*. Brasília: Editora UNB, 1983.
- TODOROV, Tzevtan. *A conquista da América: ou a descoberta do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- VAINFAS, Ronaldo. *Heresia dos índios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- VARNHAGEN, Adolf. *História Geral do Brazil*. Madrid: Imprensa da V. Dominguez, 1851.
- VILLAS BÔAS, Luciana . “Arte da memória e escrita dos primeiros jesuítas no Brasil”. In: *Revista Camoniana*. Vol. 1, Nº 1. Viçosa, JUN/DEZ 2010. Disponível em: [http://www.revistacamoniana.ufv.br/arearestrita/arquivos\\_internos/artigos/Artigo\\_Luciana\\_Villas\\_Boas\\_diagramado.pdf](http://www.revistacamoniana.ufv.br/arearestrita/arquivos_internos/artigos/Artigo_Luciana_Villas_Boas_diagramado.pdf) (último acesso em 31 de Março de 2013)
- WACHTEL, Nathan. *La vision des vaincus: les indies du Pérou devant la conquête espagnole*. Paris : Editions Gallimard, 1971.
- WERNER, Michael; ZIMERMANN, Bénédict. “Beyond Comparison: Histoire Croisée And The Challenge Of Reflexivity” In: *History and Theory*, N. 45. February, 2006. Pags. 30-50
- WETZEL, Herbert Ewaldo. *Mem de Sá terceiro governador geral (1557-1572)*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultural, 1972,
- WRIGHT, Robin. *História indígena e do indigenismo no Alto Rio Negro*. São Paulo: Mercado de Letras, 2009.
- ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. *Ligne de Foi: la compagnie de Jésus et l'esclavage dans le processus de formation de la société coloniale en Amérique portugaise (XVI-XVII Siècles)* Paris: Honoré Champion Éditeur, 2009.
- ZIEGLER, Erica Deuber et PERRET, Geneviève. “L’autre, une construction permanente”, In: *Nous autres*. Genève: MEG, 2005.